



**REVISTA DE
CIÊNCIAS
SOCIAIS**

**Pós-Graduação em
Ciências Sociais**

Volume 52 – número 2 – 2021

Universidade Federal do Ceará—UFC
Departamento de Ciências Sociais
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Programa Associado de Pós-Graduação em Antropologia
UFC/UNILAB

Revista de Ciências Sociais

Pós-Graduação em Ciências Sociais

ISSN, v. eletrônica 2318-4620.
Fortaleza, v. 52, n. 2, jul./out., 2021, p. 1–465.

Ficha Catalográfica

Revista de Ciências Sociais — periódico do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará — UFC

n. 1 (1970) – Fortaleza, UFC, 2021

Quadrimestral

ISSN, v. eletrônica 2318-4620

Pós-Graduação; Ciências Sociais; Brasil

I — Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades



Revista de Ciências Sociais

Volume 52, número 2, 2021

Publicação do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Humanidades da Universidade Federal do Ceará

Membro da International Sociological Association (ISA)

Conselho Editorial

André Luiz Coelho Farias de Souza, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Brasil
Bela Feldman-Bianco, Universidade de Campinas, Brasil
Boaventura de Sousa Santos, CES, Universidade de Coimbra, Portugal
Carlos Gilberto Zárate Botía, Universidad Nacional de Colombia (sede Amazonia), Colômbia
Céli Regina Jardim Pinto, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil
César Barreira, Universidade Federal do Ceará, Brasil
Fernanda Antonia da Fonseca Sobral, Universidade de Brasília
Fernando Mayorga, Centro de Estudios Superiores Universitarios (CESU)/Universidad Mayor de San Simón (UMSS), Bolívia
Fidel Irving Pérez Flores, IREL/UnB, Brasil
Florencia Agunín Antía, Instituto de Ciencia Política/Facultad de Ciencias Sociales/Universidad de la República, Uruguai
François Laplantine, Universidade de Lyon 2, França
Inaiá Maria Moreira de Carvalho, Universidade Federal da Bahia, Brasil
Jawdat Abu-El-Haj, Universidade Federal do Ceará, Brasil
José Machado Pais, ICS, Universidade de Lisboa,, Portugal
Lucio Oliver Costilla, Universidad Nacional Autónoma de México, México
Luiz Felipe Baeta Neves, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Maria Helena Villas Boas Concone, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil
Maria Virgínia Quiroga, Universidad Nacional de Río Cuarto (UNRC)/Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET), Argentina
Martin Mendoza-Botelho, Eastern Connecticut State University, Estados Unidos
Moacir Palmeira, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Ruben George Oliven, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil
Ralph Della Cava, ILAS, Columbia University, Estados Unidos da América do Norte
Ronald H. Chilcote, Universidade da Califórnia, Estados Unidos da América do Norte
Véronique Nahoum-Grappe, Centre National de la Recherche Scientifique, França
Yanina Welp, University of Zurich/Zentrum für Demokratie Aarau (ZDA), Suíça
Yuri Kasahara, Norwegian Institute for Urban and Regional Research/Oslo Metropolitan University, Noruega

Comissão Editorial

Clayton Mendonça Cunha Filho, Universidade Federal do Ceará, Brasil

Irapuan Peixoto Lima Filho, Universidade Federal do Ceará, Brasil

Irllys Alencar Barreira, Universidade Federal do Ceará, Brasil

Editor de Diagramação

Jakson Alves de Aquino, Universidade Federal do Ceará, Brasil

Assistentes de Edição

Ana Alice Lima de Sousa, Universidade Federal do Ceará, Brasil

Francisco Sócrates Costa de Abreu, Universidade Federal do Ceará, Brasil

Icaro Castelo Branco, Universidade Federal do Ceará, Brasil

Organização do dossiê

Amurabi Oliveira, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Marcelo Pinheiro Cigales, Universidade de Brasília, Brasil

Revisão

Irapuan Peixoto Lima Filho

Francisco Sócrates Costa de Abreu

Contato

Revista de Ciências Sociais

Departamento de Ciências Sociais

Av. da Universidade, 2995, 1º andar (Benfica)

60.020-181

Fortaleza, Ceará/BRASIL

Telefone: +55 (85) 3366.7416

Correio eletrônico: rcs@ufc.br

Sítio: <http://www.periodicos.ufc.br/revcienso>

Sumário

Revista de Ciências Sociais, Fortaleza,
v. 52, n. 2, 2021

// DOSSIÊ: Pós-Graduação em Ciências Sociais

- 15 Apresentação
Amurabi Oliveira, Marcelo Pinheiro Cigales
- 25 Pós-Graduação em Sociologia na Unicamp:
mudanças e permanências
Fernando Henrique Protetti
- 69 Radiografias institucionais do campo (?) das relações
étnico-raciais na antropologia feita no Brasil
Zwanga Nyack
- 115 Mestrados profissionais em ciências sociais e a
formação em educação
Amurabi Oliveira
- 145 A agenda de pesquisa sociológica no Brasil: o caso
dos Programas de Pós-Graduação
Mariana Siracusa Nascimento
- 179 A internacionalização da Sociologia brasileira:
mapeamento das cartografias acadêmicas dos
estudantes de pós-graduação
Camila Ferreira da Silva, Rodrigo de Macedo Lopes
- 209 A divisão global do trabalho intelectual em revistas
internacionais de teoria social (2000–2016)
Matheus Ribeiro

- 251 A pós-graduação em ciências sociais no Brasil:
entrevista com Jacob Carlos Lima
por Marcelo Pinheiro Cigales

// ARTIGOS

- 273 Da dor ao dom: memória e trajetória do ser
transplantado
Rafael Martins
- 313 Desigualdade categórica e reserva de oportunidade
no Concurso de Admissão à Carreira Diplomática
Raquel Medeiros
- 341 Instabilidade balanceada: o *Kula* melanésio à luz da
teoria social de Georg Simmel
Robson Rocha de Souza Jr.
- 373 Mulheres negras que narram a luta pela liberdade
individual e/ou coletiva: uma leitura das obras
Quarto de Despejo, da brasileira Carolina Maria de
Jesus, e *Diário de um exílio sem regresso*, da angolana
Deolinda Rodrigues
Eni Alves Rodrigues
- 399 Ligações entre trajetórias intelectuais e políticas: o
"caso Weffort"
Alexandre Barbalho
- 431 A concepção de classe social segundo Nicos
Poulantzas: a "nova pequena burguesia"
Noêmia Lazzareschi

// RESENHAS

- 455 Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política
antidemocrática no ocidente
Amanda Maia

Contents

Revista de Ciências Sociais, Fortaleza,
v. 52, n. 2, 2021

// DOSSIER: Postgraduate studies in Social Sciences

- 15 Introduction
Amurabi Oliveira, Marcelo Pinheiro Cigales
- 25 Graduation in Sociology at Unicamp: changes and permanences
Fernando Henrique Protetti
- 69 Institutional radiographs of the field (?) Of ethnic-racial relations in anthropology made in Brazil
Zwanga Nyack
- 115 Professional Masters in Social Sciences and Education Training
Amurabi Oliveira
- 145 The sociological research agenda in Brazil: the case of Postgraduate Programs
Mariana Siracusa Nascimento
- 179 The internationalization of Brazilian Sociology: mapping of graduate students' academic cartographies
Camila Ferreira da Silva, Rodrigo de Macedo Lopes
- 209 The global division of intellectual labor in international social theory journals (2000–2016)
Matheus Ribeiro

- 251 The postgraduate studies in Social Sciences in Brazil:
interview with Jacob Carlos Lima
por Marcelo Pinheiro Cigales

// ARTICLES

- 273 From pain to gift: memory and trajectory of being
transplanted
Rafael Martins
- 313 Categorical inequality and reserve of opportunity in
the Competition for Admission to the Diplomatic
Career
Raquel Medeiros
- 341 Balanced instability: the Melanesian Kula according
to Simmel's social theory
Robson Rocha de Souza Jr.
- 373 Black women who narrate the fight for individual
and/or collective freedom: a reading of the works
Quarto de Despejo by Brazilian Carolina Maria de
Jesus and Diário de um exílio sem regresso by
Mozambican Deolinda Rodrigues
Eni Alves Rodrigues
- 399 Links between intellectual and political trajectories:
the "Weffort case"
Alexandre Barbalho
- 431 The conception of social class according to Nicos
Poulantzas: the "new little bourgeoisie"
Noêmia Lazzareschi

// BOOK REVIEWS

- 455 In the ruins of Neoliberalism: the rise of
antidemocratic politics in the West
Amanda Maia

// **Dossiê**
Pós-Graduação em Ciências Sociais

Apresentação

Amurabi Oliveira

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0002-7856-1196>

amurabi1986@gmail.com

Marcelo Pinheiro Cigales

Universidade de Brasília, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0002-4320-5941>

marcelo.cigales@gmail.com

O surgimento do Departamento de Sociologia na Universidade de Chicago, nos Estados Unidos, em 1892 demarcou um processo de institucionalização importante da pesquisa em Ciências Sociais (MARTINS, 2013), avançando mesmo em relação ao contexto europeu, no qual, alguns anos antes (1887) na Universidade de Bordeaux havia sido criado a primeira cátedra de Ciências Sociais por Émile Durkheim (MUCCHIELLI, 2001).¹

¹Importante destacar que apesar dessa ser a versão mais conhecida da institucionalização da Sociologia no mundo, há outras narrativas. Blanco (2005), por exemplo, afirma que o primeiro curso de Sociologia foi criado na Universidade de Bogotá, em 1882, dez anos antes da Universidade de Chicago

Nas décadas seguintes, experimentou-se um desenvolvimento relativamente heterogêneo das Ciências Sociais por diversos países, demarcando uma pluralidade de estilos e de formas de institucionalização, ainda que tenha havido algumas orientações mais gerais, marcadas principalmente pela influência do positivismo num primeiro momento.

No caso latino-americano, por exemplo, houve percursos bastantes plurais. Na Argentina as primeiras cátedras no ensino superior surgiram ainda no final do século XIX, porém, apenas na década de 1950 foi criada a carreira em Sociologia (TRINDADE, 2018), ao passo que no Brasil as primeiras cátedras surgiram inicialmente na educação secundária, e as primeiras carreiras de ensino superior nos anos de 1930 (MICELI, 1989). São também marcos desse processo a criação do Centro Latino-Americano de Pesquisas Sociais em 1955, no Rio de Janeiro; e a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais em 1958, em Santiago, Chile.

Aprofundando no caso brasileiro, as primeiras experiências de formação pós-graduada iniciaram-se na década de 1940 com a divisão de estudos pós-graduados na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, que abarcava na rubrica das Ciências Sociais formação na área da Economia, História, Psicologia Social etc. Também na Universidade de São Paulo e na Universidade do Brasil passou-se a titular mestres e doutores em Ciências Sociais ainda na década de 1940.

Com a Reforma Universitária, em 1968, temos no Brasil a institucionalização do sistema de pós-graduação nacional, do qual se beneficiou amplamente as Ciências Sociais. Foram criados então os primeiros cursos neste campo, distribuídos da seguinte forma: em Antropologia, Museu Nacional em 1968; Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), em 1971; Universidade de Brasília (UnB) em 1972; Uni-

versidade de São Paulo (USP), em 1972; Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em 1977; e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em 1979; em Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em 1960; Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), em 1969; UFRGS, em 1973; USP, em 1974; e Unicamp, em 1974; em Sociologia, UFPE, em 1967; IUPERJ, em 1969; UnB, em 1970; USP, em 1971; Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1973); Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), em 1973; Unicamp, em 1974; Universidade Federal do Ceará (UFC), em 1976; Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em 1977, no *campus* II (atual Universidade Federal de Campina Grande); e em 1979 no *campus* I.

Nas últimas décadas tem-se observado uma expansão considerável dos programas de pós-graduação nessas áreas, com destaque para aqueles criados fora do Sudeste, região na qual surgiram as primeiras experiências (BARREIRA; CORTES; LIMA, 2018). Esta expansão também tem sido acompanhada do surgimento de novos modelos formativos na pós-graduação em Ciências Sociais, com destaque para os mestrados profissionais que já somam 16 programas na Ciência Política, dois na Sociologia, sendo um deles em rede, e um na Antropologia. Esse processo tem ocorrido de forma concomitante às mudanças nos sistemas de avaliação do ensino superior em nível de graduação e pós-graduação, aos fluxos e influxos do financiamento da pós-graduação, e às mudanças da agenda nacional e internacional em termos de delimitação das áreas prioritárias de pesquisa.

Atualmente, discute-se a implementação de novos modelos de avaliação institucional da pós-graduação, reformulação da classificação dos periódicos, delimitação de áreas prioritárias, além de um possível rearranjo na divisão por áreas existentes atualmente. Este pro-

cesso em seu conjunto, tem demandado o desenvolvimento de novas reflexões por parte das Ciências Sociais, que possibilitem o exame não apenas do perfil da pós-graduação no cenário atual, como também seu processo de expansão, diversificação e de seus atuais desafios no cenário nacional e internacional. Deve-se ainda considerar que a maior profissionalização dos cientistas sociais ocorre também num momento de ataque às ciências humanas e sociais na esfera pública, o que complexifica ainda mais o exame desta questão (BLOIS; OLIVEIRA, 2019).

Considerando esses elementos em seu conjunto, a reflexão sobre a pós-graduação em Ciências Sociais — especialmente num momento em influxo, com sua exclusão das áreas prioritárias do CNPq — coloca-se como uma questão urgente. Tal movimento se realiza desde um debate acumulado sobre ensino superior, mas também sobre uma ciência social dos cientistas sociais.

O primeiro artigo do dossiê intitula-se “Pós-graduação em Sociologia na Unicamp: mudanças e permanências” escrito por Fernando Henrique Protetti (IFSP). No trabalho, o autor analisa as mudanças e permanências na pós-graduação em Sociologia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), utilizando material empírico a partir de entrevista com 11 professores(as). Além de reconstituir a história dos Programas de Pós-graduação em Sociologia e Ciências Sociais nessa universidade, Protetti faz uma análise histórica sobre as transformações da pós-graduação no país que trouxeram mudanças, não só para a dinâmica de trabalho, mas também para o perfil do egresso formado na área. O artigo nos faz pensar como as agências de fomento e as normativas de regulamentação da pós-graduação, ao mesmo tempo em que visaram profissionalizar a pós-graduação, criaram desafios internos e rearranjos estruturais. Trata-se de um artigo relevante para a

compreensão da transformação da pós-graduação em Ciências Sociais/Sociologia na Unicamp, e também em outras instituições de pós-graduação no país.

O segundo artigo, denomina-se “Radiografias institucionais do campo (?) das relações étnico-raciais na Antropologia feita no Brasil” e foi escrito por Zwanga Nyack (UFRJ). Nele, o autor busca refletir sobre resultados de uma pesquisa sobre as inter-relações entre a Antropologia Social e o campo das relações étnico-raciais. Para isso, analisa as linhas de pesquisa sobre as comunidades negro-africanas durante os anos de 1968-2000, momento de institucionalização da disciplina no campo acadêmico brasileiro. A partir de um mapeamento dos Programas de Pós-graduação em Antropologia existentes nesse período, o autor evidencia as linhas de pesquisa e as discussões sobre a temática. O artigo nos faz pensar sobre o desenvolvimento dos conceitos de raça e de relações étnico-raciais de uma visão histórica e contextual no interior do campo da Pós-graduação em Antropologia no Brasil.

O terceiro artigo é de autoria de Amurabi Oliveira (UFSC) e intitula-se “Mestrados Profissionais em Ciências Sociais e a Formação em Educação”. No artigo são analisados os perfis de três mestrados profissionais em Ciências Sociais, o Mestrado em Ciência Política da Universidade Estadual de Maringá (UEM), o de Sociologia da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ) e o de Antropologia da Universidade de Pernambuco (UPE). Além de evidenciar a estrutura dos programas, o perfil dos docentes e egressos, também são apresentados dados sobre a estrutura curricular, linhas e projetos de pesquisa. O artigo contribui para pensar sobre a criação desse modelo de pós-graduação em Ciências Sociais no país, geralmente atrelado a demandas práticas para a atuação em instituições de ensino e demais burocracia técnico-

estatal, ainda que algumas características dos programas acadêmicos sejam preservadas tendo em vista que a identidade desses programas ainda encontra-se em constituição.

Na sequência, temos o artigo “A agenda de pesquisa sociológica no Brasil: o caso dos Programas de Pós-graduação” de Mariana Siracusa Nascimento (UERJ). A autora dedica-se a analisar a Sociologia desenvolvida no país a partir do mapeamento temático dos projetos de pesquisa em curso nos Programas de Pós-graduação, visualizando também as fontes de financiamento. A pesquisa analisa dez programas de pós-graduação em Sociologia, a partir dos dados coletados através da Plataforma Sucupira da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). A pesquisa apresenta uma retrato interessante sobre os focos de pesquisa, as áreas privilegiadas e os principais movimentos teóricos da Sociologia desenvolvidos na contemporaneidade. Trata-se de um convite para a reflexão sobre o impacto dos Programas de Pós-graduação para o desenvolvimento das pesquisas sociológicas entre nós.

O quinto artigo do dossiê intitula-se “A internacionalização da Sociologia brasileira: mapeamento das cartografias acadêmicas dos estudantes de pós-graduação” de autoria Camila Ferreira Silva (UFAM) e Rodrigo de Macedo Lopes (UFRGS). Os(as) autores(as) analisam a internacionalização no cenário da pós-graduação brasileira, a partir do fluxo de intercâmbio no exterior realizado pelos estudantes de mestrado e doutorado, dando ênfase para uma análise sobre o aumento longitudinal do número de bolsistas CAPES no exterior, o lugar de destino desses bolsistas de mestrado e doutorado pleno e sanduíche. Questionam ainda, quais as transformações na pós-graduação dado os últimos vinte anos de investimento em bolsas internacionais? Entre os achados da pesquisa, está o fato de que a Europa, e mais especifica-

mente, a França ainda continuam sendo um dos principais caminhos de destinos de mestrandos e doutorandos da área de Sociologia. O trabalho é rico em dados que nos faz pensar sobre as continuidades e rupturas da geopolítica do conhecimento sociológico na contemporaneidade.

O artigo que fecha o dossiê é de autoria de Matheus Ribeiro (UnB). Intitulado “A Divisão Global do Trabalho Intelectual em Revistas Internacionais de Teoria Social (2000-2016)”, o trabalho analisa as quatro revistas mais bem classificadas, segundo as métricas de *rankings* internacionais na área de teoria social: *Theory Culture and Society*, *European Journal of Social Theory*, *Theory and Society* e *Sociological Theory*. A partir de um estudo sistemático dessas publicações, o autor problematiza a geopolítica do conhecimento sociológico mundial, tendo em vista a origem dos(as) autores(as), observando que ainda há um caminho significativo para o desenvolvimento de uma Sociologia mundial sem a sobreposição de determinadas narrativas advindas do norte global.

O dossiê também traz uma entrevista com o professor Jacob Carlos Lima (UFSCAR), que atualmente preside a Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS). Na entrevista realizada por Marcelo Cigales (UnB), são abordados aspectos da institucionalização e profissionalização das Ciências Sociais brasileiras, com ênfase nas características dos Programas de Pós-graduação em Sociologia, assim como das agências de fomento a pesquisa como CAPES e CNPq e das associações profissionais como ANPOCS e SBS. Além disso, ressaltam-se aspectos dos efeitos da política-institucional no financiamento da pós-graduação da área de Ciências Sociais, das consequências da crise político-sanitária da Covid-19 no país e de uma avaliação sobre a participação da comunidade científica da SBS no Fórum de Sociologia

da International Sociological Association (ISA) e da realização do 20º Congresso Brasileiro de Sociologia no ano de 2021, ambos eventos inéditos, em seu formato *online*.

Por fim, gostaríamos de agradecer a equipe editorial da revista Ciências Sociais UFC, que aceitou a publicação deste dossiê, e também a todos(as) os(as) avaliadores(as) que gentilmente atenderam nosso pedido de revisão cega por pares, contribuindo para que os artigos fossem revisados e aprovados. Também estendemos nossos agradecimentos aos autores(as), e desejamos uma boa leitura!

Referências

BARREIRA, Irllys; CORREA, Soraya; LIMA, Jacob Carlos. A sociologia fora do eixo: diversidades regionais e campo da pós-graduação no Brasil. *Revista Brasileira de Sociologia*, Belo Horizonte, v. 6, n. 13, p. 76-103, 2018.

BLANCO, Alejandro. La Asociación Latinoamericana de Sociología: una historia de sus primeros congresos. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 7, n. 14, p. 22-49, 2005.

BLOIS, Juan Pedro; OLIVEIRA, Amurabi. La sociología como profesión. Formación, organización y prácticas de las sociólogas y los sociólogos en un escenario de cambio. *Temas Sociológicos*, Santiago, s/v, n. 25, p. 9-24, 2019.

MARTINS, Carlos Benedito. O legado do Departamento de Sociologia de Chicago (1920-1930) na constituição do interacionismo simbólico. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 28, n. 2, p. 217-238, 2013;

MICELI, Sergio. Condicionantes do desenvolvimento das ciências sociais. In: _____. (Org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. Vol. 1. São Paulo: Vértice; IDESP; FINEP, 1989, p. 72-110.

MUCCHIELLI, Laurent. O nascimento da sociologia na universidade francesa (1880-1914). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 21, nº 41, p. 35-54. 2001.

TRINDADE, Helgio. “Disciplinarização” e construção institucional da so-

ciologia nos países fundadores e sua reprodução na América Latina. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 20, n 47, p. 210-256, 2018.

Pós-Graduação em Sociologia na Unicamp: mudanças e permanências

Fernando Henrique Protetti

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0002-0954-5512>
protetti@gmail.com

Introdução

Nesse artigo, apresentamos resultados de pesquisa sobre as transformações nas condições de trabalho dos professores de sociologia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). A partir de pesquisa empírica com depoimentos de 11 professores que trabalham Programas de Pós-graduação em Sociologia e em Ciências Sociais, pudemos verificar que, de maneira geral, as atuais condições de trabalho dos professores de sociologia da Unicamp caracterizam-se pela intensificação do trabalho, pelo produtivismo acadêmico e pelo adoecimento docente (PROTETTI, 2019).

Sabemos que dentre os traços mais marcantes da expansão e da reconfiguração da educação superior no Brasil nas últimas três décadas,

encontra-se o processo de intensificação e precarização do trabalho dos professores universitários. Todavia, conforme salienta Sguissardi (2010a, p. 308-309, *itálicos nossos*), “cabe lembrar que é no âmbito da pós-graduação, no caso do Brasil, que se ditam os rumos da efetiva reforma universitária. O *modelo CAPES¹ de avaliação* — e o *produtivismo acadêmico* — como motor da intensificação e precarização do trabalho”. Sendo assim, para analisarmos as transformações nas condições de trabalho dos professores de sociologia da Unicamp, devemos considerar, necessariamente, às injunções do modelo CAPES de avaliação e do produtivismo acadêmico no trabalho docente. Nessa direção, interrogamos: quais são as mudanças e as permanências da pós-graduação em Sociologia da Unicamp?

Para respondermos a essa pergunta, analisamos as mudanças e as permanências da pós-graduação em sociologia da Unicamp. Inicialmente, reconstituiremos a história dos Programas de Pós-graduação em Sociologia e em Ciências Sociais da Unicamp a partir da avaliação da pós-graduação realizada pela CAPES e, num segundo momento, delinearemos as carreiras docentes dos professores que trabalham nesses Programas de Pós-graduação. Com isso, buscamos apreender, respectivamente, as mudanças e as permanências da pós-graduação em Sociologia da Unicamp.

Mas, antes disso, é preciso registrar dois esclarecimentos teórico-metodológicos que orientaram a análise desse artigo. O primeiro deles corresponde à metodologia empregada para construir as categorias que orientaram a análise, a saber, os paradigmas de avaliação da pós-graduação e as desigualdades entre os sexos. Essas categorias emergiram, por um lado, a partir dos depoimentos dos professores entrevistados e das informações coletadas e, por outro, a pos-

¹Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — CAPES.

teriori o processo de investigação, pois, conforme nos ensina Marx (2013, p. 150): “A reflexão sobre as formas da vida humana, e, assim, também sua análise científica, percorre um caminho contrário ao do desenvolvimento real. Ela começa *post festum* e, por conseguinte, com os resultados prontos do processo de desenvolvimento”. Outro esclarecimento refere-se ao trabalho com os depoimentos dos professores entrevistados, que esteve fundamentado na perspectiva da “História Oral” proposta por Queiroz (1991, p. 21), cuja finalidade foi elucidar “o que sucede na encruzilhada da vida individual com o social”. Em complemento e confrontação a esses depoimentos, mobilizamos informações disponíveis nos anuários estatísticos e nos documentos legais da universidade e das agências de fomento e temáticas afins constantes na literatura especializada. Uma vez esboçados esses dois esclarecimentos teórico-metodológicos, passemos então, primeiramente, para a análise das mudanças da pós-graduação em sociologia da Unicamp, a partir da história dos Programas de Pós-graduação em Sociologia e em Ciências Sociais.

História da pós-graduação em Sociologia da Unicamp: mudanças

“Nós tínhamos mestrados disciplinares e tínhamos um projeto intelectual” (E1)²

²A fim de manter o sigilo e o anonimato dos 11 professores de sociologia da Unicamp entrevistados, optamos por não fazer qualquer tipo de referência passível de identificação. Por isso, nos depoimentos utilizados nesse artigo, por um lado, suprimimos suas marcas pessoais, por intermédio da realização de cortes nos depoimentos, e, por outro, empregamos *E* associado a um número (1, 2, 3 etc.), para nos referirmos, sequencialmente, ao “excerto 1 dos depoimentos dos professores entrevistados” (E1), “excerto 2 dos depoimentos dos professores entrevistados” (E2), “excerto 3 dos depoimentos dos professores entrevistados” (E3) etc.

A pós-graduação em sociologia da Unicamp compreende as atividades desenvolvidas pelos professores em dois Programas de Pós-graduação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), o de Sociologia (PPG em Sociologia) e o de Ciências Sociais (PPG em Ciências Sociais), extrapolando, portanto, as atividades desenvolvidas pelos professores no âmbito do Departamento de Sociologia. No PPG em Sociologia são ofertados os cursos de mestrado e doutorado em quatro linhas de pesquisa (Teoria e Pensamento Sociológico; Cultura; Ambiente e Tecnologia; e, Trabalho e Sociedade), enquanto no PPG em Ciências Sociais é ofertado apenas o curso de doutorado em sete linhas de pesquisa (Processos Sociais, Identidades e Representações do Mundo Rural; Trabalho, Política e Sociedade; Estudos de Gênero; Modos de Conhecimento e suas Expressões: Experiências e Trajetórias; Estudos das Relações China-Brasil; Estudos sobre Cidades; e, Estudos sobre Patrimônio Cultural e Memória Social).

Em 2017, na avaliação da pós-graduação realizada pela CAPES, o PPG em Sociologia obteve a nota 6, sendo considerado “um dos melhores do país segundo os parâmetros do quadriênio 2013-2016, consolidado e com clara inserção internacional” (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2017a, p. 5).³ Por seu turno, o PPG em Ciências Sociais teve sua nota

³Atualmente, a cada quadriênio, todos os Programas de Pós-graduação (PPGs) do país, nas diferentes áreas do conhecimento, “são submetidos a uma criteriosa avaliação periódica”, realizada pela CAPES, cujos resultados, isto é, as notas dos PPGs, são publicizados. Nesse modelo de avaliação, as notas recebidas pelos PPGs servem de “instrumento” para a “concessão de auxílios, tanto por parte das agências de fomento nacionais, como dos organismos internacionais”. Essas notas variam numa escala de 1 a 7: quando os PPGs obtêm as notas 1 ou 2, “tem canceladas as autorizações de funcionamento e o reconhecimento dos cursos”; a nota 3, “significa desempenho regular, atendendo ao padrão mínimo de qualidade”; a nota 4, “é considerado um bom desempenho”, sendo essa a nota mínima para PPGs com cursos de doutorado; a nota 5, “é a nota máxima para programas com apenas mestrado”; enquanto que, as notas 6 e 7, “indicam desempenho equivalente ao alto padrão in-

diminuída de 5 para 4.⁴ Nota-se que, no país, somente a Unicamp oferta, simultaneamente e numa mesma unidade de ensino e pesquisa (faculdade, instituto etc.), dois cursos de doutorado na área de sociologia. Mas, afinal, por que isso acontece? Um olhar atento para a história dos PPGs em Sociologia e em Ciências Sociais oferece-nos não apenas uma resposta para essa questão, mas, sobretudo, uma melhor compreensão sobre as mudanças na pós-graduação em Sociologia da Unicamp.

Na Unicamp, excetuando-se os cursos de pós-graduação em Desenvolvimento e Planejamento Econômico ofertados no quinquênio de 1968-1972 pelo Departamento de Planejamento Econômico e Social (DEPES), primeira unidade do IFCH,⁵ os primeiros cursos de pós-graduação na área de Ciências Humanas datam do início dos anos de 1970. Em 1971, foi criado o mestrado em Antropologia Social, conforme relembra Peter Fry (2010, p. 12), um dos primeiros professores contratados do IFCH na área de Antropologia:

E o Fausto [Castilho] nos mandou abrir um mestrado lá, [19]72,

ternacional” (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2021, *itálicos nossos*).

⁴De acordo com a Comissão de Avaliação da área de Sociologia da CAPES, “por atingir o nível Bom em produção intelectual docente, e o conceito Bom no quesito Corpo Docente, o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) não se qualifica para permanecer com a nota 5. Por essa razão, recomendamos a nota 4 para este programa.” (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2017b)

⁵Fausto Castilho, organizador da área de humanidades na Unicamp e fundador do IFCH, informa-nos que “o DEPES foi criado pelo Conselho Diretor em 1967 (...) como primeira unidade do futuro Instituto Central de Ciências Humanas (...). Era uma proposta provisória destinada a vigorar até 1973, quando a organização do departamento estaria enfim concluída. Dele resultariam posteriormente dois departamentos dedicados à pesquisa fundamental, um de Ciências Sociais e outro de Ciências Econômicas, enquanto o DEPES propriamente dito passaria a integrar a unidade de planejamento de Estado” (CASTILHO; SOARES, 2008, p. 145).

[19]73 — não me lembro que ano. Que parecia ridículo, porque tínhamos acabado de começar a graduação [em Ciências Sociais], só tinha nós três lá — Antonio Augusto [Arantes Neto], Verena [Stolcke] e eu — e era uma situação muito, muito esdrúxula. E quem dominava aquela situação era o João Manuel Cardoso de Mello. Eu disse: “João Manuel, é impossível abrir um mestrado”. [E ele disse:] “Não, Peter, você não entendeu nada. Aqui no Brasil, a gente começa com a pista de pouso, depois vêm os aviões”. Falou assim mesmo.

Além do mestrado em Antropologia Social, ainda nos anos de 1970 foram criados outros mestrados no IFCH: em 1974, os mestrados em Sociologia, em Ciência Política e em Economia⁶; em 1975, o mestrado em Linguística⁷; em 1976, o mestrado em História; em 1977, o mestrado em Lógica e Filosofia da Ciência.

No IFCH, os primeiros cursos de doutorado foram criados no final dos anos de 1970 e na primeira metade dos anos de 1980: em 1977, os doutorados em Economia e em Lógica e Filosofia da Ciência; em 1984, o doutorado em História; em 1985, o doutorado em Ciências Sociais.

(...) na pós[-graduação] só existia o mestrado de Sociologia. (...) o sistema de pós-graduação estava no início ainda, nós não tínhamos nem doutorado. O doutorado que existia foi criado em [19]85, (...) o de Ciências Sociais. Então, eu passei a dar aula também no doutorado em Ciências Sociais. (E2)

⁶Em 16 de agosto de 1984, pelo Decreto nº 22.577, foi criado o Instituto de Economia (IE) da Unicamp, a partir da transferência de professores do departamento de economia e planejamento econômico. Para maiores informações sobre a criação do IE, ver, dentre outros, Cano (2007) e Marques (2016).

⁷Em 21 de março de 1977, pelo Decreto nº 9.597, foi criado o Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da Unicamp, a partir da transferência de professores do departamento de linguística e do centro de linguística aplicada do IFCH, tendo como seu primeiro diretor Antonio Candido de Mello e Souza. Para maiores informações sobre a criação do IEL, ver, dentre outros, Vogt (2009) e Viana (2016).

A partir de então, a pós-graduação em Sociologia da Unicamp seria constituída por dois cursos de pós-graduação, o mestrado em Sociologia e o doutorado em Ciências Sociais, de maneira que os professores de Sociologia atuavam em ambos os cursos. Essa forma de organização da pós-graduação e atuação dos professores de Sociologia configurava-se num projeto intelectual próprio da pós-graduação do IFCH no qual previa-se uma formação disciplinar em Sociologia, Antropologia, Ciência Política ou História no mestrado e uma formação interdisciplinar em Ciências Sociais no doutorado.

Por que existe o doutorado em Ciências Sociais? Porque antigamente só existia o doutorado em Ciências Sociais. *Você tinha o mestrado por área de Sociologia, de Antropologia, de [Ciência] Política, (...) de História, e tinha o doutorado em Ciências Sociais (...). Aí todos nós tínhamos orientandos no mestrado [disciplinar] ou no doutorado [em Ciências Sociais] (...).* (E3, itálicos nossos)

Nós tínhamos mestrados disciplinares e tínhamos um projeto intelectual. A gente sempre teve uma convivência muito vivaz, muito bem-sucedida, com os departamentos de Ciência Política e de Antropologia; eu diria mais, [com o departamento] de História também. (...). Eu sempre fiz parte daquele grupo que apostava na dimensão transdisciplinar, porque, assim, eu não sei fazer pesquisa [disciplinar]. Para mim a pesquisa sociológica quanto mais próxima da Antropologia, mais rico é o seu conhecimento (...). Eu acho que os objetos das Ciências Sociais são por definição transdisciplinares (...). (E4, itálicos nossos)

Por quase duas décadas, esse projeto intelectual da pós-graduação do IFCH na área de Ciências Sociais, foi mantido e aperfeiçoado, de tal sorte que a Unicamp logo se tornou uma universidade de referência na pesquisa e na formação pós-graduada nessa área. Nas avaliações dos cursos de pós-graduação promovidas pela CAPES entre o final dos anos de 1980 e o início dos anos de 2000, os mestrados disciplinares em Sociologia, Antropologia e Ciência Política — esse último

mestrado um pouco menos — e o doutorado interdisciplinar em Ciências Sociais da Unicamp, em geral, sempre alcançaram excelentes conceitos⁸ ou notas (Tabela 1).

Na *Ficha de avaliação trienal de 2001* é possível ler que o mestrado em Sociologia da Unicamp, naquela época nota 5, “possui relevância acadêmica na área de Sociologia, constituindo-se em *referência nacional em nível de mestrado*” (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2001, p. 3, itálicos nossos), ao passo que, na *Ficha de avaliação trienal de 2004* o doutorado em Ciências Sociais da Unicamp, então nota 6, era considerado

(...) como *um dos mais importantes e destacados da pós-graduação brasileira. Ele se destaca sobretudo por sua atuação marcadamente interdisciplinar*, estruturada em 10 linhas de pesquisa (dentre elas Trabalho, Política e Sociedade, Cultura e Política, Estudos de Gênero, Estudos de População, Estudos Políticos, e Mudanças Sociais: questões em Ambiente e Tecnologia), *em que os temas estratégicos para a sociedade brasileira são investigados com qualidade reconhecida nacional e internacionalmente.* (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2004, p. 1, itálicos nossos)

⁸Até o biênio de 1994-1995, o resultado da avaliação da pós-graduação realizada pela CAPES era expresso em conceitos que variavam de “A” a “E”, em ordem decrescente. Nesse modelo de avaliação, o conceito “A” indicava que determinado curso de mestrado ou de doutorado era um curso consolidado, ao passo que, o conceito “E”, apontava que o curso não preenchia os requisitos mínimos para o desenvolvimento de atividades em nível de pós-graduação. Era possível também atribuir aos cursos as seguintes siglas: “CN” (Curso Novo), quando o curso era novo, “CR” (Curso em Reestruturação), quando o curso estava em reestruturação, ou “SA” (Sem Avaliação), quando não havia dados sobre o curso ou esses eram considerados insuficientes para se realizar a avaliação e atribuir um conceito (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 1996; 1998).

Tabela 1: Área de Ciências Sociais da Unicamp por Programa de Pós-graduação, curso, ano de criação e avaliações da CAPES (1989-2003)

Programa de Pós-graduação	Curso	Ano de criação	Área de avaliação	Avaliações da CAPES					
				1989-1991	1992-1993	1994-1995	1996-1997	1998-2000	2001-2003
Sociologia	Mestrado	1974	Sociologia	A	A	A	5	5	5
Antropologia Social	Mestrado	1971	Antropologia e Arqueologia	A	A	A	5	5	5
Ciência Política	Mestrado	1974	Ciência Política e Relações Internacionais	A	B	B	5	4	4
Ciências Sociais	Doutorado	1985	Sociologia	A	A	A	6	6	6

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (1996; 1998; 2018a).

No entanto, na primeira metade dos anos 2000, esse projeto intelectual da pós-graduação do IFCH na área de Ciências Sociais passou a sofrer reveses em decorrência das injunções do modelo CAPES de avaliação. Implantado no biênio de 1996-1997 e consolidado nos anos subsequentes, esse modelo se colocava como um novo paradigma de avaliação da pós-graduação.

A ideia da existência de “paradigmas de avaliação da pós-graduação” não é novidade. Desde os pioneiros trabalhos de Moraes (1999; 2006 [2002]),⁹ ela tem sido útil para se identificar um período de ruptura nas políticas de pós-graduação no país, em meados dos anos de 1990.

Segundo Moraes (2006), a mudança nos parâmetros e critérios de avaliação da pós-graduação introduzidos pela CAPES no biênio 1996-1997, e consolidados nos anos subsequentes, produziu uma ruptura com o “paradigma de avaliação da pós-graduação” então vigente, criado em 1976 e aperfeiçoado durante os anos 1980. Caudatário da

⁹Maria Célia Marcondes de Moraes (1943-2008) foi professora (1995-2008) e coordenadora do PPG em Educação (1996-1998) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), coordenadora adjunta (1999-2000) e coordenadora (2001-2003) da área de Educação junto à CAPES, além de membro da Comissão de Acompanhamento dos PPGs em Educação da CAPES (2005-2006). Ocupou, portanto, cargos e representações na pós-graduação no período de implementação e consolidação do “novo paradigma de avaliação”, o que lhe permitiu, dado seu lugar privilegiado, desvelar a inflexão das políticas nesse nível de ensino. Conforme ela mesmo enfatiza: “A minha gestão (1996-1998) aqui, como coordenadora, coincide com *as grandes mudanças no sistema de avaliação da CAPES e de suas repercussões na pós-graduação*. De minha parte, portanto, não foi só um conhecimento do funcionamento do Programa, da área, da universidade, mas foi acompanhar *a introdução de uma nova mentalidade na pós-graduação brasileira*. Isso se confundiu um pouco comigo (...). Ou seja, eu também estava apreendendo *essa mentalidade que a CAPES começava a impor*.” (in BIANCHETTI; MACHADO, 2008, p. 372, *itálicos nossos*). Na discussão que se segue utilizaremos seu texto *Avaliação na pós-graduação brasileira: novos paradigmas, antigas controvérsias* (MORAES, 2006 [2002]), versão modificada e ampliada do texto *Paradigmas e adesões: temas para pensar a teoria e a prática em educação* (MORAES, 1999).

política de educação e de ensino superior forjada nos governos do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), o “novo paradigma de avaliação da pós-graduação brasileira” alterou a organização e o funcionamento dos PPGs, o trabalho de seus professores, a ênfase formativa dos cursos de mestrado e doutorado, assim como a forma de avaliação e financiamento da pesquisa científica, haja vista ser a pós-graduação seu *locus* privilegiado.

Sendo “um modelo de avaliação fechado que (...) ‘contém uma concepção de avaliação diagnóstica a que é difícil, quase impossível escapar’ ”, esse novo paradigma de avaliação da pós-graduação, que até “admite a diversidade, mas em sua monopólica apreensão, homogênea o desigual” (MORAES, 2006, p. 209), alterou de maneira radical, “violenta” e em exíguo espaço de tempo o cotidiano dos PPGs e dos trabalhadores do *stricto sensu*, isto é, dos professores e estudantes. Moraes (2006, p. 208) se pergunta: “o que fez a CAPES?”. E, logo em seguida, responde: “Kuhnianamente, estabeleceu um paradigma de referência, conferiu estatuto de autoridade a um determinado paradigma de avaliação, aparentemente consensual e com o decisivo apoio de seu conselho técnico-científico”.

Nota-se que o conceito de “paradigma” retoma o clássico estudo de Thomas Kuhn, *A estrutura das revoluções científicas*, livro publicado originalmente em 1962. A tese desse autor, ao refutar a concepção de que o progresso da ciência se dá pelo “desenvolvimento-por-acumulação”, é a de que as revoluções científicas estruturam o desenvolvimento da ciência por meio da sucessão de paradigmas, isto é, “realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência” (KUHN, 2013, p. 53).

Kuhn (2013) argumenta que a estrutura do desenvolvimento da ci-

ência segue a seguinte ordenação: após um período “pré-paradigmático”, no qual uma teoria ou um conjunto de teorias científicas se afirmam como “paradigma”, adentra-se num segundo período denominado de “ciência normal”, em que os cientistas se dedicam à resolução de “quebra-cabeças”, isto é, “problemas da pesquisa normal”; dado a manifestação de “anomalias”, a princípio ignoradas pela própria comunidade científica, a ciência normal paulatinamente desestrutura-se, lançando o paradigma vigente para um momento “crise”; nesse período de “ciência revolucionária” diferentes teorias científicas competem ferozmente entre si, até que a resolução dessa crise, por intermédio da “revolução científica”, origine a hegemonia de um “novo paradigma”; e assim sucessivamente.

Em seu *Post-scriptum*, datado de 1969, Kuhn (2013, p. 280) adverte aos seus críticos que o conceito de paradigma por ele utilizado admite dois sentidos interpretativos:

De um lado, indica toda a constelação de crenças, valores, técnicas etc., partilhadas pelos membros de uma comunidade determinada. De outro, denota um tipo de elemento dessa constelação: as soluções concretas de quebra-cabeças que, empregadas como modelos ou exemplos, podem substituir regras explícitas como base para a solução dos restantes quebra-cabeças da ciência normal.

No caso em tela, utilizaremos o primeiro sentido atribuído ao conceito de paradigma de caráter eminentemente sociológico, pois a partir dele podemos identificar a estrutura social de uma determinada comunidade científica, haja vista que “um paradigma é aquilo que os membros de uma comunidade partilham e, inversamente, uma comunidade científica consiste em homens que partilham um paradigma” (KUHN, 2013, p. 281-282).

Assim, partindo do conceito sociológico de paradigma de Kuhn (2013), ambos apropriados por Moraes (2006, p. 200, *itálicos nossos*),

compreende-se por que “o impacto da avaliação [da pós-graduação] referente ao biênio 1996-1997, quando da introdução do novo paradigma, foi devastador para algumas áreas (...). *A grita, então, foi ensurdecedora.*”

Ilustrativos dessa “revolução científica” capitaneada pela CAPES são os títulos dos textos de reação dos PPGs em Educação (PPGEs), seja individual ou coletivamente, à introdução do novo paradigma de avaliação da pós-graduação, a saber: *A mudança de critérios de avaliação dos programas de pós-graduação: subsídios para uma tomada de posição da área de educação* (Colegiado do PPGE da Universidade Federal Fluminense, 1998) (FÁVERO, 1999); *Decifra-me ou te devoro: o enigma de uma avaliação da CAPES* (Fórum Nacional de Coordenadores de Cursos e Programas de Pós-graduação em Educação — FORPRED, Região Norte e Nordeste, 1998) (RAMALHO; MADEIRA, 2005); *Pós-graduação em educação no Brasil: necessidade de avaliação da avaliação* (FORPRED, Região Sul, 1998) (MORAES, 2006); *A avaliação da pós-graduação em debate* (Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação — ANPEd, 1999), contendo o texto *Reavaliando as avaliações da CAPES* (FÁVERO, 1999).

O entendimento da profusão desses textos reativos ao novo paradigma de avaliação da pós-graduação mais uma vez é esclarecido por Kuhn (2013), quando esse autor problematiza a transição de paradigmas que, vale lembrarmos, são sempre “incomensuráveis”:

A transferência de adesão de um paradigma a outro é uma experiência de conversão que não pode ser forçada. A resistência de toda uma vida, especialmente por parte daqueles cujas carreiras produtivas comprometeram-nos com uma tradição mais antiga de ciência normal, não é uma violação dos padrões científicos, mas um índice da própria natureza da pesquisa científica. A fonte dessa resistência

é a certeza de que o paradigma antigo acabará resolvendo todos os seus problemas e que a natureza pode ser enquadrada na estrutura proporcionada pelo modelo paradigmático. (KUHN, 2013, p. 250).

Mas, afinal, quais seriam as características do antigo e do novo paradigma de avaliação da pós-graduação para a ocorrência de tamanhas resistências? Os estudos relativos à política de avaliação da pós-graduação informam que o antigo paradigma tinha um “ímpeto formador” (CURY, 2009, p. x-xi), pois, objetivava a “formação de professores”, em atendimento à expansão do ensino superior (KUENZER; MORAES, 2005), e estava fundamentado num modelo de avaliação que privilegiava a “autonomia” das comissões de áreas no estabelecimento de parâmetros e critérios de avaliação dos PPGs e na “solidariedade” e “cooperação” entre os mesmos (FONSECA, 2001).

(...) não havia grande controvérsia, pois, por um processo de decantação, a grande maioria dos programas subia progressivamente na escala até chegar ao conceito máximo. Em 1996, cinco dos oito programas da área de Antropologia estavam em nível A. O maior suspense do processo era saber se e quando os outros programas iam subir de C para B, de B para A. O *ranking* confirmava “o que já era sabido” — os programas mais antigos e consagrados ficavam em cima na hierarquia, e os mais novos esperavam pacientemente sua vez para entrar na mesma categoria. *Do nosso ponto de vista, isto é, das áreas disciplinares, o sistema funcionava muito bem, obrigado.* (FONSECA, 2001, p. 264, *itálicos nossos*).

Todavia, esse não era o entendimento do então Ministro da Educação e do Desporto da época, Paulo Renato de Souza (2005), assim como da própria CAPES (SPAGNOLO, 1995).

O problema estava na definição dos conceitos do processo de avaliação. (...). Os resultados do processo avaliativo de 1996 não deixavam dúvidas de que o modelo de avaliação até então utilizado havia esgotado suas possibilidades de traduzir a situação da pós-graduação

nacional e de orientar os investimentos públicos nesse setor. Ficou evidente a perda do poder discricionário da escala de classificação adotada. Por outro lado, o estágio de desenvolvimento alcançado por muitos programas recomendava que a pós-graduação brasileira fosse inserida no contexto mundial de geração de conhecimento e avaliada com base nos padrões internacionais vigentes.

As mudanças que introduzimos no sistema de avaliação da CAPES contemplaram o estabelecimento de padrões internacionais de excelência, a ampliação da escala de conceito e a busca do referendo de comissões de especialistas internacionais. Foram estabelecidos novos critérios de eficiência e desempenho acadêmicos, vinculando esse processo ao de credenciamento e à concessão de financiamento aos programas (...). Adotamos uma escala numérica, de 1 a 7, em substituição à escala [decrecente] de cinco conceitos anteriormente utilizada [- de “A” a “E”]. As notas 6 e 7 são exclusivas para programas que ofereçam doutorado com nível de excelência, segundo os padrões internacionais da área. (SOUZA, 2005, p. 195-196, itálicos nossos)

É importante recordarmos a conjuntura na qual foi introduzida o novo paradigma de avaliação da pós-graduação brasileira: congelamento salarial e sucateamento da infraestrutura das universidades públicas, principalmente federais; limitação de fundos de pesquisa e corte de bolsas de estudo; greve de quase cem dias dos professores e técnicos-administrativos das universidades federais etc. (FONSECA, 2001; MORAES, 2006).

O novo paradigma de avaliação da pós-graduação, sendo incomensurável ao paradigma anterior e implementado nessas condições adversas aos professores, instituiu um sistema de “regulação, controle e *acreditação*” (SGUISSARDI, 2006, p. 50, itálicos do autor), no qual “o financiamento, nas suas diferentes formas (concessão de bolsas, auxílios, taxas; possibilidade de firmar convênios etc.), [foi] acoplado à avaliação” dos PPGs (BIANCHETTI, 2009, p. 21). De característica “produtivista, quantitativista e *rankeadora*” (BIANCHETTI,

2009, p. 23, itálicos do autor), atribuindo “ênfase nas publicações, valorizadas por uma hierarquia complexa e sofisticada” (CURY, 2009, p. xi), e fomentando a “corrida pelo *Lattes*”¹⁰ (SILVA, 2005) e a competição entre e intra universidades, áreas e PPGs, o novo paradigma de avaliação da pós-graduação passou a priorizar, não mais a “formação de professores”, mas, antes de tudo, a “formação de pesquisadores” (KUENZER; MORAES, 2005).

Na concepção de Sguissardi (2010b, s. p.), o novo paradigma de avaliação da pós-graduação constitui-se “como um processo que considera muito mais o quanto um docente/pesquisador publica do que a qualidade ou o benefício científico, público e social do que é publicado”, haja vista que “ênfata-se a produtividade, não a recepção ou o interesse público e social do produzido”. Segundo Kuenzer e Moraes (2005), ainda que existam aspectos positivos nesse novo paradigma de avaliação da pós-graduação, como a centralidade atribuída à pesquisa na pós-graduação, os seus aspectos negativos sobressaem, podendo esses ser resumidos em dois pontos principais:

Por um lado, *a exacerbação quantitativista que, como de resto ocorre com os modelos econométricos, só avalia o que pode ser mensurado. (...) Por outro lado, as exigências relativas à produção acadêmica geraram o seu contrário: um verdadeiro surto produtivista em que o que conta é publicar, não importa qual versão requeitada*

¹⁰De acordo com Sguissardi e Silva Junior (2009, p. 45), “o Currículo *Lattes* consiste no portfólio de muitos doutores, formados depois de implantado o novo Modelo CAPES de Avaliação, em 1996-1997, a correrem atrás de pós-doutoramentos, de publicações, de bolsas de produtividade, de participação em congressos bem classificados academicamente, isto no objetivo de fazer caminhar a ‘nova universidade’, sem saberem bem para onde ela caminha”. Assim, “O Currículo *Lattes* acaba sendo objeto de competitividade e do individualismo, quando se buscam informações da produção dos colegas de área ou mesmo de departamento. Quer-se saber se os colegas publicaram ou não; se publicaram, em que periódico o fizeram, e se de prestígio segundo o sistema *Qualis*, criado pelos pares no âmbito das associações científicas e que classifica cada periódico” (SGUISSARDI; SILVA JÚNIOR, 2009, p. 46).

de um produto, ou várias versões maquiadas de um produto novo. *A quantidade institui-se em meta.* (KUENZER; MORAES, 2005, p. 1347-1348, *itálicos nossos*).

Como se observa, a face mais visível do novo paradigma de avaliação da pós-graduação que orienta não somente a cultura da pós-graduação, mas as práticas universitárias em geral, é a ideologia do produtivismo acadêmico, que se caracteriza pela “valorização da quantidade da produção científico-acadêmica, tendendo a desconsiderar a sua qualidade” (SGUISSARDI, 2010b, s. p.). Foi justamente esse novo paradigma de avaliação da pós-graduação, isto é, o “modelo CAPES de avaliação” (SGUISSARDI, 2006), que passou a intervir, na primeira metade dos anos 2000, no projeto intelectual da pós-graduação do IFCH na área de Ciências Sociais. Os quatro professores com mais tempo de trabalho dentre os entrevistados, tendo vivenciado esse processo que culminaria na criação de cursos de doutorado disciplinares em 2004, relembram, cada um a seu modo, esse período tenso e conturbado:

(...) nós começamos a ser instigados pelos relatórios da CAPES, porque a nota máxima do nosso mestrado [em Sociologia] só poderia ser 5. Nós não tínhamos um doutorado correspondente. Então, para chegar o mestrado a ter 7, nota máxima, ou 6, que é um reconhecimento, ele tem que ter um doutorado correspondente. (...). Inclusive houve um professor (...) da USP, que na época era coordenador (...) da Comissão de Avaliação [da área de Sociologia na CAPES]. (...) Ele veio aqui, deu um seminário para a gente (...) dizendo da importância de se criar doutorados disciplinares, que era uma tendência da pós-graduação no mundo todo (...). (...) ao que parece, a estratégia da CAPES era de criar doutorados disciplinares. Foi uma situação muito tensa, não foi simples, e nós acabamos por, ainda que divididos, criarmos, sim, os doutorados disciplinares. A esfera que deliberou sobre isso foi a congregação do Instituto, depois dos debates dos departamentos. A coisa (...) foi tão complicada, o resultado é que alguns professores (...) continuaram

a orientar nas Ciências Sociais, por inércia inclusive. (...) do ponto de vista intelectual, eu (...) compreendo essas injunções de caráter administrativo da avaliação, talvez seja mais fácil para uma análise comparativa analisar a Sociologia da Unicamp, da Unesp, da USP, do que a Ciências Sociais, não é? Então, eu acho que são razões de caráter mais acadêmico-burocrático do que propriamente intelectual. (...) embora sendo tensa, porque a gente ficou “quem é contra” e “quem é a favor”, a gente conseguiu conciliar a questão. (E5)

Bom, aí começou a dar problema. Por quê? Por causa das bolsas. Se você tem doutorado por disciplina, você começa a ter mais bolsas. Então, a Sociologia foi a primeira, falamos: “Nós já temos uma avaliação ótima do mestrado, estamos com [nota] 5. Por essa avaliação temos direito a pedir doutorado. Nós vamos querer ter o doutorado. Não vamos abandonar as Ciências Sociais, os professores continuam lá também, mas nós vamos...”. A Sociologia foi a primeira a conseguir. (...). A Antropologia reclamou, reclamou, mas logo percebeu que era uma grande vantagem, porque ia ter mais verba. Então a Antropologia fez de conta que não gostou, mas fez igual. A Ciência Política não queria de jeito nenhum. Por quê? Porque a avaliação da Ciência Política era muito pior do que da Sociologia e da Antropologia, então eles corriam risco de não conseguir o doutorado em Ciência Política. A História eu não sei como é que foi. No fim, todos conseguiram, mas não queriam extinguir o doutorado em Ciências Sociais e o coitadinho ficou o patinho feio. (...). Agora, já quase fechou o ano passado o doutorado em Ciências Sociais, porque ninguém dá bola, ninguém quer ser coordenador. É muito complicado, eu nem sei como é que aquilo funciona. (E6)

Na verdade, (...) havia um processo em âmbito nacional de especialização das disciplinas, Antropologia, Sociologia e Ciência Política. Então, o doutorado [em Ciências Sociais] não conseguia mais dar conta desse tipo de contradição. O que aconteceu é que aqui nós chegamos à conclusão [de] que deveríamos continuar. O problema é que algumas pessoas permaneceram no doutorado em Ciências Sociais, então, eles tiveram que refazer esse doutorado em Ciências Sociais, (...) e os outros foram para os departamentos de Sociologia, Antropologia e Ciência Política. A divisão foi essa, foi interna (...). Foi bastante conflituoso porque teve discussões, teve debates, foi bastante conflituoso. (E7)

Teve muita briga inclusive, muita discussão, muita... Na formação dos doutorados disciplinares muitos colegas que estavam, por exemplo, ligados a uma área, (...) no momento em que foi criado o doutorado [disciplinar] (...) foi todo mundo para o doutorado [disciplinar] (...) e fechou essa área. E alguns, inclusive, não queriam nem manter os seus orientandos no doutorado de Ciências Sociais, então, pediram para os orientandos se transferirem para a Ciência Política, ou para a Sociologia, ou para a Antropologia, aconteceu nos três [doutorados disciplinares], e muitos alunos tiveram que migrar de Programa [de Pós-graduação], sair do doutorado de Ciências Sociais e acompanhar o seu professor, o seu orientador, no doutorado [disciplinar] de origem. Então, foi um período muito complicado, muito conturbado. (E8)

Nesses depoimentos, observamos claramente as injunções do modelo CAPES de avaliação no sentido de fomentar a criação dos doutorados disciplinares no IFCH, o que significou, de certo modo, o abandono, pelo menos em parte, do projeto intelectual próprio da pós-graduação na área de Ciências Sociais. Por parte da CAPES, diferentes estratégias foram adotadas para convencer os professores a criarem os doutorados disciplinares em seus respectivos departamentos: emissão de relatórios de avaliação contendo recomendações para a melhoria da nota dos mestrados disciplinares; realização de palestras persuasivas pelos representantes das áreas na CAPES sobre as tendências mundiais na pós-graduação; a vinculação e a submissão do financiamento, principalmente, na forma de bolsas de estudo, à avaliação dos cursos ou programas de pós-graduação. De certo modo, essa última estratégia, a de vincular e submeter o financiamento à avaliação, aliás, característica do modelo CAPES de avaliação, constituiu-se na principal estratégia utilizada pela CAPES para convencer os professores a criarem os doutorados disciplinares, uma vez que os mestrados disciplinares somente poderiam obter, no máximo, a nota 5, numa escala de 1 a 7, num contexto em que quanto maior é a avaliação de um

curso ou PPG maior será o seu financiamento.

(...) no doutorado precisa ter Ciências Sociais. Como é que eu vou (...) ter um objeto que eu falo: “Isso é sociológico”. Não dá! (...). Tem aspectos antropológicos, tem aspectos sociológicos, tem aspectos da Ciência Política. (...). No doutorado o seu objeto é multifacetado. Como é que você vai dizer: “Não, não, não. Essa parte aqui você para, não pesquisa isso não, não conclui nada, porque isso é da Ciência Política, isso aqui é da Antropologia, isso daqui é da História”. Eu acho que existe doutorado em Ciências Sociais, não existe doutorado em Sociologia. *Agora, existe [doutorado em Sociologia] porque (...) a divisão, é como aconteceu nos Estados Unidos, é de verba! Você foi criando os diversos departamentos por questão financeira, não por causa do conhecimento, não por causa da natureza do objeto. (...). Porque isso é dinheiro, isso é dinheiro, quer dizer, é verba, é verba, é possibilidade de contratar mais professor, se você cria um departamento. (...). [Ou seja, você] vai se subjugando à lógica capitalista ((risos)), (...) porque no fim é isso. (...). No caso da divisão dos Programas de Pós-graduação do IFCH foi isso: é número de bolsas que aumentava muito. (...). Então, por isso que se resolve [criar os doutorados disciplinares], não porque o objeto seja diferente, é uma decisão econômica e pragmática (...) para se adequar aos financiamentos e a ditadura hoje da CAPES (...).* (E9, itálicos nossos)

Em 2004, depois de muitas “discussões”, “debates” (E7), até mesmo “briga” (E8) entre os professores, pois criou-se uma situação “tensa” de “‘quem é contra’ e ‘quem é a favor’” (E5), a congregação do IFCH aprovou a criação dos doutorados disciplinares vinculados aos seus respectivos mestrados/departamentos, formando, assim, os PPGs em Sociologia (mestrado/doutorado), em Antropologia Social (mestrado/doutorado) e em Ciência Política (mestrado/doutorado). Ainda que tenham sido criados os doutorados disciplinares, o doutorado em Ciências Sociais, ou PPG em Ciências Sociais (doutorado), não foi extinto, mantendo-se, ainda que de maneira precária, em funcionamento. É verdade que, em decorrência do descredenciamento

de muitos professores para atuarem exclusivamente no PPG disciplinar de seu respectivo departamento, o PPG em Ciências Sociais teve que ser reestruturado, passando a contar também com professores de outras faculdades e institutos da Unicamp. Desde então, os PPGs disciplinares do IFCH têm obtido boas e excelentes notas nas avaliações da pós-graduação promovidas pela CAPES. Por sua vez, nessas mesmas avaliações, o PPG em Ciências Sociais tem diminuído progressivamente sua nota, obtendo na última avaliação quadrienal a nota 4 (Tabela 2), vale lembrar, “nota mínima para renovar o reconhecimento” de PPGs com cursos de doutorado (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2018b).¹¹

(...) se você olhar um pouco a história do doutorado em Ciências Sociais, algumas áreas desapareceram e outras foram redefinidas, e é claro que outras emergiram também. (...) *a Ciências Sociais ela caiu de [nota, de] 6 para 5 [e de 5 para 4]. Por quê? Porque boa parte de seus professores apenas se dedicaram aos Programas [de Pós-graduação] disciplinares.* Houve uma ampliação, nós tivemos gente da [Faculdade de] Educação que veio para as Ciências Sociais (...), (...) da FEAGRI [(Faculdade de Engenharia Agrícola)], colegas da Economia, da Geociências. Então, é um doutorado que se manteve (...) interdisciplinar (...). *Mas, mesmo assim, a produção científica caiu (...).* (E10, itálicos nossos)

¹¹Na Portaria nº 182, de 14 de agosto de 2018, da CAPES, que dispõe sobre os processos avaliativos das propostas de cursos novos e dos PPGs em funcionamento, lê-se, no seu art. 11, que “Após a avaliação periódica, cada programa em funcionamento receberá apenas uma nota, na escala de 1 (um) a 7 (sete). I — Serão regulares os programas que receberem nota igual ou superior a 4 (quatro); II — Serão desativados os programas que receberem nota inferior a 3 (três); e, III — Programas que receberem nota 3 (três): a) serão regulares se compostos por apenas um curso de mestrado; e, b) serão desativados os programas compostos por mestrado e doutorado ou aqueles com nível de doutorado.” (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2018b, itálicos nossos)

Tabela 2: Área de Ciências Sociais da Unicamp por Programa de Pós-graduação, curso, ano de criação e avaliações da CAPES (2004-2016)

Programa de Pós-graduação	Curso	Ano de criação	Avaliações da CAPES				
			Área de avaliação	2004-2006	2007-2009	2010-2012	2013-2016
Sociologia	Mestrado	1974	Sociologia	5	6	6	6
	Doutorado	2004					
Antropologia Social	Mestrado	1971	Antropologia e Arqueologia	5	5	6	5
	Doutorado	2004					
Ciência Política	Mestrado	1974	Ciência Política e Relações Internacionais	5	5	5	6
	Doutorado	2004					
Ciências Sociais	Doutorado	1985	Sociologia	6	5	5	4

Fonte: Elaborado pelo autor a partir Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (2018a).

Atualmente, o PPG em Ciências Sociais (doutorado), após passar por um processo interno de reestruturação das suas linhas de pesquisa e do seu corpo docente, tem mantido o seu caráter interdisciplinar, embora sua produção científica esteja em declínio, o que tem refletido na sua nota. Entre os professores entrevistados, tivemos o depoimento de um egresso do PPG em Ciências Sociais, que se diz defensor desse doutorado: “Pena que estão tentando desmanchar ele de várias maneiras” (E11). Ao que parece, o PPG em Ciências Sociais, símbolo do projeto intelectual da pós-graduação do IFCH na área de Ciências Sociais, ainda tem um futuro incerto. Até porque, embora haja uma defesa do PPG em Ciências Sociais por parte dos professores entrevistados, parece haver uma certa dificuldade de resistir ao seu abandono devido às injunções do modelo CAPES de avaliação, conforme é perceptível no depoimento a seguir.

A razão que eu estou saindo das Ciências Sociais é isso, quer dizer, para dar conta dos orientandos na Sociologia, eu não posso ter orientandos na Ciências Sociais. (...) eu saio com um certo constrangimento. Eu acho que conseguiria manter a capacidade de orientação individualmente nos dois Programas, mas, do ponto de vista da determinação, que não é do departamento, mas é externa, que é da CAPES, realmente está complicado (...). Eu já tive que dizer “não” a orientandos na Sociologia porque tinha outros orientandos nas Ciências Sociais. Então, isso me leva a um certo constrangimento, (...) eu não queria estar saindo do Programa, o meu desejo. Então, eu não sei se é uma imposição. Acho que o departamento é um órgão mediador aqui, mas ele não conseguiu resistência para dizer “não” a uma injunção de uma agência de fomento que é a CAPES. (E12)

Em contrapartida, no caso do PPG em Sociologia, após a criação do seu doutorado, ele tem se consolidado ano a ano obtendo, nas últimas três avaliações da pós-graduação, a nota 6. Dessa forma, o PPG em Sociologia pôde ingressar no seletor grupo de PPGs pertencentes

ao Programa de Excelência Acadêmica (PROEX) da CAPES, que tem como objetivo “apoiar projetos educacionais e de pesquisa coletivos dos programas de pós-graduação avaliados com notas 6 ou 7, a fim de manter o padrão de qualidade desses programas de pós-graduação, buscando atender mais adequadamente as suas necessidades e especificidades” (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2017c). Com isso, o PPG em Sociologia pôde aumentar, significativamente, o número de bolsas de estudo, sobretudo, no doutorado: em 2004, o PPG em Sociologia contava com oito bolsas de mestrado e nenhuma de doutorado, ao passo que, em 2016, havia 12 bolsas de mestrado e 26 de doutorado (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2018c).

(...) o nosso foi implantado há 10 anos, o nosso Programa de Sociologia. (...). A gente completou 10 anos em 2014, a gente completou 10 anos de Programa. E aí gente fez o caminho que era natural, enfim, em 10 anos nos tornamos um Programa nota 6. *Eu acho que isso seja talvez o nosso limite. É muito difícil nos tomarmos um Programa nota 7. (...). Estamos aqui no 6 e eu pelo menos lido tranquilamente se for para ser um Programa [nota] 5.* (E13, itálicos nossos)

Sinto dizer, o Programa de Pós-graduação em Sociologia, pelo menos do que foi apresentado ontem numa reunião para a gente para discutir a pós-graduação, nós estamos beirando, um perigo real e imediato, de cair de nota de 6 para 5. Por quê? Porque baixou nossa produtividade em termos de artigos, porque a gente não tem PRO-CAD [(Programa Nacional de Cooperação Acadêmica)], porque a gente não está investindo em coisas que outros Programas estão investindo (...).

P: A nota cair de 6 para 5 implica no que, por exemplo?

E¹²: Implica perder dinheiro, perder o número de bolsas CAPES,

¹²Nas entrevistas transcritas P e E equivalem, respectivamente, à “pesquisador”

perder um dinheiro que vai ser mandado via PROEX, enfim. (E14, itálicos nossos)

(...) a Sociologia é um Programa [de Pós-graduação] PROEX, tem essa linguagem de excelência, ele é [nota] 6 (...). *Mas não sei o que vai ser do futuro.* (E15, itálicos nossos)

Embora o PPG em Sociologia tenha, nesses últimos anos, se consolidado e aumentado seu número de bolsas de estudo, a manutenção da sua nota 6 e permanência no PROEX ainda é incerta no futuro.

Carreiras docentes dos professores da pós-graduação em sociologia da Unicamp: permanências

“O ambiente acadêmico é um ambiente um pouco impermeável à presença da mulher” (E16)

Os professores da pós-graduação em sociologia da Unicamp representam 65 professores que, no ano de 2016, estavam credenciados como docentes permanentes e/ou colaboradores no PPG em Sociologia e/ou no PPG em Ciências Sociais. Desses professores, 41 deles estavam credenciados no PPG em Ciências Sociais (63,1%), 17 no PPG em Sociologia (26,1%) e sete em ambos os PPGs (10,8%). Ou seja, 48 professores estavam credenciados no PPG em Ciências Sociais (41 docentes permanentes e sete colaboradores) e 24 no PPG em Sociologia (19 docentes permanentes e cinco colaboradores).

Os professores credenciados no PPG em Sociologia, na sua quase totalidade, eram professores efetivos ou aposentados do Departamento de Sociologia, enquanto os professores credenciados no PPG e “professor entrevistado”.

em Ciências Sociais eram professores efetivos ou aposentados de diferentes departamentos do IFCH (Sociologia, Antropologia e Ciência Política, principalmente), de outras unidades de ensino e pesquisa da Unicamp (Faculdade de Educação — FE, Instituto de Economia — IE, Faculdade de Engenharia Agrícola — FEAGRI, Instituto de Estudos da Linguagem — IEL, Instituto de Artes — IA etc.) ou, até mesmo, de outras universidades públicas do estado de São Paulo (Universidade Estadual Paulista — Unesp e Universidade Federal de São Carlos — UFSCar). Para melhor conhecermos esses professores, delinearemos a seguir as suas carreiras docentes.

Antes disso, parece oportuno conhecermos as carreiras docentes existentes na Unicamp. A principal delas é carreira do (i) Magistério Superior (MS), correspondendo, em 2016, a 87,7% do total de postos de trabalho docente na universidade. Nessa carreira docente, três são os regimes de trabalho praticáveis: (a) Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP), com jornada de trabalho de 40 horas semanais e em dedicação exclusiva (em 2016, equivalente a 94,5% do total de postos de trabalho docente na carreira MS); (b) Regime de Turno Completo (RTP), com jornada de trabalho de 24 horas semanais (4,1%); e, (c) Regime de Turno Parcial (RTC), com jornada de trabalho de 12 horas semanais (1,4%).

Além da carreira MS, há também um conjunto de outras carreiras docentes, comumente denominadas na Unicamp de “carreiras especiais”: (ii) Magistério Secundário Técnico (MST) nos Colégios Técnicos de Campinas (COTUCA) e de Limeira (COTIL) (em 2016, equivalente a 8,8% do total de postos de trabalho docente na universidade); (iii) Magistério Técnico Superior (MTS) na Faculdade de Tecnologia (FT) de Limeira (1,0%); (iv) Magistério Artístico (MA) no Instituto de Artes (IA) (0,9%); (v) Docente em Ensino de Línguas (DEL) no

Centro de Ensino de Línguas (CEL) (1,2%); e, (vi) Docente em Educação Especial e Reabilitação (DEER) no Centro de Estudos e Pesquisas em Reabilitação (DEER) da Faculdade de Ciências Médias (FCM) (0,4%).

Devemos citar também, ainda que não sejam propriamente carreiras docentes, a carreira de (vii) Pesquisador (Pq) nos Centros e Núcleos Interdisciplinares de Pesquisa — em 2016, havia 93 pesquisadores na universidade — e o (viii) Programa de Professor Colaborador nas faculdades e institutos da universidade — com 310 professores colaboradores (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, 2017).

Em relação ao Programa de Professor Colaborador, Souza (2018, p. 86-87) verificou em sua pesquisa que

(...) os professores aposentados assinaram um termo de adesão ao programa de voluntariado. As motivações que levam esses professores à assinatura do termo de adesão são “necessidade de manter o vínculo institucional com a universidade”, o “interesse em continuar pesquisando”, “o prazer pelo trabalho”, o “apeço pela universidade”. “Não quero parar de trabalhar, mas não suportava a intensidade do trabalho”. De forma geral, esses professores mantêm o vínculo somente com os programas de pós-graduação. Trata-se de um trabalho altamente qualificado sem a contrapartida financeira, o que desvela a precarização do trabalho docente voluntário (...).

À vista disso, para fins de análise, ao menos três observações preliminares devem ser consideradas em relação às carreiras docentes na Unicamp: primeiro, que a carreira MS, sobretudo, em RDIDP, era a carreira docente majoritária na universidade; segundo, que havia um conjunto de demais carreiras docentes residuais (MST, MTS, MA, DEL e DEER) e de vocações específicas (magistério no secundário técnico, no técnico superior, nas artes, no ensino de línguas e na educação especial e reabilitação) na universidade; terceiro, que a carreira

Pq e o Programa de Professor Colaborador, em razão do seu quantitativo/tamanho, apresentavam importância para a compreensão das carreiras docentes dos professores da pós-graduação em sociologia da Unicamp. Sendo assim, consideremos a seguir as carreiras docentes desses professores.¹³

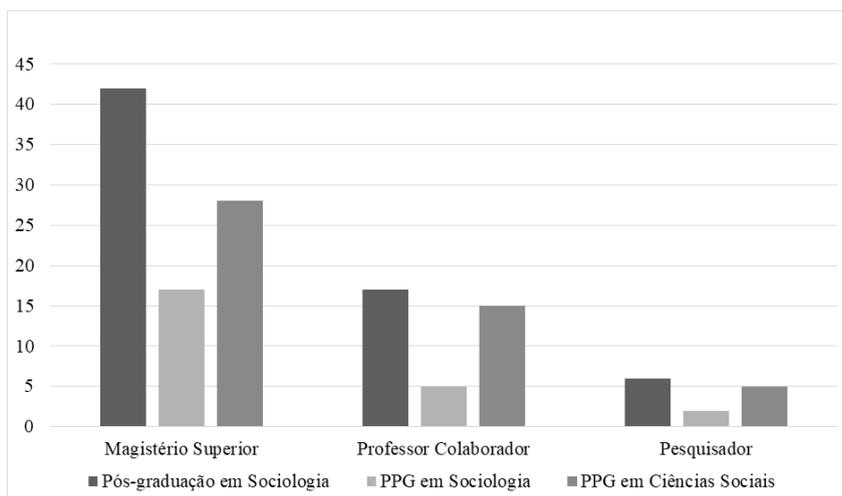


Gráfico 1: Professores da pós-graduação em sociologia e dos Programas de Pós-graduação em Sociologia e em Ciências Sociais da Unicamp por carreiras docentes, 2016

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Universidade Estadual de Campinas (2018).

Em 2016, a maior parte dos professores da pós-graduação em Sociologia da Unicamp pertenciam à carreira MS (64,6%). Havia também professores pertencentes ao Programa de Professor Colaborador (26,2%) e à carreira Pq (9,2%). No caso do PPG em Sociologia, os professores na carreira MS eram dominantes (70,8%), seguidos da-

¹³Excluem-se da análise que se segue três professores da pós-graduação em sociologia da Unicamp, dois homens e uma mulher, que, embora credenciados como docentes permanentes e/ou colaboradores nos PPGs em Sociologia ou em Ciências Sociais, eram professores de outras universidades públicas do estado de São Paulo (Unesp e UFSCar).

queles no Programa de Professor Colaborador (20,9%) e na carreira Pq (8,3%), enquanto, no PPG em Ciências Sociais, os professores na carreira MS, embora dominantes, tinham uma menor participação percentual (58,3%), seguidos daqueles no Programa de Professor Colaborador (31,3%), com maior participação percentual, e na carreira Pq (10,4%) (Gráfico 1).

Os professores da pós-graduação em Sociologia da Unicamp pertencentes à carreira MS, em sua quase totalidade, localizavam-se, ou no nível inicial da carreira, o de Professor Doutor (MS-3) (64,3%), ou no nível mais alto da carreira, o de Professor Titular (MS-6) (28,3%). Proporcionalmente, havia mais professores titulares (MS-6) no PPG em Sociologia (35,2%) do que no PPG em Ciências Sociais (28,6%), enquanto, professores doutores (MS-3) eram mais representativos no PPG em Ciências Sociais (67,8%) do que no PPG em Sociologia (52,9%).

Em 2016, entre os professores da pós-graduação em Sociologia da Unicamp, embora houvesse equilíbrio entre os sexos na sua composição, sendo 33 mulheres (50,8%) e 32 homens (49,2%), nota-se nitidamente a existência do princípio da hierarquização, nos termos de Kergoat (2009),¹⁴ que se expressava pelas desigualdades entre os sexos nas diferentes carreiras docentes (Gráfico 2). No caso da carreira

¹⁴Segundo Kergoat (2009, p. 70), a divisão sexual do trabalho possui dois princípios organizadores, os princípios de separação e de hierarquização, que “se encontram em toda parte e se aplicam sempre no mesmo sentido”. No princípio da hierarquização a ideia prevalente é a de que “um trabalho de homem ‘vale’ mais do que um de mulher” (KERGOAT, 2009, p. 68). Ou seja, no âmbito da divisão sexual do trabalho, atribui-se trabalhos diferentes a homens e a mulheres, mas valoriza-se mais o trabalho dos homens do que o das mulheres. No entender de Kergoat (2009, p. 68), “esses princípios podem ser aplicados graças a um processo específico de legitimação — a ideologia naturalista — que relega o gênero ao sexo biológico e reduz as práticas sociais a ‘papéis sociais’ sexuados, os quais remetem ao destino natural da espécie”.

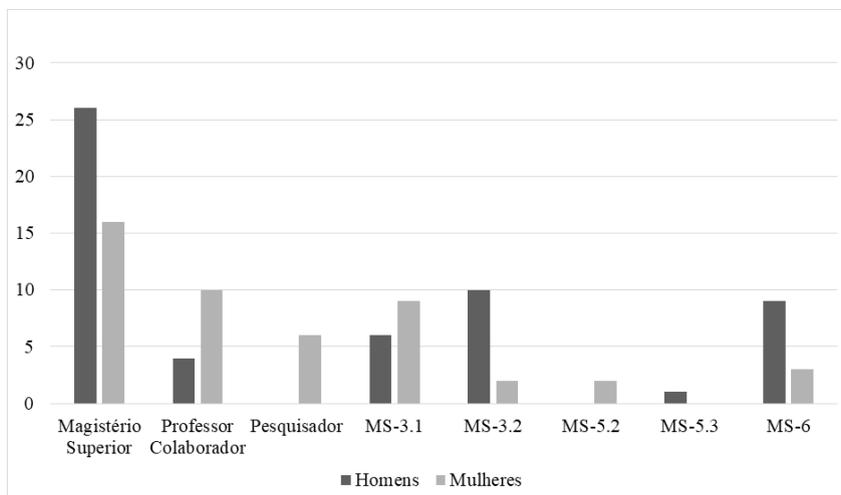


Gráfico 2: Professores da pós-graduação em sociologia da Unicamp por carreiras docentes e níveis da carreira do Magistério Superior (MS), segundo sexo, 2016

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Universidade Estadual de Campinas (2018).

MS, aquela que registrava a menor participação feminina (38,1%), sua base, o nível de Professor Doutor I (MS-3.1), com menores salários, era constituída predominantemente pelas mulheres, enquanto seu topo, o nível de Professor Titular (MS-6), com maiores salários, era dominado pelos homens. Mesmo na base da carreira MS, os homens localizavam-se no nível mais alto, o de Professor Doutor II (MS-3.2). Já na carreira Pq, dedicada exclusivamente às atividades de pesquisa e de orientação na pós-graduação, porém com menores salários quando comparados à carreira MS, as mulheres eram dominantes (100,0%), não existindo um homem sequer. Por fim, no Programa de Professor Colaborador, forma precária e voluntária de contratação de professores aposentados para a pós-graduação, “sem ônus para a universidade” e que “não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim” (UNIVERSIDADE

ESTADUAL DE CAMPINAS, 2006), as mulheres eram dominantes (71,4%).

Essa segregação hierárquica também se manifestava no instituto de trabalho dos professores de sociologia, o IFCH (Tabela 3). Isto porque, embora a participação feminina em postos de trabalho docente nesse instituto fosse superior ao registrado na Unicamp — em 2016 havia uma diferença de quase seis pontos percentuais —, as desigualdades entre os sexos na carreira docente tendiam aí a se aprofundar, ao menos quando se consideravam as chances das mulheres em acessar os níveis mais altos da carreira MS, isto é, os níveis de Professor Associado (MS-5) e Professor Titular (MS-6).

Se, em 2004, no IFCH, o nível de Professor Doutor (MS-3), base da carreira MS, era ocupada por 56,3% das mulheres, em 2016, nesse mesmo nível, havia 67,6% de mulheres. Entretanto, nos níveis de Professor Associado (MS-5) e Professor Titular (MS-6), níveis mais altos da carreira MS, a participação das mulheres nesse mesmo período diminuiu, passando de 40,6%, em 2004, para 32,4%, em 2016. Essa situação torna-se ainda mais dramática quando se compara conjuntamente a participação de homens e mulheres na base e no topo da carreira MS em 2016: no nível de Professor Doutor (MS-3), a participação das mulheres em relação aos homens é maior em 12,7%, ao passo que no nível de Professor Titular (MS-6) a participação dos homens em relação às mulheres é maior 9,3%. Ou seja, no IFCH as professoras ocupavam a base da carreira MS, enquanto os homens figuravam no seu topo.

Tabela 3: Professores do IFCH, segundo distribuição percentual por níveis da carreira do Magistério Superior (MS) e sexo, 2004-2016

Nível da carreira	2004			2016		
	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total
MS-1 - Instrutor*	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
MS-2 - Professor Assistente*	3,1	1,7	2,2	0,0	0,0	0,0
MS-3 - Professor Doutor	56,3	46,6	50,0	67,6	54,9	60,2
MS-5 - Professor Associado	25,0	22,4	23,3	16,2	19,6	18,2
MS-6 - Professor Titular	15,6	29,3	24,4	16,2	25,5	21,6
Total (%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Universidade Estadual de Campinas (2017).

Nota: * Níveis da carreira MS residuais, extintos a partir de 2011.

À vista desses dados, que informam as desigualdades entre os sexos nas carreiras docentes dos professores da pós-graduação em sociologia da Unicamp, podemos afirmar que as mulheres tendiam a se concentrar no nível inicial da carreira MS ou em carreiras docentes com piores salários e formas mais precárias de contratação, como o trabalho voluntário, ao passo que os homens, em sua maior parte, aglutinavam-se nos níveis mais altos da carreira MS, com melhores salários, maior prestígio acadêmico e mais poder universitário.

Por fim, em relação ao *status* acadêmico dos professores da pós-graduação em sociologia da Unicamp, podemos delineá-lo a partir da somatória do *capital científico*¹⁵ de cada professor. No Brasil, a maneira mais elementar de avaliar o capital científico — e, por extensão, o *status* acadêmico — dos professores universitários é verificar se esses possuem ou não a bolsa Produtividade em Pesquisa (PQ) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), “destinada a *pesquisadores que se destaquem entre seus pares*, valorizando sua produção científica segundo critérios normativos” (CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, 2015, *itálicos nossos*).

A bolsa de produtividade [em pesquisa] do CNPq, que **beneficia cerca de 10% dos docentes dos programas de pós-graduação *stricto sensu* do país**, tornou-se símbolo de *status* acadêmico: mais do que um bônus financeiro, que talvez não ultrapasse em média a um quinto do salário dos seus beneficiários, tem um peso significativo como *capital acadêmico*. (SGUISSARDI; SILVA JÚNIOR,

¹⁵Segundo Bourdieu (2004, p. 26), “o capital científico é uma espécie particular do capital simbólico (o qual, sabe-se, é sempre fundado sobre atos de conhecimento e reconhecimento) que consiste no reconhecimento (ou no crédito) atribuído pelo conjunto de pares-concorrentes no interior do campo científico (o número de menções do *Citation Index* é um bom indicador, (...) os prêmios Nobel ou, em escala nacional [- no contexto francês], as medalhas do CNRS [(*Centre National de la Recherche Scientifique*)] e também as traduções para as línguas estrangeiras”.

2009, p. 155, itálicos dos autores, negritos nossos)

Embora a maioria dos professores da pós-graduação em sociologia da Unicamp não possuíssem a bolsa PQ do CNPq (60,0%), o percentual de professores bolsistas é extremamente alto (40,0%) se comparado com o país, tendo em vista ser essa bolsa um símbolo de reconhecimento, distinção e consagração no campo acadêmico-científico.

Claro que todo mundo quer ter, né? Primeiro, porque é dinheiro, e depois, porque é prestígio. Para o programa de pós[-graduação], número de bolsistas produtividade [em pesquisa] pega bem, pesa positivamente. (E17, itálicos nossos).

No PPG em Ciências Sociais, por congregar muitos professores com mais tempo de trabalho, o percentual de professores bolsistas PQ do CNPq é bem maior (56,3%) do que no PPG em Sociologia (37,5%). Conquanto, as professoras de sociologia da Unicamp estivessem nos níveis mais baixos e precários das carreiras docentes, eram elas as que predominavam entre os professores bolsistas PQ do CNPq (65,4%), em seus diferentes níveis (Gráfico 3).

Sendo assim, se “é mito a afirmativa de que mulheres cientistas produzem menos que homens” (LETA, 2003, p. 273) e, por isso mesmo, “sendo menos produtivas, é de se esperar que as mulheres recebam menor recompensa que os homens, recompensa esta que se manifesta (...) em reconhecimento dos pares e conseqüentemente promoção na carreira acadêmica” (VELHO; LEÓN, 2009, p. 315), percebemos que o lugar subordinado das mulheres nas carreiras docentes no âmbito da pós-graduação em sociologia da Unicamp decorre das persistentes desigualdades entre os sexos na ciência e na educação superior brasileira. Até porque, conforme constata uma professora entrevistada, “o ambiente acadêmico é um ambiente um pouco impermeável à presença da mulher” (E18).

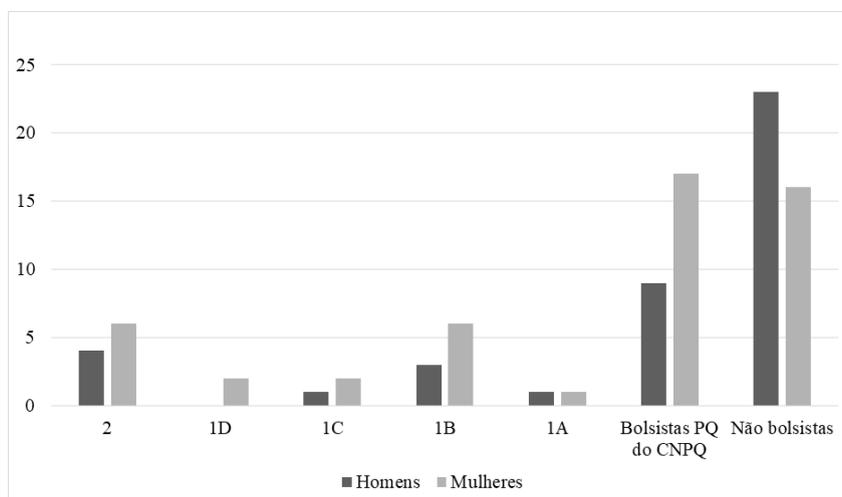


Gráfico 3: Professores da pós-graduação em sociologia da Unicamp bolsistas e não bolsistas Produtividade em Pesquisa (PQ) do CNPq por nível da bolsa e sexo, 2016

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (2018).

Considerações finais

Nesse artigo, analisamos as mudanças e as permanências da pós-graduação em sociologia da Unicamp. Em relação às mudanças, podemos destacar, por intermédio da reconstituição da história dos PPGs em Sociologia e em Ciências Sociais, que a partir das injunções do modelo CAPES de avaliação, o projeto intelectual próprio de pós-graduação do IFCH na área de Ciências Sociais, que previa uma formação disciplinar no mestrado, em Sociologia, Antropologia, Ciência Política ou História, e interdisciplinar no doutorado, em Ciências Sociais, sofreu reveses e foi abandonado, em parte, em 2004, quando foram criados os doutorados disciplinares no IFCH. A pós-graduação em sociologia da Unicamp, então, passou a ser constituída pelos PPGs

em Sociologia (mestrado/doutorado, nota 6) e em Ciências Sociais (doutorado, nota 4).

Ainda que sejam PPGs distintos, o primeiro, de caráter disciplinar, e o segundo, interdisciplinar, ambos compartilham de incertezas quanto ao futuro, em razão da exigência do produtivismo acadêmico decorrente do modelo CAPES de avaliação: o PPG em Sociologia, a incerteza quanto à sua permanência no PROEX da CAPES; o PPG em Ciências Sociais, a incerteza quanto à sua própria existência, o que sepultaria, por definitivo, o projeto intelectual de pós-graduação do IFCH na área de Ciências Sociais.

Por outro lado, observando as permanências da pós-graduação em Sociologia da Unicamp, a partir do delineamento das carreiras docentes dos professores que trabalham nos PPGs em Sociologia e em Ciências Sociais, temos que a maior parte desses professores pertenciam à carreira MS, no nível inicial (Professor Doutor — MS-3) ou final (Professor Titular — MS-6) dessa carreira, ou ao Programa de Professor Colaborador. No nível inicial da carreira MS, na carreira Pq e no Programa de Professor Colaborador, com piores salários e/ou formas mais precárias de contratação, a participação das mulheres era predominante, ao passo que, no nível final da carreira MS, com melhores salários, maior prestígio acadêmico e mais poder universitário, predominava a participação dos homens. Por fim, muitos professores gozam de alto *status* acadêmico por possuírem a bolsa PQ do CNPq, sendo a participação das mulheres, contraditoriamente, majoritária nesse tipo de bolsa.

Nessa direção, as desigualdades entre os sexos nas carreiras docentes dos professores da pós-graduação em Sociologia da Unicamp indicam a existência de aspectos invariáveis, de permanências, que atravessavam transversalmente o trabalho desses professores, repro-

duzindo, dessa maneira, formas sutis de divisão sexual do trabalho na sociedade, como a hierarquização do trabalho masculino como de maior valor do que o trabalho feminino.

Mas, afinal, porque analisamos as mudanças e as permanências da pós-graduação em sociologia da Unicamp? Porque o pesquisador sendo um sociólogo de formação e de ofício, que se doutorou nessa universidade, interpretou literalmente o conselho dado pelo escritor russo Leon Tolstói (1828-1910): “Se queres ser universal, começa a pintar a tua aldeia”.

Nessa direção, a análise das mudanças e das permanências da pós-graduação em sociologia da Unicamp informa, não resultados de um estudo de caso, mas sim, a partir de resultados de um estudo de caso, mudanças e permanências mais gerais presentes na pós-graduação brasileira, isto é, respectivamente, as injunções do modelo CAPES de avaliação no trabalho docente e as desigualdades entre os sexos na carreira docente.

Referências

BIANCHETTI, Lucídio. Os dilemas do coordenador de programa de pós-graduação: entre o burocrático-administrativo e o acadêmico-pedagógico. In: BIANCHETTI, Lucídio; SGUISSARDI, Valdemar. (org.). *Dilemas da pós-graduação: gestão e avaliação*. Campinas, SP: Autores Associados, 2009, p. 15-99.

BIANCHETTI, Lucídio; MACHADO, Ana Maria Netto. Entrevista Maria Célia Marcondes de Moraes. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 38, p. 369-386, mai./ago. 2008.

BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

CANO, Wilson. Instituto de Economia da Unicamp: nota sobre sua origem e linhas gerais de sua evolução. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; COELHO,

Francisco da Silva. (org.). *Ensaio de história do pensamento econômico no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Atlas, 2007, p. 199-209.

CASTILHO, Fausto; SOARES, Alexandre Guimarães Tadeu de. (org.). *O conceito de universidade no projeto da Unicamp*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. *Plataforma Lattes*. Brasília: CNPq, 2018. Disponível em: lattes.cnpq.br. Acesso em: 12 mar. 2018.

_____. RN-028/2015. *Bolsas Individuais no País*. Estabelece as normas gerais e específicas para as modalidades de bolsas no País. 2015. Disponível em: memoria2.cnpq.br. Acesso em: 09 mar. 2021.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. *Avaliação da pós-graduação*. 2021. Disponível em: www.gov.br. Acesso em: 07 mar. 2021.

_____. *Plataforma Sucupira*. 2018a. Disponível em: sucupira.capes.gov.br. Acesso em: 26 dez. 2018.

_____. *Portaria nº 182, de 14 de agosto de 2018*. Dispõe sobre processos avaliativos das propostas de cursos novos e dos programas de pós-graduação stricto sensu em funcionamento. 2018b. Disponível em: cad.capes.gov.br. Acesso em: 07 mar. 2021.

_____. *GeoCapes — Sistema de Informações Georreferenciadas*. Brasília: CAPES, 2018c. Disponível em: geocapes.capes.gov.br. Acesso em: 27 jul. 2018.

_____. *Ficha de avaliação quadrienal 2017 do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Estadual de Campinas*. Brasília: CAPES, 2017a. Disponível em: sucupira.capes.gov.br. Acesso em: 05 jan. 2019.

_____. *Ficha de avaliação quadrienal 2017 do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas*. Brasília: CAPES, 2017b. Disponível em: sucupira.capes.gov.br. Acesso em: 05 jan. 2019.

_____. *Portaria nº 227, de 27 de novembro de 2017*. Altera o Anexo da Portaria CAPES nº 34/2006 e inclui o Anexo II da Portaria CAPES nº 34/2016. 2017c. Disponível em: cad.capes.gov.br. Acesso em: 07 mar. 2021.

_____. *Ficha de avaliação trienal 2004 do Programa de Pós-graduação em*

Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas. Brasília: CAPES, 2004. Disponível em: conteudoweb.capes.gov.br. Acesso em: 05 jan. 2019.

_____. *Ficha de avaliação trienal 2001 do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Estadual de Campinas*. Brasília: CAPES, 2001. Disponível em: conteudoweb.capes.gov.br. Acesso em: 05 jan. 2019.

_____. *Avaliação da pós-graduação: síntese dos resultados: 1998*. Brasília: CAPES, 1998.

_____. *Avaliação da pós-graduação: síntese dos resultados: 1981-1993*. Brasília: CAPES, 1996.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Prefácio. Da crítica à avaliação à avaliação crítica. In: BIANCHETTI, Lucídio; SGUISSARDI, Valdemar. (org.). *Dilemas da pós-graduação: gestão e avaliação*. Campinas, SP: Autores Associados, 2009, p. ix-xiv.

FÁVERO, Osmar. Reavaliando as avaliações da CAPES. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO. *A avaliação da pós-graduação em debate*. São Paulo: ANPED, 1999, p. 5-27

FONSECA, Claudia. Avaliação dos programas de pós-graduação: do ponto de vista de um nativo. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 7, n. 16, p. 261-275, dez. 2001.

FRY, Peter Henry. *Peter Henry Fry (depoimento, 2008)*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV; LAU/IFCS/UFRJ; ISCTE/IUL, 2010. 33 p. Disponível em: cpdoc.fgv.br. Acesso em: 05 jan. 2019.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena *et al.* (Org.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 67-75.

KUENZER, Acácia Zeneida; MORAES, Maria Célia Marcondes de. Temas e tramas na pós-graduação em educação. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 26, n. 93, p. 1241-1362, set./dez. 2005.

KUHN, Thomas Samuel. *A estrutura das revoluções científicas*. 12 ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

LETA, Jacqueline. As mulheres na ciência brasileira: crescimento, contraste e um perfil de sucesso. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 271-284, set./dez. 2003.

MARQUES, Fabrício. A escola de Campinas. *Pesquisa FAPESP*, São Paulo, Especial Unicamp 50 anos, p. 72-75.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MORAES, Maria Célia Marcondes de. Avaliação na pós-graduação brasileira: novos paradigmas, antigas controvérsias. In: BIANCHETTI, Lucídio; MACHADO, Ana Maria Netto. (org.). *A bússola do escrever: desafios e estratégias na orientação e escrita de tese e dissertações*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2006, p. 187-214.

_____. Paradigmas e adesões: temas para pensar a teoria e a prática em educação. *Perspectiva*, Florianópolis, ano 17, n. 32, p. 51-68, jul./dez. 1999.

PROTETTI, Fernando Henrique. *Transformações nas condições de trabalho dos professores de sociologia da Universidade Estadual de Campinas*. 2019. 335 f. Tese (Doutorado em Educação) — Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.

RAMALHO, Betania Leite; MADEIRA, Vicente de Paulo Carvalho. A pós-graduação em educação no Norte e Nordeste: desafios, avanços e perspectivas. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 30, p. 70-81, set./dez. 2005.

SGUISSARDI, Valdemar. Mercantilização e intensificação do trabalho docente: traços marcantes da expansão universitária brasileira hoje. In: LOPEZ SEGRERA, Francisco; RIVAROLA, Domingo M. (org.). *La universidad ante los desafíos del siglo XXI*. Asunción: Ediciones y Arte, 2010a. p. 295-315.

_____. Produtivismo acadêmico. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Adriana Cancelli; VIEIRA, Livia Fraga. (org.). *Dicionário: trabalho, profissão e condição docente*. Belo Horizonte: UFMG/FaE, 2010b. CD-ROM.

_____. A avaliação defensiva no “modelo CAPES de avaliação”: é possível conciliar avaliação educativa com processos de regulação e controle do Estado? *Perspectiva*, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 49-88, jan./jun. 2006.

_____. SILVA JÚNIOR, João dos Reis. *Trabalho intensificado nas federais:*

pós-graduação e produtivismo acadêmico. São Paulo: Xamã, 2009.

SILVA, Antonio Ozaí da. A corrida pelo *Lattes*. In: RAMPINELLI, Waldir José; ALVIM, Valdir; RODRIGUES, Gilmar. (org.). *Universidade: a democracia ameaçada*. São Paulo: Xamã, 2005, p. 87-96.

SOUZA, Aparecida Neri de. Trabalhar na universidade pública no Brasil, lugar de trabalho, qual trabalho? *Revista da ABET*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 78-93, jan./jun. 2018.

SOUZA, Paulo Renato. *A revolução gerenciada: educação no Brasil, 1995-2002*. São Paulo: Prentice Hall, 2005.

SPAGNOLO, Fernando. Aumentaram os cursos “A” e “B”: consolidação da pós-graduação ou afrouxamento da avaliação? O futuro da avaliação da CAPES. *INFOCAPES — Boletim Informativo da CAPES*, Brasília, v. 3, n. 1-2, p. 6-18, jan./jun. 1995.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. *Sistema de Informação de Pesquisa, Ensino e Extensão — SIPEX*. Campinas, SP: CCUEC/UNICAMP, 2018. Disponível em: www.unicamp.br. Acesso em: 17 fev. 2018.

_____. *Anuários estatísticos*. Campinas, SP: AEPLAN/Unicamp, 2017. Disponível em: www.aeplan.unicamp.br. Acesso em: 19 out. 2017.

_____. Deliberação CONSU-A-006/2006, de 02 de agosto de 2006. *Dispõe sobre o Programa de Professor Colaborador e de Pesquisador Colaborador*. 2006. Disponível em: www.pg.unicamp.br. Acesso em: 11 mar. 2018.

VELHO, Léa; LEÓN, Elena. A construção social da produção científica por mulheres. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 10, p. 309-344, 1998.

VIANA, Diego. Uma ponte entre as ciências. *Pesquisa FAPESP*, São Paulo, Especial Unicamp 50 anos, p. 82-84.

VOGT, Carlos. Antonio Candido na Unicamp. *Literatura e Sociedade*, São Paulo, v. 14, n. 11, p. 264-273, jun. 2009.

Resumo:

Nesse artigo, analisamos as mudanças e as permanências na pós-graduação em sociologia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) a partir de pesquisa empírica com depoimentos de 11 professores complementados e confrontados com informações estatísticas e documentais e pesquisa bibliográfica. Para isso, inicialmente, reconstruímos a história dos Programas de Pós-graduação em Sociologia e em Ciências Sociais da Unicamp para, num segundo momento, delineamos as carreiras docentes dos professores que trabalham nesses Programas de Pós-graduação. A análise sobre as mudanças e as permanências da pós-graduação em sociologia da Unicamp informa mudanças e permanências mais gerais presentes na pós-graduação brasileira, isto é, respectivamente, as injunções do modelo CAPES de avaliação no trabalho docente e as desigualdades entre os sexos na carreira docente.

Palavras-chave: Pós-graduação em sociologia; avaliação da pós-graduação; relações de gênero; carreira docente; Universidade Estadual de Campinas.

Abstract:

In this article, we analyze the changes and permanences in two graduate programs in Sociology at the University of Campinas (Unicamp), based on empirical research with testimonies given by 11 professors, which was complemented and confronted with statistical and documentary information and bibliographic research. For this, initially, we reconstruct the history of the Graduate Programs in Sociology and in Social Sciences at Unicamp, in order to, in a second moment, outline the teaching career of the professors who work in these Graduate Programs. The analysis of changes and permanences of those programs informs more general changes and permanences of Brazilian graduate, that is, respectively, the injunctions of the CAPES model of evaluation and the inequalities between the sexes in the teaching career.

Keywords: Graduation in sociology; graduation evaluation; gender relations; teaching career; University of Campinas.

Recebido para publicação em 16/03/2021.

Aceito em 18/04/2021.

Radiografias institucionais do campo (?) das relações étnico-raciais na antropologia feita no Brasil

Zwanga Nyack

Museu Nacional/ Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0001-9551-823X>

zwanga.nyack@outlook.com

Introdução

O presente trabalho representa o processo de alargamento das discussões incitadas em um projeto de pesquisa construído por mim, ainda discente do curso de graduação em Ciências Sociais, durante participação na disciplina de Metodologias de Pesquisas em Antropologia no ano de 2018,¹ bem como de uma produção apresentada na XIII Reunião de Antropologia do Mercosul em 2019.² O projeto

¹O trabalho final da disciplina constituía na construção de um projeto que pudesse ser utilizado para o desenvolvimento de nossas monografias e/ou que fossem prestados às seleções de mestrado na área.

²A produção se encontra nos anais do evento que pode ser acessada em: www.ram2019.sinteseeventos.com.br.

visava discutir as inter-relações existentes entre o campo da antropologia com o que até aquele momento eu compreendia por “Questão Racial”³ durante os anos iniciais de institucionalização e capilarização da primeira enquanto disciplina científica no país. A produção seguinte se deteve em apontar a existência de tal temática no campo institucional da antropologia, uma vez que a pesquisa do mestrado já estava andamento, no qual parte de seu material será aqui retomado, para que possam ser feitas as alterações necessárias, fruto do estado atual da pesquisa.⁴

Com esse intuito, discuto os antecedentes históricos que possibilitaram o fortalecimento da disciplina em âmbito institucional, pontuando a criação dos programas de pós-graduação em antropologia (social) e realizando uma breve discussão acerca dos conceitos de “raça”, “relações raciais”, “relações interétnicas” na antropologia feita no Brasil, para que em seguida seja possível fazer uma análise do que foi pensado como o campo da “etnicidade” e compará-lo com que proponho como campo das “relações étnico-raciais”.

Antecedentes históricos: antropologia e pós-graduação

Pensar a antropologia enquanto disciplina acadêmica no Brasil, ou seja, institucionalizada, requer uma atenção para certos elementos an-

³Escrito desta forma, em vários textos e apresentações que realizei durante minha graduação. “Questão Racial” significava para mim, naquele momento, o conjunto de discussões que diziam respeito a existência das populações negras e dos problemas e questões que acometiam as mesmas, ou seja, o fenômeno do racismo, da escravidão, das desigualdades raciais e também dos seus âmbitos onto e epistemológicos (Carneiro, 2004)

⁴Na verdade, no estado final. Provavelmente quando este artigo, se aceito, se tornar público, a dissertação aqui referida estará em vias de ser depositada no repositório da universidade.

teriores à sua existência, que são de fundamental importância para se ter um entendimento abrangente acerca de seu surgimento no cenário acadêmico nacional. Estes são: o movimento pela modernização do ensino superior, que possibilitou o fortalecimento de um novo sistema de ensino e pesquisa no país, tecendo fortes críticas ao antigo modelo de cátedras; e em consonância com Eunice Durham (1999) e Mariza Corrêa (2004), dois episódios fatídicos que foram os incêndios do prédio da SPI — Serviço de Proteção ao Índio — e o da rua Maria Antônia, que culminou com a destruição do prédio da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo nos anos finais da década de 1960.

O movimento em defesa de um novo modelo de ensino superior para o país se instaurou em meados dos anos 1960, mas os seus precedentes datam da década de 1920, onde já se observava a partir de determinados atores sociais um forte senso crítico sobre o regime de ensino vigente. O então modelo se caracterizava por meio de escolas isoladas, cujo objetivo principal consistia na formação de profissionais liberais, tendo suas atividades totalmente dissociadas da pesquisa. Tal configuração gerou grandes críticas e reflexões sobre a função social e científica dessas instituições. Conforme aponta Trajano e Martins:

Uma constelação de fenômenos sociais, econômicos, políticos e acadêmicos contribuiu para a formação da pós-graduação no país. Sua construção derivou de um complexo empreendimento coletivo que contou com a participação do Estado, de organismos representativos da comunidade científica e do corpo docente das instituições de ensino e pesquisa envolvidas com esse nível de ensino. (TRAJANO; MARTINS, 2004, p. 16).

É assim que a criação de organizações como a Academia Brasileira de Ciências no ano de 1922 e da Associação Brasileira de Educação em 1924 vão incorporar a luta pela mudança do sistema de ensino e

propor recomendações sobre a necessidade de se construir universidades que fossem capazes de aliar as atividades de ensino à pesquisa. O “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” de 1932, assinado por 26 intelectuais, dentre os quais Anísio Teixeira, Cecília Meireles, Fernando de Azevedo eram signatários, representa o esforço dos agentes desse período em mudar as bases do sistema educacional brasileiro no geral, bem como no ensino superior, de forma particular.

Conforme nos lembra Peirano (1991), é nesse contexto em que a questão educacional se tornará pela primeira vez uma questão nacional, ou seja, será tomada como princípio para reflexão acerca da situação do país e dos seus possíveis rumos. A virada do século, apesar de ainda apresentar uma continuação das temáticas desenvolvidas pelas teorias racistas da degenerescência e desigualdades entre as raças, também apontaria para as mudanças de ênfases dadas nas discussões sobre a formação do país e de seus principais problemas, sejam eles de ordem econômica, política e/ou cultural. Nas palavras de Roquette-Pinto (1927): *“our national problem is not transforming mestiços into whites. Our problem is the education of those who are here, whether light or dark.”* (p. 59-62, apud PEIRANO, 1991, p. 23). Assim, durante os anos 1920 e 30, a problemática da educação será elencada como principal questão mobilizadora dos intelectuais e também se fará presente em muitos movimentos de cunho científicos e literários, como o caso da Semana de Arte Moderna de 1922. Aqui, emergirá a figura do educador, no qual lutará por reformas no sistema de ensino, bem como se constituirão em oposição às primeiras grandes elites profissionais ainda em hegemonia naquele momento, ou seja, os advogados, engenheiros e médicos.

Vale ressaltar ainda que os anos 1930 também vão ser marcados por um profundo processo de profissionalização das ciências sociais,

conforme apontado por Luppi de Oliveira (1991), em contraposição ao autodidatismo da primeira geração de sociólogos, onde não havia uma especialização na área, e no qual será fundamental para a posterior institucionalização da mesma nas décadas seguintes. Chamando a atenção para a diferenças existente entre os termos, Oliveira aponta que a “profissionalização” se restringiria a necessidade de se criar profissionais formados nas áreas das Ciências Sociais, ou mesmo estritamente da Sociologia, correspondendo ao apelo de Mário de Andrade no qual a sociologia se caracterizaria como “a arte de salvar mais rápido o Brasil” (OLIVEIRA, 1991, p. 53), enquanto a “institucionalização”, propriamente dita se restringia ao movimento de construção de centros e instituições específicas voltadas para o ramo das ciências sociais, o que ocorrerá em grande medida somente a partir dos anos 1960, conforme veremos mais à frente.⁵

No decorrer dos anos o movimento pela reforma do ensino superior ganha novos atores como é o caso do surgimento da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) em 1948, que através das suas revistas de divulgação científica fomentou inúmeros debates sobre a necessidade de se realizar alterações no ensino superior. Importante pontuar a criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) em 1951 que, juntas, podem ser elencadas como as principais agentes que “constituíram um divisor de águas no processo de institucionalização da pesquisa

⁵Nesse sentido, podemos fazer referência a criação da Escola Livre de Sociologia e Política em 1933, da Universidade de São Paulo em 1934 e da Universidade do Distrito Federal em 1935, que tinham como objetivo em comum formar profissionais qualificados para interpretar e lidar com os problemas brasileiros, resguardadas as devidas distinções entre tais cursos. Para uma análise mais aprofundada das diferenças regionais entre as ciências sociais carioca e paulista ver Miceli (1989), Peirano (1991) e Corrêa (1995).

no país” (OLIVEIRA, 1991, p. 17).

Contraditoriamente, o golpe empresarial-civil-militar de 1964 impulsionou processos que dariam origem e constituição à Reforma Universitária, uma vez que buscou vincular o sistema educacional ao desenvolvimento econômico do país, promovendo assim a criação de um sistema que fomentasse a ciência e tecnologia. Desta forma, o parecer 977/65 elaborado por Newton Sucupira, na época membro do Conselho Federal de Educação (CFE), visava a implantação de cursos de mestrado e doutorado no país. Duas centenas de cursos foram pleiteados para credenciamento, mas apenas metade foi aprovada devido os outros não estarem respeitando os critérios estabelecidos pelo CFE.

Em 1968, é então criado um outro documento, elaborado pelo Grupo de Trabalho da Reforma Universitária, que retoma várias passagens do Parecer 977/65 afirmando que o atual modelo de educação superior era anacrônico e que não atendia às condições necessárias para o progresso da ciência. O relatório do GT apontava para a criação de um Centro Criador de Ciências, Culturas e de Novas Técnicas. As propostas elencadas pelo documento foram acolhidas e transformadas na Lei da Reforma Universitária (Lei 5.540/68). Com a referida lei estava decretado o fim do sistema de cátedras, a criação de departamentos, e também institucionalizada a carreira docente, além de instaurado o regime de dedicação exclusiva, dentre outros avanços.⁶

O outro elemento central para se pensar acerca do processo de institucionalização da antropologia nos PPG's se dá a partir dos incêndios

⁶Conforme Trajano e Martins (2004), a Lei da Reforma Universitária representou uma vitória histórica para o movimento de luta por um novo ensino superior, pois na verdade, a referida lei estaria institucionalizando um conjunto de demandas que já vinham sendo pautadas pela comunidade acadêmica e pelo movimento estudantil.

dos prédios do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e da Faculdade de Filosofia da USP, localizada na Rua Maria Antônia. Segundo Corrêa (1999 *apud* DURHAM, 2004, p. 143), tais acontecimentos representaram o fim de uma época e de um modo de pesquisar e ensinar, fazendo com que a antropologia deixasse de ser produzida nos museus e nos departamentos,⁷ e começasse a se instalar nos programas de pós-graduação, cujo foco será a formação de antropólogos/as. (CORRÊA, 1999 *apud* DURHAM, 2004, p. 143). Esse apontamento é importante, pois uma vez que a antropologia passa a ser praticada nos programas de pós-graduação, estes passam a se caracterizar como elementos balizadores do ensino da disciplina no país, como nos aponta Debert (2004), bem como também expressam “o término (...) do tratamento individualizado de questões cruciais para a produção antropológica do país” (CORRÊA, 2013, p. 110). É por compreender a centralidade que estes programas possuem na consolidação e no amadurecimento da ciência, no geral, e da Antropologia, no particular, que focarei minha análise nos PPG’s da referida área.

Nesse contexto de institucionalização e sedimentação do ensino superior no país a Antropologia ganhará corpo e capilaridade em âmbito nacional, especificamente nas regiões Sudeste e Centro-Oeste.⁸ Assim, são criados os PPGAS do Museu Nacional, vinculado à Universidade Federal do Rio de Janeiro — UFRJ, ainda no ano de 1968, constituindo-se assim o primeiro PPGAS do país; o PPGAS da Unicamp — Universidade Estadual de Campinas, em 1971; o PPGAS da Universidade de São Paulo — USP e da UNB — Universidade de Brasília, ambos iniciando suas atividades em 1972; e, em 1977, cria-se o

⁷Característica do período heroico da disciplina, conforme intitulado por Oliveira (1988), no qual a Antropologia era produzida majoritariamente por estrangeiros.

⁸Conforme observa-se no quadro 1.

PPGAS da Universidade Federal de Pernambuco — UFPE.

Vale ressaltar que a existência de uma produção antropológica de cunho profissional e institucional não necessariamente estava vinculada somente a esses programas. Pelo contrário, já em meados dos anos 1950, especificamente em 1953, havia sido criada a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) que desde então vem contribuindo para a expansão da disciplina no território nacional. A criação dos PPGAS impulsionou ainda mais a produção da área, fortalecendo a comunidade profissional, tendo em vista que o número de indivíduos com uma maior aproximação acadêmica e profissional na área de antropologia estava aumentando. Aliás, muito antes da ABA já existiram outras associações semelhantes a exemplo da Sociedade de Etnografia e Folclore, dirigida por Mário de Andrade em 1936; e da Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia, fundada em 1941 por Arthur Ramos.

Dos anos 1960 até a metade da segunda década do século XXI é notória a expansão do ensino superior brasileiro. Segundo o sítio da CAPES,⁹ através da Plataforma Sucupira, que reúne dados estatísticos sobre os PPG's de todas as áreas do conhecimento a nível nacional, existem hoje cerca de 4.639 programas de pós-graduação em todo o país, congregando um total de 7062 cursos de pós-graduação. Somente na área das Ciências Humanas são cerca de 1000 programas. No tocante a área da Antropologia¹⁰ são 37 PPG's, totalizando 59 cur-

⁹A última verificação dos dados da Plataforma Sucupira se deu no dia 06/04/2021. Disponível em: sucupira.capes.gov.br.

¹⁰Segundo a Plataforma Sucupira a área da antropologia está associada a área de arqueologia, tendo em vista que alguns programas possuem linhas de pesquisas voltados para ambas as áreas. Entretanto, este modelo de PPG não é mais tão comum no país, onde o processo de departamentalização favoreceu o desmembramento das áreas em comum, como no caso da antropologia que se constitui na tradição estadunidense dos 4 campos: antropologia física ou biológica, antropologia social, linguística e arqueologia.

sos, distribuídos em 29 Instituições de Ensino Superior — IES — no DF — Distrito Federal — e em outros 21 estados da federação. Os PPGAs se dividem em 14 programas de Mestrado acadêmico, 1 Mestrado profissional e 22 programas de Mestrado/Doutorado acadêmico.

Metodologia

Os principais recursos metodológicos para execução desta etapa da pesquisa foram de caráter bibliográfico acerca do desenvolvimento da Antropologia enquanto disciplina acadêmica, bem como se apoiou na coleta de dados dos PPG's fornecidos pela Plataforma Sucupira, pelos dados disponíveis nos sites dos próprios programas e também através dos diálogos diretos, via *e-mails* com as secretarias dos principais PPGAS analisados durante a pesquisa de mestrado.¹¹

Analisei nesse primeiro momento as descrições de linhas e núcleos de pesquisas, disponíveis nos sites dos PPGAS existentes nos anos 1970-2000, respeitando, obviamente, as alterações feitas ao longo do tempo para não cometer anacronismos nas construções das interpretações. Para tal, também me apoiei nos trabalhos produzidos a partir da pesquisa “Formação acadêmica, pesquisa e mercado de trabalho em Antropologia” da ABA, realizada durante a gestão de Wilson Trajano Filho (2002-2004), e que foram reunidos no livro “O campo da Antropologia no Brasil” (2004), e também na sua “atualização” empreendida durante a gestão de Bela Feldman-Bianco, e organizada pela mesma juntamente com Daniel Schroeter Simião no livro “O Campo da Antropologia no Brasil: retrospectiva, alcances e desafios” publicado em 2018. Na apresentação do livro, Trajano (2018) descreve que os dados da pesquisa poderiam ser acessados no site da ABA, en-

¹¹Já referidos anteriormente: o PPGAS do MN/UFRJ, da UNICAMP, DA USP, UNB E UFPE.

tretanto quando tratei de buscá-los, estes já não se encontravam mais disponíveis, o que fez com que as minhas análises fossem construídas a partir dos dados e das interpretações apresentadas pelos autores e autoras em cada capítulo do livro.¹² Neste momento, deterei uma maior atenção ao capítulo escrito por Paula Montero (2018) intitulado de “Antropologia no Brasil: tendências e debates” devido este ter como objetivo fazer um mapeamento das linhas e núcleos de pesquisas das diversas áreas de conhecimento antropológico a nível nacional.

Em complementação aos dados já trazidos pela pesquisa e afim de colocar novos elementos, construí algumas tabelas, desenhos e gráficos dos PPGAS existentes na época com o intuito de obter uma melhor sistematização da situação da produção de conhecimento antropológico no geral, e em especial sobre relações étnico-raciais, em termos de concentração institucional e regional.

Desta forma, voltei-me para análise das linhas de pesquisas dos referidos programas a fim de filtrar aqueles que tratavam da referida temática. Essa filtragem se deu a partir da análise dos títulos e descrições das linhas de pesquisas ou eixos temáticos dos programas. Para me valer de um terreno firme que me permitisse afirmar se um PPGA se interrelaciona ou não com a temática das relações étnico-raciais, numa *perspectiva racializada*, tive que me empenhar na construção do que chamo de Critérios de Identificação (CI's), que são palavras-chave e/ou conceitos utilizados nas construções dos títulos e das descrições das linhas/eixos constituintes nos programas.

¹² Até o presente momento ainda não consegui ter acesso aos dados brutos da pesquisa para que eu pudesse constatar ou reformular minhas interpretações acerca dos resultados veiculados da mesma. Entretanto, em 2018 foi publicada uma retrospectiva do campo antropológico no país, inspirada na iniciativa de Trajano, desta vez empreendida por Bela Feldman-Bianco e Daniel Schroeter Simião, no qual muito tem me ajudado a reinterpretar cada vez mais o estado da arte de nossa disciplina, em especial no que diz ao campo das relações étnico-raciais.

Num primeiro momento, o CI utilizado, de forma um tanto ingênua, era apenas a palavra “raça”. Durante a pesquisa pude perceber que apenas “raça” não daria conta para a realização de tal tarefa pois a temática das relações étnico-raciais se apresentava nas descrições das linhas de forma bastante diluída e generalizada, realizando diálogos com várias outras áreas de conhecimento, *pouco apresentando-se como uma área independente*. Daí houve uma ampliação de palavras-chave e conceitos que constituem os CI’s, tais como “etnicidade”, “afro”, “relações étnico-raciais”, “relações interétnicas”, dentre outras que podem ser conferidas na tabela abaixo.

Tabela 1: Critérios de Identificação utilizados na identificação de linhas de pesquisas voltadas para a temática das relações étnico-raciais

raça	racismo	etnia	afrodescendentes	quilombolas
relações interétnicas	negros	brancos e negros	identidade étnica	conflito étnico
afro-brasileiro	relações raciais	relações étnico-raciais	etnicidade	africanidades
colonialismo	questão racial			

Para a fundamentação teórica dos CI's, me apoiei nos escritos sobre a técnica de *codificação* apresentada por Graham Gibbs (2009), onde afirma que:

A codificação é um processo analítico fundamental para muitos tipos de pesquisa qualitativa. Ela consiste em identificar uma ou mais passagens do texto que exemplifiquem alguma idéia temática e ligá-las a um código, que é uma referência taquigráfica à idéia temática. (GIBBS, 2009, p. 77).

Gibbs prossegue pontuando que “(...) após a codificação, é possível acessar os textos codificados de forma semelhante e comparar de que forma variam entre casos e com textos codificados de outra forma.” (GIBBS, 2009, p. 77).

Radiografias institucionais

Ao se debruçar sobre os percursos trilhados pela comunidade acadêmica da Antropologia nos anos 1990-2000 e dialogando com os demais antropólogos e antropólogas que se propuseram também, em momentos anteriores, uma análise acerca do desenvolvimento da disciplina no país, Montero (2004), com a missão de analisar os dados da pesquisa realizada pela ABA, já citada, nos traz apontamentos pertinentes a respeito da proliferação do campo antropológico em outras regiões do país, marcado pela criação de novos PPG's, bem como realiza um balanço sobre os grupos de pesquisas vinculados ao CNPq e os põe em relação com as linhas de pesquisas existentes nos programas da época em questão. A autora, quando da análise de formação da disciplina, chama a atenção para o movimento de concentração regional no qual a antropologia passou, afirmando que “a antropologia brasileira, ao menos do ponto de vista da formação dos pesquisadores,

ainda é um fenômeno marcadamente concentrado na região sul do país.” (MONTERO, 2004, p. 119), embora, posteriormente, aponte para o processo de dispersão regional.

Alinhada com o pensamento de Cardoso de Oliveira (1988), a autora afirma que a Antropologia no Brasil ainda se encontra em dois polos de formação, a saber: “etnologia indígena” e “antropologia da sociedade nacional”, mas que estão passando por algumas transformações devido à complexificação do objeto da disciplina, constituindo-se com grandes diversidades internas, principalmente no que se refere à segunda tradição teórica. Montero pensa esse processo como “fragmentação teórica” (MONTERO, 2004, p. 121) e atesta que o movimento de maturação das mudanças no campo da pesquisa se dá de forma lenta. Tal fenômeno se dá pela emergência de novos campos de conhecimento, como os estudos sobre/na cidade, com movimentos sociais, de gênero etc., que poderia levar a uma nova configuração da disciplina, mas que para a autora, este processo não representa uma ruptura com a leitura das grandes linhagens da disciplina.

Os dados trazidos pela autora nos servem de base para empreendermos os primeiros apontamentos sobre a situação das discussões voltadas para a temática das relações étnico-raciais na Antropologia feita no Brasil nos anos finais da década de 1960 aos anos 2000 sob um ponto de vista institucional. Seu trabalho nos permite visualizar o estado da arte dos estudos da Antropologia da época nos diferentes PPG’s e demais universidades, uma vez que a autora agrupa as linhas e grupos de pesquisas em temáticas gerais.

Destarte, é possível detectar a presença de um campo de estudos específicos voltados para as relações étnico-raciais, e especificamente para as comunidades negras, intitulado pela autora como “etnicidade” (MONTERO, 2004, p. 141), presente desde os anos finais da década

de 1960, com a criação da linha de pesquisa em “Minorias étnicas e a sociedade nacional” do PPGAS do Museu Nacional — UFRJ, em 1968. Nesse período, encontram-se registrados cerca de 8 linhas de pesquisas: “Antropologia das populações afro-brasileiras e africanas: relações raciais, religiões, identidade” (USP, 1972), “Identidade e Etnicidade — construção de identidades étnicas e nacionais” (UFF, 1999), “Raça, etnicidade e gênero” (UFPA, 1999), “Relações entre dominantes e dominados” (UFPE, 1988), “Relações Interétnicas” (UFPR, 1999), “Relações entre grupos étnicos e raciais” (UFRGS, 1997) e “Identidade étnica e cidadania” (UFRGS, 2001); e 7 grupos de pesquisas: “Relações Interétnicas, diásporas e direitos étnicos” (UFSC), “Etnicidade, afros, índios e judaísmo — núcleo de estudos sobre etnicidade” — (UFPE), “Afro, indigenismo, relações Interétnicas” (UFRJ/MN), “Raça, etnicidade e gênero” (UFPA), “Fronteira, etnicidade, migração” (UnB), “Relações raciais, memória, identidade, imaginário” (PUC/SP) e “Multiculturalismo” (UESC).

Destarte, quando observamos o eixo “eticidade” percebemos a forma diversa de se tratar a temática das relações étnico-raciais. Termos como “afro”, “etnia”, o próprio termo “relações étnico-raciais”, “relações interétnicas” dentre outros, estão presentes nesse eixo. O ponto aqui a ser evidenciado não é a forma diversificada que a discussão é produzida (o que é algo extremamente positivo), mas sim a falta de sintonia e coerência entre os termos. O que poderia ser argumentado como sendo um reflexo da negação do uso do conceito “raça” por parte dos antropólogos e antropólogas, diferente dos sociólogos e sociólogas que tentaram manter seu uso, não sem controvérsia, tendo em vista toda a discussão que foi levantada a respeito de tal categoria no pós-Segunda Guerra Mundial, quando da afirmação da não existência de raças biológicas. Ademais, cabe ressaltar também os esforços da

comunidade antropológica de fazer uso da categoria “etnia” em detrimento da “raça”, também no entendimento de enfatizar os processos sociais e culturais que dizem respeito às populações africanas, indígenas e demais grupos, por exemplo, do que se pautar por pressupostos bio-lógicos (OYĚWÙMÍ, 2004). Aqui, percebemos na prática, como que ocorreu, por meio dos programas de pós-graduação, a adesão de determinadas teorias e conceitos para se debruçar sobre a realidades das comunidades negro-africanas, e como isso ajudou a moldar um certo olhar antropológico sobre as mesmas.

Tabela 2: Linhas de Pesquisa incluídas no eixo de “Etnicidade”

Linhas de Pesquisa	Instituição	Ano
Minorias étnicas e a sociedade nacional	Museu Nacional	1968
Antropologia das populações afro-brasileiras e africanas: relações raciais, religiões, identidade	USP	1972
Relações entre dominantes e dominados	UFPE	1988
Relações entre grupos étnicos e raciais	UFRGS	1997
Identidade e Etnicidade – construção de identidades étnicas e nacionais	UFF	1999
Raça, etnicidade e gênero	UFPA	1999
Relações Interétnicas	UFPR	1999
Identidade étnica e cidadania	UFRGS	2001

Fonte: Informações retiradas dos sítios dos próprios programas e relacionadas com a pesquisa da ABA realizada gestão de Wilson Trajano Filho (2002-2004).

Ao observarmos atentamente a configuração dos outros eixos temáticos descritos pela autora, observamos a presença de linhas e grupos de pesquisas que poderiam se encaixar no primeiro caso, mas que não estão lá. É o caso, por exemplo, das linhas de pesquisas: “Formas da vida social, manifestações simbólicas, *relações interétnicas* (grifos meus), história e contextos ambientais” (USP, 1974) e “*Relações Interétnicas*” (UnB, 1981) agrupadas ao eixo de Etnologia

Indígena; e dos grupos de pesquisa: “*Relações Interétnicas e desenvolvimento sustentável*” (MPEG), “*Pós-colonialismo, nações e conflitos*” (Unicamp), “*Estudos Camponeses, Etnicidade*” (UFRJ/MN) e “*Antropologia da música afro*” (UFU), agrupadas aos eixos de Etnologia Indígena, Antropologia Política, Campesinato e Etnomusicologia, respectivamente.

A forma como as linhas e grupos de pesquisas foram agrupados nos permite questionar quais os critérios que a autora utilizou para não os agrupou no eixo de “etnicidade”. É importante deixar nítido que Montero deixou transparecer que a maneira como ela construiu os eixos estava alinhada ao seu entendimento de como tais discussões são feitas no campo geral da antropologia. Em sendo assim, tendo em vista que a autora é uma “*insider*” no campo antropológico, nos termos colocados por Hill Collins (2016), ou seja, pertence ao conjunto hegemônico da disciplina, utilizando suas ferramentas e é reconhecida pelos seus pares, quando questiono aqui os critérios que a mesma utilizou na distribuição das linhas e grupos de pesquisa, me refiro mais a postura intelectual e epistemológica dela enquanto antropóloga, do que a qualquer apontamento de outra ordem. Assim, a pergunta que, num primeiro momento, seria: “quais os critérios Montero (2004) utiliza para pensar a construção do eixo etnicidade?”, logo se transforma em: quais os critérios a antropologia, enquanto disciplina, utiliza para pautar a produção de conhecimento sobre relações étnico-raciais?

Há ainda um outro elemento a ser pontuado. Quando analisamos os dados do eixo temático de “etnicidade” em relação aos outros percebe-se que esta foi lida e apresentada pelas antropólogas e antropólogos nacionais como possuindo uma presença tímida na produção de conhecimento antropológico (RUBIM, 1997). O que é intrigante, pois mesmo esta área se constituindo como uma das mais antigas que

vão dá base a antropologia nacional junto da etnologia indígena, a estudos sobre religião, dentre outras, conforme pode ser evidenciado pelas tabelas apresentadas a seguir, sua produção parece não estar mais nos grandes centros de conhecimento antropológico, por mais que haja análises que buscam afirmar o inverso disso (SCHWARCZ, 1999; SIMÕES, 2018), estas ainda alocam a temática das relações étnico-raciais num campo maior de discussão, diluindo-a em outros campos, o que a faz permanecer como um presença irrisória — nestas e para estas narrativas.

Diante dos questionamentos levantados, serão apresentadas na próxima sessão as estratégias de abordagem da temática das relações étnico-raciais pelas diversas linhas e grupos de pesquisa antropológica no país, o que permitirá uma aproximação maior aos conteúdos que suscitam as questões apresentadas.

Relações raciais, relações étnico-raciais, relações interétnicas e a antropologia feita no Brasil

A categoria “raça”, na produção sociológica e antropológica brasileira, tem sido utilizada de maneira muito diversificada (GUIMARÃES, 1995, 1999, 2002; MUNANGA, 1988, 1998, 1999). Suponho que essa diversidade epistemológica e metodológica de tratar a problemática racial tenha ocorrido devido ao enfrentamento concreto e intenso à categoria de “raça” ocupando um sentido biológico — fundamentado pelas teorias raciais dos sécs. XV ao XIX —, por grande parte dos intelectuais contemporâneos que, ao pôr em xeque o caráter pseudocientífico de tais teorias, afirmando a existência de apenas uma única raça humana, optaram por não mais usar a denominação “raça”.

Isto possibilitou a indicação de outras nomenclaturas como “preconceito de marca” (NOGUEIRA, 1985), “preconceito racial”, “etnia”, “discriminação social”, “discriminação racial”, “cor” dentre outros, como forma de lidar com as possibilidades de lidar com este fenômeno que não sob os aportes bio-lógicos.

Acerca deste momento crítico referente ao uso ou não uso da categoria “raça”, considero as argumentações de José Carlos dos Anjos muito pertinentes no sentido de nos oferecer uma percepção ampla desses posicionamentos:

Resumo neste artigo duas posições em controvérsia nas Ciências Sociais brasileiras na atualidade (primeira metade dos anos 2000). Para uma delas que chamo de *construtivista objetivista*, à qual me filio, o conceito de raça é operacionalizável sob uma perspectiva nominalista, o que significa dizer que raças só tem existência como construto social. (...) Estou chamando a essa posição de construtivista objetivista e estrutural, em contraposição a uma outra posição, (...) que chamaria de um *construtivismo subjetivista*. Sob esse outro construtivismo que está em jogo é algo muito similar. Trata-se de enfatizar que as categorias raciais são criadas e reconstituídas em contextos locais. Portanto, os atores sociais estão manipulando suas identidades em função desses contextos de interação nos quais estão inseridos, e existe uma multiplicidade de formas de operacionalizar sistemas classificatórios raciais. (ANJOS, 2008, p. 15, grifos meus).

Importante ressaltar que a virada do século XX para o século XXI é marcada por diversos acontecimentos políticos e institucionais voltados para as populações negras no país, como o advento do Movimento Negro Unificado e também das políticas de ações afirmativas que serão responsáveis por colocar as relações étnico-raciais nas pautas jornalísticas e intelectuais no cotidiano brasileiro.

Estudos como os de Guimarães (1995, 1999; 2002) e Silva (2000) nos chamam a atenção para a maneira pelo qual as interpretações das relações étnico-raciais foram tecidas à luz de outras teorias e conceitos

a partir da negação do sentido biológico de “raça”, e também da negação ou do questionamento profundo da ideologia da democracia racial. Guimarães (2002) pontua que sofreu grandes críticas em relação a sua tentativa de ressignificar o conceito de “raça”. Estas se baseiam no entendimento de que raça seria uma noção estranha à realidade brasileira; que está contaminada pelas ideologias do movimento negro e pelas categorias estadunidenses; e de que, principalmente, raça é um conceito imprestável, impossível de ser recuperado analiticamente.

Segundo o mesmo, “raça” denota o seu caráter de construção social, e de que esta também deve ser compreendida como uma categoria política e analítica, pois “revela que as discriminações e desigualdades que a noção brasileira de ‘cor’ enseja são efetivamente raciais e não apenas de classe.” (GUIMARÃES, 2002, p. 50).

aqueles que defendem a utilização do termo pelas ciências sociais enfatizam, em primeiro lugar a necessidade de empregar o conceito para demonstrar o caráter específico das práticas e crenças discriminatórias que fundamentam formas agudas de desigualdades raciais e, em segundo lugar, o fato de que, para aqueles que sofrem ou sofreram os efeitos do racismo não há outra alternativa senão reconstruir criticamente as noções dessa mesma ideologia - a vitimação é uma prova mesmo que o terreno conceitual que justificou práticas discriminatórias têm uma efetividade maior do que a de um círculo de giz. (GUIMARÃES, 1995, p. 46).

Nesse sentido, Guimarães (2002) traça uma recuperação do conceito de “raça” numa perspectiva social, nos possibilitando assim afirmar a existência de “raça social”, que consiste em um conjunto de significados raciais que, não existindo no plano biológico, persiste, pelo menos, no imaginário dos indivíduos e, assim, acaba por orientar suas ações.

Nilza da Silva (2000), se propõe a delinear um debate extremamente polêmico para o movimento negro e para a academia brasileira

no que se refere à realidade da população negra: se as desigualdades que afetam essa parcela da sociedade são originadas por desigualdades de classe ou de “raça”. A autora traça um panorama de como se deu a relação entre esses conceitos na área das Ciências Sociais na tentativa de se criar uma interpretação teórica da dinâmica da realidade dos negros e negras no Brasil. A autora aponta para os estudos dos grupos de cor realizados durante os anos 1940 e 50, encabeçados por Donald Pierson e Thales de Azevedo, que na sua perspectiva, endossaram, contraditoriamente, o discurso da ideologia da democracia racial na medida em que se referiam a categoria “cor” e não “raça” nos seus trabalhos, ao passo que “pressupunha um processo de assimilação da população negra, excepcionalmente na tentativa de extirpar elementos inferiores do cenário nacional.” (SILVA, 2000, p. 101). Nesse sentido, “a situação do negro na sociedade estaria baseada na sua cor, e, à medida que houvesse um processo de miscigenação com o embranquecimento do negro, ele teria a possibilidade de ascender socialmente.” (SILVA, 2000, p. 108). Guimarães aponta que a grande característica do modo de classificação por cor é que ele “não fecha as portas para ninguém, (...), a sociedade seria uma sociedade de classes, uma sociedade aberta, em que negros, brancos, índios, mestiços, pessoas de qualquer cor, podem transitar pelos diferentes grupos sociais.” (GUIMARÃES, 2003, p. 101).

Tal compreensão do fenômeno das relações étnico-raciais, mas evidenciado pela autora como relações raciais,¹³ viabilizou o entendimento de que ele se configura mais por um preconceito de classe,

¹³E isto pode ser identificado também nos outros autores aqui citados. Este detalhe pode nos ajudar a compreender o argumento que aqui tento desenvolver: de que quando utilizamos a expressão relações étnico-raciais ou simplesmente relações raciais, na maioria das vezes, estamos nos referindo às comunidades negras, somente, e não a todo o conjunto da sociedade.

explicitamente perceptível na sociedade brasileira, do que de fato um preconceito de raça, uma vez que aqui o racismo não tinha o teor separatista e estrutural, para muitos pesquisadores e para parcela da população, tal como nos EUA.¹⁴ O tipo de racismo à brasileira se caracterizaria muito mais no nível individual, íntimo.¹⁵

Nesse sentido, temos os questionamentos teóricos elaborados pelos sociólogos brasileiros a partir dos anos 1960, logo após as finalizações e publicações das pesquisas realizadas pela UNESCO acerca da realidade racial da sociedade brasileira, especificamente no sudeste do país. As críticas que daí surgiram foram direcionadas para a ideologia da democracia racial formulada por Gilberto Freyre, que para os pesquisadores tal teoria representava a constituição de um mito, pois o que se encontrava no Brasil estava longe de se configurar como uma “harmonia entre as raças”, e sim uma profunda desigualdade entre as mesmas. Guimarães aponta que por mito, Fernandes estava tentando afirmar que “essa democracia racial seria apenas um discurso de dominação política, não expressava mais nem um ideal, nem algo que existisse efetivamente, seria usado apenas para desmobilizar a comunidade negra” seria, portanto, “como um discurso de dominação, (...)”

¹⁴O uso deste termo em grafias minúsculas se dá devido a negação de reconhecimento das ideologias de dominação e da superioridade simbólica que este país e outras potências construíram para si, e que são constantemente evocadas quando do uso desse e tantos outros termos em grafia maiúscula. Ver Njeri (2019).

¹⁵Podemos afirmar que a gênese das formulações teóricas sobre o racismo no Brasil se dá na comparação com a realidade racial dos EUA. A contribuição de Oracy Nogueira possui respaldo acadêmico até hoje: “Considera-se como preconceito racial uma disposição (ou atitude) desfavorável, culturalmente condicionada em relação aos membros de uma população, as quais se sentem como estigmatizados, seja devido à aparência, seja devido a toda ou parte da ascendência étnica que se lhes atribui ou reconhece. Quando o preconceito de raça se exerce em relação à aparência, isto é, quando toma por pretexto para suas manifestações, os traços físicos do indivíduo, a fisionomia, os gestos, o sotaque, diz-se que é de marca; quando basta a suposição de que o indivíduo descende de certo grupo étnico, para que sofra as consequências, diz-se que é de origem.” (NOGUEIRA, 1985, p. 78).

sua outra face seria justamente o preconceito racial e a discriminação sistemática dos negros.” (GUIMARÃES, 2003, p. 102).¹⁶

Já a partir dos anos 70 há um processo de retomado do conceito de raça, principalmente impulsionado pelos movimentos negros já existentes e da fundação do Movimento Negro unificado em 1978, que assim como os teóricos da escola de sociologia paulista se contrapunham a ideia da democracia racial, também definindo-o enquanto um mito, e apostando na positivação da identidade afro e do termo negro. As publicações de Nelson do Valle e Silva (1979), Carlos Hanselbag (1980), e de Lélia Gonzalez com Hanselbag (1982) trazem assim uma aproximação do discurso político evidenciado pelos movimentos negros de um discurso analítico — visto e presente nas universidades — a partir do momento em que analisam os dados do IBGE e apontam para a existência de desigualdades e discriminações entre os grupos raciais, oriundas de diferenças de oportunidades e formas como tais grupos eram tratados. Aliado a isto, os pesquisadores também ajudaram na consolidação do entendimento do termo negro como uma categoria política construída a partir da junção das categorias pretos e pardos utilizadas pelo IBGE.¹⁷

¹⁶Neste momento podemos elucidar nomes como Florestan Fernandes, Roger Bastide, Costa Pinto, Octavio Ianni, que irão se dedicar a compreender as origens e as dinâmicas das desigualdades sociais brasileiras, elegendo a categoria “classe” como eixo central de análise. Florestan Fernandes, por exemplo, acreditava que a integração dos negros na sociedade brasileira se dava mediante, primeiro a eliminação das barreiras de classe, que seriam ocasionadas com a mudança estrutural da sociedade, e somente após esse processo as desigualdades raciais seriam devidamente aniquiladas pela harmonização que haveriam entre as raças facilitadas pelo governo socialista.

¹⁷Segundo Guimarães, “aí a confusão está formada; e por quê? Porque agora tem-se um conceito que não era nem analítico nem nativo. Não era analítico porque a sociologia não o sustentava, tampouco a biologia, e não era nativo senão para uma parte mínima da população brasileira, ou seja, para os ativistas e simpatizantes do MNU.” (GUIMARÃES, 2003, p. 103).

Segundo Maria Nilza da Silva (2002), houve um retardamento na percepção de que a sociedade brasileira se estrutura a partir da categoria raça devido a visão de que a mesma é dividida por classes, difundida pela sociologia da década de 1970 e que ganhou capilaridade na população em geral. Percebe-se, inclusive, que o debate aqui realizado se deu em torno da compreensão sociológica do termo “raça” que, de uma maneira ou de outra, aderiu o que José Carlos dos Anjos (2008) chama de uma postura construtivista objetivista da categoria “raça”, ou seja, não abandonou, ou pelo menos, tentou não abandonar o uso do conceito, uma vez que compreendem a complexidade e a permanência do mesmo na sociedade brasileira. Os apontamentos de Silva são de fundamental importância para que possamos tentar localizar ou interligar esses debates ao processo de consolidação do campo da Antropologia no Brasil, mesmo que a autora não tenha tido em mente esse recorte na produção de seu texto. Sua contribuição nos possibilita identificar quais os principais autores consagrados nesse campo temático de um modo geral, e de compreender como eles dialogam entre si na tentativa de construir uma interpretação mais concreta da dinâmica das relações étnico-raciais no Brasil. Nesse sentido, poderíamos elencar que a Antropologia brasileira optou por desenvolver suas análises acerca do fenômeno das relações étnico-raciais a partir da ótica construtivista subjetivista, ou seja, abandonando o conceito de raça?

Uma inquietação/argumentação semelhante pode ser encontrada em Munanga, no tocante aos estudos antropológicos e a categoria “raça”. Para o antropólogo, a constatação científica de não existência dos anos 1960-70 provocou o surgimento de novas formas de racismo, que passa a violentar diversos outros grupos que não somente os de negros e africanos. Ademais, configura-se também a emergência de

um tipo de racismo baseado na etnia. Segundo Munanga, “O difícil é aniquilar as raças fictícias que rondam em nossas representações e imaginários coletivos” (MUNANGA, 2003, p. 10). Daí que,

Essa substituição não muda nada à realidade do racismo, pois não destruí a relação hierarquizada entre culturas diferentes que é um dos componentes do racismo. Ou seja, o racismo hoje praticado nas sociedades contemporâneas não precisa mais do conceito de raça ou da variante biológica, ele se reformula com base nos conceitos de etnia, diferença cultural ou identidade cultural, mas as vítimas de hoje são as mesmas de ontem e as raças de ontem são as etnias de hoje. O que mudou na realidade são os termos ou conceitos, mas o esquema ideológico que subentende a dominação e a exclusão ficou intacto. É por isso que os conceitos de etnia, de identidade étnica ou cultural são de uso agradável para todos: racistas e anti-racistas. Constituem uma bandeira carregada para todos, embora cada um a manipule e a direcione de acordo com seus interesses. (...) Tanto o conceito de raça quanto o de etnia são hoje ideologicamente manipulados. (MUNANGA, 2003, p. 12-13).

Temos aqui, uma crítica concreta a essas mudanças de termos para se referir a problemática do racismo que, na percepção do autor, são meramente ilustrativas uma vez que a alteração do nome não modifica o fenômeno na sua concretude. Sua “manipulação ideológica” ocorre, por exemplo, na mudança de olhar para o referido problema bem como da compreensão do mesmo na organização da sociedade e das relações que a permeiam. Nesse sentido, penso que um adendo a essa crítica feita por Munanga seria pensarmos nos níveis ideológicos da utilização desses termos na dinâmica própria da produção de conhecimento, questionando, por exemplo, até onde tais alterações conceituais dialogam com ideologias de ontem, como no caso da ideologia da democracia racial, e corrobora com as ideologias de hoje, nas tentativas de silenciamento de trajetórias e narrativas não-hegemônicas nos mais diversos espaços de poder, e na própria academia. Uma outra

inquietação epistemológica advinda desse panorama é a identificação da presença desta discussão ocupando ora um lugar de destaque, ora um lugar secundarizado no momento de construção das análises em torno do processo de formação e consolidação da sociedade brasileira. Isto em ambos os campos de saberes aqui evidenciados, sociológico e antropológico.

Em sendo assim, diante da diversidade de possibilidades de uso da terminologia, se faz necessário realizar alguns apontamentos próprios da dinâmica desta pesquisa em andamento. No momento inicial de minha pesquisa, ainda em 2019, havia destacado o conceito “Questão Racial” para me referir aos estudos e fenômenos sociais relacionados às experiências das comunidades negras. Entretanto, de acordo com os feedbacks que ia recebendo, bem como com o desenvolvimento da pesquisa, passei a adotar o uso da categoria “relações étnico-raciais” como forma de endossar um conceito que já estava em voga, mesmo que na minha percepção carecesse de uma maior unidade semântica devido a compreensão de sua importância política e capacidade mobilizadora. Ademais, penso que seu uso pode nos ajudar a tornar explícitos os processos de *racialização* que precisam ser evidenciados no âmbito de nossa disciplina e da produção de sua história, uma vez que historicamente os assuntos que envolvem as populações negras dentro do campo da Antropologia não foram tratados de forma sistemática, como um campo autônomo, mas sim ocupando certos lugares nas discussões de outros campos do saber no interior da disciplina. Entretanto, isso não significa que a antropologia não se preocupou com as questões relacionadas à existência das populações negras no Brasil.

Se formos por essa ótica, constataremos exatamente o contrário. A Antropologia lidou com tal temática só que com uma perspectiva dife-

renciada, com um olhar mais voltado para as questões envolvendo os processos de reprodução dos sistemas de crenças dos povos africanos em terras brasileiras e de suas diversas reconstruções, negociações e ressignificações, ou seja, construiu uma referencial teórico e metodológico que permitisse a abordagem de tais sujeitos somente sob um viés culturalista, restringindo a estes como “portadores de cultura”, para fazer uso aqui de um termo utilizado por Arthur Ramos nos anos 1930. No decorrer dos anos 1970, Roberto Cardoso de Oliveira desenvolve a teoria da fricção interétnica que, a meu ver, representa uma mudança de olhar sobre as relações de poder existentes entre brancos, negros e indígenas no país, servindo como uma possibilidade de contraponto a ideologia da democracia racial. Tal fato é perceptível (e reconhecido) a partir da resenha de Peter Fry (1979) da dissertação de Carlos Rodrigues Brandão, que posteriormente é publicada em formato de livro, no qual afirma que o recém mestre “Opta, portanto, por seguir a linha de análise avançada por *Bastide, Ianni, Cardoso e Fernandes*, que procuraram desvendar a produção de várias ideologias das relações raciais por parte dos vários grupos étnicos inseridos na sociedade brasileira” (FRY, 1979, p. 328, grifos meus).

Penso que a etnografia de Brandão pode representar um momento significativo de retorno por parte da antropologia brasileira de se relacionar com a temática das relações étnico-raciais, especialmente os estudos voltados para as comunidades negro-africanas, que se diferencie de uma abordagem culturalista, por vezes, muito criticada pelos intelectuais e acadêmicos negres, inclusive in loco, e simultaneamente, desde o momento em questão, como uma abordagem que “espetaculariza”, “tematiza”, “coisifica”, “objetifica” negres (CARNEIRO, 1964; RAMOS, 1955; NASCIMENTO, 1978; CARDOSO, 2014) sob um único viés, impossibilitando uma abordagem destes enquanto seres

altamente complexos, portanto “vivos” (RAMOS, 1955).

Utilizo aqui a expressão “retorno” devido ao processo de constituição da etnologia brasileira, no qual se inicia e se constitui com antropólogos físicos estudando comunidades indígenas locais e, com o passar do tempo, começam a realizar estudos etnográficos com as comunidades negro-africanas presentes no território nacional, ainda sob influência das teorias da degeneração, passando depois pelas teorias culturalistas para se pensar a questão da identidade nacional, onde a problemática da raça vai ser deixada de lado, para que a noção de cultura se faça presente. E como demonstrado por Villas Bôas (2007) e Peirano (1991), a temática da raça também será substituída pelas discussões em torno da educação. É nesse momento, portanto, que a população negra vai ser vista sob um ponto de vista “mais positivo”, onde seus elementos serão integrados aos símbolos nacionais (DANTAS, 1982), tirando-lhe as africanidades que lhe são próprias, mas performando sua visibilização — e fortalecendo seu embranchamento, contribuindo assim para uma percepção “eticizada” das comunidades negro-africanas, dando ênfase aos seus elementos estritamente culturais, “étnicos”. Oliveira, em um determinado momento, chamou a atenção para o fenômeno de “ilusão da etnia” (OLIVEIRA, 1976), *i. e.*, o encobrimento de outros tipos de relações existentes entre as etnias, do tipo de classe ou de outras ordens, em detrimento das relações interétnicas. Se antes, nos anos 1930 e 40 assistimos a exaltação da herança africana, da contribuição negra na formação da sociedade brasileira, e no qual a elite intelectual dominante, sobretudo, os intelectuais nordestinos, irão cristalizar os negros como “portadores de cultura” (DANTAS, 1982, p. 158), estes, em meados dos anos 1960 e 70 serão rearticulados sob o conceito de “etnia” — o qual sem provocar muitas alterações na forma como já vinham sendo pensados

pelos antropólogos locais (MUNANGA, 1998) — serão “eticizados” e objeto de disputas epistemológicas e políticas.

Faço esse recorte devido ao entendimento de que o debate em torno das relações étnico-raciais no nosso país envolve todos os sujeitos que ocupam o território nacional, ou seja, diz respeito aos brancos, orientais, negros, indígenas etc., e não apenas aos três últimos grupos como comumente fomos acostumados a considerar. O ato de considerar apenas pessoas negras como racializadas é reflexo do modo como a população branca não consegue (e muitas vezes não quer) se enxergar enquanto um grupo que é também racializado. Ao se colocar na esfera da humanidade, indivíduos brancos outremizam (MORISSON, 2019) aqueles que não estão no seu grupo étnico-racial. Os chamados Outros são portadores de características tidas como imorais, danosas à sociedade, não racionais.

Os modos pelos quais pessoas brancas constroem suas identidades raciais são apontados nos trabalhos desenvolvidos pelos Estudos Críticos da Branquitude, que vem ganhando cada vez mais peso na academia brasileira, no início deste século, principalmente no campo das ciências humanas (SCHUCMAN 2012, 2014; CARDOSO, 2010, 2011; BENTO, 2002, 2002b). Penso que, este próprio ramo de conhecimento pertence ao campo de estudos das relações étnico-raciais, uma vez que buscam compreender as dinâmicas de formação de identidade de pessoas brancas e como estas (se) pensam (nos) diversos fenômenos sociais.

Ao fazer isso não pretendo segregar os campos de saberes antropológicos e muito menos produzir uma hierarquia entre eles. O esforço de se ter um olhar atento para a população negra nos estudos sobre relações étnico-raciais no Brasil deve ser compreendido como uma ferramenta *metodológica* que possibilite uma *perspectiva racializada*

sobre a situação histórica desses estudos na antropologia feita no Brasil. *Racializada* aqui significa o entendimento de que vivemos em uma sociedade que foi estruturada tendo como um dos seus principais pilares a hierarquia entre as raças, juntamente das outras matrizes de dominação (ALMEIDA, 2019; HOOKS, 2000). Uma vez partícipes desta sociedade, sobretudo a ocidental, todos os sujeitos são *racializados* e se *racializam* na medida em que entram em contato uns com os outros, por mais que haja grupos que neguem tal característica para si — brancos e brancas. Desta forma uma postura *racializada* reflete um modo de agir, pensar e sentir o mundo a partir desta edificação, tendo consciência da mesma neste existir.

Importante ressaltar que quando faço esse recorte, de analisar os estudos antropológicos voltados para as comunidades negras e africanas, estou não apenas me referindo às experiências (materiais) de vida das populações negras, mas sim a todas as suas diversas formas de existir no mundo, pensando nos seus processos de construção de subjetividade e de subjetivação, suas ontologias, cosmologias, espiritualidades, etc., no intuito de assinalar os estudos que abarquem a real complexidade dessas comunidades. Ademais, privilegiar os estudos sobre relações étnico-raciais focando nas populações negras não corrobora com o que outrora fora intitulado como negro-tema (RAMOS, 1955), ou seja, o olhar objetificador e cristalizador que os cientistas sociais possuem quando se interessam em estudar as temáticas das negritudes. Pelo contrário, este recorte é feito justamente para que possamos ir além das formas tradicionais de se olhar para as populações negras que foram outremizados (MORRISON, 2019) pela pesquisa antropológica.

Esta pesquisa existe, justamente, devido ao fato de a Antropologia, enquanto ciência e disciplina, ter tentado *desracializar* as popula-

ções negras, assim como o fez com as populações indígenas (CRUZ, 2018), limitando as possibilidades de pesquisas somente por um viés culturalista, ou seja, atravessados pelos conceitos de cultura e etnicidade. E é isto que me faz voltar para o uso do conceito de relações étnico-raciais, para dar ênfase na constituição *racial* e étnica de todos os sujeitos pertencentes às sociedades ocidentais e ocidentalizadas, e as que estabeleceram contato com o mundo ocidental.

Sistematizando os dados

Quando nos debruçamos sobre o histórico da antropologia na academia brasileira, percebemos que esta é uma disciplina que se apresenta em uma boa fase de maturação. Dos anos 1960 até início dos anos 2000, a mesma já tinha ganhado uma proporção considerável em relação a quantidade de programas existentes. Nesse período 10 programas foram criados. Nem todos ofertavam mestrado e doutorado acadêmico. Boa parte deles começaram somente com o mestrado e depois, no decorrer dos anos, os cursos de doutorado foram sendo implementados. A *Tabela 3* nos traz uma cronologia de criação dos programas.

Paula Montero (2004), em artigo já bastante explorado neste trabalho, organiza uma parte das linhas de pesquisa relacionadas à “eticidade”. Como pontuei anteriormente, não fica muito explícito a forma como se pensa que tipo de linha e grupo de pesquisa pertence ou não as discussões sobre etnicidade, e que isso é um problema *epistemológico da disciplina no país* e de como os diversos intelectuais lidaram com a problemática da “raça”.

Assim, penso que uma forma mais interessante e como tentativa de organizar uma complexa e diversa discussão em torno do eixo em

Tabela 3: Programas de Pós-Graduação em Antropologia, 1968-2000

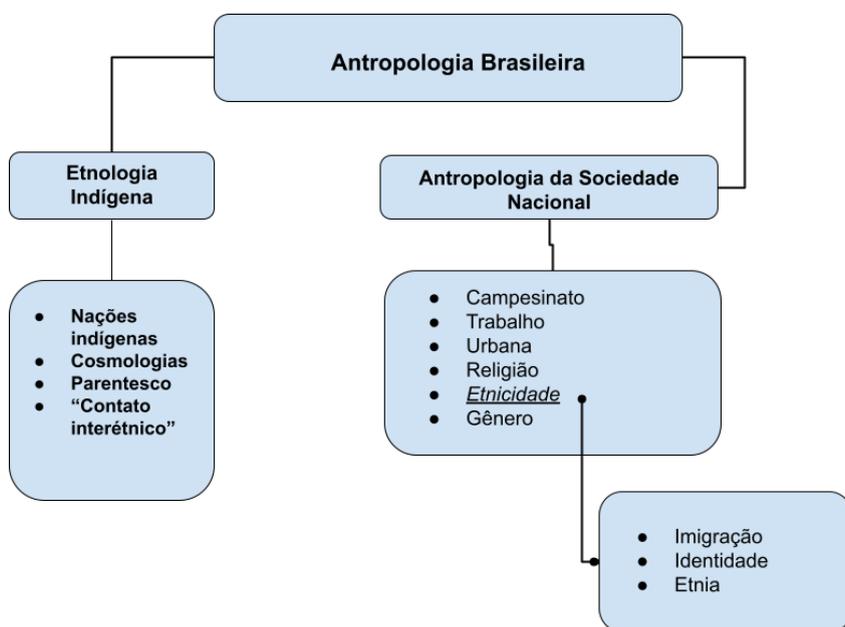
Universidade	Ano
UFRJ	1968
UNICAMP	1971
USP	1972
UNB	1972
UFPE	1977
UFRGS	1979
UFSC	1985
UFPR	1991
UFF	1994
UFPA	1994

Fonte: Informações retiradas dos sítios dos próprios programas e relacionadas com a pesquisa da ABA realizada gestão de Wilson Trajano Filho (2002-2004).

questão seria se referir a este como *relações étnico-raciais*, vide a discussão realizada no tópico anterior, no qual o termo “raça” é aqui utilizado na sua acepção social e analítica, e não bio-lógica, bem como apontando para o fato de que todos os sujeitos são *racializados*, apesar do espelho da raça está voltado sempre para os outros e nunca ou quase pouco para os grupos caucasianos e hegemônicos.

Portanto, compreendendo a necessidade de *racializá-lo*, e por *opção metodológica*, aponto para uma possível reconfiguração do eixo de etnicidade, e busco aprofundar reflexões acerca dos estudos antropológicos voltados para as comunidades negro-africanas que como veremos, pouco foram situados no eixo de etnicidade ou mesmo trabalhadas nas suas complexidades, pelo campo antropológico brasileiro. Nesse sentido, em termos gerais, de acordo com a literatura que trata a respeito da configuração do campo da antropologia brasileira (OLIVEIRA, 1988; PEIRANO, 1992; CARNEIRO DA CUNHA, 1986; CORRÊA, 1995; MONTERO, 2004) esta seria estruturada em torno

de dois eixos principais: o da etnologia indígena, que como a própria nomenclatura revela diz respeito ao conjunto de estudos voltados para as nações indígenas, seus territórios, cosmologias, relações com a sociedade brasileira etc.; e o campo intitulado de antropologia da sociedade nacional, no qual se caracterizaria pelos estudos realizados no campo, do trabalho, dentre outros temas que estão listados no desenho abaixo.

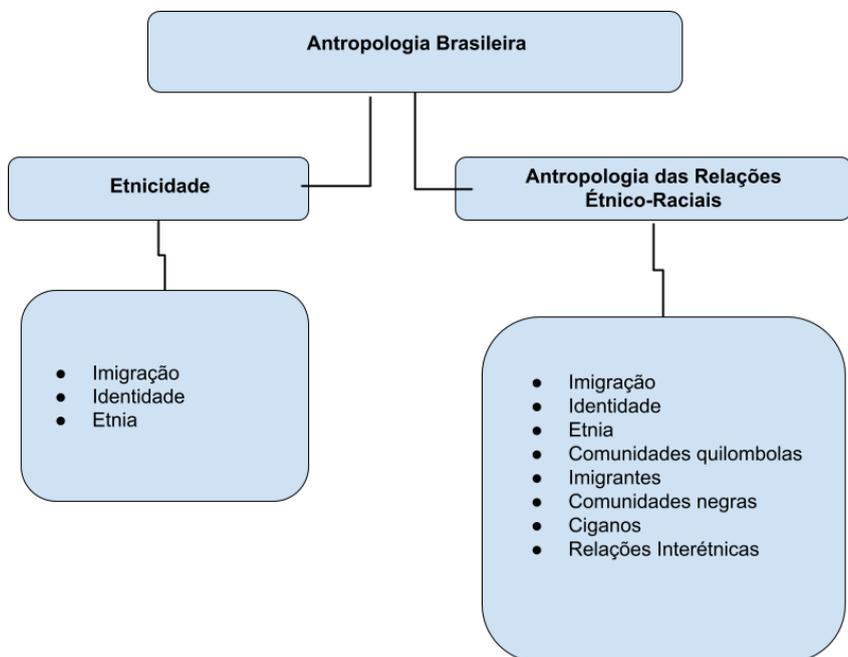


Desenho 1: Configuração do campo da Antropologia brasileira segundo a própria comunidade antropológica nacional

Fonte: Elaborado pelo autor.

Realizei a especificação de um dos campos de interesse deste artigo, o campo da “etnicidade” que, conforme veremos mais à frente, se configura pelas discussões em torno da identidade, dos conflitos étnicos e do fenômeno da imigração. Entretanto, tendo em vista o exercício crítico que está sendo proposto, de pensar as relações que

compõem a configuração do campo da “etnicidade” como “relações étnico-raciais”, podemos incluir temáticas outras que, num primeiro momento, não foram mencionadas, por diversos fatores, e que nos ajudam a pensar de forma complexa o campo de estudos aqui analisado. Com isto, estou me referindo a forma clássica pelo qual os estudos sobre etnia foram realizados pela Antropologia brasileira, que acabou por cristalizar certos grupos estudados, em especial aqui, as comunidades negro-africanas sob um viés culturalista, não enfatizando o elemento conflitivo próprio das “relações raciais” — como comumente era chamada quando a problemática em questão envolvia conflitos entre negros e brancos.



Desenho 2: Configuração do eixo “Etnicidade” e do eixo “Relações Étnico-Raciais” na antropologia brasileira

Fonte: Elaborado pelo autor.

Em sendo assim, busquei aprimorar a organização do referido eixo, nomeando-o desta outra forma e implementando as linhas de pesquisa que haviam ficado de fora e que, a meu ver, de acordo com o material que está sendo levantado, pertencem a este eixo, prioritariamente, em detrimento dos outros. Essa reorganização se encontra na *Tabela 4*.

Tabela 4: Programas de Pós-Graduação em Antropologia com linhas voltadas para a temática das Relações Étnico-Raciais

Linhas de pesquisa	Instituição	Ano
Minorias étnicas e a sociedade nacional	UFRJ	1968
Antropologia das populações afro-brasileiras e africanas: relações raciais, religiões, identidade	USP	1972
Formas da vida social, manifestações simbólicas, relações interétnicas, história e contextos ambientais	USP	1974
Relações interétnicas	UNB	1981
Relações entre dominantes e dominados	UFPE	1988
Relações entre grupos étnicos e raciais	UFRGS	1997
Relações Interétnicas	UFPR	1999
Raça, etnicidade e gênero	UFPA	1999
Identidade e etnicidade – construção de identidades étnicas e nacionais	UFF	1999
Identidade étnica e cidadania	UFRGS	2001

Fonte: Pesquisa “Formação acadêmica, pesquisa e mercado de trabalho em Antropologia”, Associação Brasileira de Antropologia, 2004.

Comparando a *Tabela 4* com a *Tabela 3* percebe-se que há uma queda de 20% na participação dos programas quando o foco é voltado para aqueles que possuem nas suas linhas de pesquisas palavras-chave e/ou conceitos que se relacionam com a temática das relações étnico-raciais. O que pode demonstrar o fluxo que esta discussão vai seguindo nos referidos programas. Uma análise mais centrada na dinâmica interior da produção de conhecimento desses programas nos per-

mitiria uma melhor noção desse processo. Assim, abre-se um campo vasto de pesquisa para se estudar a produção de conhecimento de tais programas tendo como eixo central a temática das Relações Étnico-Raciais.¹⁸ Entretanto, a queda da quantidade de programas não representa automaticamente uma queda nas produções de conhecimento, sobretudo se observarmos que houve um alargamento da concepção de etnicidade para a de relações étnico-raciais, o que me permite identificar um aumento do campo temático.

Esta afirmação deriva do fato de que Rubim (1996) ao analisar as produções das teses e dissertações dos PPGAS do MN/UFRJ, UnB, Unicamp e USP, desde as suas fundações até 1994, constatou que o campo da “eticidade” não chegava a constituir 5% de toda a produção dos 4 programas. Rubim menciona um caso, a meu ver muito preocupante e que muito me instigou a pesquisar mais a fundo, como o da UnB, que segundo a autora teve somente uma única dissertação voltada para a referida temática, a saber: “Peões, Pretos e Congos” de Carlos Rodrigues Brandão, sendo inclusive a primeira dissertação defendida no programa.

Assim como a Antropologia nesse período se configura como uma prática intelectual concentrada na região sul e sudeste do país tendo quase $\frac{3}{4}$ dos programas localizados nessa região, o mesmo, consequentemente, ocorre com as discussões voltadas para a temática que estamos aqui analisando. O *Gráfico 1* nos traz as porcentagens da distribuição regional da disciplina no país, e sustentam os argumentos aqui elencados.

¹⁸Na dissertação me debruço sobre a produção de teses e dissertações de 5 PPGAS com o intuito de entender a configuração temática e sobretudo entender o lugar ocupado pela temática das relações étnico-raciais nessas instituições.

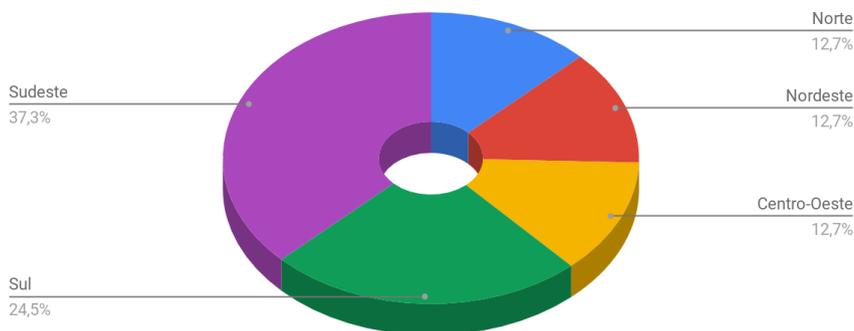


Gráfico 1: Concentração regional dos PPGAS que possuem linhas de pesquisa voltadas para as “relações étnico-raciais”

Fonte: Pesquisa *Formação acadêmica, pesquisa e mercado de trabalho em Antropologia*, Associação Brasileira de Antropologia, 2004

Considerações Finais

Busquei neste trabalho realizar uma breve sistematização em torno do campo da “etnicidade”, no qual me propus a chamar de “relações étnico-raciais”, compreendendo que aquele carregava consigo forte vinculação com os preceitos culturalistas das primeiras décadas do século XIX, elencando assim com o segundo termo um entendimento mais amplo sobre as relações étnicas e interétnicas na sociedade brasileira. Assim, a partir do que foi exposto, percebe-se que o campo das relações étnico-raciais, visto sob a ótica aqui defendida, se apresenta com uma presença maior em detrimento da sua anterior titulação, tendo em vista que foi possível identificar linhas de pesquisas que se encaixam no seu eixo, mas que não foram lá colocadas devido ao estreitamento do eixo de “etnicidade”. Ademais, também chamei atenção para as formas diversificadas de se tratar e entender as comunidades negro-africanas partindo e negando o termo “raça”, passando por vários termos até a utilização de “etnia”, que chegou

a ter um certo consenso, mas que, posteriormente, pesquisadores começaram a apontar a ineficácia do termo no que tange a solução de alguns problemas básicos e até estruturais desses grupos — o que me ajudou a sustentar ainda mais o termo “relações étnico-raciais”.

Os dados organizados também nos permitem identificar a secundarização sofrida pela temática das relações étnico-raciais, sobretudo aquelas voltadas para as comunidades negro-africanas sob o ponto de vista das “relações interétnicas” (OLIVEIRA, 1978) na Antropologia feita no Brasil. Tal acontecimento acabou por delegar, de forma implícita, tal questão para o âmbito da sociologia, uma vez que esta foi responsável pela quebra da hegemonia da ideologia da democracia racial desde os anos 1950, enquanto que a Antropologia continuou a produção de conhecimento voltada para uma abordagem que compreendia tais comunidades como somente “portadoras de cultura”, no caso se restringindo aos estudos de religiões de matrizes africanas quase que de forma hegemônica.

Desta forma, compreendido que os programas de pós-graduação em Antropologia se constituem como os principais balizadores do ensino da disciplina e estabelecendo um quadro que nos permita ter o entendimento de como a temática das relações étnico-raciais estava presente nos PPGAS, se faz necessário passar para uma análise mais micro, que possa captar a dinâmica interna da existência dessas discussões nos referidos programas. Uma das possibilidades de se realizar tal empreendimento é se ater ao estudo das ementas e programas de cursos como arquivos etnográficos (CUNHA, 2004), constituintes de muitos significados, relações de poder, e que é partir deles e de quem os monta (professores/as universitários/as/es), que os futuros (no caso em questão, os já formados e consolidados) antropólogos/as, vão se familiarizar ou não com determinadas formas de se analisar

os fenômenos sociais, enfatizando aqui os fenômenos relacionados às relações étnico-raciais. Um outro caminho, que também tem me interessado muito, é o de analisar as produções de teses e dissertações dos programas ao longo do tempo, como forma de identificar de maneira mais concreta a presença da referida temática nessas instituições, bem como compreender a participação destas na produção de conhecimento sobre relações étnico-raciais.

O exercício de divisão da Antropologia em campos de estudos não envolve apenas tabulação de temáticas, mas consiste, sobretudo, em uma atividade que é também epistemológica, pois requer um conhecimento da história da antropologia no país, no sentido de identificar quais “escolas teóricas” tiveram uma maior recepção entre os pesquisadores e estudiosos da área etc. Por exemplo, a constatação da frágil argumentação de que a área da etnicidade ocupou um lugar pequeno na disciplina está corroborada, muitas vezes, pelos demais escritos das autoras e de diversos outros autores aqui explanados. O aprofundamento nos estudos de constituição de campos teóricos ou das chamadas “escolas” a partir de determinados intelectuais e dos processos de orientação de pesquisadores nas universidades, as chamadas “linhagens intelectuais” (PEIRANO, 1992), nos possibilita identificar os sujeitos que desenvolveram pesquisas e produziram trabalhos sobre a temática em questão, para que assim possamos ter um entendimento de suas abordagens teóricas e analíticas sobre o fenômeno. Essa reflexão me ocorreu no momento em que fui percebendo o modo pelo qual a chegada de determinados professores em um PPGAS em questão possibilitou a fundação de um campo de estudos no próprio programa, seja porque as discussões se iniciam com determinados intelectuais, ou porque estes trouxeram debates que já ocorriam em outros lugares e passaram a também serem desenvolvidas ali.

Portanto, adentrar nas configurações do campo das relações étnico-raciais nos coloca mediante a difícil e necessária tarefa de se construir uma Antropologia antirracista, comprometida com a veiculação de um saber que não objetifique as comunidades negro-africanas e também nos ajude a identificar intelectuais negros e negras partícipes de sua construção, mas que não foram contemplados pelo *mainstream* antropológico na construção da narrativa *consensuada* acerca da história da disciplina no país. Entretanto, este é assunto para outros tópicos, que já estão se desenhando com muita força, por vários atores sociais, e sobre o qual não poderia deixar de fazer menção, uma vez que esta pesquisa surgiu de inquietações mesmas e alinhadas intelectual e politicamente a elas/eles.

Referências

ALMEIDA, Silvio. *Racismo estrutural*. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

BÔAS, Gláucia Villas. *A vocação das ciências sociais no Brasil: um estudo da sua produção em livros do acervo da Biblioteca Nacional 1945-1966*. Fundação Biblioteca Nacional, 2007.

CAPES. Plataforma Sucupira. Dados sobre a distribuição dos programas de pós-graduação no Brasil. Disponível em: geocapes.capes.gov.br. Acesso em 30/05/2019.

CARDOSO, Fernando Henrique; IANNI, Octavio. *Cor e mobilidade social em Florianópolis*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960.

CARNEIRO, Edison. Uma falseta de Artur Ramos. *Ladinos e criolos: estudos sobre o negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 223-227, 1964.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. *Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CORRÊA, Mariza. A Antropologia no Brasil (1960-1980). In: MICELI,

S. (Org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. Vol. 2. São Paulo: Sumaré/Fapesp, 1995, p. 25-106.

_____. *Traficantes do simbólico e outros ensaios sobre a história da antropologia*. Editora UNICAMP, 2013.

CRUZ, Felipe. Povos Indígenas, Racialização e Políticas Afirmativas no Ensino Superior. In: Anderson Oliva; wanderson flor do nascimento; Rení-sia Garcia; Marjorie Marona. (Org.). *Tecendo Redes Antirracistas: Áfricas*, Brasis, Portugal. 1ed.: Autêntica, 2019, v. , p. 147-162.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Tempo imperfeito: uma etnografia do arquivo. *Mana*, v. 10, n. 2, p. 287-322, 2004.

DANTAS, Beatriz Gois et al. *Vovô nagô e papai branco: usos e abusos da África no Brasil*. 1982.

DEBRET, Guita Grin. Formação e ensino. In: TRAJANO FILHO, Wilson; RIBEIRO, Gustavo Lins (orgs.) *O campo da Antropologia no Brasil*. Contra-Capa Livraria /Associação Brasileira de Antropologia, 2004.

DURHAM, Eunice. *Os problemas da pesquisa antropológica no Brasil*. Mimeo. 1980.

FERNANDES, Florestan. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. São Paulo: Ática, 1978.

TRAJANO FILHO, Wilson; RIBEIRO, Gustavo Lins (orgs.). *O campo da Antropologia no Brasil*. Contra-Capa Livraria /Associação Brasileira de Antropologia, 2004.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*, Brasília: Ed. UnB. [originalmente publicado em 1933], 1961.

FRY, Peter. Peões, pretos e congos. *Anuário Antropológico*, v. 3, n. 1, p. 327-330, 1979.

GIBBS, Graham. Análise comparativa. In: *Análise de dados qualitativos*; tradução Roberto Cataldo Costa; consultoria, supervisão e revisão técnica desta edição Lorí Viali. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GOBINEAU, Joseph Arthur. *Ensaio sobre as desigualdades das raças humanas*. 1854.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Raça e os estudos de relações raciais no Brasil*. Novos Estudos Cebrap, São Paulo, n. 54, p. 147-156, jul.

1999.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Raça e Pobreza no Brasil*. In: *Classes, raças e Democracia*. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Ed. 34, 2002. 232p.

hooks, bell. *Feminist theory: From margin to center*. Pluto Press, 2000.

HILL COLLINS, Patricia. *Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro*. *Revista Sociedade e Estado*, vol 31, n 1, 2016, p. 99-127.

HOLANDA, Sérgio Buarque de, Alexandre Eulálio, and Leo Gilson Ribeiro. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MICELI, Sergio *et al.* Condicionantes do desenvolvimento das ciências sociais. *História das ciências sociais no Brasil*, v. 1. São Paulo: Vértice/Idesp/Finep. 1989.p. 72-110.

MONTERO, Paula. Antropologia no Brasil: tendências e debates. In: TRAJANO FILHO, Wilson; RIBEIRO, Gustavo Lins. (Orgs.). *O campo da Antropologia no Brasil*. Contra-Capa Livraria /Associação Brasileira de Antropologia, 2004.

MORRISON, Toni. *A origem dos outros*. Tradução Fernanda de Abreu. Prefácio Ta-Nehisi Coates. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MUNANGA, Kabengele. Teorias sobre o racismo. In: *Racismo: perspectivas para um estudo contextualizado da sociedade brasileira*. Niterói: EDUFF, 1998. p. 43-65. Coleção Estudos & pesquisas 4.

_____. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ, 05/11/03, p. 1-17, disponível em www.geledes.org.br acesso em 29 jun. 2021.

NJERI, Aza. Educação afrocêntrica como via de luta antirracista e sobrevivência na maafa. *Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação*, n. 31, p. 4-17, 2019.

NOGUEIRA, Oracy. *Tanto Preto Quanto Branco: Estudos De Relações Raciais*. São Paulo: T. A. Queiroz, Editor, 1985.

nyack, z. Alguns Delineamentos sobre Antropologia e Questão Racial no Brasil. In: *Anais Eletrônicos da XIII RAM — Reunião de Antropologia do*

Mercosul, 2019.

OLIVEIRA, R. C. *Identidade, Etnia e Estrutura Social*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1976.

_____. *Tempo e tradição: interpretando a Antropologia*. In: Sobre o pensamento antropológico. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: CNPq, 1988.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. *CO-DESRIA Gender Series*, v. 1, p. 1-10, 2004.

PEIRANO, Mariza GS. *The anthropology of anthropology: the Brazilian case*. Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Antropologia, 1991.

_____. Os antropólogos e suas linhagens. *Homenagem*, p. 31-45, 1992.

RAMOS, Alberto Guerreiro. *Patologia social do “branco” brasileiro*. *Journal do Commercio*, 1955.

RUBIM, Christina de Rezende. *Antropólogos brasileiros e a antropologia no Brasil: a era da pós-graduação*. 1996. 1996. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas.

_____. Os programas de pós-graduação em antropologia social do Museu Nacional, universidade de Brasília, universidade de São Paulo e universidade Estadual de Campinas. *Horizontes antropológicos*, v. 3, n. 7, p. 97-128, 1997.

SCHWARCZ, Lília K. Moritz. *O Espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. (Companhia das Letras), fotos, mapas, quadros, índice anômico e bibliografia. São Paulo, 1993. 287p.

_____. *Questão racial e etnicidade*. In: MICELI, Sergio. O que ler na ciência social brasileira (1970-1995). São Paulo: Sumaré, 1999. v. I (Antropologia), p. 267-325.

SILVA, Maria Nilza da. *O negro no Brasil: um problema de raça ou de classe?* In: *Revista Mediações*, Londrina, v. 5, n. 2, p. 99-124, jul./dez. 2000.

SIMIÃO, Daniel Schroeter; FELDMAN-BIANCO, Bela. *O campo da an-*

tropologia no Brasil: retrospectiva, alcances e desafios. Rio de Janeiro: Aba Edições, 2018.

SIMÕES, Júlio Assis. A dinâmica do campo: temas, tendências e desafios. In: SIMIÃO, Daniel Schroeter; FELDMAN-BIANCO, Bela. *O campo da antropologia no Brasil: retrospectiva, alcances e desafios*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, p. 57-82, 2018.

Resumo:

Este texto objetiva-se a partilhar alguns resultados da investigação que venho realizando no mestrado. Me proponho a refletir acerca das inter-relações existentes entre a antropologia local e o campo das “relações étnico-raciais”, com um olhar mais atento para as linhas de pesquisas voltada para as “comunidades negro-africanas” durante os anos 1968-2000, momento no qual ocorre a institucionalização (Corrêa, 1995) e expansão da disciplina no campo acadêmico nacional (Montero, 2004). Para tal empreendimento, realizei um mapeamento dos Programas de Pós-graduação em Antropologia existentes nesse período para termos uma noção de onde estavam concentrados e, quais suas linhas de pesquisas, a fim de termos um primeiro conhecimento sobre quais deles discutiam ou não a temática em questão, seja de maneira direta ou indireta, e quais foram os seus vieses de discussão.

Palavras-chave: Antropologia; relações étnico-raciais; PPGA; raça/ethnia.

Abstract:

This text aims to share some results of the research that I have been carrying out in the master’s degree. I propose to reflect on the interrelationships existing between local anthropology and the field of “ethnic-racial relations”, with a closer look at the lines of research aimed at the “black African communities” during the years 1968-2000, a moment in which institutionalization occurs (Corrêa, 1995) and expansion of the discipline in the national academic field (Montero, 2004). For such an undertaking, I carried out a mapping of the Postgraduate Programs in Anthropology existing in that period to have a notion of where they were concentrated and, what their lines of research, in order to have a first knowledge about which of them discussed or not the theme in question, either directly or indirectly, and what were its biases of discussion.

Keywords: Anthropology; ethnic-racial relations; PPGA; race/ethnia.

Recebido para publicação em 25/04/2021.

Aceito em 25/06/2021.

Mestrados profissionais em ciências sociais e a formação em educação

Amurabi Oliveira

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0002-7856-1196>

amurabi1986@gmail.com

Introdução¹

A importância dos mestrados profissionais tem crescido nos últimos anos em todas as áreas, e por mais que tenha encontrado (e ainda encontra) algumas resistências nas Ciências Humanas, podemos observar seu crescimento, que se acelera na última década, acompanhando uma expansão mais geral da pós-graduação brasileira.

No caso das Ciências Sociais, esses programas profissionais estão centrados na formação continuada, dialogando diretamente com o campo educacional, ainda que no caso da Ciência Política eles apresentem um escopo mais amplo. Esse desenho ganha força com as

¹Uma versão preliminar desse trabalho foi apresentada durante o 44º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS).

mudanças vivenciadas na própria Educação Básica, através de dispositivos como obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena,² assim como a reintrodução da Sociologia no currículo escolar.³

Apesar da heterogeneidade entre as áreas, podemos afirmar que nelas ainda predominam os programas acadêmicos, com uma participação mais ativa de mestrados profissionais na Ciência Política, como será demonstrado mais adiante. Desse modo, pela incipiência do fenômeno, faltam ainda análises sobre o perfil desses programas, o que corresponde ao principal objetivo deste trabalho.

Considerando tais questões, a proposta deste artigo é examinar o perfil dos mestrados profissionais em Ciências Sociais em sua interface com a Educação. Para tanto, consideraram-se elementos como: linhas de pesquisa; estrutura curricular; perfil do egresso; formação acadêmica, produção técnica em Educação e orientações na área do corpo docente.

Metodologicamente o trabalho foi realizada nas seguintes etapas: a) seleção dos programas a serem examinados: primeiramente realizou-se um levantamento na plataforma sucupira dos mestrados e doutorados profissionais avaliados pelas áreas de Antropologia, Ciência Política/Relações Internacionais e Sociologia; considerando que na área de Antropologia há um único mestrado profissional, que se vincula diretamente à formação docente, e que na área de Sociologia há

²O ensino de História e Cultura Afro-Brasileira tornou-se obrigatório com a lei nº 10.639/03, posteriormente modificada pela lei nº 11.645/08, que passou a incluir também a questão indígena.

³O ensino de sociologia tornou-se obrigatório em todas as séries do ensino médio através da lei nº 11.684/08, posteriormente modificada pela Reforma do Ensino Médio (Medida Provisória nº 746 de 2016, posteriormente convertida em lei nº 13.415 de 2017), que retirou a obrigatoriedade de todas as disciplinas, com exceção de matemática e língua portuguesa.

apenas um mestrado profissional em rede, que se volta para a formação de professores de Sociologia, a seleção dos programas a serem examinados nessas áreas foi mais simples, de modo que para fins de seleção dos programas profissionais em Ciência Política a serem examinados foi necessário realizar um levantamento das linhas de pesquisa de todos os mestrados e doutorados acadêmicos avaliados nessa área, ao que se verificou que apenas o mestrado em Políticas Públicas da Universidade Estadual de Maringá (UEM) possuía uma linha de pesquisa relacionada à Educação; b) levantamento dos dados a serem examinados em cada programa; tendo em vista os objetivos desse trabalho selecionamos os seguintes dados a serem examinados: linhas de pesquisa; estrutura curricular; perfil esperado do egresso; formação acadêmica, produção técnica em Educação e orientações na área do corpo docente. Como nem todos os dados estavam disponíveis na plataforma sucupira foi necessário também buscar alguns dados na plataforma lattes, na qual através do exame do currículo dos docentes integrantes de tais mestrados profissionais pudemos analisar a formação acadêmica, a produção técnica em Educação e orientações na área.

Será realizado um exame do perfil dos seguintes mestrados profissionais: Políticas Públicas da Universidade Estadual de Maringá (UEM), Ciências Sociais para o Ensino Médio da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ) e Culturas Africanas, da Diáspora e dos Povos Indígenas da Universidade de Pernambuco (UPE).⁴

Para uma melhor compreensão por parte do leitor das questões

⁴Como será explanado mais adiante essa amostra deve-se ao fato de que ao mestrado da UPE é o único profissional da área de Antropologia atualmente, o da FUNDAJ foi o primeiro criado na área de sociologia voltado para a área de Educação, e o da UEM é o único profissional da área de Ciência Política com uma linha de pesquisa em Educação.

aqui levantadas, será realizada uma breve contextualização sobre a questão dos mestrados profissionais nas Ciências Sociais, assim como sobre a relação deste tipo de pós-graduação e formação em Educação.

Os mestrados profissionais no contexto da pós-graduação em ciências sociais

Ainda que os alicerces da pós-graduação brasileira no modelo próximo ao que conhecemos hoje tenham sido lançados ainda na década de 1960, no contexto da Reforma Universitária de 1968, marcado também por uma expansão significativa de bolsas para formação no exterior de pesquisadores brasileiros (MARTINS, 2018), é interessante perceber a crescente complexificação desse campo em período recente, com a criação de novos modelos formativos até então inexistentes.⁵

Ganha destaque nesse contexto o advento dos mestrados profissionais, que ainda que se apresentem como algo recente no campo das Ciências Sociais, suas bases na pós-graduação brasileira remontam à década de 1990. Segundo Fischer (2010), que integrou a primeira comissão da CAPES, esse movimento objetivou repensar a pós-graduação tendo em vista setores não acadêmicos, como que já seria indicado ainda no Parecer Sucupira.

A posição da autora reforça a ideia que tem sido expressa pelos documentos oficiais de que os mestrados profissionais⁶ representariam

⁵Também é importante ressaltar a existência de mestrados profissionais em rede, que também refletem essa crescente complexificação da pós-graduação nacional. Deve-se dar relevo ainda há existência do Fórum Nacional dos Mestrados Profissionais, bem como a emergência dos fóruns específicos que têm surgido nos últimos anos (como o da área de Enfermagem) como instâncias privilegiadas para discutir os avanços desses programas.

⁶Fugiria ao foco e ao escopo deste artigo sintetizar como a discussão sobre mes-

uma possibilidade de formação não disponível nos programas acadêmicos, voltando-se principalmente para aqueles interessados numa formação pós-graduada, mas não em uma formação para a pesquisa acadêmica no sentido estrito, ainda que os portadores do título de mestre ou doutor profissionais possam exercer a docência no ensino superior.⁷ Notadamente ainda persistem certas indefinições e dúvidas sobre o perfil dos programas acadêmicos, como a própria CAPES (2010, p. 265) reconhece: “O mestrado profissional teve uma trajetória difícil, com rejeições explícitas em algumas áreas e dificuldades em ser reconhecido e valorizado. Talvez, porque seja um corpo relativamente estranho no desenho do eixo acadêmico.”

No campo das Ciências Sociais, de maneira muito simplificada, podemos afirmar que a experiência com mestrados profissionais é bastante nova. Em 2001, foi criado o Mestrado profissional em Gestão do Patrimônio Cultural na Pontifícia Universidade Católica de Goiás, que integrava a área de avaliação de Antropologia, este programa posteriormente foi desativado em 2010. Na área de Ciência Política o mestrado profissional em Diplomacia, oferecido pelo Instituto Rio Branco, funcionou entre 2002 e 2012.

Atualmente considerando as três áreas de avaliação, de acordo com a plataforma sucupira,⁸ temos o seguinte cenário: em Antropologia existem no Brasil 31 programas de pós-graduação, dentre os quais apenas um é um mestrado profissional; em Ciência Política há

trados profissionais se desdobrou no Brasil, de modo que para um melhor aprofundamento vide o trabalho de Barros, Vaetim, Melo (2005).

⁷Importante salientar que os egressos de mestrados profissionais também dar continuidade a sua formação através de doutorados acadêmicos.

⁸A plataforma sucupira é um sistema de coleta de informações, análises e avaliações a serem utilizadas como base padronizadora do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) brasileira. A Plataforma disponibiliza informações publicamente desde 2014, processos e procedimentos que a CAPES realiza no SNPG para toda a comunidade acadêmica.

61 programas, sendo 19 programas profissionais; e, em Sociologia há 53 programas, havendo dois mestrados profissionais, sendo um deles em rede.

Podemos observar que a área de Ciência Política concentra o maior número de mestrados profissionais, bem como os mais longevos. O mestrado profissional em Planejamento e Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará (UECE) iniciou suas atividades em 2006,⁹ o em Defesa e Segurança Civil da Universidade Federal Fluminense (UFF) em 2007, e de Políticas Públicas da Universidade Estadual de Maringá (UEM) em 2009. Os demais mestrados profissionais na área de Ciências Sociais no Brasil foram criados nos anos de 2010, evidenciando o fato desse tipo de formação vir se consolidando apenas em período recente.

Apesar da forte presença de mestrados profissionais com ênfase em Políticas Públicas na área de Ciência Política, uma vez que ao menos oito deles são mestrados com esta ênfase,¹⁰ é importante salientar que há no Brasil outros Programas profissionais e acadêmicos em Políticas Públicas em outras áreas de avaliação, como Administração, Economia, Interdisciplinar e Serviço Social.¹¹ Por um lado, isso aponta para um campo que transpõe as fronteiras disciplinares, dentro daquilo que é reconhecido como uma formação pós-graduada em Políticas Públicas; por outro, seria possível inferir haver a existência

⁹Este programa até o último quadriênio (2013-2016) era avaliado na área de Sociologia.

¹⁰Ainda na área de Ciência Política há o Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que oferece cursos de mestrado e doutorado acadêmicos.

¹¹Estou citando aqui apenas os programas que oferecem a titulação estrita de mestrado e/ou doutorado em Políticas Públicas, havendo também, além das áreas já citadas, programas nas áreas de Direito, Educação, Planejamento Urbano/Demografia, Psicologia e Saúde Coletiva que possuem programas em Políticas Públicas com outras interfaces.

de certa especificidade daqueles programas que se inserem na área de avaliação de Ciência Política.

É importante salientar que, nos atuais documentos de área, há tanto uma “visão da área sobre a modalidade profissional” quanto na “Avaliação de Propostas de Cursos Novos” (APCN) há especificações sobre os a criação de mestrados e doutorados profissionais. Registra-se ainda que, nos documentos de área, há o item “Medidas de indução de interação com a educação básica ou outros setores da sociedade”, no qual ganha relevância ação dos mestrados profissionais como espaços importantes de interlocução com a educação básica; isso fica mais evidente nas áreas de Antropologia e de Sociologia.

Em Antropologia e em Ciência Política, o número mínimo de docentes permanentes para a criação de um curso de mestrado é 8, e de doutorado 10, em Sociologia esses números sobem para 10 e 12, respectivamente. Esses números mínimos não variam em função da proposta ser acadêmica ou profissional, porém há variações importantes, como o percentual mínimo de doutores que devem compor o corpo docente dos programas. Para todos os programas acadêmicos, 100% do corpo docente deve ser doutor, ao passo em que nos programas profissionais em Antropologia e Ciência Política o mínimo é de 70%, e em Sociologia 80%. Reconhece-se que, nos programas profissionais, é possível haver docentes que não sejam doutores, mas sim técnicos e profissionais com reconhecida e comprovada competência na área de concentração.

Também o percentual de professores com dedicação exclusiva muda em cada área, na Antropologia esse índice deve ser no mínimo 80% nos programas acadêmicos e 50% nos profissionais; na Ciência Política esses valores são 70% e 60% respectivamente; e já na Sociologia, no mínimo 50% do corpo docente nos programas acadêmicos

deve ter dedicação, no nível de pós-graduação, apenas ao curso proposto em caso de cursos acadêmicos,¹² e nos profissionais, 70% do corpo docente permanente não poderá ter vínculo com mais de dois programas, incluindo-se aí o curso proposto.

Também há certa diferença na própria avaliação que cada área faz dos programas profissionais. Na Antropologia, destacam-se principalmente duas possibilidades de formação de programas profissionais, o primeiro seria destinado à formação de gestores e técnicos provenientes de coletividades social e culturalmente diferenciadas ou categorias profissionais específicas, e o segundo à formação de professores da educação básica em temas de expertise da área. Destaca-se a necessidade de as propostas de programas profissionais estarem em conformidade com os Códigos de Ética da Antropologia e da Arqueologia, tal como definido pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e pela Sociedade Brasileira de Arqueologia. Os doutorados profissionais surgiriam a partir de mestrados profissionais que atingirem certo grau de maturidade acadêmica, expresso pelas notas 4 ou 5 da avaliação quadrienal.

Em Ciência Política, afirma-se que a área compreende que os programas profissionais são apropriados às suas subáreas, tanto na atividade de formação avançada de recursos humanos para o setor público ou privado, como na geração de impactos sobre o desenvolvimento econômico e social ou, ainda, no trato de políticas públicas. Também é indicado que os doutorados profissionais devem emergir de mestrados profissionais com notas 4 e 5, já havendo nessa área doutorados com esse formato.

Por fim, em Sociologia indica-se que a criação de programas pro-

¹²Os demais poderão ter vínculo com até dois programas incluindo o da proposta enviada na área de Sociologia.

fissionais se justifica no caso de demandas específicas de atuação de profissionais da sociologia e das ciências sociais em setores alheios à pesquisa científica desenvolvida por instituições de ensino superior. Reconhece-se que hoje na área os programas profissionais restringem-se àqueles voltados para a formação continuada de professores de sociologia, constituindo atualmente a principal interface com a educação básica. Os doutorados profissionais surgiriam a partir de mestrados profissionais consolidados e com produção intelectual com classificação de “muito bom”.

Mestrados profissionais e a formação em educação

Apesar dos programas em Educação terem um papel central na formação continuada de docentes, é importante reconhecer que esta área continua sendo formada majoritariamente por programas acadêmicos, que visam formar especialistas na pesquisa em Educação. Neste contexto, os programas da área de Ensino de ciências e matemáticas assumem a dianteira nessa discussão sobre formação continuada de professores. Evidencia-se o fato desta área ter-se constituído como área própria de avaliação da CAPES em 2000,¹³ posteriormente integrando a área de Ensino em 2011. Destacando-se o surgimento nesta área do primeiro mestrado profissional em ensino (de física) em 2002, bem como dos primeiros mestrados profissionais em rede, sendo o de matemática criado em 2011 e o de física no ano seguinte. Atualmente, dos 187 programas que constituem a área de ensino, 89 são mestrados profissionais, 7 são programas com mestrado e doutorado profis-

¹³Inicialmente 7 programas constituíam a área, sendo que alguns deles foram criados ainda na década de 1980.

sionais e um com apenas doutorado profissional. Esta expansão dos mestrados profissionais na área de Ensino tem ocorrido não sem maiores críticas (REZENDE; OSTERMANN, 2015), ainda que também haja defesa da contribuição dessa formação para a Educação Básica no âmbito da formação continuada de professores (BOMFIM; VIEIRA; DECCACHE-MAIA, 2018).

É importante ter em mente que, além das áreas de Educação e de Ensino na CAPES, outras áreas também possuem programas de “ensino de” em suas respectivas áreas do conhecimento com em Artes, Ciências Ambientais, Ciências Biológicas, Física, História, Interdisciplinar, Linguística e Literatura, Matemática e Saúde Coletiva. Incluem-se aí tanto os programas acadêmicos quanto os profissionais.

Interessante perceber que o Programa Nacional de Pós-Graduação (PNPG) apregoa a necessidade de extinção do mestrado acadêmico como etapa da formação pós-graduada com existência própria, indicando uma aproximação com o modelo de Bolonha,¹⁴ no qual o mestrado corresponde aos anos finais de uma graduação de cinco anos. Por outro lado, os mestrados voltados para a especialização ou profissionalização de alto nível deveriam ser estimulados (CAPES, 2010).

Observa-se ainda que o Plano Nacional de Educação (PNE) aponta como meta número 16 “formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de

¹⁴O processo de implementação do processo de Bolonha “(...) consistiu em uma proposta ousada de aperfeiçoamento dos sistemas de ensino superior dos países europeus. Como reforma, pretendeu e pretende ser uma resposta a diversos problemas enfrentados, em grau e amplitude distintos, pelos países da região e um instrumento de fortalecimento da União Europeia (UE). Esse dinamismo visava, essencialmente, aumentar a capacidade europeia de competição no cenário de globalização.” (NEVES, 2011, p. 181).

atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.” (BRASIL, 2014). Pelo avanço no número de programas profissionais nas áreas de Educação e de Ensino, é possível inferir que a criação de mestrados profissionais tem sido utilizada como uma das principais estratégias para se aproximar dessa meta. Para André (2017), a principal diferença entre os mestrados acadêmicos e profissionais na área de educação seria que os primeiros estariam comprometidos com a teoria e com o avanço teórico, ao passo que os segundos estariam voltados para a prática e seu aprimoramento.

Porém, como bem chamam a atenção Azevedo, Oliveira e Catani (2016), há uma eminente contradição entre o que é estabelecido pelo PNPG e pelo PNE no que tange às humanidades. Segundo os autores:

O mesmo PNPG que apresenta o necessário diálogo com a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, por intermédio do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), com participação significativa das Ciências Humanas, também sugere a criação de barreiras para a oferta de vagas de mestrado e doutorado na macro área de Humanidades. (AZEVEDO; OLIVEIRA; CATANI, 2016, p. 797).

Esta contradição entre os dois planos nacionais parece impor limites ainda mais evidentes no contexto da formação continuada para profissionais da educação no âmbito dos programas acadêmicos, uma vez que os mestrados profissionais deveriam ser incentivados em todas as áreas.

Considerando as disciplinas que compõem a área de Humanidades no currículo escolar, temos que atualmente a área de História é que possui o maior número de instituições que ofertam um mestrado profissional em “ensino de”, totalizando 40 Instituições de Ensino Su-

perior (IES).¹⁵ Em Filosofia, essa oferta é realizada em 17 IES,¹⁶ em Sociologia, há esse tipo de programa em 9 instituições,¹⁷ e em Geografia, há o mestrado profissional em Ensino de Geografia ofertado exclusivamente pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Há ainda uma oferta de programas mais interdisciplinares, como os mestrados profissionais em Ensino de Ciências Humanas, Sociais e da Natureza pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), e em Ensino de Humanidades do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES), ambos avaliados na área de Ensino.

Estrutura dos mestrados profissionais em ciências sociais: perfil do egresso, currículo, linhas de pesquisa e interfaces com a educação básica

Como já anunciado, serão examinados os perfis de três mestrados profissionais em Ciências Sociais. O programa da UEM foi selecionado por ser o único da área de Ciência Política com uma linha de pesquisa em educação, intitulada “Políticas de Saúde e Educação”. O programa da FUNDAJ foi selecionado por ser o primeiro programa profissional da área de Sociologia voltado para a área de ensino, in-

¹⁵O mestrado profissional em Ensino de História em Rede (Prf História) é coordenado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Há ainda na área outros 11 mestrados profissionais.

¹⁶16 integram o mestrado profissional em Ensino de Filosofia em Rede (ProfFilo) coordenado pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), além do mestrado profissional em Filosofia e Ensino ofertado pelo Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca.

¹⁷Há atualmente 9 IES que integram o mestrado profissional em Ensino de Sociologia em Rede (ProfSocio), dentre as quais a Fundação Joaquim Nabuco que também possui o mestrado profissional em Ciências Sociais para o Ensino Médio.

tegrando atualmente o mestrado profissional em rede (ProfSocio). E no caso do mestrado da UPE, atualmente ele é o único mestrado profissional em Antropologia.

O primeiro dado a ser examinado diz respeito a como esses programas se estruturam, considerando questões como perfil esperado do egresso, estrutura curricular, linhas e projetos de pesquisa. Para uma melhor visualização das diferenças, apresenta-se abaixo primeiramente os diferentes perfis de egressos esperados pelos três mestrados profissionais.

Quadro 1: Perfil esperado dos egressos segundo a instituição

UEM	FUNDAJ	UPE
Profissionais capacitados para a atuação na elaboração, planejamento, implementação, gestão e avaliação de políticas públicas nas variadas áreas da administração federal, estadual e municipal.	O curso busca qualificar professores que atuam na disciplina “Sociologia” no ensino médio. O curso visa contribuir para ampliar o conhecimento teórico-conceitual e metodológico de seus alunos, além de oferecer suporte didático, que permita melhor desempenho na transposição de conteúdos e temas das ciências sociais por parte de seus pós-graduandos.	Profissionais com a habilidade de planejar e criar estratégias para o ensino de Culturas Africanas, da Diáspora, e dos Povos indígenas, assim como atender a demandas que exigem compreensão da questão, como laudos, pareceres e intervenções técnicas.

Fonte: Plataforma Sucupira — Formulação própria (2020)

Como podemos observar, haveria uma clara distinção entre os perfis dos egressos esperados em cada um dos programas, uma vez que

no mestrado da UEM há um claro enfoque para quadros mais “técnicos”, ao passo que em que na FUNDAJ a ênfase se direciona para os docentes da Educação Básica,¹⁸ e já a UPE, por sua vez, incorpora ambas as dimensões, dispondo-se a formar tanto quadros mais “técnicos” quanto aqueles voltados para a docência na Educação Básica.

Destaca-se que esses cursos se inserem também no campo mais amplo em torno das disputas estabelecidas no processo de profissionalização dos agentes educacionais. Considerando-se que, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (lei n 9.394/96), os profissionais da educação são formados em nível de graduação por meio de licenciaturas específicas, isso poderia gerar eventualmente algumas contradições no processo de qualificação e profissionalização ofertada por tais mestrados. Diferentemente do mestrado em ensino europeu, que constitui etapa da formação inicial docente (ESCUADERO MUÑOZ; CAMPILLO DÍAZ; SÁEZ CARRERAS, 2019), os mestrados profissionais brasileiros não habilitam seus egressos para a inserção profissional na Educação Básica, porém, podem habilitá-los para a realização de doutorados acadêmicos, ou mesmo para a docência no Ensino Superior. Nadir (2015) aponta que tem ocorrido um questionamento sobre os mestrados profissionais em Ensino de Física, uma vez que algumas pesquisas sobre seus egressos “(...) têm mostrado que os professores licenciados em Física, em serviço na educação básica, concluintes de mestrados profissionais em ensino de Física, acabam por abandonar o magistério para ingresso na pós-graduação, em nível de doutorado acadêmico, ou ingressam no magistério superior”. (NA-

¹⁸Zarias, Monteiro e Barreto (2014) apontam para um perfil de discentes formado majoritariamente por professores com licenciaturas em outras áreas, ainda que o programa seja centrado no ensino de Sociologia. Uma hipótese que podemos levantar para compreender esse fenômeno seria que essa demanda reflete o perfil dos docentes de Sociologia existente na rede pública de ensino, que é formado principalmente por professores que não possuem licenciatura em Ciências Sociais.

DIR, 2015, p. 3). Todavia, Bomfim, Vieira e Deccache-Maia (2018) trazem outros dados, que apontam para a permanência dos egressos dos mestrados profissionais em ensino na Educação Básica.

Este processo de profissionalização ocorre no contexto de determinada organização curricular, que visa ofertar uma formação que se distancia daquela recorrente nos mestrados acadêmicos em Ciências Sociais, que de forma geral oferecem disciplinas de teoria e de metodologia em suas respectivas áreas. Observemos então as disciplinas obrigatórias existentes nesses três programas:

Como podemos observar, no mestrado em Políticas Públicas da UEM há um afastamento mais evidente com relação ao modelo curricular recorrente em programas acadêmicos da área de Ciência Política, uma vez que inexistem disciplinas de teoria política obrigatória, tampouco constam no rol de disciplinas optativas. Por outro lado, no mestrado em Ciências Sociais para o Ensino Médio, ainda que se mantenha o caráter disciplinar do programa, constando uma disciplina de Teoria Sociológica bem como outra de Metodologia da Pesquisa, que são recorrentes em programas acadêmicos, a identidade do mestrado na modalidade profissional se dá a partir de outras que dialogam mais diretamente com a questão educacional e do ensino. Por fim, no mestrado profissional da UPE, ainda que haja uma disciplina de Teorias e Pesquisas Antropológicas, e haja indicação da existência de uma disciplina optativa intitulada “Tópicos de Antropologia Cultural”, o currículo do programa é bastante interdisciplinar, dialogando com os campos da História, da Literatura e da Educação.

Cabe-nos observar ainda as linhas de pesquisa desses programas, uma vez que é a partir delas que os projetos de pesquisa de docentes e discentes são articulados. Abaixo estão as linhas de pesquisa dos respectivos programas.

Quadro 2: Disciplinas obrigatórias

Instituição	UEM	FUNDAJ	UPE
Disciplinas	<ul style="list-style-type: none"> - Metodologia para Formulação e Avaliação de Políticas Públicas e Orçamento Público; - Iniciação à Pesquisa; - Políticas Públicas; 	<ul style="list-style-type: none"> - Institucionalização das Ciências Sociais no Brasil; - Metodologia da Pesquisa; - Metodologia do Ensino de Sociologia; - Perspectivas da Educação no Brasil; - Teoria Sociológica; - Seminários de Pesquisa I: Panorama da Pesquisa Social no Nordeste; - Seminários de Pesquisa II: Panorama da Pesquisa Social no Nordeste; 	<ul style="list-style-type: none"> - História e Cultura dos Povos Indígenas; - Políticas Públicas na Educação Étnico-Racial; - Teorias e Pesquisas Antropológicas; - Literaturas Africanas; - História e Cultura da Diáspora e dos Povos Africanos; - Pesquisa Científica Aplicada às Culturas Africanas, da Diáspora e dos Povos Indígenas;
Número de Créditos Obrigatórios	10	21	12

Fonte: Plataforma Sucupira (2020)

As linhas de pesquisa, principalmente dos programas mais jovens (FUNDAJ e UPE), são bastante amplas, o que possibilita a incorporação de uma agenda diversificada de pesquisas. No caso do mestrado em políticas públicas da UEM, o maior número de linhas de pesquisa,

Quadro 3: Linhas de Pesquisa dos Mestrados Profissionais

Instituição	UEM	FUNDAJ	UPE
Linhas	- Processos Participativos em Políticas Públicas; - Políticas Públicas e Desenvolvimento; - Políticas de Saúde e Educação; - Justiça, Segurança Pública e Cidadania;	- Estado, Atores Sociais e Cidadania; - Sociedade, Cultura e Desenvolvimento;	- Etnicidade e Processos Identitários; - Linguagem, Arte e Sistema Simbólico;
Número de Linhas	4	2	2

Fonte: Plataforma Sucupira. Formulação própria (2020)

e a delimitação mais estrita podem representar tanto o fato do programa representar uma subárea dentro da Ciência Política quanto o fato de ser um programa que funciona há mais tempo, tendo amadurecido e autonomizado suas áreas de atuação e pesquisa ao longo do tempo.

Chama a atenção que os programas da FUNDAJ e da UPE, apesar de se proporem a qualificar professores da Educação Básica, não apresentem nenhuma linha de pesquisa diretamente ligada à Educação. É importante considerar que, em programas acadêmicos em Ciências Sociais, encontramos linhas de pesquisa em Educação (OLIVEIRA; SILVA, 2020), porém, tais programas possuem outra finalidade formativa, voltados para a pesquisa acadêmica. Como ponderam Silva e Lima (2017), mesmo os programas acadêmicos em Ciências Sociais têm ocupado um papel importante na formação continuada de professores, ao acolher projetos de pesquisa voltados para a Educação Básica.

Esta possibilidade de incorporação do debate educacional nas linhas de pesquisa é confirmada quando observamos os projetos em

curso.¹⁹ No programa de Políticas Públicas, são indicados 36 projetos de pesquisa em andamento, destes, 5 (13,8%) são em Educação, destacando-se as análises sobre as metas do PNE, que é o objeto de três deles. No mestrado em Ciências Sociais para o Ensino Médio, há 20 projetos em curso, dos quais 12 (60%) são relacionados diretamente à Educação, destacando-se projetos voltados para o debate sobre a prática docente, e sobre políticas educacionais no Nordeste. No programa da UPE, há 15 projetos de pesquisa em curso, dos quais 4 (28,5%) são em Educação, com foco em Educação e relações étnico-raciais. Isso aponta para o fato de que mesmo na ausência de linhas de pesquisa específicas voltadas para o debate educacional, reconhece-se nesses programas a relevância de se desenvolver pesquisas nesse âmbito.

Por fim, é interessante também observar como esses programas indicam que ocorre a interface com a Educação Básica. No programa de Políticas Públicas, esta interface é realizada por meio dos trabalhos de análise de políticas educacionais realizadas pelos discentes em seus trabalhos finais, com foco na realidade do Paraná. No mestrado da FUNDAJ, há o indicativo de haver uma forte inserção nessa realidade, buscando reforçar a relação entre a pós-graduação e a Educação, principalmente por meio de iniciativas que aproximem a comunidade escolar das Ciências Sociais, além de disporem de um laboratório que disponibiliza às comunidades científica e escolar acesso a práticas e materiais didáticos produzidos. No caso do programa da UPE, é destacado o desenvolvimento de projetos voltados para a área de ensino

¹⁹Devido aos dados que são disponibilizados pela plataforma Sucupira estão sendo considerados projetos vinculados à Educação aqueles que realizam essa indicação em seus títulos, uma vez que a plataforma não disponibiliza como informação pública os resumos desses projetos. É possível inferir que outros projetos também dialoguem com a questão educacional, principalmente aqueles que debatem questões Étnico-Raciais, algo que está presente nos três programas.

de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.

Perfil do Corpo Docente

Outro dado relevante a ser examinado diz respeito ao perfil do corpo docente dos pesquisadores desses programas. Buscou-se observar principalmente os seguintes elementos: formação acadêmica, indicação no *lattes* da Educação/Ensino como campo de atuação, produção técnica em educação, experiência em termos de orientação em nível de pós-graduação *lato sensu* ou em mestrado profissional na área de Educação/Ensino.

Importante reafirmar aqui que os dados trazidos referem-se àqueles disponíveis na plataforma *sucupira* e *lattes*, de modo que podem haver alguns desencontros com aqueles disponíveis nos sites oficiais dos programas. Em alguns casos (UEM e FUNDAJ), o número de docentes dos programas que constava nos sites oficiais do programa destoava daquele indicado na plataforma *sucupira*, de modo que consideramos apenas os dados que constam nesta plataforma, por serem aqueles enviados para a avaliação institucional da CAPES.

O mestrado da UEM possui 24 docentes permanentes,²⁰ todos doutores; o mestrado da FUNDAJ possui 11 docentes permanentes, dos quais dez são doutores; e o mestrado da UPE possui 13 professores permanentes e 4 colaboradores, todos doutores. Apesar das áreas de Antropologia e Ciência Política permitirem um máximo de 70% do corpo docente de não doutores, e em Sociologia 20%, observa-se um predomínio de docentes com formação doutoral (100% em Antropo-

²⁰Esta informação está um tanto ambígua na plataforma *sucupira*, uma vez que dois docentes parecem ao mesmo tempo como colaboradores e permanente. Tentou-se confirmar essa informação no site do programa, porém, no link referente ao corpo docente não é indicada nenhuma distinção quanto ao *status* de professor permanente ou colaborador.

logia e Ciência Política, e 91% em Sociologia), o que indica uma alta qualificação profissional dos pesquisadores, muitos deles inclusive com realização de estágio pós-doutoral no Brasil e no exterior.

Com relação à formação pós-graduada dos docentes, encontramos um cenário bastante diverso entre os programas. No mestrado da UEM, 11 (45,8%) docentes são doutores na área de Ciências Sociais,²¹ ainda que nenhum deles seja especificamente doutor em Ciência Política. Os demais são doutores em Direito (4), Administração (2), História (2), Psicologia (2), Enfermagem (1), Filosofia (1), Arquitetura e Urbanismo (1). Dentre os docentes da linha de pesquisa “Políticas de Saúde e Educação”, há uma docente doutora em Ciências Sociais, outra em Sociologia, uma em Psicologia, outra em Enfermagem e um em Filosofia. No programa da FUNDAJ, 6 (54,5%) são doutores na área de Ciências Sociais,²² um é mestre em Ciência Política, os demais são doutores em Comunicação Social (1), Educação (1), Economia (1) e Demografia (1). Por fim, no mestrado da UPE, 5 docentes são doutores em Educação, 4 (23,5%) são doutores em Ciências Sociais,²³ 3 em História, 3 em Letras e 2 em Psicologia.

Podemos observar, portanto, um predomínio de perfil mais interdisciplinar nesses programas, e ao menos em dois deles a formação doutoral em Ciências Sociais não chega a ser majoritária, no caso do mestrado da UPE, a principal área de formação de seu corpo docente é em Educação. O caso específico do mestrado em Culturas Africanas, da Diáspora e dos Povos Indígenas deve ser analisado levando-se em consideração que inicialmente este programa foi elaborado como uma proposta enviada para o comitê de Educação, posteriormente reelabo-

²¹5 doutores em Ciências Sociais, 3 em Sociologia e 3 em Sociologia Política.

²²3 doutores em Sociologia, dois em Ciências Sociais e um em Ciência Política.

²³2 doutores em Antropologia, uma em Sociologia e um em Ciência Política e Sociologia.

rado e enviado para o comitê da Antropologia. Esse perfil observado nos programas aqui analisados, principalmente no da UEM e da UPE, destoa de forma significativa com relação aos programas acadêmicos avaliados na mesma área, nos quais predomina um corpo docente com formação mais disciplinar.

Com relação à indicação da Educação/Ensino como área de atuação, observou-se que 4 (16,6%) docentes do programa da UEM realizaram essa indicação em seus *lattes*, sendo que destes dois pertencem à linha de pesquisa em “Políticas de Saúde e Educação” e dois a outras linhas de pesquisa. Também interessante observar que há docentes que, apesar de não se vincularem a uma linha de pesquisa diretamente relacionada à Educação, apontam que esta é uma de suas áreas de atuação, o que pode nos possibilitar inferir que o *corpus* de pesquisadores dedicados ao tema vai para além daqueles vinculados à linha de pesquisa “Políticas de Saúde e Educação”.

Considerando a produção técnica em Educação, 6 (25%) docentes desse mesmo programa indicaram alguma produção técnica em educação. Mais uma vez, deve-se evidenciar que os pesquisadores que apresentaram esse item em seus currículos não são apenas aqueles vinculados a uma linha de pesquisa em Educação, o que aponta para certa capilaridade dessa área no programa. Isso também é refletido nas orientações de trabalhos finais vinculados à área educacional, uma vez que 9 (37,5%) docentes já orientaram nesse tema no programa.²⁴

No mestrado da FUNDAJ, 3 (27,2%) docentes indicaram possuir atuação na área de Educação/Ensino, com destaque para o campo do Ensino de Sociologia, o que reflete a própria especificidade do Programa. Por outro lado, 7 (63,6%) destes docentes apresentaram produção técnica em Educação. Em termos de orientação, 9 (81,8%) docen-

²⁴ Estão sendo consideradas aqui apenas as orientações concluídas.

tes já concluíram orientações no programa com temas relacionados à Educação/Ensino, o que também pode ser compreendido a partir da especificidade do programa. Como observa o levantamento realizado por Bodart e Cigales (2017), a FUNDAJ é a instituição com o maior número de dissertações de mestrados dedicadas ao tema do Ensino de Sociologia no período compreendido entre 1993 e 2016, reforçando a centralidade que o tema assume nos trabalhos finais de seus egressos.

No programa da UPE, temos que 9 (52,9%) docentes indicam a Educação como área de atuação, sendo o maior índice entre os três programas. Onze (64,7%) docentes indicaram em seus *lattes* alguma produção técnica em educação. Tendo em vista que este programa é o mais recente, não tendo ainda formado suas primeiras turmas, considerou-se aqui a experiência anterior de orientação em cursos *lato e stricto sensu*, de modo que 14 (82,3%) já haviam supervisionado trabalhos finais em nível de pós-graduação vinculados ao tema da Educação.

Alguns dados merecem ser examinados com mais atenção aqui. Se considerarmos a indicação da Educação/Ensino como área de atuação no *lattes* - interpretado como um elemento da autorrepresentação que o docente faz de sua atuação acadêmica — devemos ter em mente que, em alguns casos, encontramos docentes com produção bibliográfica e participação em projetos de pesquisa na área, mas que não realizam essa indicação. Este fenômeno pode ser interpretado principalmente a partir de duas questões centrais no campo das Ciências Sociais na Educação: a) o desprestígio que envolve a pesquisa em Educação na agenda das Ciências Sociais brasileiras, sendo recorrente pesquisadores que se inserem nesse campo, mas que não realizam essa indicação em seus *lattes* (OLIVEIRA; SILVA, 2020); b) o fato de que a educação recorrentemente se insere em meio a uma

agenda de pesquisa mais ampla desenvolvida por esses pesquisadores (SOBRAL, 2013).

Com relação à produção técnica — que ganha maior destaque nos mestrados profissionais que nos acadêmicos —, devemos ainda considerar o hiato que existe entre os espaços de formação (mestrados e doutorados acadêmicos) do corpo docente desses programas e seu campo de atuação profissional (mestrados profissionais). Estes agentes foram socializados e orientados para produzir academicamente a partir de uma outra lógica, que privilegia a produção estritamente bibliográfica, principalmente por meio de artigos científicos, livros, capítulos de livros e participação em congressos. Por mais que os mestrados acadêmicos apontem para a relevância da produção técnica, parece-me que esse ainda é um desafio para os mestrados profissionais em Ciências Sociais.

Por fim, a questão da orientação de trabalhos relacionados à educação parece-me ser um ponto importante para compreendermos as demandas que se colocam para esses programas, uma vez que esta é uma agenda que se constitui principalmente a partir dos discentes — ao menos nas Ciências Sociais — que apresentam seus projetos de pesquisa nos processos seletivos. Obviamente que o acolhimento destas propostas indica a existência de diálogos que os próprios programas se dispõem a elaborar, acolhendo os mais diversos projetos em suas linhas de pesquisa, mesmo que elas não tratem especificamente de educação. Isso fica evidente no caso do programa da UEM, no qual muitos docentes que não estão vinculados a linha de “Políticas de Saúde e Educação” orientam trabalhos sobre o tema, assim como no da FUNDAJ, que não possui linhas em educação, mas que incorpora um expressivo número de pesquisas vinculadas ao tema.²⁵

²⁵O programa da UPE não é citado neste item considerando o fato de que ainda

Considerações finais

O percurso desenvolvido neste artigo nos possibilita perceber a configuração que os mestrados profissionais assumem nas Ciências Sociais brasileiras hoje, com destaque para sua interface com a Educação. Como já aventado, os mestrados profissionais voltados para a formação continuada de profissionais da educação constituem a principal forma pela qual tais programas inserem-se na agenda da pós-graduação em Ciências Sociais no Brasil, representando uma resposta às demandas postas, principalmente a partir da Educação Básica.

Apesar da forte heterogeneidade existente nas três áreas, observa-se como ponto em comum a alta qualificação acadêmica dos docentes, e o perfil mais interdisciplinar, que destoa com o cenário mais geral observado nos programas acadêmicos na área. Ademais, deve-se ter em consideração que esses programas estão situados em instituições periféricas no campo acadêmico das Ciências Sociais, tanto a FUNDAJ quanto a UPE não possuíam anteriormente programas acadêmicos na área, e no caso da UEM já havia um programa acadêmico em Ciências Sociais criado em 2008, que atualmente oferece apenas curso de mestrado, avaliado com nota 3 no último quadriênio.

Os programas nas três áreas apresentam objetivos distintos quanto à formação desejada, podendo tanto voltar-se mais para quadros técnicos (UEM), docentes (FUNDAJ) quanto ambos (UPE), ainda que essas categorias não sejam estanques. Há um número expressivo de projetos de pesquisa relacionados à educação nos três programas, com destaque para o tema da educação e relações étnico-raciais que perpassa os três, o que aponta para a relevância desta questão do desenvolvimento de uma interface entre as Ciências Sociais e a Educação

não foram formadas as primeiras turmas.

no Brasil.

Observou-se ainda que a elaboração de trabalhos finais relacionados à Educação ocorre mesmo na ausência de linhas vinculadas à educação (FUNDAJ), ou sob a supervisão de professores pertencentes a outras linhas de pesquisa (UEM). No nível mais qualitativo, uma análise interessante que poderia ser realizada em pesquisas futuras diz respeito à relação entre os discentes desses programas e seus campos de pesquisa.

De forma comparativa, o programa da UPE destaca-se por possuir um corpo docente no qual é mais recorrente a indicação da Educação como área de atuação, ao passo que a produção técnica de docentes nesta mesma área é igualmente presente nos mestrados da UPE e da FUNDAJ.

Deve-se ainda atentar para a forte vinculação existente entre os mestrados da FUNDAJ e da UPE a conteúdos curriculares da Educação Básica, de modo que é possível inferir que tais programas estejam mais sensíveis a eventuais mudanças nesse campo, como aquelas ocorridas em período mais recente com a formulação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que tem sido objeto de disputas por diferentes agentes (MICHETTI, 2020).

De um modo geral, podemos afirmar que os mestrados profissionais em Ciências Sociais apontam para uma tendência a se consolidarem principalmente como programas voltados para a formação continuada de profissionais da educação, sejam técnicos ou docentes, havendo alguns indicativos positivos desde já, apesar de serem predominantemente programas jovens. Mostra-se como um desafio a inserção mais incisiva do corpo docente destes programas no campo educacional, assim como a ampliação dos modelos de trabalhos finais que possibilitem uma distinção mais evidente com relação às ativida-

des desenvolvidas nos programas acadêmicos.

Referências

ANDRÉ, M. Mestrado profissional e mestrado acadêmico: aproximações e diferenças. *Revista Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 17, n. 53, p. 823-841, abr./jun. 2017. dx.doi.org

AZEVEDO, M. L. N.; OLIVEIRA, J. F.; CATANI, A. M. O Sistema Nacional de Pós-graduação (SNPG) e o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024): regulação, avaliação e financiamento. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, Porto Alegre, v. 32, n. 3, p. 783- 803 set./dez. 2016. doi.org

BARROS, E. C.; VALENTIM, M. C.; MELO, M. A. A.. O debate sobre o mestrado profissional na O debate sobre o mestrado profissional na Capes: trajetória e definições. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, Brasília, v. 2, n. 4, p. 124-138, jul. 2005.

BRASIL. Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014, Aprova o Plano Nacional de Educação — PNE e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, publicado em CAPES. *Parecer n. 977 de 03 de dezembro de 1965*. (1965). Definição dos cursos de pós-graduação. Recuperado em 30 outubro, 2009, de www.capes.gov.br

BODART, C. N.; CIGALES, M. P. Ensino de Sociologia no Brasil (1993-2015): um estado da arte na pós-graduação. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 48, n. 2, p. 256-281, jul./dez. 2017.

BOMFIM, A. M.; VIEIRA, V.; DECCACHE-MAIA, E. A crítica da crítica dos mestrados profissionais: uma reflexão sobre quais seriam as contradições mais relevantes. *Ciência & Educação*, Bauru, v. 24, n. 1, p. 245-262, jan./mar. 2018. doi.org

CAPES. Plano Nacional de Pós-Graduação (2011-2020). Documentos Setoriais Vol. II. Ministério da Educação: Brasília, 2010. Disponível em: www.capes.gov.br

ESCUADERO MUÑOZ J. M., CAMPILLO DÍAZ, M., SÁEZ CARRERAS, J. El Máster de Formación Inicial del profesorado de Educación Secundaria: revisión, balances y propuestas de mejora. *Profesorado. Revista de Currí-*

culum y Formación de Profesorado, Granada, v. 23, n. 3, p. 165-188, 2019. 10.30827

FISCHER, T. Documento — Sobre Maestria, Profissionalização e Artesanato Intelectual. *Revista de administração contemporânea*, Curitiba, v. 14, n. 2, p. 353-359, mar./abr. 2010. doi.org, C. B. As origens pós-graduação nacional (1960-1980). *Revista Brasileira de Sociologia*, Belo Horizonte, v. 6, n. 13, p. 9-26, 2018 dx.doi.org

MICHETTI, M. Entre a legitimação e a crítica: as disputas acerca da Base Nacional Comum Curricular. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 35, n. 102, p. 1-19, fev. 2020. doi.org

NADIR, R. A pesquisa em ensino de Ciências e Matemática no Brasil. *Ciência & Educação*, Bauru, v. 21, n. 2, p. 1-5, abr./jun. 2015. doi.org

NEVES, C. E. B. Reforma e desafios da educação superior: o processo de Bolonha dez anos depois. *Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 181-207.

OLIVEIRA, A.; SILVA, C. F. The Sociology of education in Brazil today. *Revista de Sociología de la Educación (RASE)*, Valência, v. 13, n. 1, p. 36-51, jan. 2020. dx.doi.org

REZENDE, F.; OSTERMANN, F. O protagonismo controverso dos mestrandos profissionais em ensino de ciências. *Ciência & Educação*, Bauru, v. 21, n. 3, p. 543-558, jul./set. 2015. : dx.doi.org

SILVA, I. L. F.; LIMA, A. M. S. A formação continuada de professores/as de sociologia da educação básica e os desafios para a pós-graduação stricto sensu. *Teoria e Cultura*, Juiz de Fora, v. 12, n. 1, p. 35-49, jan./jun. 2017.

SOBRAL, F. A educação na pós-graduação em sociologia: um objeto esquecido ou escondido?. *Revista Estudos de Sociologia* [online], Recife, v. 1, n. 19. 2013.

ZARIAS, A.; MONTEIRO, A.; BARRETO, T. V. Mestrado Profissional em Ciências Sociais para o Ensino Médio: a experiência nos horizontes da formação continuada para professores. *Revista Brasileira de Sociologia* [online], Belo Horizonte, v. 2, n. 3, p. 127-152, jan./jun., 2014. dx.doi.org

Resumo:

Os mestrados profissionais têm ganhado cada vez mais espaço na pós-graduação brasileira, porém esta expansão tem ocorrido de forma heterogênea das diferentes áreas. No campo das Ciências Sociais, essa modalidade de pós-graduação ainda é uma experiência recente, sendo ainda bastante incipiente nas áreas de Antropologia e Sociologia. Visando contribuir com o debate, analisa-se neste artigo o perfil dos mestrados profissionais em Ciências Sociais e sua relação com a formação em Educação, focando nos mestrados da Fundação Joaquim Nabuco, da Universidade de Pernambuco e da Universidade Estadual de Maringá. Examinam-se as linhas de pesquisa, o currículo e o perfil do egresso dos programas, assim como o perfil acadêmico dos docentes.

Palavras-chave: Ciência sociais; pós-graduação; mestrado profissional.

Abstract:

Professional master's degrees have been gaining more and more space in Brazilian graduate studies, however this expansion has occurred in a heterogeneous way in different areas. In the field of Social Sciences, this type of post-graduation is still a recent experience, and is still quite incipient in the areas of Anthropology and Sociology. In order to contribute to the debate, this article analyzes the profile of professional masters in Social Sciences and their relationship with education in Education, focusing on master's degrees from the Joaquim Nabuco Foundation, the University of Pernambuco and the State University of Maringá. We examine the research areas, the curriculum and the profile of the graduates of the programs, as well as the academic profile of the professors.

Keywords: Social sciences; Posgraduate studies; professional master's.

Recebido para publicação em 18/03/2021.

Aceito em 17/04/2021.

A agenda de pesquisa sociológica no Brasil: o caso dos Programas de Pós-Graduação

Mariana Siracusa Nascimento

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0002-4193-4462>

marisiracusa@hotmail.com

Introdução¹

Nos últimos trinta anos, a Sociologia, enquanto campo de conhecimento, vem passando por profundas transformações. As mudanças provocadas pelo estreitamento das conexões entre os países nas esferas econômicas, política e social produziram impactos na forma de fazer sociologia, historicamente associada à análise das sociedades nacionais como unidades autônomas (LEPENIES, 1996; COLLINS, 2009; CUIN, GRESLE, 2017a). A denominação das subdivi-

¹O artigo é resultado da minha pesquisa de mestrado intitulada: A pesquisa em Sociologia no Brasil: uma análise dos Programas de Pós-Graduação, defendida em 2019 no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPCIS/UERJ).

sões das disciplinas em Sociologia francesa, alemã, norte-americana, brasileira, por exemplo, comprova o foco de investigação nos problemas associados a esses países enquanto territórios delimitados. Nesse contexto, a Sociologia procurava mapear a estrutura social da sociedade em questão, a articulação de suas instituições, seus padrões de conflito e mobilidade social, entre outros temas de destaque da disciplina (MARTINS, 2017).

A desintegração simbólica das fronteiras nacionais, consequência do aumento das relações entre os países engendrou novos fenômenos sociais, que não podem mais ser explicados exclusivamente no âmbito das sociedades nacionais. Problemas globais precisam, agora, ser investigados levando em conta a articulação das sociedades nacionais em torno desses novos desafios.

A criação de um espaço transnacional de pesquisa sociológica não exclui a existência das sociologias nacionais, que ainda investigam problemas associados à realidade complexa e mutável de seus países. A coexistência dessas duas perspectivas permitiu, por um lado, a abertura de novas frentes de trabalho, agora focadas nos problemas gerados pela ampliação da conexão entre os países; e por outro, na constituição de novas pesquisas sobre as sociologias que vinham sendo feitas em cada país, situada nos termos de uma sociologia reflexiva ou sociologia da sociologia (MARTINS, 2017).

O presente trabalho se insere na esteira das reflexões sociológicas sobre o campo da Sociologia no Brasil. Dada a centralidade dos programas de pós-graduação em Sociologia para a institucionalização do campo no contexto nacional, o objetivo é apresentar um retrato da Sociologia desenvolvida no país por meio do mapeamento temático dos projetos de pesquisa em curso nos programas de pós-graduação, destacando o tipo de financiamento que eles receberam. Para isso foram

selecionados dez programas de pós-graduação em Sociologia no Brasil. As informações sobre os programas e os projetos de pesquisa foram extraídas da Plataforma Sucupira da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que reúne informações sobre a avaliação dos programas de pós-graduação no Brasil, além de dados estatísticas sistematizados sobre a quantidade de programas e cursos existentes, alunos matriculados, bolsas nacionais e internacionais concedidas, entre outras informações. Os critérios para a seleção desses programas levaram em conta: a distribuição regional, o conceito de avaliação da CAPES e o ano de criação. Os programas mais antigos e melhores avaliados tiveram preferência de escolha porque acreditamos que seria possível verificar com mais consistência os movimentos teóricos da Sociologia no desenvolvimento deles. Acompanhando a distribuição regional e observando os critérios acima foram escolhidos os seguintes programas.

Quadro 1: Programas de Pós-Graduação em Sociologia selecionados

Região	Estado	Programa de Pós-Graduação	Universidade
Sudeste	RJ	Sociologia e Antropologia	UFRJ
Sudeste	SP	Sociologia	USP
Sudeste	SP	Sociologia	Unicamp
Sudeste	MG	Sociologia	UFMG
Nordeste	PE	Sociologia	UFPE
Nordeste	CE	Sociologia	UFC
Sul	RS	Sociologia	UFRGS
Sul	SC	Sociologia e Política	UFSC
Centro-Oeste	DF	Sociologia	UnB
Norte	PA	Sociologia e Antropologia	UFPA

Fonte: Plataforma Sucupira, CAPES. Elaboração própria, 2018.

Dentro dos programas foram selecionados todos os projetos de pesquisa vigentes em 2018, perfazendo um total de 538 projetos. A partir

da contagem das palavras mais frequentes nos resumos ou no título, quando aqueles estavam ausentes, os projetos foram classificados em 19 categorias temáticas, detalhadas mais à frente.

O artigo está estruturado em três partes. Na primeira apresento um quadro recente da produção sociológica brasileira, com foco na mudança da agenda de pesquisa; em seguida discutimos os principais marcos do desenvolvimento dos programas de pós-graduação no Brasil, em especial, os da área de Sociologia para finalmente analisar os projetos de pesquisas dos programas de pós-graduação que compõem a amostra.

A agenda de pesquisa sociológica no Brasil

A redemocratização da sociedade brasileira produziu uma alteração na agenda de pesquisa das Ciências Sociais, no que se refere ao lugar ocupado pela sociedade civil. Nesse contexto, os estudos sobre movimentos sociais e identitários ganharam destaque na produção nacional (LIEDKE FILHO, 2005). Seguindo a tendência de desenvolvimento da Sociologia em outros países, no Brasil havia, nesse contexto, um predomínio das perspectivas microsociológicas, nas quais a agência assume centralidade em relação a análises estruturais majoritária nas décadas anteriores.

A Sociologia no Brasil, no período dos anos 60 e 70 para os anos 90, vivenciou uma passagem de análises macrosociológicas de crítica ao modelo econômico-excludente do ‘milagre’ e de crítica ao modelo autoritário para uma microsociologização dos estudos. Em grandes linhas, verificou-se uma evolução temática da Sociologia brasileira nos seguintes termos: de grandes interpretações macroestruturais do modelo econômico-político-cultural do regime anterior, passou-se para a análise dos agentes e características da transição democrática, seguida dos temas da democratização necessária, dos

movimentos sociais e da estratégia de reativação da sociedade civil. Rapidamente, ocorreu uma dissociação da questão dos movimentos sociais em relações a condições macroestruturais, passando a Sociologia a dedicar-se massivamente a focar as identidades e representações sociais dos movimentos urbanos e rurais, do movimento sindical, dos movimentos feministas e gay, do movimento negro e dos movimentos ecológicos (LIEDKE FILHO, 2005, p. 425-426).

Houve uma mudança na análise de questões que sempre fizeram parte da Sociologia no Brasil, como as relações raciais e o do movimento sindical. Esses temas deixaram de ser estudados através de grandes estruturas explicativas, e passaram a compreendidos a partir de processos microsociológicos de formação de identidade e representação social. Outra alteração na agenda de pesquisa diz respeito à incorporação de novos temas como os processos identitários, estudos de gênero, população LGBT, Meio Ambiente, entre outros.

Concomitante ao retorno à democracia e as implicações sociais e políticas associadas a ela, houve também a inauguração, na Sociologia brasileira, de um período, ainda em aberto, de busca por uma nova identidade, marcado pela expansão de novos temas de pesquisa e abordagens teóricas. Esse movimento pode ser mensurado pelo crescimento no número de grupos de pesquisa no Diretório do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), com uma maior dispersão e fragmentação temática e teórica (LIEDKE FILHO, 2005). A década de 1990 marcou o início da reconfiguração da disciplina a partir da expansão dos cursos de graduação e pós-graduação, que representaram um aumento tanto na quantidade de formados, quanto na quantidade de pesquisas desenvolvidas (LIMA, 2019).

A centralidade da perspectiva da ação social em detrimento das explicações estruturais é um movimento que ganhou força não apenas

na Sociologia brasileira, mas na Sociologia desenvolvida nos EUA e na França. Entre as décadas de 1970 e 1980 há o surgimento de uma tendência nesses países, que influenciaram as décadas seguintes: o declínio da hegemonia das teorias de caráter funcionalista e holista, na qual há uma separação bem delimitada da estrutura social e ação individual. Essas décadas viram florescer, com mais força, a ênfase no papel do agente na produção e reprodução das estruturas, numa tentativa de aumentar a integração entre indivíduo e sociedade (CUIN; GRESLE, 2017b).

Uma característica da Sociologia enquanto campo científico é sua constante transformação, provocada entre outras coisas, pelo seu caráter multiparadigmático (ALEXANDER, 1987) e sua vinculação com os fenômenos sociais, que também estão em transformação. Por ser uma ciência em eterna mudança e permanentemente em crise, a Sociologia se coloca a tarefa de construir balanços de sua produção científica, no esforço de sistematizar as principais contribuições teóricas, metodológicas e conceituais de determinado período histórico. A Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), principal associação científica da área no país, produz periodicamente balanços sobre o ‘estado da arte’ das Ciências Sociais no Brasil. Como exemplo é possível citar: “O que ler nas Ciências Sociais”, publicação em três volumes organizada por Sergio Miceli em 1999, e “Horizontes das Ciências Sociais no Brasil”, também em três volumes organizada por Carlos Benedito Martins em 2010. Essas obras foram divididas nas áreas Sociologia, Antropologia e Ciência Política, com a seleção dos campos temáticos que tiveram mais destaque na produção científica nacional nos últimos anos. No caso específico da Sociologia, a coletânea congrega campos temáticos mais consolidados, presentes desde a origem da Ciências Sociais no Brasil e

campos novos, de formação mais recente. No primeiro estão as áreas: Trabalho, Educação, Religião, Cultura, Classes e Estratificação, Desigualdade Social, Relações Raciais, Ações Coletivas, Campo, Cidade, Violência e Pensamento Social. Entre os temas incorporados recentemente na agenda de pesquisa é possível citar Ciência e Tecnologia, Meio Ambiente em associação com os debates da Sociologia Rural (MARTINS, 2010).

Outro esforço de mapeamento da produção científica da Sociologia brasileira encontra-se no trabalho de Tatiana Maranhão (2010) sobre a autonomia do campo científico da Sociologia. Neste trabalho, a autora analisou, do ponto de vista temático, 1.571 livros lançados pelos programas de pós-graduação de Sociologia e Ciências Sociais no país entre 1999 e 2006, além de 2.642 artigos publicados, no mesmo recorte temporal, em nove periódicos classificados como Qualis A Internacional, no sistema de classificação da Qualis de 2006.² Soma-se a isso a análise de 473 projetos de pesquisa aprovados pelo CNPq entre 1999 e 2008. Livros e artigos³ foram reunidos na agenda da produção sociológica, endógena ao campo da Sociologia. Os projetos, por sua vez, em conjunto com as políticas de Ciência e Tecnologia, faziam parte da agenda política de fomento à pesquisa sociológica, já que dependia, pelo menos em parte, dos interesses estatais. O objetivo era comparar as duas agendas, no que se refere à frequência temática, para verificar a autonomia da produção sociológica no Brasil.

²Em 2009, a CAPES alterou o sistema de classificação Qualis, com a criação de oito estratos que variam do A1, mais elevado e equivalente ao anterior A Internacional, até C. Como os dados os artigos foram coletados até 2006, a autora optou por manter a classificação anterior. (Cf. MARANHÃO, 2010).

³A análise temática dos livros, artigos e projetos de pesquisa foi feita a partir dos títulos e resumos. Com ajuda de software da análise de palavras, a autora reuniu as palavras mais frequentes num dicionário de categorias de acordo com seu significado.

Como principal resultado da pesquisa, Maranhão (2010) afirma que o campo da Sociologia brasileira é marcado pela autonomia reflexiva em relação às demandas internas e externas ao campo científico, indicando certo equilíbrio entre as decisões internas e o ‘atendimento’ às demandas externas, sintetizado na transformação dos problemas sociais em problemas sociológicos, como corroborado em outros trabalhos (WEBER; MARTINS, 2010 *apud* MARTINS, 2010).

Do ponto de vista da produção científica, a autora chama atenção para a existência de lógicas específicas que orientam a produção de livros, artigos e projetos com impacto direto na temática desenvolvida em cada um desses tipos de produção (MARANHÃO, 2010). Entre os livros e artigos há um forte predomínio das questões nacionais, indicado pela menção às palavras “Brasil” e “brasileiro” nos títulos e resumos. Em contrapartida, são raros os trabalhos com foco na comparação internacional e questões de âmbito global, o que sugere que a produção sociológica brasileira vai na contramão dos esforços internacionais da Sociologia de promover maior interação entre os países e formar uma área transnacional na disciplina.

Entre os projetos de pesquisa, os temas mais frequentes são: “Cidadania e Movimentos Sociais”; “Economia”; “Política e Governo”; “Meio Ambiente” e “Ciência e Tecnologia”. Os menos frequentes são: “Tecnologia da Informação e Comunicação”; “Democracia e Eleições”; “Infância e Juventude”; “Desenvolvimento; Trabalho e Sindicato”. Importante destacar a área de “Trabalho e Sindicato”, que aparece em primeiro lugar na análise dos livros e artigos, mas está entre as últimas categorias dos projetos de pesquisa. Situação oposta a área de “Meio Ambiente” que se encontra entre as menos frequentes em livros e artigos, mas tem destaque nos projetos de pesquisa. Apesar de muitas congruências, as diferenças encontradas entre as

áreas temáticas mais recorrentes dos projetos de pesquisa e dos livros e artigos pode ser atribuída à lógica do mercado editorial brasileiro e aos padrões de publicação dos periódicos internacionais, que têm suas predileções temáticas específicas.

O desenvolvimento dos Programas de Pós-Graduação em Sociologia

Um dos marcos na institucionalização das Ciências Sociais no Brasil foi a criação dos programas de pós-graduação na década de 1960. Alguns intelectuais que se dedicaram à história das Ciências Sociais no país dividem o seu processo desenvolvimento em antes e depois de 1964: ano do início do regime militar, período de maior desenvolvimento da pesquisa no Brasil, no que se refere aos investimentos para a pesquisa (ORTIZ, 1990). Numa primeira análise, parece um paradoxo que o período de maior crescimento e desenvolvimento das Ciências Sociais seja o de maior repressão política da ditadura militar durante o governo Ernesto Geisel (1974-1979). Contudo, uma análise mais cuidadosa deste momento histórico revela a complexidade dos mecanismos de ‘repressão seletiva’ aos produtos da indústria cultural e não à cultura em si.

[...] Entre 1964 e 1980 a contradição entre censura e cultura não era na verdade estrutural, mas conjuntural, e se definia em termos táticos. O ato censor não se caracterizava exclusivamente pelo veto, atuava como repressão seletiva que impossibilitava o florescimento de determinados pensamentos ou obras artísticas. São censuradas as peças teatrais, os filmes, os livros, mas não o teatro, o cinema, ou a indústria editorial, que crescem vertiginosamente neste período. O Estado repressor é também incentivador de uma política cultural: Embratel (1965), Conselho Federal de Cultura (1966), Instituto Nacional de Cinema (1966), Embrafilme (1969), Funarte (1975), Con-

cine (1976), Fundação Pró-memória (1979). Algo semelhante se passa com a universidade; paralelamente às cassações temos o desenvolvimento da pós-graduação (ORTIZ, 1990, p. 171).

Além dos incentivos do governo para o desenvolvimento de programas de pós-graduação através do CNPq, da CAPES e da Financiadora de Estudos e Pesquisas (FINEP), organizações privadas tiveram papel fundamental no crescimento da pós-graduação com destaque para a Fundação Ford. Muitos dos primeiros programas de pós-graduação, como o de Antropologia Social do Museu Nacional (1968) e o de Sociologia e Ciência Política do IUPERJ (1969), por exemplo, contaram com o financiamento da Fundação Ford. A instituição investia, também, na formação de recursos humanos por meio da concessão de bolsas de doutorado no exterior.

A primeira iniciativa apoiada pela Ford nas Ciências Sociais ocorreu em 1966 na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) junto à área de Ciência Política, que se tornou referência no país. De 1966 até meados da década de 1970, os investimentos da Ford nas Ciências Sociais são altos e praticamente únicos.⁴ A partir de 1974 até 1985, contudo, o investimento da Fundação na área cai progressivamente. Esse declínio é acompanhado pelo início de investimentos mais contundentes na área feitos por agências públicas como o CNPq e a CAPES. Apesar da diminuição dos investimentos, entre os anos de 1966 e 1985, 32% das operações da Fundação Ford foram dirigidos para a área de Ciências Sociais, indicando a centralidade do campo na atuação da instituição (FIGUEIREDO, 1988).

⁴Dados sistematizados por Figueiredo (1988) revelam que entre 1959 e 1985 a Ford investiu 11,3 milhões de dólares nas Ciências Sociais, representando aproximadamente 26% de seu investimento total. Desse total, 5,7 milhões de dólares foram gastos nos primeiros cinco anos de atuação da Ford nas Ciências Sociais, representando 49% do total de investimentos nas Ciências Sociais de 1966-1985.

Diferente das agências de fomento públicas, o perfil de investimento da Fundação Ford era institucional. Grandes aportes financeiros eram investidos em algumas instituições por um longo prazo para possibilitar a criação dos programas. As agências de fomento, por sua vez, fazem investimentos em pesquisas, geralmente de curta duração e em apoio a vários pesquisadores individualmente.

Os primeiros Programas de Pós-Graduação de Sociologia no Brasil foram criados nas décadas de 1930 e 1940, vinculados aos nascentes cursos de graduação. São eles: o Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP de 1934 e o Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Política de Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP) de 1943. Ambos eram organizados segundo o modelo europeu, baseado em seminários, organizado em estudos e pesquisas individualizadas marcadas pela relação de tutela entre orientador e orientando. A USP manteve esse modelo até 1971; e a ELSP até 1986, quando o programa foi desativado (LIMA, 2019).

A década de 1960 introduziu grandes mudanças na organização universitária e na estrutura das pós-graduação, em particular. O parecer 977/65 do Conselho Federal de Educação, que ficou conhecido pelo nome de seu relator Newton Sucupira, é reflexo dessas mudanças. Inspirado no modelo norte-americano de pós-graduação, o parecer estabelece, entre outras coisas, a distinção entre os tipos de pós-graduação, divididas entre cursos *stricto sensu* e *lato sensu*. Nos primeiros estão incluídos os cursos de mestrado e doutorado de natureza acadêmica para formação de docentes e provimento de cargos no ensino superior. Os segundos cursos, por sua vez, têm um caráter prático, de formação voltada para a atuação no mercado de trabalho (BOMENY, 2001). Com esse parecer, a pós-graduação adquiriu o formato atual baseado no sistema de crédito das disciplinas, com maior

autonomia do orientando na relação com o orientador.

Após a institucionalização da pós-graduação no formato atual vários programas foram criados. O primeiro programa de pós-graduação em Sociologia instituído sob o novo modelo de pós-graduação vigente no país surgiu em 1967 na Universidade Federal de Pernambuco, sendo seguido pelo programa de pós-graduação de Sociologia da Universidade de Brasília de 1970. O crescimento dos programas de Sociologia, que na subárea de avaliação da CAPES engloba também os programas de Ciências Sociais, acompanhou o desenvolvimento dos programas das demais áreas, com uma expansão considerável a partir dos anos 2000 (CORDEIRO, 2013).

Tabela 1: Número de programas de pós-graduação em sociologia criados no Brasil por período (1976-2016)

Período	Quantidade	Percentual
1967 a 1995	17	32,1
1996 a 2004	11	20,8
2005 a 2016	25	47,2
Total	53	100,0

Fonte: Banco de metadados da CAPES, 2017.
(Elaboração própria).

Na tabela acima o ano de criação dos programas de pós-graduação em Sociologia estão divididos em faixas de acordo com a data de lançamento dos Planos Nacionais de Pós-Graduação. É importante destacar o número expressivo de programas criados a partir de 2005, superando àqueles desenvolvidos entre 1967 e 1995. Uma hipótese para esse crescimento, que ainda deve ser testada em outras pesquisa, é o estabelecimento, em 2007, do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), uma

política do governo federal que tinha como objetivo ampliar o número de estudantes em universidades federais. Isso se materializou na criação de 18 novas universidades federais e 173 *campi* de universidades já existentes em cidades do interior (LIMA, 2019). O aumento na quantidade de cursos de graduação no país e o consequente deslocamento de docentes para ocupar as novas vagas, pode ter impulsionado a abertura de novos cursos de pós-graduação.

De acordo com dados disponibilizados pela CAPES, o Brasil contava em 2018 com 53 programas de Sociologia e Ciências Sociais presentes em 22 estados brasileiros, distribuídos por 48 instituições de ensino e pesquisa. A maioria deles está situada em universidades públicas (75,5%). Isso é um indicador do desenvolvimento da pós-graduação brasileira atrelado à uma política de Estado. O caráter acadêmico dos programas de pós-graduação orientados à formação de docentes com atuação no ensino superior é apontado por diversos autores (WERNECK; CARVALHO; MELO, 1995; DURHAM, 2005) como uma limitação da expansão dos programas reforçada pelos dados: 92,6% são acadêmicos e 3,8% são profissionais, num total de dois programas.

A distribuição regional dos programas de pós-graduação em Sociologia segue o padrão das outras áreas de conhecimento: 62,3% estão localizados nas regiões Sul e Sudeste do país, como podemos ver no gráfico 1. No que se refere à quantidade de programas de Sociologia por estado, o Rio de Janeiro aparece na frente com nove programas, representando 17% do total, contra São Paulo com oito programas, 15,1% do total (Gráfico 2). Apesar da persistente concentração dos programas na região Sudeste, com destaque para São Paulo e Rio de Janeiro, houve uma nacionalização da disciplina, que hoje está presente em praticamente todos os estados do país, com cursos de gra-

duação e pós-graduação com qualidade reconhecida. Isso teve como consequência a ampliação de uma cultura acadêmica para além dos centros históricos de desenvolvimento da disciplina (LIMA, 2019).

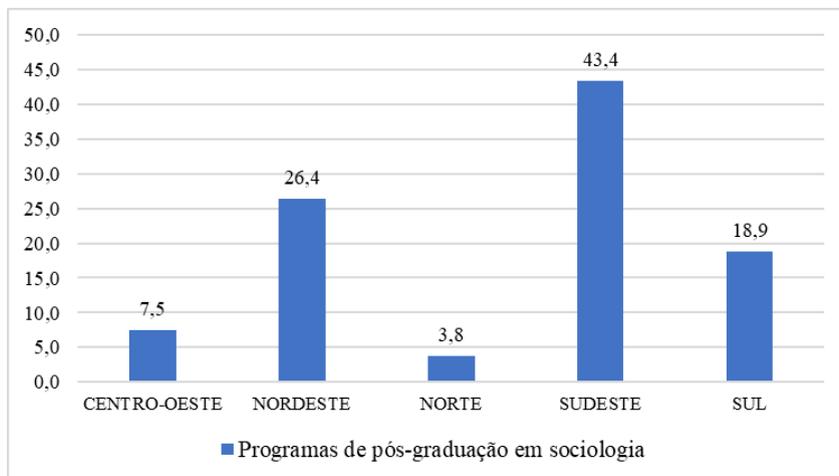


Gráfico 1: Distribuição percentual dos Programas de Pós-Graduação em Sociologia por região, 2016

Fonte: Banco de metadados da CAPES, 2017. (Elaboração própria).

No que se refere à avaliação dos programas feita de quatro em quatro anos pela CAPES, há uma concentração dos programas avaliados com os conceitos 4 e 5 (60,4%). Isso indica, de acordo com o documento de área elaborado pela comissão de avaliação dos programas, que a Sociologia alcançou um bom nível de profissionalização e amadurecimento. Apesar disso, alguns aspectos precisam ser aprimorados como a integração dos docentes e discentes em grupos de pesquisa para promover a produção coletiva de conhecimento; intercâmbios de docentes e discentes em centros de pesquisa e ensino no exterior e entre os programas de pós-graduação no Brasil, para que os melhores avaliados auxiliem os recém-criados com a transmissão de experiência e conhecimentos (CAPES, 2017).

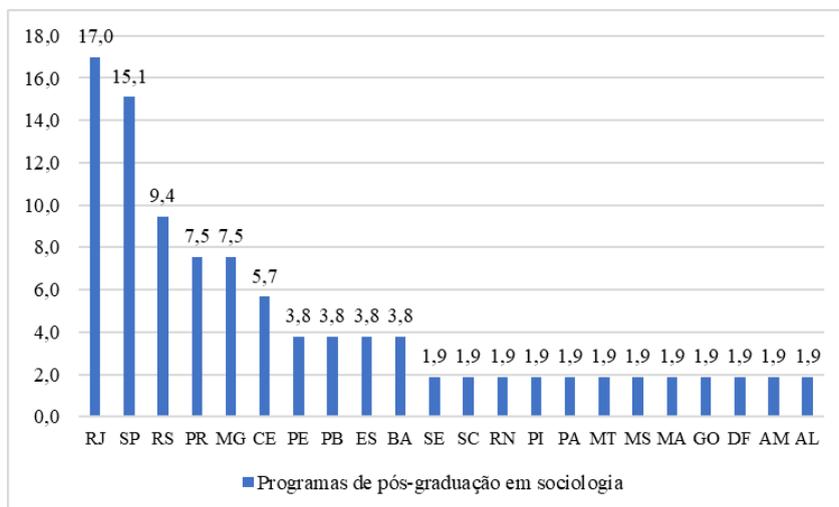


Gráfico 2: Distribuição percentual dos programas de Pós-Graduação em Sociologia por estado, 2016

Fonte: Banco de metadados da CAPES, 2017. (Elaboração própria).

Projetos de pesquisa dos Programas de Pós-Graduação: um mapeamento temático

A análise dos projetos de pesquisa em vigência no país em 2018 foi feita a partir dos resumos ou dos títulos quando os resumos estavam ausentes, com o auxílio do *software Textalyser*⁵ para a contagem das palavras mais frequentes. Isso possibilitou a criação de um dicionário de categorias, agrupando palavras ou frases com duas palavras, com o mesmo significado e excluindo aquelas não significativas, como artigos e preposições, técnica usada em outra pesquisa para aná-

⁵*Textalyser* é uma ferramenta online para a análise de textos. Com ela é possível analisar grupos de palavras, identificar as palavras mais frequentes em um texto, entre outras coisas. Para a presente análise, foram considerados como palavra, grupos com mais de 5 caracteres. Foram selecionadas as 3 palavras significativas mais frequentes de cada resumo. Disponível em seoscout.com. Acesso em jun. 2021.

lise temática dos projetos (MARANHÃO, 2010). Dessa forma, as categorias temáticas derivam diretamente das palavras mais frequentes dos resumos dos projetos (ou dos títulos, quando os resumos não foram disponibilizados), sendo uma criação *a posteriori*, o que permite uma melhor avaliação e classificação dos mesmos. Foram elaboradas dezenove categorias. Cada projeto foi classificado em uma categoria.

O desenvolvimento de um sistema próprio de classificação dos projetos de pesquisa foi motivado pela ineficiência do sistema de classificação utilizado pelo CNPq para mapear a produção sociológica do ponto de vista temático (FIGUEIREDO, 1988; MARANHÃO, 2010; LIEDKE FILHO, 2005). A árvore do conhecimento do CNPq⁶ subdivide a Sociologia em sete grandes áreas: “Fundamentos da Sociologia” (estruturada em “Teoria Sociológica” e “História da Sociologia”), “Sociologia do Conhecimento”, “Sociologia do Desenvolvimento”, “Sociologia Urbana”, “Sociologia Rural”, “Sociologia da Saúde” e “Outras Sociologias Específicas”. A tentativa de utilização desta classificação se mostrou incapaz de fornecer um retrato correto da atual produção sociológica no Brasil porque mais da metade dos projetos se encontra na categoria “Outras Sociologias Específicas”, demonstrando a diversificação da produção sociológica.

O quadro abaixo traz a distribuição da quantidade de palavras em cada categoria do dicionário. A partir dele, podemos verificar a diversificação das áreas. Quanto maior a quantidade de palavras, maior a diversificação, indicando que as pesquisas têm objetos variados. De maneira geral, as áreas com as maiores quantidades de palavras são as mais abrangentes, que englobam várias subáreas, como é o caso de “Política” e “Cultura”, ambas com mais de 90 palavras cada uma. As áreas que englobam objetos mais específicos como “Família e Gera-

⁶Disponível em: lattes.cnpq.br. Acesso em jun. 2021.

ção”, “Ação Coletiva/Movimentos Sociais” e “Desigualdade e Estratificação Social”, têm menos palavras associadas. “Ciência e Tecnologia” é uma exceção porque é uma área específica, mas com muitas palavras associadas, o que revela a variação nas pesquisas dessa área que vem crescendo em relevância no cenário da Sociologia brasileira (MARTINS, 2010).

Quadro 2: Distribuição da quantidade de palavras em cada categoria

Categorias	Quantidade de palavras
Política	94
Cultura	92
Violência	84
Teoria Social	75
Estudos Rurais	62
Estudos Urbanos	61
Ciência e Tecnologia	55
Saúde	54
Educação	49
Trabalho	47
Meio Ambiente	38
Raça e Etnia	36
Gênero e Sexualidade	36
Religião	34
Desenvolvimento	24
Economia	20
Desigualdade e Estratificação Social	18
Ação Coletiva/ Movimentos Sociais	14
Família e Geração	13
Total	906

Fonte: Plataforma Sucupira, CAPES. Elaboração própria, 2018.

As pesquisas incluídas na categoria “Política” são tributárias da Sociologia Política e da Ciência Política e têm como temas principais: democracia, eleições (participação eleitoral e financiamento), avali-

ação e análise de políticas públicas, participação política (participação cidadã e orçamento participativo), representação política, entre outros.

A “Cultura” engloba trabalhos tanto da Sociologia da Cultura e da Arte como a maioria das pesquisas de Antropologia, já que dois programas de pós-graduação da amostra têm essa área de concentração além da Sociologia. Dentre os temas de pesquisa é possível citar: expressões artísticas como a música, o cinema; trabalhos sobre indústria cultural; manifestações culturais como o folclore e o carnaval; estudos sobre literatura e cordel; patrimônio cultural e memória coletiva; grupos indígenas e quilombolas.

Na categoria “Violência”, as pesquisas giram em torno dos temas: crimes, em especial os associados ao tráfico de drogas e a violência sexual; segurança pública e outros modelos de segurança como a cidadã; sistema penitenciário; vitimização, percepção de segurança e modelos de policiamento, com estudos sobre a polícia militar e o policiamento comunitário.

A “Teoria Social” reúne pesquisas das áreas de Pensamento Social e Político Brasileiro, Metodologia de Pesquisa, além dos trabalhos da própria Teoria Social. As pesquisas têm como objeto os intelectuais; Sociologia brasileira; Teoria Social e Teoria Clássica, e pesquisas sobre autores específicos, bem como aquelas que se debruçam na reflexão de um conceito particular.

Tendo no campo seu objeto privilegiado, as pesquisas da categoria “Estudos Rurais” desenvolvem temáticas como conflitos ambientais, movimentos rurais, impacto socioambiental, modelos de desenvolvimento econômico do campo como o agronegócio e a agroindústria e modelos alternativos como a agricultura familiar; agroecologia e as cooperativas agrícolas, com destaque para a produção de alimentos

orgânicos. Em contraposição, as pesquisas da área de “Estudos Urbanos” têm as cidades como objeto de estudo, com o desenvolvimento de pesquisas sobre mobilidade urbana (transporte público), intervenções urbanas, migrações, moradia, urbanização, planejamento urbano, entre outros temas.

A “Ciência e Tecnologia” congrega pesquisas sobre a divulgação e colaboração científica, internet, cibernética, Tecnologia da Informação e Comunicação, dentre outros temas. A “Saúde” apresenta boa diversificação temática, a despeito da quantidade de palavras na categoria. Dentre os temas de pesquisas encontramos: políticas do Sistema Único de Saúde como a Estratégia de Saúde da Família, pesquisas sobre diversas doenças como HIV/AIDS, Hepatites, Sífilis, Alzheimer; saúde mental, psiquiatria, epidemiologia, vigilância, saúde sexual e reprodutiva.

Na área de “Educação”, a maioria das pesquisas têm o ensino superior como objeto. Vários aspectos são abordados como formação, currículo, estudantes egressos, entre outros. Apesar disso, encontramos pesquisas sobre a educação básica, sobretudo com foco no ensino médio e profissional, livro didático, políticas educacionais, indicadores de avaliação e mobilidade acadêmica. A concentração de pesquisas no ensino superior reflete o interesse dos professores universitários em compreender processos que fazem parte da sua realidade e universo de trabalho, ponto já ressaltado em outros estudos (SILVA; LOPES; OLIVEIRA, 2020).

A categoria “Trabalho” apresenta boa diversificação temática, com uma concentração de estudos sobre os trabalhadores e processos de trabalho em comparação com empresas. Temas como sindicalismo, greves, trabalho doméstico, trabalho escravo, informalidade, precarização, jornada de trabalho, mercado de trabalho, flexibilização

e empreendedorismo têm destaque nas pesquisas.

O “Meio Ambiente” é um dos temas de entrada e desenvolvimento tardio na Sociologia brasileira. Data de 1988 o primeiro grupo de trabalho da ANPOCS, Ecologia e Sociedade, considerado uns dos marcos do reconhecimento das questões ambientais no debate sociológico (GUIVANT, 2010). Na análise dos projetos de pesquisa a categoria apresenta baixa diversidade temática. As pesquisas giram em torno das mudanças climáticas e ambientais e da sustentabilidade e desenvolvimento sustentável. Além delas podemos citar pesquisas sobre biodiversidade, ecologia humana, recursos naturais, hidroelétricas e impactos ambientais.

Em “Raça e Etnia”, o destaque fica por conta das ações afirmativas e sistema de reserva de vagas, tema da maioria das pesquisas. Outras pesquisas tiveram como objeto as desigualdades e discriminações raciais, racismo, escravidão, identidades étnicas e intelectuais negros.

A área de “Gênero e Sexualidade” apresenta grande diversificação temática, com pesquisas sobre papéis de gênero, prostituição, masculinidades, paternidade, população LGBT, sexualidade, direitos sexuais, corpo, feminismo, feminicídio, aborto, violência doméstica, entre outros.

Na categoria “Religião” encontramos pesquisas sobre as diversas denominações religiosas como o catolicismo, protestantismo, islamismos, religiões de matriz africana, além de trabalhos sobre secularização, laicidade, festas religiosas, procissões, santos, entre outras.

“Desenvolvimento” traz pesquisas sobre o capitalismo, globalização, desenvolvimento econômico e industrial, projetos de infraestrutura, políticas desenvolvimentistas, entre outras. Essa área que já foi central para a Sociologia brasileira, hoje perdeu espaço, como veremos adiante.

A “Economia” é uma área recente no desenvolvimento da Sociologia brasileira e que possui um baixo grau de autonomia em relação às áreas mais consolidadas como o “Trabalho” e o “Desenvolvimento”. Isso cria dificuldades no mapeamento temático dessa área definida pela aplicação da perspectiva sociológica aos fenômenos econômicos (NAHOUM, 2017). Os principais temas classificados nessa área foram: organizações, mercados, empresas, grupos financeiros, microcrédito, circulação econômica, corporações transnacionais, entre outros temas.

A área de “Desigualdade e Estratificação Social” traz pesquisas sobre classes sociais, desigualdade e estratificação social, pobreza, exclusão, concentração de renda, entre outros temas.

Em função da sua especificidade, a área “Ação Coletiva/ Movimentos Sociais” traz um número reduzido de temas, com destaque para os protestos e manifestações, conflitos sociais, movimentos sociais e ações coletivas. O mesmo acontece com a área “Família e Geração” com pesquisas que têm como objeto crianças, jovens, idosos, socialização juvenil, adoção, configurações e arranjos familiares.

Os dez programas de pós-graduação que fazem parte desta análise contavam em 2018 com 538 projetos de pesquisa vigentes sob a coordenação de 274 docentes, distribuídos em 54 linhas de pesquisa. Existem muitas diferenças e desigualdades entre os programas, seja na quantidade de projetos, no enfoque temático e no tipo de financiamento, demonstrando a diversificação e pluralidade de Sociologia brasileira.

A primeira dessas diferenças é a distribuição dos projetos pelos programas: quatro programas são responsáveis por 51,7% dos projetos de pesquisas em vigência: PPGSA/UFRJ, PPGS/UFRGS, PPGSP/UFSC e PGSOL/UnB (Gráfico 3). Com exceção do programa

da UFSC, esses são os únicos com nota máxima na avaliação da CAPES 2017, revelando que a produção científica é um critério importante para a avaliação dos programas de pós-graduação. Esse aspecto parece mais relevante do que a quantidade de docentes em cada programa para determinar o volume da produção científica. Os três programas que concentram a maior quantidade de projetos de pesquisa detêm, também, os maiores corpo docente. O programa da UFRJ tem 36 docentes, incluindo permanentes, colaboradores e visitantes; o programa da UFRGS tem 32 e o da UFSC tem 33. Mas há exceções que colocam em xeque essa associação: o programa da UnB é o quarto na distribuição dos projetos de pesquisa, mas tem apenas 27 docentes, número menor que a média de docentes nos programas que compõem a amostra (28,6 docentes por programa). O programa de pós-graduação da USP possui o maior número de docentes (39), mas ocupa a 7ª posição na distribuição dos projetos de pesquisa.

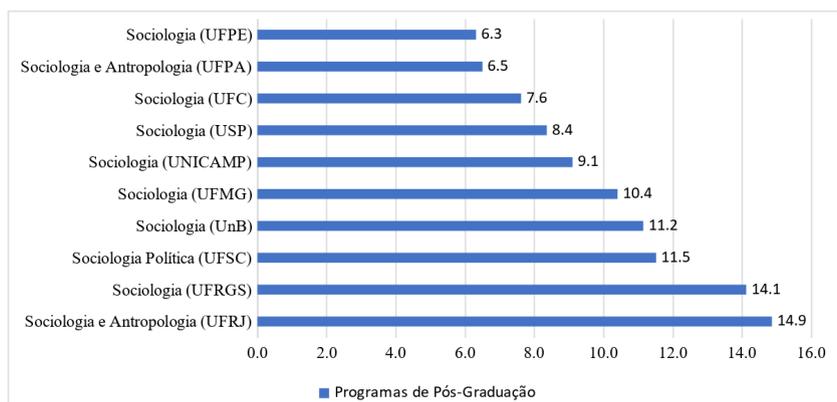


Gráfico 3: Distribuição percentual dos projetos de pesquisa vigentes em 2018 por Programa de Pós-Graduação

Fonte: Plataforma Sucupira, CAPES. Elaboração própria, 2018.

A maioria dos projetos analisados teve início entre os anos de 2014

e 2018, perfazendo 57,2% do total de projetos; 38,7% tiveram início entre 2005 e 2013 e apenas 4,1% entre 1986 e 2004. Apesar desse trabalho considerar apenas os projetos ativos em 2018, a ramificação da data de início dos projetos nos permite recriar um quadro da produção de conhecimento científico na Sociologia no país de treze anos (2005-2018), período que engloba quase a totalidade dos projetos.

Quando observamos a distribuição temática dos projetos de pesquisa de acordo com a classificação adotada pelo CNPq percebemos que 64,7% deles se encontram na categoria “Outras Sociologias específicas”, indicando, como já foi dito, a insuficiência desse sistema de classificação para mensurar a produção de conhecimento da Sociologia, em sua pluralidade e diversidade. A partir da criação de um novo sistema de classificação temática, com a ampliação na quantidade de categorias, é possível mensurar de forma mais eficiente o desenvolvimento da produção sociológica brasileira.

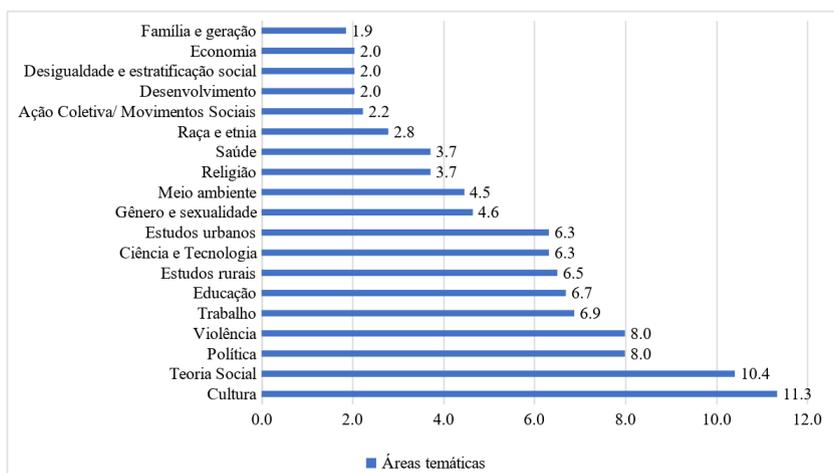


Gráfico 4: Distribuição percentual dos projetos de pesquisa vigentes em 2018 por área temática

Fonte: Plataforma Sucupira, CAPES. Elaboração própria, 2018.

O gráfico acima evidencia o equilíbrio na distribuição entre as áreas, com o predomínio da “Cultura” (11,3%), seguida por “Teoria Social” (10,4%), “Política” (8,0%) e “Violência” (8,0%). Considerando ainda as áreas “Trabalho” (6,9%) e “Educação” (6,7%), temos 51,3% dos projetos. Essas temáticas também aparecem, embora em outra ordem, entre as mais trabalhadas por sociólogos filiados a Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) em 2009 (DWYER; BARBOSA; BRAGA, 2013) relevando a importância dessas áreas nas pesquisas sociológicas brasileiras.

O destaque das áreas “Política” e “Cultura” entre as temáticas mais frequentes, mostra a estreita influência que a Antropologia e a Ciência Política exerceram e ainda exercem na formação e no desenvolvimento da Sociologia brasileira, considerando que elas são os objetos de investigação por excelência desses campos. O peso da “Teoria Social” entre os projetos pode indicar: a preocupação em estudar a sociedade brasileira, já que esta área inclui também as pesquisas sobre Pensamento Social e Político brasileiro e o desenvolvimento de pesquisas que têm como objeto a Sociologia, seus autores clássicos e contemporâneos. Entretanto, o impacto dessa área deve ser relativizado. Sua colocação entre os primeiros temas é impulsionada pela relevância que essa área tem nas pesquisas desenvolvidas nos programas de pós-graduação do Sudeste, assumindo a liderança entre os temas das pesquisas no PPGS/USP, PPGS/UNICAMP e com forte destaque no PPGSA/UFRJ, programa que concentra a maior quantidade de projetos vigentes.

O predomínio de pesquisas sobre Teoria Social nos programas de pós-graduação também tem reflexo na produção discente. Analisando 282 teses produzidas em 13 programas de pós-graduação em Sociologia no Brasil entre 2012 e 2014, Marina Melo, Ana Cláudia Bernardo

e Selefe Gomes (2018) afirmaram que a maioria delas tem como tema principal “Intelectualidades/Pensamento Social/Teses Teóricas” com 15% do total, seguidas por “Participação Política” (8,5%), “Arte e Cultura” (8,1%) e Criminalidade, (7,7%). Apesar da diferença entre as categorias e da ordem em que elas aparecem, os quatro primeiros temas são os mesmos dos projetos de pesquisa apresentados acima.

A preocupação com os problemas sociais que são retraduzidos em problemas sociológicos se configura observando a posição das temáticas “Educação”, “Violência” e “Trabalho”, revelando uma forte correlação entre produção de conhecimento científico e o contexto histórico e social onde essa produção acontece. Por outro lado, questões de pesquisa basilares na constituição da Sociologia brasileira como “Desigualdade e Estratificação Social”, “Raça e Etnia” e “Desenvolvimento” estão entre os últimos temas de pesquisa. A exceção fica por conta dos “Estudos Rurais”, área importante no desenvolvimento da Sociologia brasileira, e que mantém sua relevância no cenário nacional, aparecendo entre os dez temas mais frequentes.

Considerando o tipo de fomento, 52,2% dos projetos não receberam nem apoio financeiro, o que pode indicar o caráter artesanal das pesquisas na Sociologia, assim como nas Ciências Sociais e Humanas. Nas pesquisas contempladas por recursos, o protagonismo do fomento fica com o CNPq, com apoio a 31% dos projetos de pesquisa. Desde meados da década de 1970 a instituição assumiu a centralidade do investimento da produção e tecnológico no país em diversas áreas (MARANHÃO, 2010; FIGUEIREDO, 1988). Chama atenção o papel desempenhado pelas agências estaduais de fomento às pesquisas superando a CAPES, as Universidades e demais órgãos.

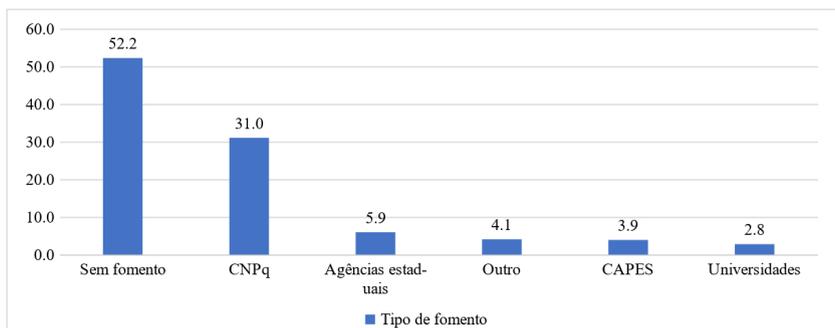


Gráfico 5- Distribuição percentual do tipo de fomento dos projetos de pesquisa vigentes em 2018

Fonte: Plataforma Sucupira, CAPES. Elaboração própria, 2018.

A supremacia do CNPq demonstra ainda a dependência que os programas e docentes têm do investimento público para o desenvolvimento das pesquisas. A presença de outras fontes, sobretudo de empresas privadas e de órgãos internacionais é muito discreta, cenário que pode se complicar num futuro próximo tendo em vista os cortes na área de Ciência e Tecnologia no Brasil nos últimos anos.

A análise temática dos projetos por região revela importantes diferenças. Nos programas da região Sul (PPGS/UFRGS; PPGSP/UFSC) há um predomínio na “Política”. A área representa quase 20% do total de projetos da região. Em seguida temos Estudos Rurais, Meio Ambiente, Saúde e Teoria Social com 8% aproximadamente cada uma.

Na região Sudeste, que concentra quatro programas de pós-graduação (PPGSA/UFRJ; PPGS/UFM; PPGS/USP; PPGS/UNICAMP) e reúne 42,8% do total de projetos de pesquisa na amostra, há predomínio da Teoria Social (15,7%), seguida pela Cultura (13,5%), Estudos Urbanos (9,1%) e Ciência e Tecnologia (8,3%), que juntos representam quase a metade de todos os projetos. Chama atenção o impacto da Ciência e Tecnologia no Sudeste, despontando entre os quatro temas

mais frequentes e ao lado de temas mais consolidados como Teoria Social e Cultura. Isso pode ser explicado pela produção do PPGS/UFMG que teve a Ciência e a Tecnologia como a área temática de maior incidência dentre os projetos de pesquisa. A Teoria Social foi a área de maior destaque entre os programas de pós-graduação da USP e da UNICAMP, ficando em segundo lugar no programa da UFRJ, o que explica seu predomínio no Sudeste. Pela quantidade de projetos que a região concentra era de se esperar que a distribuição nacional refletisse, em parte, a distribuição dessa região.

No Nordeste, que reúne dois programas (PPGS/UFPE e PPGS/UFC) há uma inversão nas prioridades temáticas, sobretudo no que diz respeito aos “Estudos Rurais” que aparecem em primeiro lugar representando 16% do total de projetos vigentes, em contraposição ao Sudeste, onde a área tem uma relevância bem menor, com apenas 2,3% dos projetos. Em seguida aparecem as áreas “Violência” (14,7%), “Estudos urbanos” (12%) e “Política” (10%). Por sua vez, a Teoria Social que aparece em primeiro lugar no Sudeste, aqui representa apenas 4% dos projetos em vigência.

Em função das especificidades do Programa de Pós-graduação da UFPA, único representante da região Norte, de agregar as áreas de Sociologia e Antropologia, há maior concentração temática na área de “Cultura” (22,9%), seguida pelas áreas “Meio Ambiente” (17,15) e “Estudos Rurais” (14,3%). Em oposição às pesquisas desenvolvidas no Sudeste, as áreas “Teoria Social” e “Trabalho” estão ausentes nas pesquisas do Norte, indicando um padrão de pesquisa voltado para o contexto local, sobretudo pela relevância que as temáticas “Estudos Rurais” e “Meio Ambiente” assumem no programa.

No Centro-Oeste, o Programa de Pós-Graduação da UnB é uma mescla dos programas do Sudeste, por ter entre as áreas temáticas

mais frequentes a “Ciência e Tecnologia”, “Trabalho” e “Cultura”, ambas com 13,3% dos projetos, seguidas por “Teoria Social” em segundo com 10% dos projetos. As maiores diferenças são atribuídas a pouca relevância dos “Estudos Urbanos”, que aparecem entre as três últimas áreas e o maior destaque que a “Política” assume no Centro-Oeste em comparação ao Sudeste.

Considerações finais

Este trabalho está inserido no movimento de repensar os caminhos percorridos pela disciplina sobretudo a partir da análise da produção científica, do trabalho de pesquisa realizado por sociólogos brasileiros nos programas de pós-graduação. A partir dos dados apresentados aqui é possível fazer algumas ponderações. A inclinação teórico-metodológica e temática dos programas de pós-graduação em Sociologia no Brasil parece estar mais associada à constituição histórica dos programas, na estreita relação com o contexto local e regional de produção do conhecimento. Isso sugere uma lógica endógena na organização dos programas que se constituíram sem grandes associações internacionais, que se estabeleceram mais tardiamente.

A agenda de pesquisa obedece à uma lógica interna do desenvolvimento científico, ligado, por sua vez, aos problemas sociais e regionais da sociedade brasileira. Os dados encontrados reforçam essa afirmação. Por um lado, as temáticas mais frequentes estão fortemente relacionadas os problemas sociais mais persistentes da sociedade brasileira, sobretudo no que diz respeito à “Educação”, “Violência”, “Trabalho” e “Política”. Por outro, a comparação entre as regiões do país revela o caráter local dos interesses de pesquisa, associados aos problemas locais e à tradição de pesquisa dos programas

de pós-graduação.

O protagonismo da “Teoria Social” nos projetos de pesquisa pode sinalizar um interesse genuíno de (re)atualizar o campo do Pensamento Social e Político Brasileiro, com o desenvolvimento de novas pesquisas nessa área, bem como daquelas que tem como objeto a própria sociologia, com seus intelectuais, teorias e conceitos.

Em linhas gerais a agenda da pesquisa sociológica no Brasil é diversa, abrangente e plural seguindo a própria natureza da disciplina que congrega múltiplos paradigmas. Após a redemocratização, houve um alargamento não só das temáticas, voltadas para as pautas identitárias, de reconhecimento de grupos minoritários, estruturadas a partir de abordagens centradas no indivíduo e na capacidade de agência.

Para que a produção sociológica siga se desenvolvendo faz-se necessário pensar novas formas de atrair financiamento, dado o cenário permanente de cortes na Ciência e Tecnologia e nas suas agências de fomento. Promover um debate real na sociedade sobre a importância do conhecimento sociólogo pode ser um caminho para mobilizar novas fontes de financiamento de instituições privadas e agências internacionais.

As mudanças no fazer sociológico, incluindo os dilemas teóricos de cada época, estão diretamente ligados às transformações da sociedade, num movimento contínuo de múltiplas influências. Nesse sentido, a disciplina está sempre se reinventando e redefinindo seus interesses e objetivos expressos, entre outras coisas, nas agendas de pesquisa. Pensar essas mudanças, isto é, fazer uma sociologia da Sociologia, analisando reflexivamente a Sociologia transformada em objeto de estudo, é uma ferramenta que auxilia no desenvolvimento de novas configurações teóricas e metodológicas do campo, além de ser uma fonte de conhecimento fundamental sobre a sociedade e os pro-

blemas que são valorizados num determinado período e as relações que se estabelece entre os grupos.

Referências

ALEXANDER, Jeffrey. O novo movimento teórico. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 5-28, 1987.

BÔAS, Gláucia Villas. *A vocação das ciências sociais no Brasil: um estudo da sua produção em livros do acervo da Biblioteca Nacional 1945-1966*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2007.

BOMENY, Helena. *Newton Sucupira e os rumos da educação superior*. Brasília: Paralelo 15, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2001.

CAPES/MEC. *Relatório de Avaliação Quadrienal 2017 — Sociologia*. Brasil, Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Brasília, DF: Capes, 2017.

COLLINS, Randall. *Quatro tradições sociológicas*. Petrópolis: Vozes, 2009 (Coleção Sociologia)

CORDEIRO, Marina de Carvalho. *Você tem tempo? Uma análise das vivências temporais dos cientistas sociais na sociedade contemporânea*. 303f. Tese (Doutorado em Sociologia) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

CUIN, Charles-Henry; GRESLE, François. *História da Sociologia 1 — antes de 1918*. Petrópolis: Vozes, 2017a. (Coleção Sociologia: Pontos de Referência).

_____. *História da Sociologia 2 — depois de 1918*. Petrópolis: Vozes, 2017b. (Coleção Sociologia: Pontos de Referência).

DURHAM, Eunice Ribeiro. A pós-graduação em ciências sociais. In: MARTINS, Carlos Benedito (org.). *Para onde vai a Pós-graduação em Ciências Sociais no Brasil*. Bauru: Edusc, 2005, p. 169-182.

DWYER, Tom; DE OLIVEIRA BARBOSA, Maria Ligia; BRAGA, Eugenia. Esboço de uma morfologia da sociologia brasileira: perfil, recrutamento, produção e ideologia. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 1, n. 2, p.

147-178, 2013.

FIGUEIREDO, Marcus Faria. O financiamento das ciências sociais: a estratégia de fomento da Fundação Ford e da Finep, 1966-1985. *BIB–Revista brasileira de informação bibliográfica em ciências sociais*, Rio de Janeiro, n. 26, p. 38-55, 1988.

GUIVANT, Julia. Sociologia do Meio Ambiente Rural. In: MARTINS, Carlos Benedito (cord.). *Horizontes das Ciências Sociais no Brasil: sociologia*. São Paulo: ANPOCS, 2010, p. 375-403.

LEPENIES, Wolf. *Três Culturas*. São Paulo: Edusp, 1996.

LIEDKE FILHO, Enno Dagoberto. A sociologia no Brasil: história, teorias e desafios. *Sociologias*, Porto Alegre. v. 7, n. 14, p. 376-437, jul./dez, 2005.

LIMA, Jacob. A reconfiguração da Sociologia no Brasil: expansão institucional e mobilidade docente. *Interseções* [Rio de Janeiro] v. 21 n. 1, p. 7-48, abr. 2019.

MARANHÃO, Tatiana. *Autonomia reflexiva e produção do conhecimento científico: o campo da sociologia no Brasil (1999-2008)*. 2010. 210 f. Tese (Doutorado em Sociologia) -Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

MARTINS, Carlos Benedito. Editorial Que sociologia fazemos? Interfaces com contextos local, nacional e global. *Revista Brasileira de Sociologia*, Porto Alegre, v. 05, n. 11, p. 5-17, set-dez. 2017.

MARTINS, Heloísa Helena T. de Souza. A Sociologia como Campo Científico. In: MARTINS, Carlos Benedito (cord.). *Horizontes das Ciências Sociais no Brasil: sociologia*. São Paulo: ANPOCS, 2010, p. 13-23.

MELO, Marina; BERNARDO, Ana Cláudia; GOMES, Selefe. As teses da área de Sociologia no Brasil: padrões de inflexões temáticas e metodológicas. *Revista Brasileira de Sociologia-RBS*, v. 6, n. 13, 2018.

MICELI, Sergio. Condicionantes do desenvolvimento das Ciências Sociais. In: _____ (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*, v. 2. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais: IDESP, 1989, p. 72-110.

NAHOUM, André Vereta. A Sociologia Econômica no Brasil: Balanço de um campo. In: MICELI, Sergio; MARTINS, Carlos Benedito (orgs.). *Sociologia Brasileira Hoje*. Cotia: Ateliê Editorial, 2017, p. 15-86.

ORTIZ, Renato. Notas sobre as ciências sociais no Brasil. *Novos Estudos*

Cebrap, São Paulo, v. 27, p. 163-175, 1990.

SILVA, Camila Ferreira da; LOPES, Rodrigo de Macedo; OLIVEIRA, Amurabi. A agenda de pesquisa em sociologia da educação na pós-graduação brasileira. *Revista Internacional de Educação Superior*, v. 6, p. 1-21, 2020.

WERNECK Luiz; CARVALHO Maria Alice; MELO, Manuel. As ciências sociais no Brasil: a formação de um sistema nacional de ensino e pesquisa. *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n. 40, p. 27-63, 1995.

Resumo:

Inserida na tradição de pesquisas sobre o campo da Sociologia brasileira, o presente trabalho tem como objetivo apresentar um retrato da Sociologia desenvolvida no país a partir do mapeamento temático das pesquisas desenvolvidas em programas de pós-graduação a partir dos projetos de pesquisa. Para isso foram utilizados dados obtidos na Plataforma Sucupira da CAPES sobre os projetos de pesquisa vigentes em 2018 de dez programas de pós-graduação. Os critérios para a seleção desses programas levaram em conta: a distribuição regional, o conceito de avaliação da CAPES e o ano de criação. Foram selecionados todos os projetos de pesquisa vigentes em 2018, perfazendo um total de 538 projetos. A partir da contagem das palavras mais frequentes nos resumos ou do título, os projetos foram classificados em 19 categorias temáticas. A partir dessa análise verificamos o predomínio das pesquisas da Teoria Social, Cultura e Política. A agenda e problemas de pesquisas obedecem à uma lógica interna do desenvolvimento científico, que está associada aos problemas sociais e regionais da sociedade brasileira.

Palavras-chave: Agenda de pesquisa; sociologia brasileira; programas de pós-graduação.

Abstract:

Inserted in the tradition of research on the field of Brazilian Sociology, the present work aims to present a portrait of Sociology developed in the country from the thematic mapping of research developed in postgraduate programs based on research projects. For that, data obtained from the Sucupira Platform of CAPES on the research projects in force in 2018 of ten postgraduate programs were used. The criteria for the selection of these programs took into account: the regional distribution, the concept of CAPES evaluation and the year of creation. All research projects in force in 2018 were selected, making a total of 538 projects. From the counting of the most frequent words in the abstracts or the title, the projects were classified into 19 thematic categories. Based on this analysis, we verified the predominance of research on Social Theory, Culture and Politics. The research agenda and problems follow an internal logic of scientific development, which is associated with the social and regional problems of Brazilian society.

Keywords: Research agenda; Brazilian sociology; postgraduate programs.

Recebido para publicação em 11/03/2021.

Aceito em 02/06/2021.

A internacionalização da Sociologia brasileira: mapeamento das cartografias acadêmicas dos estudantes de pós-graduação

Camila Ferreira da Silva

Universidade Federal do Amazonas, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0002-2348-9350>
ferreira.camilasilva@gmail.com

Rodrigo de Macedo Lopes

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0002-7047-4530>
rlopes9@gmail.com

Introdução

Colaboração e internacionalização têm se firmado como elementos permanentes na história de consolidação das Ciências Sociais, de modo geral, e da Sociologia, de modo mais específico, tanto no cenário nacional quanto no campo científico em escala internacional

(SMELSER, 2003). Não sem contradições e lutas de dominação próprias do campo científico (BOURDIEU, 2008), a ideia de internacionalização tem estado na base da construção de conhecimento sem fronteiras geográficas em cenário de globalização e de uma sociedade em rede (CASTELLS, 1999). As dinâmicas próprias desses processos passam pelas transformações na *economia do conhecimento*, que, segundo Raewyn Connell (2019), a exemplo da economia material, é mundial e altamente desigual.

É desse cenário e debate que nosso tema de estudo emerge: a internacionalização de uma área do conhecimento situada histórica e geograficamente, estamos a falar da Sociologia brasileira. Sabe-se que o próprio processo de construção e consolidação de seu espaço acadêmico específico no país passa, desde a primeira metade do século XX, por trânsitos internacionais a partir da formação dos nossos quadros em universidades e centros de pesquisa no exterior — com destaque para a Europa e os Estados Unidos da América. Nessa conjuntura, “[...] os intercâmbios entre a sociologia brasileira e a desses centros se davam predominantemente ‘em mão única’, já que carecíamos de quadros, condições institucionais e apoio financeiro para nos articularmos a redes internacionais em condições equitativas” (SCALON; MISKOLCI, 2018, p. 123). A expansão e diversificação do sistema nacional de pós-graduação brasileiro no século XXI tem incidido, dentre outras frentes, sobre a necessidade de ampliação das pontes internacionais. Nesse cenário, contudo, o apelo à internacionalização tem superado paulatinamente esta perspectiva de dominação científica dos centros sobre a periferia, consolidando um diálogo mais horizontal entre os/as sociólogos/as brasileiros/as e estrangeiros/as.

Na atualidade o potencial de internacionalizar no interior do campo científico abarca diferentes frentes de atuação, dentre as quais

destacamos: *i)* os periódicos científicos nacionais têm investido na publicação de artigos em português e em outras línguas estrangeiras, sobretudo o inglês, possibilitando uma ampliação do seu público leitor (FARIAS, 2017); *ii)* o esforço de publicar em periódicos internacionais amplamente reconhecidos pela comunidade científica tem marcado o cotidiano dos/as professores/as pesquisadores/as; *iii)* os diálogos possibilitados pelos eventos internacionais transformam-se, muitas vezes, em pontos de partida para a construção de redes de colaboração científica; *iv)* o acolhimento de pesquisadores/as estrangeiros/as no Brasil na condição de professores/as visitantes; *v)* a multiplicação, em outros países, de centros de estudos latino-americanos e brasileiros; e *vi)* os trânsitos formativos e profissionais que estudantes e docentes têm realizado a partir da consolidação de possibilidades de estadia em centros internacionais, como graduação sanduíche, dupla certificação, mestrado pleno e mestrado sanduíche, doutorado pleno e doutorado sanduíche, pós-doutorado, professor/a visitante, além de visitas de pesquisa.

Nossa mirada, no entanto, foca em um segmento específico para pensar os processos de internacionalização da Sociologia, pelo que elegemos como objetivo central do artigo o exercício de apreender uma das facetas da internacionalização em curso na Sociologia brasileira por meio de duas categorias analíticas, a saber: o incremento longitudinal dos bolsistas CAPES no exterior e os destinos dos discentes de doutorado pleno, doutorado sanduíche, mestrado pleno e mestrado sanduíche dos programas de pós-graduação da área. Combinamos as abordagens quantitativa e qualitativa e dividimos o estudo exploratório em três etapas principais: revisão de literatura; trabalho com os dados secundários do Sistema de Informações Georreferenci-

adas (GEOCAPES)¹ relativos à distribuição de bolsistas da CAPES no exterior entre 1998 e 2019; e análises estatística e longitudinal dos dados.

A caracterização e análise dos trânsitos internacionais desenhados pelos mestrandos e doutorandos em Sociologia constitui nosso fio condutor do artigo, o qual promove o seguinte movimento discursivo: em um primeiro momento tratamos da internacionalização de modo mais amplo, como elemento-chave para pensarmos o sistema nacional de pós-graduação e os programas em diferentes áreas de conhecimento na esteira da avaliação da CAPES; na sequência passamos a especificar e tratar da Sociologia brasileira, e por isso a segunda seção do texto se ocupa de um breve diálogo com a literatura nacional — sem pretensões de realizar uma revisão sistemática sobre o tema — em torno das diferentes frentes de internacionalização da área; por fim, enveredamos pelo nosso objeto de estudo propriamente dito e passamos a apresentar e analisar as cartografias consolidadas pelos intercâmbios internacionais dos discentes de pós-graduação no campo da Sociologia.

A internacionalização dos programas de pós-graduação brasileiros

Se um dos pilares da ciência moderna é a validação de uma comunidade científica, ou seja, dos pares, o amplo diálogo entre pesquisadores tem ultrapassado há muito as barreiras nacionais. Mas, como tem sido construído este diálogo transnacional? Que forças atuam nessa construção? E a quem tem interessado a emergência de uma tônica na internacionalização da ciência? Estas e outras questões têm

¹geocapes.capes.gov.br.

sido enfrentadas de diferentes formas por pesquisadores preocupados em desenvolver um exercício de autorreflexão sobre o campo científico no cenário contemporâneo.

A globalização das universidades não é necessariamente um fenômeno recente, posto que, de um lado, as peregrinações acadêmicas se tornaram rapidamente uma tradição ainda no século XIII — o que corrobora a compreensão de que os processos de circulação internacional se consolidaram muito antes da centralização dos discursos oficiais e das próprias políticas indutoras de internacionalização atuais — (DUBOIS; GINGRAS; ROSENTAL, 2016) e, de outro, os processos de colonização ao redor do mundo contaram com frentes de atuação das instituições universitárias no sentido da formação das elites nas colônias por muitos séculos, consolidando e naturalizando uma relação de dominação entre os saberes das metrópoles e os saberes locais (CONNELL, 2019). Esta configuração foi palco da emergência de debates cruciais, ainda no século XX, em torno das relações desiguais entre Norte e Sul global na economia do conhecimento, dentre os quais destacamos: a relação entre centro e periferia; a fuga dos cérebros; a questão da língua-mãe da ciência, o inglês, como dominação sobre as linguagens locais; a descolonização do pensamento; os currículos colonizadores; a ecologia dos saberes e as possibilidades de conhecimentos e universalismos alternativos; as teorias do Sul (SANTOS, 2009).

Todos estes debates vão esclarecendo que tratar de internacionalização é tarefa laboriosa, posto que não se pode deixar de considerar as relações assimétricas entre os diferentes países no cenário global da comunidade científica. Desde a década de 1990, autores apontam para as contradições dos processos de internacionalização da educação superior, com problematizações importantes ligadas à mercado-

rização deste nível de ensino e à atração de profissionais graduados para países com melhores condições de trabalho e de vida (BOURKE, 1997; TAKE; SHORAKU, 2017; WIT; DECA, 2020). No âmbito da transformação das instituições universitárias em mercados de diplomas, desenha-se uma disputa por alunos (clientes), que acaba por legitimar uma lógica concorrencial com a abertura internacional operada pela globalização — a qual é ratificada pela consolidação das avaliações externas de larga escala, que anualmente divulgam rankings das melhores universidades a nível mundial, indicando aos estudantes em que instituições deveriam “investir”.

Por outro lado, como afirma Marrara (2007), para completar a outra face desse processo contraditório, há instituições que têm explorado a tônica da internacionalização dentro de princípios acadêmicos, lançando-se às “[...] potencialidades do intercâmbio de pessoas, experiências e informações para desenvolver seus padrões internos de ensino e pesquisa e resolver problemas de interesse comum a diferentes comunidades” (MARRARA, 2007, p. 246). Nesse sentido, internacionalizar implica uma construção de um valor internacional a partir da capacidade de colaboração no sentido do desenvolvimento científico a nível supranacional, e, neste sentido, contam as atividades de formação e de pesquisa e seus impactos na comunidade científica (KOK, 2005). Nota-se que o próprio sentido de “impacto” passa a ser renegociado, exigindo-se não somente um nível local, mas uma incidência internacional das pesquisas em desenvolvimento.

No caso brasileiro em que a própria comunidade científica foi se constituindo a partir de trânsitos internacionais com o objetivo de garantir a formação de professores/as pesquisadores/as nos níveis mais altos, antes da consolidação de um sistema de pós-graduação no país, as pontes transnacionais para o desenvolvimento da ciência têm sido

uma tarefa de longa duração. Contudo, se inicialmente o diálogo externo era fundamentalmente realizado em direção única — no envio de pesquisadores/as brasileiros/as em processo de formação —, o amadurecimento do campo e da comunidade científica nacional vem friccionando e modificando esta relação (RAMOS, 2018).

A internacionalização, portanto, tem se materializado por inúmeras frentes, as quais contemplam desde a publicação em periódicos estrangeiros até o estabelecimento de redes internacionais de pesquisa, passando necessariamente pelos trânsitos internacionais de nossos/as pesquisadores/as — e aqui destaca-se que estes fluxos passaram a abarcar sujeitos discentes e docentes, da graduação ao pós-doutorado, incluindo estágios e atuação como professor/a visitante. Outras frentes importantes desse processo no Brasil são as agências de fomento federais e estaduais (CAPES, CNPq e as Fundações de Amparo à Pesquisa), uma vez que os investimentos em bolsas de estudos, auxílios financeiros para participação em eventos internacionais, programas de intercâmbio e de criação de centros de pesquisa transnacionais têm garantido um contínuo processo de internacionalização de nossa comunidade científica. Além disso, ao observar os editais de apoio à internacionalização dessas agências, é possível compreender os direcionamentos das políticas do ensino superior, ciência e tecnologia no país neste quesito, uma vez que os destinos e as estratégias vão sendo previstos nestas chamadas, denotando o tipo de inserção internacional que se pretende consolidar.

O sistema de pós-graduação brasileiro tem atravessado momentos de expansão e diversificação bastante significativos nas últimas décadas, este fenômeno tem relação direta com a expansão tanto da educação básica quanto do ensino superior com as políticas de democratização (SILVA; LOPES, 2020). Nessa conjuntura, a expansão da

graduação tem desembocado necessariamente em um aumento também da pós-graduação, o qual se expressa tanto no incremento do número de programas de pós-graduação no país, quanto na diversificação destes com os programas interdisciplinares, os programas profissionais e os programas em rede. A pós-graduação, por sua vez, tem se consolidado como espaço privilegiado para as iniciativas de internacionalização que temos vislumbrado em cenário recente. Para Ramos (2018, p. 1), “nas últimas duas ou três décadas, a dimensão internacional tornou-se parte integral da educação de nível superior e da pesquisa científica, motivando a emergência da noção de internacionalização”. Na pós-graduação, de modo particular, tal noção se consolidou por meio da avaliação quadrienal realizada pela CAPES — que inclui a internacionalização como medida, por meio da quantidade de pesquisadores de instituições estrangeiras participantes nos programas, publicações em periódicos internacionais, parcerias internacionais em projetos, publicações, entre outros, para avaliar os programas de pós-graduação — e das atividades cotidianas dos programas, certamente com influências mútuas entre estas duas instâncias, uma vez que desde a década de 1970 a implantação do Sistema de Avaliação da Pós-Graduação já indicava um esforço pioneiro de internacionalização no país (MÉA; VEIGA; BOLZAN, 2019) — elemento que vem se constituindo como tarefa e como desafio para a heterogeneidade que os PPGs representam.

A avaliação em curso, relativa ao quadriênio 2017-2020, por exemplo, traz um apelo com relação à identidade dos programas de pós-graduação em torno do impacto local e/ou da internacionalização. Destaca-se que a ideia de excelência, expressa pelas notas mais altas atribuídas a um PPG, passa necessariamente pela internacionalização, uma vez que os programas com notas entre 6 e 7 têm na sua atuação

a internacionalização como elemento obrigatório.

De modo generalizado, o discurso que tem se consolidado para explicar as exigências por internacionalização leva em consideração que este processo desembocaria necessariamente no fortalecimento das instituições de ensino superior e de todas as suas frentes de atuação — ensino, pesquisa, extensão e gestão —, além de promover uma inserção internacional (MÉA; VEIGA, BOLZAN, 2019). A necessidade dessa inserção internacional tem sido explicada, para além do cenário de relações globalizadas no campo científico, pela importância de efetivar o impacto intelectual, social e econômico da ciência brasileira (RAMOS, 2018), a qual tem seguidamente sido responsável por grande parte das publicações em nível mundial, mas com parca repercussão transnacional.

Nesse sentido, a própria avaliação da CAPES, que toma a internacionalização dos PPGs como elemento de análise deve ser compreendida como parte das políticas públicas de incentivo ao processo de tornar internacional aquilo que é produzido no Brasil no âmbito da ciência. A isto juntam-se, como já citamos anteriormente, as políticas de apoio às experiências internacionais de discentes e docentes, por meio de bolsas de estudos, pesquisas e aportes financeiros para eventos — que apresentam variações significativas de direcionamentos, investimentos e programas nos diferentes governos que ocuparam o Estado no século XXI no Brasil. Além disso, esta tônica é ainda expressa em documentos como o Plano Nacional de Pós-Graduação 2011-2020 (PNPG), do Ministério da Educação, e na Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2012-2015 e 2016-2019, do Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (PAIVA; BRITO, 2019). Tais elaborações e experiências compõem os esforços que o Brasil tem realizado no sentido de compor e galgar melhor posição na

economia global do conhecimento.

Conforme indicamos no início desta seção, todo este processo guarda suas contradições e, no caso brasileiro, elas incidem sobre questões históricas ligadas às desigualdades no acesso ao ensino superior e à pós-graduação; às relações assimétricas entre os programas de pós-graduação; à legitimação de áreas prioritárias — tecnologia, engenharia e matemática —, a exemplo do que ocorre em países centrais; ao lugar dos periódicos nacionais, entre outras.

A sociologia brasileira enfrentando a internacionalização

Os processos e padrões de internacionalização da Sociologia brasileira têm sido investigados a partir de diferentes frentes, tais como: os impactos das obras de pesquisadores/as brasileiros/as; a circulação dos/as docentes em níveis de pós-doutorado e na condição de professor/a visitante (DWYER, 2013); os trânsitos dos discentes da graduação ao pós-doutorado; e as publicações em língua estrangeira e em periódicos internacionais. Nesse sentido, vemos uma centralidade atribuída à questão da internacionalização nos últimos anos no âmbito da Sociologia brasileira, atendendo a uma tendência que vai muito além da área propriamente dita e que tem colocado especialmente as Ciências Humanas e Sociais em movimento de transformação e adequação ao cenário globalizado do campo científico. As evidências dessa centralidade do debate podem ser expressas no ganho de espaço que o tema tem galgado nos últimos encontros de associações como a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), a Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) e a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) — é notório o exer-

cício autorreflexivo dos cientistas sociais para pensar a sua inserção internacional (BRAGA FILHO, 2017).

Importa-nos, então, promover uma incursão nos processos de internacionalização que têm marcado o desenvolvimento da Sociologia brasileira, tomando como marco de ruptura a transição do século XX para o século XXI. Este marco justifica-se em função da transformação significativa nas relações internacionais que os/as sociólogos/as brasileiros/as estabeleceram com grupos, instituições, agências e pesquisadores/as internacionais: se na primeira metade do século XX a circulação dos brasileiros em outros países esteve majoritariamente atrelada à sua formação, esta relação começa a se modificar com a consolidação do sistema de pós-graduação brasileiro e com a multiplicação de programas nas áreas das Ciências Sociais, abarcando a Sociologia, a Antropologia e a Ciência Política.

Quando os programas de pós-graduação brasileiros passam a se ocupar da formação dos quadros de pesquisadores/as, os interesses para internacionalizar se complexificam, ao passo que a própria Sociologia brasileira consolida um processo de reconhecimento na América Latina e tem galgado este reconhecimento em outras regiões do globo. O século XXI, portanto, representa uma mudança paradigmática e atualmente assistimos a uma formação que se dá majoritariamente em programas nacionais. Nesse sentido, compreendendo que a tônica da internacionalização atravessa as instituições universitárias e de pesquisa de forma incontornável (NEVES; CAVALCANTI, 2018), a Sociologia passou a incorporar os elementos necessários para o jogo globalizado que está em curso no campo científico, e que no Brasil se expressa tanto na lógica cotidiana do ofício de pesquisador/a, quanto na avaliação dos programas de pós-graduação que a CAPES realiza quadrienalmente.

Até a virada do milênio, o impacto internacional da sociologia brasileira foi restrito e tendeu a prover maiores intercâmbios com nossos vizinhos latino-americanos, com exceções, como a teoria da dependência desenvolvida na década de 1960 por Fernando Henrique Cardoso em parceria com Enzo Faletto e que teve repercussão mundial (SCALON; MISKOLCI, 2018, p. 123).

Este cenário foi revelando a necessidade de construir um impacto mais alargado, que conseguisse elevar a Sociologia brasileira e garantir o reconhecimento de seus pares em diferentes regiões do globo. O Brasil, como país periférico, enfrenta desafios significativos na tentativa de superação da relação assimétrica que se estabelece entre centro e periferia na construção de redes internacionais de colaboração (MAIA; MEDEIROS, 2020), e a Sociologia, por sua vez, com o incremento numérico e qualitativo de programas de pós-graduação tem modificado as relações com os centros de produção sociológica. Scalon e Miskolci (2018) chamam atenção para o papel preponderante da expansão dos pós-doutorados e dos estágios seniores no exterior nessa transformação do lugar da Sociologia brasileira, uma vez que este tipo de inserção internacional faz avançar tanto na atualização de nossos quadros, quanto na inserção em redes internacionais de pesquisa.

Um consenso na literatura especializada diz respeito à língua como um dos principais desafios para as Ciências Sociais e, mais especificamente, para a Sociologia. A hegemonia do inglês tem produzido, em países do Sul global, movimentos duplos de estabelecimento de redes acadêmicas: de um lado temos as redes internacionais, sempre mediadas pelo inglês e determinadas pelos padrões transnacionais de produção e circulação de conhecimento e de pesquisadores/as; e, por outro, as redes locais, que guardam não somente a língua materna, mas também a preocupação com problemas e objetos caros ao debate público de determinada comunidade (BEIGEL, 2014). Nesse sentido,

a internacionalização inicial da Sociologia brasileira na direção da América Latina corresponde a um movimento relativamente comum a outras áreas do conhecimento e a outros países do Sul global. Nas Ciências Sociais, de modo geral, e na Sociologia, de modo particular, a língua inglesa como ponto de partida para a internacionalização tem sido tomada como elemento de contradição e as resistências têm se dado sobretudo nas áreas de pesquisa etnográfica e com objetos mais diretamente ligados à cultura (ORTIZ, 2016).

Nesse contexto contraditório e de discussão em torno da geopolítica do conhecimento, a Sociologia brasileira

[...] ampliou expressivamente sua inserção no cenário internacional por meio do crescimento da produção em periódicos e livros internacionais, da participação em diretorias de associações internacionais da área, em conselhos e comitês editoriais de periódicos internacionais, em grupos de pesquisa e formação profissional em rede internacional, em acordos e convênios internacionais, da presença de docentes e discentes em congressos e eventos científicos, entre outros. Essa crescente troca de conhecimento se manifesta por meio de pesquisas em rede internacional, pós-doutorados, doutorados e doutorados sanduíches, notadamente em países como Estados Unidos, Canadá, Inglaterra, França, Alemanha, Holanda, Espanha e Portugal; na América Latina com México, Argentina, Uruguai, Chile, Colômbia, Equador, bem como em países africanos de língua portuguesa (SCALON; MISKOLCI, 2018, p. 125).

Este processo de internacionalização, como podemos notar, é complexo e não se encerra na experiência individual de um agente do campo científico em terras estrangeiras, ela tem, na verdade, seu ponto de partida nesta experiência, uma vez que carece sempre de ser transformada em capital acadêmico para o agente e para a sua instituição de ensino superior em forma de publicações conjuntas, projetos, grupos de pesquisa, cursos, eventos e outras tantas possíveis iniciativas pautados na colaboração internacional. Jogar o jogo, contudo, não ga-

rantiu ao Brasil, ou mesmo à Sociologia, a superação completa de sua condição periférica, e por isso os desafios continuam a se materializar para os programas de pós-graduação da área. Nesse sentido, que papel os estudantes de pós-graduação exercem na internacionalização da Sociologia? Avancemos para responder este questionamento e compreender melhor o impacto dos trânsitos desses discentes a curto e longo prazo para o campo da Sociologia.

Cartografias ou trânsitos internacionais de estudantes de pós-graduação em Sociologia

O que leva um estudante de pós-graduação almejar ver sua formação ganhar uma experiência internacional? Os parâmetros consolidados no campo científico no qual este mesmo estudante vem se formando e se conformando. As aspirações de um/a pós-graduando/a são bem ajustadas aquilo que é reconhecido como legítimo no interior da comunidade científica, o valor, por exemplo, de internacionalizar sua formação é amplamente prestigiado por seus pares [discentes e docentes]. Esta compreensão em tratar dos trânsitos configurados pelas experiências dos estudantes de mestrado e doutorado no âmbito da Sociologia nos permite vislumbrar cartografias acadêmicas como elementos cruciais para a consolidação das redes internacionais de pesquisa, uma vez que, conforme aponta Ramos (2018), as experiências internacionais têm potencial de se transformar em pontes transnacionais que tendem a se fortalecer quando estes sujeitos se tornam professores/as.

Nesse sentido, o recorte que promovemos neste artigo — tomando à análise os estudantes de pós-graduação de mestrado e doutorado — nos revela não somente um retrato do atual deslocamento dos discen-

tes da pós-graduação em Sociologia ao redor do mundo, ao passo que acaba por nos possibilitar vislumbrar os principais países que notadamente deverão compor o rol de redes internacionais de pesquisa no futuro, não muito distante, do espaço acadêmico da Sociologia brasileira. Os estudantes de hoje, ao internacionalizarem sua formação e carreira, representam as esperanças de um campo científico na transformação de seu capital acadêmico, que foi internacionalizado, em iniciativas transnacionais quando da ocupação das posições de professores/as pesquisadores/as. Aqui reside o principal motivo para estudar especificamente as trajetórias de internacionalização desses agentes do campo científico.

Vale a pena destacar que esta frente de circulação dos discentes da pós-graduação constitui um dos elementos dos atuais processos de internacionalização da Sociologia brasileira e, dado o debate que empreendemos anteriormente sobre as relações contraditórias entre centro e periferia neste cenário mundializado do ensino superior, as cartografias internacionais que estes estudantes desenham nos falam sobre as estratégias que o país e a área estão a legitimar na atualidade no sentido de sua inserção na ciência global.

Para iniciar a caracterização das cartografias internacionais dos estudantes da pós-graduação em Sociologia, observemos os números relativos à atribuição de bolsas para a realização de mestrado pleno, mestrado sanduíche, doutorado pleno e doutorado sanduíche.²

²Destacamos que optamos por não incluir no recorte as bolsas de pós-doutorado, uma vez que estas abarcam muitos/as docentes do ensino superior.



Gráfico 1: Distribuição de bolsas CAPES no exterior a discentes de pós-graduação na área de Sociologia — 1998-2019

Fonte: Elaboração própria, a partir de GeoCAPES (2020).

Entre 1998 e 2019 temos uma taxa de crescimento significativa na concessão desse tipo de bolsa, saltando de 37 para 96 no total, o que representa um incremento na casa dos 159% e nos fala de um avanço importante no aporte de recurso público na formação nos mais altos níveis de escolarização no interior das Ciências Humanas e da Sociologia. Algumas questões chamam nossa atenção no *Gráfico 1*, a primeira diz respeito à estagnação que se observa nos primeiros anos aqui representados, posto que entre 1998 e 2006 a atribuição dessas bolsas fica em um patamar muito próximo, passando de 37 a 56 bolsas em um ritmo bastante lento nesses oito anos, chegando a uma taxa de crescimento de tímidos 51%. A segunda questão que nos chama atenção diz respeito exatamente ao movimento oposto, ao período de maior crescimento no número de bolsas, nota-se que o período entre 2012 e 2015 é aquele em que temos as mais elevadas taxas, em números absolutos observamos: 111 bolsas em 2012, 137 em 2013, 152

em 2014 e 166 bolsas em 2015 — o que nos permite afirmar que é no governo de Dilma Rousseff que a Sociologia experimenta seu pico na concessão de bolsas internacionais, via CAPES, para os estudantes de mestrado e doutorado. Ramos (2018) resgata o posicionamento da presidenta Dilma Rousseff sobre a internacionalização e nos auxilia a compreender este aporte que reverberou na Sociologia e em outras tantas áreas do conhecimento:

[...] a presidente Dilma Rousseff afirmou, em abril de 2011, que o governo federal pretendia conceder 75 mil bolsas de estudos no exterior até 2014 — número que poderia atingir 101 mil com financiamento privado adicional. A presidente alegou na ocasião que o Brasil precisava de trabalhadores qualificados para assegurar o próximo ciclo de desenvolvimento como justificativa para o vultoso aporte prestes a ser empenhado (RAMOS, 2018, p. 3).

A ideia de desenvolvimento social atrelado à ciência e à envergadura internacional desta está, pois, na esteira do investimento público no intercâmbio dos estudantes de pós-graduação, o que corrobora o pensamento de Neves e Cavalcanti (2018), ao afirmarem que a universidade, os Estados e as sociedades não escapam à lógica da globalização como forma de organização do mundo na atualidade. A internacionalização vai, portanto, assumindo significados e modos de operacionalização heterogêneos em cada contexto nacional, com práticas hegemônicas e contra hegemônicas (DUBOIS; GINGRAS; ROSENAL, 2016), porém, a mobilidade de estudantes tem assumido um papel importante, funcionando como uma das principais estratégias adotadas ao redor do mundo — em que pesem aqui as limitações da mobilidade estudantil no sentido da democratização e alcance real no universo de discentes (RAMOS, 2018).

Na Sociologia, bem como em outras áreas do conhecimento, as bolsas para os estudantes de pós-graduação têm representado grande

esforço das agências de fomento e dos PPGs e, por sua vez, apresentam potencial para o estabelecimento de parcerias internacionais entre a universidade de origem e a instituição de acolhimento no exterior. Nesse sentido, observemos que tipo de bolsas predominaram nos últimos vinte anos para os pós-graduandos em Sociologia:

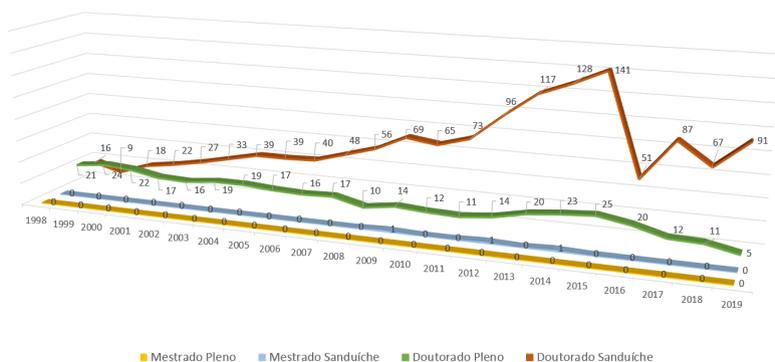


Gráfico 2: Detalhamento da distribuição de bolsas CAPES no exterior a discentes da pós-graduação na área de Sociologia — 1998-2019

Fonte: Elaboração própria, a partir de GeoCAPES (2020).

Evidencia-se, a partir do *Gráfico 2*, que no caso dos estudantes de pós-graduação em Sociologia o maior incentivo esteve, nas últimas duas décadas, atrelado às bolsas de doutorado tanto na modalidade pleno quanto na modalidade sanduíche, em detrimento ao segmento do mestrado. Enquanto as bolsas de mestrado revelam-se irrisórias numericamente, estas décadas expressam variação significativa na concessão de bolsas a doutorandos/as: se juntarmos as duas modalidades, entre 1998 e 2019, foram concedidas 1.697 bolsas de doutorado pleno e sanduíche para estudantes da área de Sociologia — a proporção en-

tre as modalidades é de 78% para o doutorado sanduíche contra 22% para o doutorado pleno.

Estes números expressam a estratégia nacional de, no caso dos discentes, investir massivamente naqueles que já estão mais maduros na pós-graduação e que, exatamente por esta maturidade intelectual e acadêmica, possuem maiores chances de galgar e consolidar parcerias acadêmicas no país de acolhimento. Além disso, no que se refere à predominância de bolsas de doutorado na modalidade sanduíche, podemos inferir que este quadro tem relação com o alcance numérico que se consegue atingir com esta categoria, uma vez que uma bolsa para o doutorado sanduíche implica um tempo mais curto e, por isso, a possibilidade de incluir um número maior de estudantes.

Ademais, correlacionando os dados dos *Gráficos 1 e 2*, observamos que a flutuação no número de bolsas ao longo dos anos se faz sentir especialmente no doutorado pleno e sanduíche: enquanto as bolsas de doutorado pleno sofrem um decréscimo acentuado nos anos analisados, passando de 21 bolsas em 1998 para 5 bolsas em 2019 — note-se que a partir de 2016 a variação nesta modalidade segue somente o sentido do decréscimo, é um período marcado pelo governo Temer e pelo primeiro ano do governo Bolsonaro —; as bolsas de doutorado sanduíche experimentam declínio a partir de 2016 e, apesar de 2019 representar um salto significativo com relação a 1998, o pico no número dessas bolsas se deu entre 2011 e 2015.

Além dessas análises numéricas em torno da concessão de bolsas internacionais aos estudantes de pós-graduação da área de Sociologia, interessa-nos avançar na leitura das cartografias que as suas mobilidades implicaram. Isso porque estes trânsitos constituem-se marcos importantes para pensarmos a inserção internacional da Sociologia brasileira e as possibilidades de estabelecimento de redes de colabo-

ração por meio dos estudantes, que em breve podem vir a ocupar as posições de professores/as e pesquisadores/as nas instituições de ensino superior do país.

O *Quadro 1*, abaixo, traz uma sistematização das regiões nas quais os pós-graduandos da Sociologia realizam suas experiências internacionais. Chamamos atenção para o esquema de cores, que aponta nos tons mais fortes aquelas regiões com maior expressividade numérica.

As bolsas internacionais CAPES destinadas aos mestrandos e doutorandos da área de Sociologia, seja para a realização de mestrado ou doutorado pleno ou sanduíche, desenham uma cartografia predominantemente europeia com relação aos destinos desses discentes. Nos mais de vinte anos analisados a prevalência dos países europeus é bastante acentuada frente à América do Norte, América Latina, África e Ásia, necessariamente nesta ordem. Analisemos essa configuração a partir do detalhamento de que países aparecem com mais recorrência nesse período.

De modo tímido temos alguns países da África e da Ásia como destinos dos pós-graduandos da Sociologia: *i)* enquanto o primeiro continente passa a figurar a partir de 2002 com Costa do Marfim, a Ásia somente aparece como destino dos estudantes a partir de 2012, com China e Índia, o que revela trânsito mais recente com esta região; *ii)* entre 2013 e 2019 a presença de países africanos se intensifica, e temos figurando Angola, Moçambique, África do Sul e Zimbábue; *iii)* juntos, África e Ásia perfazem 1% do total de bolsas concedidas no período analisado.

A América Latina, por sua vez, aparece como uma região interessante para o caso da Sociologia brasileira, uma vez que os seus primeiros movimentos de internacionalização incidiram exatamente sobre esta região ainda no século XX (SCALON; MISKOLCI, 2018).

Quadro 1: Cartografias da distribuição de bolsas CAPES no exterior a discentes da pós-graduação na área de Sociologia 1998-2019

Ano	Europa	América Anglo-Saxônica	América Latina	África	Ásia
1998	22	15	—	—	—
1999	23	10	—	—	—
2000	32	7	1	—	—
2001	32	6	1	—	—
2002	36	6	—	1	—
2003	38	14	—	—	—
2004	42	14	2	—	—
2005	43	12	1	—	—
2006	37	17	2	—	—
2007	50	12	3	—	—
2008	55	10	1	—	—
2009	64	11	8	—	—
2010	67	7	3	—	—
2011	74	7	3	—	—
2012	92	13	4	—	2
2013	111	20	3	1	2
2014	122	20	8	2	—
2015	125	28	10	3	—
2016	54	13	3	1	—
2017	69	19	11	—	—
2018	46	22	7	2	1
2019	58	27	9	1	1

Fonte: Elaboração própria, a partir de GeoCAPES (2020).

Os trânsitos dos discentes pela América Latina figuram a partir dos anos 2000 e, paulatinamente vão se consolidando nesses países. Os destaques vão para países como Argentina, México, Chile, Costa Rica, Venezuela, Uruguai e Cuba. Outro aspecto que chama atenção é o incremento de bolsas com destino a países latino-americanos a partir de 2009, com destaque para o ano de 2017 como aquele com o maior número de bolsas para a América Latina. A região foi destino, portanto, para aproximadamente 5% dos bolsistas analisados.

Já a América Anglo-Saxônica aparece com relativa pujança, em segundo lugar no quesito recorrência, representando 18% do total de bolsas destinadas aos pós-graduandos brasileiros da área de Sociologia. A hegemonia dos Estados Unidos se destaca, mas é possível notar também trânsitos destinados ao Canadá. A forte presença da América do Norte— juntamente com outros países de língua inglesa da Europa — é indício de como as gerações mais novas que estão atualmente no mestrado e no doutorado tomam a questão do inglês como língua principal da ciência em nível internacional. Estes trânsitos por países de língua inglesa podem representar um futuro de mais fácil circulação em eventos, centros e em periódicos e editoras internacionais para a Sociologia brasileira.

A Europa, por sua vez, aparece com expressivos 76% das bolsas em questão, e os países que aqui figuram são: França, Portugal, Espanha, países que compõem o Reino Unido, Alemanha, Itália, Holanda, República Tcheca, Suécia, Bélgica, Suíça, Rússia e Finlândia. França aparece, sem muita surpresa, como o principal destino dos estudantes de pós-graduação em Sociologia. A novidade, no entanto, reside na diversificação dos destinos europeus, sobretudo nos últimos anos, e vemos países com pouca tradição no estabelecimento de pontes com a Sociologia brasileira, a exemplo da Finlândia e da República Tcheca,

o que pode nos indicar parcerias interessantes para o futuro próximo da área.

Sabe-se que durante as primeiras décadas de criação dos programas de pós-graduação em Ciências Sociais e em Sociologia, grande parte dos quadros teve sua formação no exterior, sobretudo em países europeus e nos Estados Unidos, o que se explicava exatamente pela concentração da produção sociológica mundial e, como era de se esperar, pelo prestígio logrado por tais países no cenário da Sociologia ao redor do mundo (SCALON; MISKOLCI, 2018). O que as bolsas internacionais para os discentes de pós-graduação nos revelam nos últimos vinte anos sobre esta questão, afinal? Revelam as continuidades e rupturas na geopolítica do conhecimento em pleno século XXI. A Europa, mesmo em cenário de redução percentual de bolsas nos últimos anos, continua figurando, para a Sociologia brasileira, como principal polo de atração de pesquisadores/as em formação a nível de mestrado e doutorado. E, nesse cenário, a França mantém sua posição central na Sociologia internacional, transmutando-se em centro de produção e difusão de conhecimento e ainda de formação de discentes estrangeiros.

O incremento dos trânsitos com a América Latina pode ainda representar um reavivamento das relações com os países vizinhos no sentido da colaboração acadêmica e científica para a Sociologia brasileira. E, no âmbito da África e da Ásia, ainda que tímidos, os trânsitos para países desses continentes podem apontar movimentos importantes relativos aos estudos afro-brasileiros e às relações com o Oriente para a Sociologia dos trópicos. A circulação discente nessas regiões pode ser um indicativo de estratégias e dinâmicas contra hegemônicas nesse processo (KEIM, 2011).

Considerações Finais

Pensar os processos de internacionalização de um grupo de programas de pós-graduação — que representam determinada área do conhecimento — implica compreender o caráter dialógico que está na base da construção do conhecimento científico a partir da Modernidade, de um lado, e as implicações dos processos de expansão e diversificação da pós-graduação brasileira nas últimas décadas, de outro. A Sociologia foi tomada à análise neste artigo com vistas a compreender uma das expressões de sua internacionalização, a circulação internacional dos discentes de pós-graduação, movimento que corrobora o entendimento de que as gerações mais jovens que se encontram em formação no interior do campo científico vão cotidianamente internalizando os valores consolidados na comunidade científica em questão. Desse modo, podemos afirmar que a internacionalização se constitui atualmente num desses valores, não de modo restrito à Sociologia, ao contrário, ela encontra-se centralmente recolocada de modo geral para a pós-graduação brasileira.

Os últimos vinte anos, tempo sobre o qual nos debruçamos no âmbito de nosso objeto de estudo, implicaram transformações profundas no ensino superior e na pós-graduação brasileira, dentre as quais destaca-se a internacionalização compreendida concomitantemente como um valor, como uma tarefa e como uma moeda para a inserção no mercado global do ensino superior e da pesquisa e produção de conhecimento — integrando competição e colaboração como facetas de um mesmo processo. A Sociologia, por sua vez, apesar de não figurar dentre as áreas prioritárias eleitas nessas últimas décadas, também vem experimentando movimentos de internacionalização, inclusive por meio de seus estudantes de mestrado e doutorado. Se a

Sociologia brasileira tem trânsitos internacionais, ainda que de mão única, na gênese do seu processo de constituição enquanto espaço acadêmico específico no século XX, a sua consolidação e seu patamar atual lhe permitiram uma reconfiguração no âmbito das relações internacionais.

Em geral, a análise das duas categorias aqui escrutinadas — incremento na concessão de bolsas e destinos dos estudantes — revelou, portanto, que as flutuações no número de bolsas concedidas para mestrado e doutorado pleno e sanduíche seguem os movimentos mais amplos da tônica dada à internacionalização das experiências dos discentes de pós-graduação e da sucessão de diferentes governos no Estado nacional. E, especificamente no que tange às cartografias representadas pelos países de acolhimento dos bolsistas, temos que as relações entre centro e periferia no âmbito da Sociologia brasileira apresentaram mais continuidades do que rupturas, mas apresentaram também discontinuidades importantes e que nos falam de um porvir.

Referências

BEIGEL, Fernanda. Publishing from the periphery: structural heterogeneity and segmented circuits. The evaluation of scientific publications for tenure in Argentina's Conicet. *Current Sociology*, v. 62, n. 5, p. 743-765, 2014.

BOURDIEU, Pierre. *Para uma Sociologia da Ciência*. Lisboa: Edições 70, 2008.

BOURKE, Anne. The internationalisation of higher education: the case of medical education. *Higher Education Quarterly*, v. 51, n. 4, p. 325-46, out. 1997.

BRAGA FILHO, Edmar Machado. Condição periférica: a internacionalização da sociologia brasileira e seus desafios. *Revista Habitus: Revista da Graduação em Ciências Sociais do IFCS/UFRJ*, Rio de Janeiro, v. X, n. X, p. 64-78, ago. 2017.

- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CONNEL, Raewyn. *The good university: what universities actually do and why it's time for radical change*. London: Zed Books Ltd., 2019.
- DUBOIS, Michel; GINGRAS, Yves; ROSENTAL, Claude. Présentation: Pratiques et rhétoriques de l'internationalisation des sciences. *Revue française de sociologie*, v. 57, n. 3, p. 407-415, 2016.
- DWYER, Tom. Reflexões sobre a internacionalização da sociologia Brasileira. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 1, n. 1, p. 57-86, 2013.
- FARIAS, Salomão Alencar de. Internacionalização dos periódicos brasileiros. *RAE-Revista de Administração de Empresas/FGV EAESP*, São Paulo, v. 57, n. 4, p. 401-404, jul./ago. 2017.
- GEOCAPES. *Distribuição de Bolsistas da CAPES no exterior: visão analítica*. 2020. Disponível em: geocapes.capes.gov.br. Acesso em: 01 mar. 2020.
- KEIM, Wiebke. Counter hegemonic currents and internationalization of sociology. Theoretical reflections and one empirical example. *International Sociology*, v. 25, n. 2, p. 123-145, 2011.
- KOK, J. Andrew. The internationalization of universities through the management of their intellectual capital. In: International Conference da Faculty of Management Koper, 6, 2005, Slovenia. *Anais...* Slovenia: Faculty of Management Koper, 2005. p. 381-9. Disponível em: www.fm-kp.si. Acesso em: 01 mar. 2021.
- MAIA, João Marcelo Ehlert; MEDEIROS, Jimmy. Fatores preponderantes para a internacionalização docente na pós-graduação em ciências sociais no Brasil. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 35, n. 2, p. 473-500, maio/ago. 2020.
- MARRARA, Thiago. Internacionalização da Pós-Graduação: objetivos, formas e avaliação. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, Brasília, v. 4, n. 8, p. 245-262, dez. 2007.
- MÉA, Liliane Gontan Timm Della; VEIGA, Adriana Moreira da Rocha; BOLZAN, Doris Pires Vargas. A Internacionalização da Pós-Graduação Brasileira: o caso de uma universidade pública. *Educação Por Escrito*, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 1-2-, jan./jun. 2019.
- ORTIZ, Renato. Internationalization of Social Sciences: a reflection. *Soci-*

ologies in Dialogue, v. 1, n. 2, p. 31-45, jan./jun. 2016.

PAIVA, Flavia Melville; BRITO, Silvia Helena Andrade de. O papel da avaliação CAPES no processo de internacionalização da Pós-Graduação em Educação no Brasil (2010-2016). *Avaliação*, Campinas; Sorocaba, SP, v. 24, n. 02, p. 493-512, jul. 2019.

RAMOS, Milena Yumi. Internacionalização da pós-graduação no Brasil: lógica e mecanismos. *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 44, p. 1-22, 2018.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 2009.

SCALON, Celi; MISKOLCI, Richard. Internacionalização: balanço e desafios para a sociologia brasileira. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 6, n. 13, p. 122-135, maio-ago. 2018.

SILVA, Camila Ferreira da; LOPES, Rodrigo de Macedo. A comunidade científica de Alagoas: um olhar a partir dos seus grupos de pesquisa. *Pro-Posições*, Unicamp, v. 31, p. 1-22, 2020.

SMELSER, Neil J. On Comparative Analysis, Interdisciplinarity and Internationalization in Sociology. *International Sociology*, London, v. 18, n. 4, p. 643-657, dec. 2003.

TAKE; Hiroko; SHORAKU, Ai. Universities' Expectations for Study-Abroad Programs Fostering Internationalization: Educational Policies. *Journal of Studies in International Education*, v. 2, n. 1, p. 1-16, 2017.

WIT, Hans de; DECA, Ligia. Internationalization of Higher Education, Challenges and Opportunities for the Next Decade. In: CURAJ, Adrian; DECA, Ligia; PRICOPIE, Remus. *European Higher Education Area: Challenges for a New Decade*. Cham: Springer Nature, 2020. p. 3-12.

Agradecimento

Agradecemos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio à pesquisa base para este artigo.

Resumo:

O artigo se ocupa do tema da internacionalização no cenário da pós-graduação brasileira, ao passo que toma à análise a área da Sociologia por meio dos fluxos de intercâmbio acadêmico desenhados pelos estudantes de mestrado e doutorado. O objetivo central do texto consiste em apreender a internacionalização em curso na Sociologia brasileira por meio de duas categorias analíticas, a saber: o incremento longitudinal dos bolsistas CAPES no exterior e os destinos dos discentes de doutorado pleno, doutorado sanduíche, mestrado pleno e mestrado sanduíche dos programas de pós-graduação da área. A partir de uma Sociologia Compreensiva de perspectiva bourdieusiana, combinamos as abordagens quantitativa e qualitativa e as etapas de revisão de literatura, de trabalho com dados secundários do Sistema de Informações Georreferenciadas da CAPES e de análises estatística e longitudinal dos dados. O estudo demonstrou movimentos importantes no sentido de uma consolidação da experiência internacional dos estudantes de pós-graduação como elemento crucial para o estabelecimento de: redes internacionais de pesquisa, divulgação das investigações desenvolvidas no Brasil, circulação em diferentes continentes e o reconhecimento da Sociologia brasileira no campo científico global.

Palavras-chave: Sociologia; internacionalização; estudantes; pós-graduação.

Abstract:

The article deals with the theme of internationalization in the Brazilian postgraduate scenario, while analyzing the area of Sociology through the academic exchange flows designed by master and doctoral students. The main objective of the text is to apprehend one of the angles of internationalization underway in Brazilian Sociology through two analytical categories, namely: the longitudinal increase of CAPES scholarships abroad and the destinations of students with a full doctorate, sandwich doctorate, full master and sandwich master from the graduate programs in the area. For this, we combine quantitative and qualitative approaches and stages of literature review, working with secondary data from the CAPES Georeferenced Information System and statistical and longitudinal analysis of the data. The study demonstrated important movements towards the consolidation of the international experience of graduate students as a crucial element for the establishment of: international research networks, dissemination of research carried out in Brazil, circulation in different continents and the recognition of Brazilian Sociology in the global scientific field.

Keywords: Sociology; internationalization; students; postgraduate studies.

Recebido para publicação em 22/03/2021.

Aceito em 15/05/2021.

A divisão global do trabalho intelectual em revistas internacionais de teoria social (2000–2016)

Matheus Ribeiro

Universidade de Brasília, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0002-9757-0864>

matheus.sociologia.unb@gmail.com

Introdução

O debate acerca da globalização/internacionalização das ciências sociais tem servido de espaço profícuo para intervenções intelectuais interessadas em mensurar a maneira como a expansão global do campo é conformada a partir de relações entre centros e periferias. Apesar das ciências sociais se encontrarem presentes em todas as regiões e países do mundo, acompanhando um aumento global da produção de livros e artigos, nota-se que a mundialização da disciplina se faz a partir de um quadro marcadamente desigual (HEILBRON; SORÁ; BONCOURT, 2018). O campo, ainda emergente, de discussão global das ciências sociais é marcado por claras assimetrias nas

formas de colaboração internacional que ocorrerem majoritariamente entre autores de nações europeias e dos Estados Unidos (HEILBRON, 2014). Em concomitância, está o fato de que 50% das publicações de que se tem registo no *Social Science Citation Index* estão concentradas na América do Norte, seguida de países Europeus, que detêm 40% do montante. Este fato é ainda mais agudo por conta de dois terços de toda esta produção estar circunscrita a apenas quatro nações: Estados Unidos, Reino Unido, Alemanha e Holanda (GINGRAS; MSBAH-NATANSON, 2010).

As assimetrias na circulação global de conhecimento também se fazem presentes no fluxo de traduções de livros, que ocorrem majoritariamente em direção única: do Norte Global para o Sul.¹ Além disso, é destacada a dificuldade daqueles que escrevem a partir de nações periféricas publicarem por editoras internacionais voltadas ao público estrangeiro (SAPIRO, 2018). A desigualdade global do fluxo de conhecimento das ciências sociais é ainda mais aguda em se tratando dos debates na área de teoria social. Esta seara, que em geral conjuga o maior prestígio no campo sociológico, encontra-se deveras concentrada no eixo euro-atlântico (KEIM, 2008), matriz da maior parte das escolas de pensamento que são lidas internacionalmente e

¹A dicotomia Sul-Norte global, tem sido utilizada em trabalhos como os de Santos (2007), Comaroff (2012), Connell (2006) e Rosa (2014), e mantém sentido paralelo ao de classificações como periferia-centro ou primeiro e terceiro mundo. Entende-se por Norte as regiões do mundo, em sua maioria localizadas no eixo Euro-Atlântico que historicamente ocuparam, e ocupam, posições de poder no sistema-mundo capitalista, as quais, em sua maioria, possuíam os status de metrópoles coloniais entre os séculos XV e XX. Destacam-se nações como Reino Unido, França, Holanda, Alemanha, e Estados Unidos. A noção de Sul Global utilizada aqui carrega o mesmo sentido que o termo “periferia” utilizado por Maia (2011). Entende-se por Sul Global, assim como periferia global, as “regiões do mundo localizadas fora do eixo do Atlântico Norte e que se constituíram de forma subordinada na divisão global do sistema-mundo capitalista. Em sua maioria essas regiões foram objeto de processos colonizadores europeus a partir do século XV” (MAIA, 2011, p. 72).

direcionam o trabalho sociológico no mundo contemporâneo.

Conectado a essa concentração do debate sobre teoria na Euro-América está o fenômeno da divisão global do trabalho intelectual, processo que tem sido alvo de reflexão de diversos autores como Connel (2007), Alatas (2003) e Hountondji (1997). Esses apontam como a produção de teoria social encontra-se majoritariamente situada em universidades da Europa e Estados Unidos, relegando às nações da periferia o status de fontes de produção de dados. Esse quadro vem sendo alvo da denúncia constante por intervenções críticas diversas no interior das ciências sociais, as quais têm apontado para a necessidade de romper com o eurocentrismo que marca o campo (PATEL, 2009; HANAFAI, 2014; BEIGEL, 2014; SANTOS, 2007).

A observação de que a divisão global do trabalho intelectual se impõe enquanto elemento crucial para a compreensão da geopolítica do conhecimento sociológico contemporâneo serviu de fundamento para a escolha do objeto de deste artigo. Em meio ao número diverso de formas de expressão deste tipo de divisão do trabalho decidiu-se focar em um estudo sobre circulação por meio de artigos em revistas² de teoria social. Tal escolha se justificou justamente pelo entendimento de que a teoria social opera um papel central na definição das relações de poder no campo sociológico e da divisão global do trabalho intelectual (MARTÍN, 2013). Conforme afirma Rosa (2016), a teoria social influencia diretamente a definição de agendas, objetos, conceitos e metodologias que são utilizados por pesquisadores ao redor do mundo (ROSA, 2016).

A incorporação, cada vez maior, por agências de fomento científico, de métricas de quantificação do fluxo e impacto da produção

²Esta escolha deve-se pelo fato da importância que o formato artigo tem ganhado nas últimas décadas enquanto um dos principais meios de circulação nas ciências sociais.

científica, como o uso de rankings de periódicos, tem sido fenômeno com profundas consequências, principalmente no meio científico brasileiro. Essas métricas acabam por reproduzir, através do “chancelamento” de periódicos produtores de “boa ciência”, uma estrutura de centro e periferia onde o Norte Global passa a ser *locus* da produção com qualidade e o Sul como espaço de administração da irrelevância intelectual (NEVES, 2017). Isto posto, decidiu-se realizar um estudo com revistas posicionadas no topo destes rankings, visando compreender a extensão e morfologia da inserção de publicações de autores do Sul Global nestes espaços em período recente. Acredita-se que tal investida permite compreender, a partir de um objeto concreto, algumas das expressões da divisão global do trabalho intelectual. O foco aqui é mais especificamente as publicações em revistas de teoria social legitimadas por métricas de impacto que vem sendo criticadas por ignorar a produção intelectual de autores da periferia global. Destarte, o objetivo do artigo é dimensionar a extensão e caracterizar, em um caso concreto, um fenômeno que vem sendo alvo de crítica na literatura da área.

Isto posto, para a realização desta investigação, foram escolhidas quatro revistas que possuiriam os maiores índices de impacto segundo métricas de rankings internacionais e que possuem marcadamente, em seus títulos, o interesse pelo tema da teoria social: *Theory Culture and Society* (TC&S), *European Journal of Social Theory* (EJST), *Theory and Society* (TS) e *Sociological Theory* (ST).

Foram realizados três tipos de levantamento de dados: 1) Levantamento do perfil nacional dos autores que publicaram nas revistas entre os anos de 2000 e 2016; 2) Levantamento do perfil nacional³ de comi-

³Neste trabalho, perfil nacional refere-se ao país da instituição de vínculo do autor. Esta decisão deve-se ao fato de que dados de nascimento de autores são de escasso acesso.

tês editoriais e; 3) Levantamento comparativo das diferenças entre o tipo de objeto pesquisado por autores do Sul Global em comparação a pesquisadores britânicos que publicaram nos periódicos. Esses dados foram interpretados em diálogo com a literatura que tem se debruçado sobre a geopolítica da produção e circulação do conhecimento. No primeiro tópico deste artigo recuperam-se algumas das reflexões que têm tratado o tema da geopolítica do conhecimento, seguido da apresentação do objeto e metodologia utilizada na pesquisa para então apresentar os resultados.

A geopolítica do conhecimento: colonialidade, eurocentrismo e teoria social

Contribuições no campo da geopolítica do conhecimento apontam o colonialismo enquanto evento fundamental para a compreensão das assimetrias globais hoje experienciadas no âmbito das ciências sociais. Uma das principais abordagens no interior deste campo são as contribuições das correntes decoloniais, também conhecidas enquanto “Grupo Modernidade/Colonialidade”, que influenciadas diretamente pelo grupo dos Estudos Subalternos formado na Índia (BALLESTRIN, 2013). As abordagens decoloniais, descrevem o papel da experiência colonial para a formação das hierarquias estruturantes das sociedades latino americanas. Entre essas destaca-se o impacto na forma como a experiência do colonialismo, sob o discurso retórico da modernidade, moldou relações de poder no âmbito do saber. Autores como Quijano (2000), Maldonado Torres (2008), Grosfoguel (2008), Mignolo (2003) e Walsh (2007), destacam como o epistemicídio das populações nativas americanas foi importante à sustentação de uma clivagem entre conhecimento relevante e irrelevante. O epistemicídio

do pensamento dos povos indígenas, aliado à imposição das formas de saber europeias, calcadas no pensamento científico, deu forma a uma estrutura de poder no campo do conhecimento onde a relevância apenas quando atrelada à linguagem europeia de ciência.

Entre autores decoloniais, assim como pensadores pós-coloniais, o eurocentrismo ocupa um papel central. Em ambas matrizes de estudo é assinalado como a experiência colonial se desenhou a partir de um discurso de legitimação geral baseado em uma diferença abissal (SANTOS, 2007) entre a Europa e o resto do mundo. O Eurocentrismo seria definido como produto de uma série de hierarquias simbólicas que conformavam o continente europeu a ocupar sempre o espaço da modernidade, universalidade, superioridade e emancipação, enquanto as colônias definir-se-iam como local do particularismo, inferioridade, atraso e ausência de racionalidade (PATEL, 2009). Este tipo de reflexão, que toma o eurocentrismo enquanto elemento crucial à compreensão da investida colonial, encontrou bastante ressonância e difusão em uma das principais obras do pensamento pós-colonial “O Orientalismo” de Said (1979) que trabalha o modo como a tradição britânica orientalista cumpriu um papel de reprodução de um imaginário social que exaltava o império britânico e relegava ao oriente a condição de fonte estéril à produção de qualquer conhecimento relevante. Há em comum entre essas abordagens a ênfase no modo como a diferenciação entre conhecimento relevante e irrelevante teria sido moldada diretamente por relações de poder, fundamentais à manutenção do sistema colonial.

A influência do colonialismo na hierarquização do campo do conhecimento também encontra ressonância nos trabalhos de Hountondji (1997) e Alatas (2003) e Connell (2012) os quais se detiveram com mais profundidade sobre o problema de divisão global do trabalho in-

telectual. Estes autores apontam que o colonialismo estruturou uma divisão de tarefas que espelhava características do próprio sistema de exploração econômica, onde as colônias serviriam de espaço para a coleta e produção de dados que seriam processados e analisados com maior acurácia nas metrópoles. Este sistema, inicialmente desenvolvido a partir do controle colonial da gestão de escolas, universidades e editoras, fora combinado com a produção de um imaginário social que condicionava um papel secundário aos intelectuais dos países colonizados. Criavam-se as bases para o que veio a se tornar um complexo sistema calcado numa estrutura de centro e periferia, o qual definiria a forma da produção e hierarquização no campo do conhecimento global contemporâneo. Esta divisão hierarquizada do trabalho circunscreveria os limites de atuação de intelectuais e cientistas, definindo aqueles que trabalhariam com a coleta de dados e os que iriam se deter nas reflexões sobre estes e em sua sistematização teórica. Mais do que isso, este processo outorgaria aqueles com poder de estudar apenas questões locais e os que se deteriam sobre os temas globais e/ou abstratos.

Destarte, convém mencionar a influência que tal sistema passaria a impor do ponto de vista psico-sociológico aos intelectuais de países periféricos, a qual foi teorizada por S. H. Alatas (2000) e Hountondji (1997). S. H. Alatas, (2000) chamou de “mentalidade cativa”, o produto deste processo, marcado pela incorporação, no intelectual periférico, de uma dificuldade em acreditar na sua possibilidade criativa em realizar trabalhos de envergadura, ou mesmo capazes de tratar de temas que envolvem a produção de teoria. Além disso, por consequência, os intelectuais da periferia acabariam por incorrer no vício em orientar as suas produções a partir de temas, problemas e questões caras às realidades dos centros europeus, muitas vezes incomensuráveis às

realidades locais, processo que foi conceituado por Hountondji (1997) sobre a definição de “extroversão mental”. Este problema, acerca da submissão intelectual à produção de países do Norte, também encontrou eco na produção intelectual brasileira, como na produção de Guerreiro Ramos sobre a necessidade de assimilação crítica da sociologia estrangeira, em solos nacionais. Como solução, o autor propunha a ideia de redução sociológica, que operaria por um viés crítico e revisionista, na contraposição ao que chama de “correntes doutrinárias” e “métodos e processos dominantes”⁴ (RAMOS, 1996, p. 9).

Nas últimas décadas, o desenvolvimento de indicadores bibliométricos, em paralelo com o surgimento do campo da cienciometria e o crescente papel operado pela sofisticação das métricas de impacto, têm sustentado o desenvolvimento e aprofundamento da avaliação dos produtos científicos mundo afora. (BEIGEL, 2014), (COLLYER, 2016). A avaliação da ciência passou a adentrar a agenda de instituições privadas, fundações e do Estado, enquanto meio de mensuração da capacidade da produção intelectual em impactar o âmbito científico e social que a circunda e, mais do que isso, permitir à gestão do investimento em ciência e tecnologia medir o possível êxito dos produtos gerados por seu financiamento (KOCH; VANDERSTRATEN, 2019), (WHITLEY; GLÄSER, 2007).

A partir da lógica de quantificação do fluxo e impacto da produção científica, iniciativas diversas têm sido tomadas de forma a hierarquizar periódicos e seu impacto no campo científico, instigando

⁴Ramos (1996) direcionava sua crítica à estrutura dependente do raciocínio sociológico brasileiro, que nos termos do autor seria caracterizada pelo uso “mecânico” e “servil” da produção intelectual estrangeira, ou, dito em outras palavras, pela reprodução de uma “sociologia enlatada” ou “sociologia consular”. A investida do autor sinalizaria para a necessidade de adequação das teorias de fora às características que definem a realidade concreta brasileira, distanciando-se da imposição irrefletida de quadros mentais estrangeiros.

a estruturação de um ambiente de intensa competição entre revistas, acompanhado pela busca constante, entre os autores, em atingir metas de publicação nos periódicos de maior impacto internacional (ESPELAND; SAUDER, 2007; PAASI, 2015). Estes periódicos, que mantêm suas sedes, majoritariamente, em instituições Norte-Americanas e da Europa Ocidental acabam por se configurar como centros de “chancelamento” do que é a boa ciência, impondo uma estrutura de centro e periferia onde revistas do eixo Euro-Americano são entendidas enquanto *lócus* da boa ciência e aquelas de países periféricos são tomadas como espaços de administração da irrelevância intelectual (NEVES, 2014; 2017).

Nas ciências sociais, as revistas indexadas em grandes bases de dados, como SCOPUS, têm ganhado maior espaço de maior legitimidade e prestígio para a produção científica, orientando pesquisadores das mais diversas regiões do mundo a almejar a publicação nesses meios — condição que pode ser crucial, em alguns lugares, para o sucesso na carreira (BEIGEL, 2014). Em contextos geográficos diversos, geralmente situados em regiões do Sul Global — locais que não possuem o inglês enquanto língua-mãe, nem conjugam dos mesmos contextos acadêmicos e sociais de países do eixo Euro-Americano — é cada vez mais comum a imposição, aos pesquisadores, da difícil escolha entre publicar localmente e perecer internacionalmente ou publicar internacionalmente e perecer localmente (HANAFI, 2014).

O Brasil, local no qual o autor deste artigo está posicionado e da onde surgem parte das inquietações que instigam esta problematização, é um exemplo de país onde estes processos tem se intensificado nas últimas décadas. Ao se observar a natureza dos Planos Nacionais de Pós-Graduação, que orientam as linhas gerais de estruturação do sistema de pós-graduação nacional, é possível perceber um

ponto de inflexão em 1996, com a inserção de “um novo paradigma de referência” (HOSTINS, 2006), tendo por princípio a introdução de indicadores que pudessem fomentar a competição e concorrência entre programas. A concepção do que seria o IV Plano Nacional de Pós-Graduação, de 1997, ainda que este não tenha sido publicado, já consolidava as mudanças internas na CAPES pela introdução de tal modelo, em conexão com a introdução de indicadores de excelência que tem a internacionalização como categoria de classificação e hierarquização dos programas. Este princípio, até o plano nacional de pós-graduação atual, se mantém como critério de qualificação da qualidade dos programas, conseqüentemente, direcionado o fluxo de recursos financeiros às instituições que conseguem cumprir com tal orientação.

Na esteira destas transformações está o uso de indicadores de internacionalização/inserção internacional para à concessão dos conceitos 6 e 7 que, na avaliação quadrienal da CAPES, definem programas de excelência. Conforme apresentado no Relatório de Avaliação Quadrienal de 2017 da CAPES para a área de Sociologia, a atribuição de notas 6 e 7 tem considerado a “produção em periódicos e livros; premiações internacionais; participação em diretorias de associações científicas internacionais, (...) parcerias e grupos de pesquisa em rede internacional; acordos e convênios de cooperação científica; comitês em organismos internacionais (...) Institutos Internacionais nas Universidades Brasileiras, entre outros.” (CAPES, 2017, p. 33). Além disso, pode-se citar a introdução recente do índice H5 na metodologia de avaliação de periódicos pelo sistema Qualis⁵ para a área de Sociologia. A agência, ao introduzir esta métrica de impacto, acaba por prio-

⁵Essas informações podem ser acessadas no Relatório Qualis Periódicos para a área de Sociologia de 2019. Link: www.gov.br

rizar revistas indexadas à bases de dados como SCOPUS, que privilegiar periódicos americanos e europeus com alto impacto internacional. Neste sentido, “publicação de impacto internacional” passa a ser subentendida como publicação em periódicos do eixo euro-americano.

Conseqüentemente o discurso sobre a internacionalização das ciências sociais, principalmente se observado pelo prisma da publicação em periódicos, acaba por contribuir como um mecanismo de reprodução de assimetrias geopolíticas no meio intelectual. Demandas deste tipo de natureza, comumente são criticadas enquanto associadas a processos de mercantilização do conhecimento, padronização e empobrecimento das formas de escrita, aprofundamento das relações entre centro e periferia e conseqüentemente manutenção de privilégios a instituições do Norte Global (COLLYER, 2016).

A partir dessa breve recuperação de algumas contribuições que têm tratado da geopolítica do conhecimento, é possível observar como a produção científica é objeto diretamente perpassado por relações de poder globais e historicamente constituídas. A experiência do colonialismo, tendo o eurocentrismo enquanto discurso de justificação, conformou as estruturas de produção de conhecimento no contexto global, de forma a estruturar um sistema de divisão de trabalho que ajuda a reproduzir, em nosso cotidiano, relações de poder e prestígio acadêmico que privilegiam nações do Norte. Frente a este quadro geral, que sinaliza as conseqüências contemporâneas de processos de dominação no campo do conhecimento e críticas a tais processos, insere-se este artigo. Este trabalho tem por foco dimensionar e caracterizar as expressões da divisão global do trabalho intelectual em revistas de teoria social com alto impacto em rankings internacionais. No tópico a seguir apresenta-se a metodologia empregada na investigação.

Métodos e técnicas de pesquisa

Estudar a desigualdade global no interior das ciências sociais impõe a necessidade de dar sentido a como as transformações no âmbito das formas de circulação e avaliação do conhecimento tem influenciado as definições de acesso legítimo ao campo científico. Conforme afirmado por Martín (2013), a publicação em periódicos internacionais tem se consolidado enquanto elemento central à definição de acesso legítimo de pesquisadores ao campo, pois, além de proporcionar o diálogo com os pares, garante prestígio e influência sobre agendas e debates de sua área. É importante ressaltar, ainda, que o peso deste tipo de padrão de circulação não é idêntico em todas as regiões do mundo, recebendo contornos mais dramáticos em regiões da periferia global, não falantes de inglês, que têm incorporado princípios de avaliação de impacto da ciência segundo métricas que valorizam periódicos do exterior.

Ao passo que métricas de avaliação de impacto são empregadas por instituições científicas e de financiamento, em consonância com rankings e bases de indexação que privilegiam periódicos do eixo euro-americano, a publicação em revistas internacionais de alto impacto tem sido demandada a pesquisadores de regiões do Sul Global, fazendo com que aqueles que publicam em tais periódicos sejam preferidos em seleções para empregos, mantenham seu cargo em sua instituição de vínculo, ou mesmo, tenham acesso a recursos permitam seguir pesquisando e publicando. Conseqüentemente, a demanda por esta forma de circulação de produtos do conhecimento conforma o próprio campo acadêmico, pressionando-o a adotar a publicação no exterior enquanto forma de hierarquizar pesquisadores.

Ao passo que em alguns países são mais impactados pela lógica

do “*publish or perish*” (MARTÍN, 2013), onde a publicação funciona enquanto meio de sobrevivência e reconhecimento dentro do campo, outras regiões possuem uma clara clivagem entre o campo acadêmico nacional e o internacional, apartados e com claras desigualdades de financiamento e lógicas de reconhecimento. Por consequência, autores de determinadas regiões do Sul Global, que não possuem o inglês como língua nativa e nem conjugam dos mesmos contextos institucionais e sociais de países do eixo Euro-Americano, tem se deparado com um difícil dilema entre publicar localmente e perecer internacionalmente ou publicar internacionalmente e perecer localmente (HANAFI, 2014). Exemplos como estes mostram a importância que o tema da publicação em revistas internacionais tem para a definição das desigualdades e hierarquias no âmbito do conhecimento.

Isto posto, decidiu-se por investigar o fenômeno da divisão global do trabalho intelectual nas ciências sociais com foco sobre as publicações em revistas internacionais. Escolheu-se mais especificamente aquelas da área de teoria social, tendo em vista que a concentração do debate em teoria social no Norte Global seria um dos principais elementos que estruturam as hierarquias de poder que sustentam o campo das ciências sociais contemporâneas. Além disso, conforme assinalado por Connell (2007) e Rosa (2016), a teoria sociológica tem um caráter crucial na produção do campo, dado seu potencial ontogenético, que define diretamente a forma como os cientistas sociais escolhem, descrevem, analisam seus objetos de estudo, e a quais elementos estes dão poder de explicação nas suas análises. Tratando a teoria social a partir de sua conexão com o contexto geopolítico, esta pesquisa delimitou o seu foco em um estudo que permite compreender, em casos específicos, de que maneira as relações de poder que estruturam o campo das ciências sociais se materializam em um ob-

jeto concreto.

Decidiu-se por realizar este estudo com a análise de revistas internacionais de teoria social que estivessem no topo de rankings utilizados como instrumentos de avaliação de impacto de periódicos. Mais especificamente baseando-se no indicador SRJ, produzido pelo *SCImago Journal Rank*, e outras métricas, como as utilizadas por Jacobs (2011), que se utilizam do índice h e índice h a partir de dados do *Google Scholar*.⁶ A opção pela utilização destes rankings e métricas deve-se justamente pelo fato de sua incorporação crescente por agências de financiamento e avaliação científicas que influenciam pesquisadores mundo à fora e, em especial, no Brasil. Para a realização do estudo foram escolhidas quatro revistas que possuiriam os maiores índices de impacto segundo tais métricas e que possuem marcadamente, em seus títulos, o interesse pelo tema da teoria social. Estas foram: *Theory and Society*; *European Journal of Social Theory*; *Theory Culture and Society*; e *Sociological Theory*.⁷

A partir da coleta de informações sobre os artigos publicados nos sites das revistas, produziram-se dados sobre: o perfil nacional e regional dos autores que publicaram nessas revistas; o perfil nacional e regional de seus comitês editoriais; e dados sobre o tipo de objeto estudado pelos pesquisadores do Sul Global e do Reino Unido nos artigos.

⁶Apesar da compreensão de que a noção de impacto, assim como os índices que buscam mensurá-la, possui limitações e é objeto de controvérsia, esta foi escolhida por permitir uma comparação mais exata entre as revistas e permitindo enxergar quantitativamente os periódicos que seriam mais lidos e citados no cenário global.

⁷O *European Journal Of Social Theory* é um jornal trimestral, fundado no ano de 1998, com sua sede atual na Universidade de Sussex, no Reino-Unido. *Theory Culture and Society* é um periódico bimestral, fundado no ano de 1982, com sede no Goldsmiths, Universidade de Londres, no Reino-Unido. *Sociological Theory* é um periódico trimestral, com fundação no ano de 1983, e tem sua sede na cidade de Washington, DC. Por fim, *Theory and Society* é uma revista bimestral, fundada em 1974 e sediada na Universidade da Califórnia-Davis.

Para a análise desses dados foram utilizadas técnicas de estatística descritiva e análise qualitativa de títulos, palavras-chave e resumos de artigos publicados. Trabalhou-se com uma hipótese geral de que os periódicos analisados expressam elementos estruturais da divisão global do trabalho intelectual. Buscou-se testar esta hipótese partir do estudo de quatro proposições específicas que tratam respectivamente: da parcela quantitativa dos trabalhos do Sul Global no interior das revistas; do domínio do Norte e ausência de crescimento de publicações de autores do sul global nos anos analisados; da hegemonia do Norte Global sobre os comitês editoriais dos periódicos estudados; e da diferença entre o tipo de objeto estudado por pesquisadores do Sul e Norte Global.

Com o interesse em compreender o perfil nacional dos autores que publicaram nestes periódicos, foram levantados dados de todas as edições correspondentes aos anos entre 2000 e 2016. A escolha por este intervalo deve-se ao fato de que algumas revistas apenas passam a ter seus números disponíveis on-line em meados do ano de 2000. A adoção deste como ponto de partida permitiu a unificação do período estudado. O levantamento finda em 2016 pois este era o ano mais atualizado e completo quando a pesquisa foi realizada. Além disso, pode-se mencionar que o intervalo abarca o período onde a submissão para periódicos via internet passou a ser viabilizada de forma mais ampla com a disseminação de tecnologias computacionais.

Tomando este marco temporal, levantaram-se dados, como mostra a Tabela 1, de 69 edições da *European Journal of Social Theory*; 124 edições da *Theory Culture and Society*; 60 edições da *Sociological Theory*; 102 edições da *Theory and Society*, equivalendo a um total de 355 edições, 2.544 artigos e 2.271 autores. É importante ressaltar que as diferenças no montante de artigos e autores entre as revistas

possuem relação com a quantidade de artigos por edição e número de edições por ano. A revista *European Journal Of Social Theory* possui 4 números por ano, com exceção do ano de 2015, com 5 números. *Theory Culture and Society* publicava 6 edições por ano, entre 2000 e 2005, passando a publicar 8 números de 2006 a 2016. *Sociological Theory* publicava 3 números por ano, entre 2000 e 2003, depois vindo a publicar 4 números de 2004 a 2016. *Theory and Society* sempre publicou 6 edições por ano entre 2000 e 2016.

Tabela 1: Informações gerais dos periódicos — 2000/2016

Periódicos	Edições	Artigos	Autores
European Journal of Social Theory	69	542	489
Theory Culture and Society	124	1.257	969
Sociological Theory	60	337	359
Theory and Society	102	426	454
Total	355	2544	2.271

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados dos sites das revistas analisadas.

Resultados: perfil nacional dos autores I

O primeiro grupo de resultados a serem apresentados neste artigo diz respeito ao perfil nacional dos pesquisadores que publicaram nas revistas analisadas. É possível perceber uma constante em se tratando do topo das publicações. Nota-se que um grupo específico de países domina as primeiras posições em número de artigos, os quais se situam no continente Europeu e Norte-Americano, mais especificamente Estados Unidos, Reino-Unido, Alemanha e Canadá. Por mais que possam haver pequenas variações entre as revistas, é notável que os 4 países citados têm a maior parte do conteúdo presente. Neste caso as principais diferenças dizem respeito ao dado, já esperado, de que a

maior parte das publicações de revistas com sede nos Estados Unidos ou no Reino-Unido seriam de autores com vínculo institucional nos respectivos países. Para além disso, contudo, outros países compartilham o topo nos periódicos em questão, apontando alguns padrões de inserção comuns.

No caso das revistas sediadas no Reino-Unido, *Theory Culture and Society* e *European Journal of Social Theory*, é notável a liderança britânica, em ambos os casos, tendo a região alcançando o valor de 43,58% do total de publicações no primeiro periódico e 29,47% no segundo entre 2000 e 2016. Os Estados Unidos apresentam-se em segundo lugar com 17,07% na TC&S e em quarto com 8,72% na EJST, enquanto a Alemanha ocupa o segundo lugar do EJST com 10,83% e o quinto em TC&S chegando a posição de 4,58%. Já o Canadá, tem a sua melhor marca, entre as revistas sediadas na Europa, na *Theory Culture and Society* alcançou 4,72% com 67 artigos publicados dando-lhe o terceiro lugar, enquanto atingiu a sexta posição no EJST, também com uma média de 4% do total.

Em se tratando das revistas com sede nos Estados Unidos, *Theory and Society* e *Sociological Theory*, nota-se que os Estados Unidos ocupam a primeira posição em número de artigos, com 392 em TS e 363 na ST, o que deixa o país com um domínio de 73,41% e 82,50% das publicações respectivamente. Já Reino-Unido e Canadá dividem os segundos e terceiros lugares com médias entre 3,5% e 4,0% nas revistas citadas, enquanto a Alemanha ocupa o quarto lugar em TS com 14 publicações (2,62%) e o quinto em ST com 5 artigos (1,14%).

É possível compreender que nas revistas de teoria analisadas, o debate gira em torno, majoritariamente, da produção sociológica de apenas 8 países, os quais podem ser divididos entre: a) Um grupo que em geral domina as 4 primeiras posições, com altas cifras e constância

no tempo (Reino-Unido, Estados Unidos, Alemanha e Canadá) e b) Um grupo que compartilha em geral as posições que vão do quinto ao oitavo lugar, (Austrália, Holanda, França e Dinamarca) — com pequenas variações como no caso de *Sociological Theory*. Os dois grupos, se somados, chegam a uma média de 74,62% do total de publicações, entre artigos e resenhas, das revistas do Reino-Unido e 92,34% dos periódicos estadunidenses. Além disso fica patente a diferença entre as revistas no quesito diversidade e extensão do domínio dos grupos A e B, já que nos periódicos sediados no Reino-Unido, além de possuírem um maior número de países, possuem um domínio dos grupos A e B menos extenso do que as dos Estados Unidos, que seriam mais fechadas.

Tabela 2: Frequência de países por grupo em todas as revistas (2000 — 2016)

País/Revista	EJST	TC&S	TS	ST
GRUPO A ¹	53,08%	69,95%	83,52%	91,59%
GRUPO B ²	15%	11,21%	7,3%	2,27%
<i>GRUPO A + GRUPO B</i>	68,08%	81,16%	90,82%	93,86%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados dos sites das revistas analisadas.

¹ Reino-Unido, Estados Unidos, Alemanha e Canadá.

² Austrália, Holanda, França e Dinamarca.

A partir destes dados, que descrevem o perfil nacional dos pesquisadores que publicaram nos periódicos analisados, é possível observar a forte hegemonia de países de língua inglesa. A presença no topo das publicações de Estados Unidos, Reino Unido e Canadá é expressão disto e pode ser explicada, em parte, pelo fato do modo com a tomada da língua inglesa, enquanto “língua franca” das publicações em periódicos internacionais de alto impacto, privilegia nações que tem esta enquanto idioma oficial. Assim como afirmam Heilbron, Boncourt e

Sorá (2018) o processo de adoção do inglês enquanto língua franca da circulação internacional de conhecimento nas ciências sociais implica no aprofundamento de desigualdades globais, processo que já vem sendo apontado por outras referências na sociologia da ciência, os quais afirmam “(...) the globalization and internationalization of research have essentially favoured Europe and North America, the regions that were already dominant” (GINGRAS; MOSBAH-NATANSON, 2010, p. 153).

Além disso a hegemonia da língua inglesa acabaria por favorecer não apenas a facilidade de pesquisadores de nações do Norte como Estados Unidos e Reino Unido em submeterem artigos e adaptá-los segundo comentários dos pareceristas, mas também privilegiar a estrutura argumentativa e cognitiva que esta língua impõe, permitindo um ajustamento imediato entre o universo simbólico no qual o autor está inserido e a linguagem que utiliza em seu artigo.⁸ Entretanto, é possível notar que a língua não é suficiente para explicar a hegemonia de certos países no topo, já que outras nações que também possuem o inglês como uma língua oficial de suas universidades, como Índia ou África do Sul, não chegam a alcançar minimamente os percentuais de publicação daqueles que dominam o topo do debate. Nenhum dos dois países conseguiu atingir nem mesmo 1% do total dos artigos nos

⁸Conforme afirma Ortiz (2004), uma linguagem carrega em si elementos associados com uma realidade concreta específica, impõe-se ao debate em periódicos internacionais um universo semântico que se ajusta com maior facilidade à realidade de nações que tem o inglês como língua oficial. Nesse sentido, o uso de certos conceitos e problemas de pesquisa, que se tornam hegemônicos nesses debates, ao passo que se realiza a partir do inglês, perpetua a hegemonia de um “único mundo” o qual traduz-se com facilidade nesta língua ao passo que pode não encontrar equivalentes em outros contextos. Este fenômeno é observado com clareza por Hanafi (2011) ao descrever o caso das ciências sociais no mundo árabe, ao notar o abismo conceitual entre o debate sociológico publicado em revistas em árabe e revistas em inglês.

periódicos em questão.

Como mencionado anteriormente, já é esperado que revistas com sede nos Estados Unidos ou Reino-Unido tenham majoritariamente a presença de autores dessas nacionalidades, juntamente de Canadá e Austrália, por conta das facilidades em submeter em inglês. Contudo isto não explica a forte presença de artigos com origem em locais que não possuem o inglês como língua nativa. É o caso de Holanda, Dinamarca, França e Alemanha, ou mesmo Itália, hegemonia que não é encontrada apenas no *European Journal of Social Theory*, o que poderia ser esperado pela referência à Europa no seu próprio título. No caso destes países seria possível levantar a questão de que, comparativamente, as diferenças de tamanho das comunidades acadêmicas na área de ciências sociais entre países do Sul Global e essas nações citadas implicaria na baixa penetração de autores da periferia ou semi-periferia global nos periódicos em questão. Contudo, ao se observar o levantamento do número de membros associados à Associação Internacional de Sociologia, que cobre o intervalo entre 2008 a 2016, é possível perceber que países como Brasil, Índia, México possuem números de associados semelhantes e em alguns casos maiores do que os de países que ocupam o topo nos periódicos analisados.⁹

Neste sentido pode-se questionar porque países como Brasil, Índia, México, ou mesmo Argentina, que possuem comunidades acadêmicas com extensão semelhante as de alguns países do Norte Global, não se inserem da mesma forma nos periódicos em questão. Vale mencionar que tanto Brasil, quanto Índia e México já sediaram eventos da Associação Internacional de Sociologia e os dois primeiros países já tiveram presidentes comandando a Associação, o que pode servir como indicador de que as comunidades acadêmicas destas nações têm

⁹Essas informações podem ser acessadas em: www.isa-sociology.org

participado ativamente de instituições que congregam as ciências sociais de forma global. Esses dados apontam para a necessidade de observar outros determinantes para a baixa quantidade de artigos nas revistas citadas, entre os quais pode-se mencionar desigualdades de infraestrutura acadêmica, acesso a investimento e outros elementos constitutivos da própria divisão global do trabalho intelectual (KEIM, 2008).

Perfil nacional dos autores II — variação de 2000 a 2016

Visando complementar os dados do tópico anterior, decidiu-se analisar as variações, na composição nacional dos autores que publicaram nas quatro revistas, durante os 17 anos cobertos pela pesquisa. Essa investida permite um olhar mais atento para os dados, dando condições para que se observasse se haveria um aumento no número de publicações advindas do Sul Global no recente intervalo analisado e em que grau a hegemonia Euro-Americana seria, ou não, constante no tempo.

A partir da análise do perfil nacional durante o intervalo de 2000 a 2016, nas revistas sediadas no Reino-Unido, foi possível notar características que apontam a forte desigualdade entre regiões do Norte e Sul Global no que diz respeito à presença nos periódicos. Primeiramente infere-se que o domínio europeu, seguido do norte-americano, que foi observado no tópico anterior, não é resultado de uma concentração de autores destas regiões em um momento específico no tempo, mas é produto de um processo contínuo e estável, no qual observa-se que as duas regiões concentraram nos 17 anos a maior parte do conteúdo publicado.

Foi possível observar que no *European Journal of Social Theory* e em *Theory Culture and Society*, não é possível aferir um crescimento da presença do Sul Global, o que poderia ser notado seja por aumento do número absoluto de publicações no tempo, seja do ponto de vista relativo, comparando-se o percentual do todo que coube ao Sul em relação ao Norte durante o período analisado. Além do crescimento não ter ocorrido nas condições mencionadas, observou-se que a inserção das nações do Sul Global nos periódicos é marcada por considerável instabilidade no tempo, já que a participação destes nas revistas manifestava-se em anos ou edições específicas, os quais, em vários casos, eram seguidos de momentos de queda drástica que chegava próxima a zero. Apesar desses baixos números que marcam o Sul em geral, é possível perceber, em ambas revistas, a proeminência da Oceania e Ásia sobre América Latina e África, além do fato de que, dentro dessas regiões, existe uma forte concentração entre nações específicas, que possuem estruturas acadêmicas e realidades econômicas bastante distintas do resto de sua região, o que pode ser explicado pelas desigualdades entre países dentro dos continentes. Isto fica explícito como o caso do domínio da África do Sul no contexto africano, Israel e Singapura na Ásia em geral, Brasil na realidade Latino-Americana e Austrália na Oceania.

Por fim, também foi possível observar que nestes periódicos a presença do Sul encontra-se, em vários casos, associada a edição de números especiais ou temáticos, o que fica bastante tangível ao se observar os anos nos quais as nações da periferia obtiveram as maiores cifras.

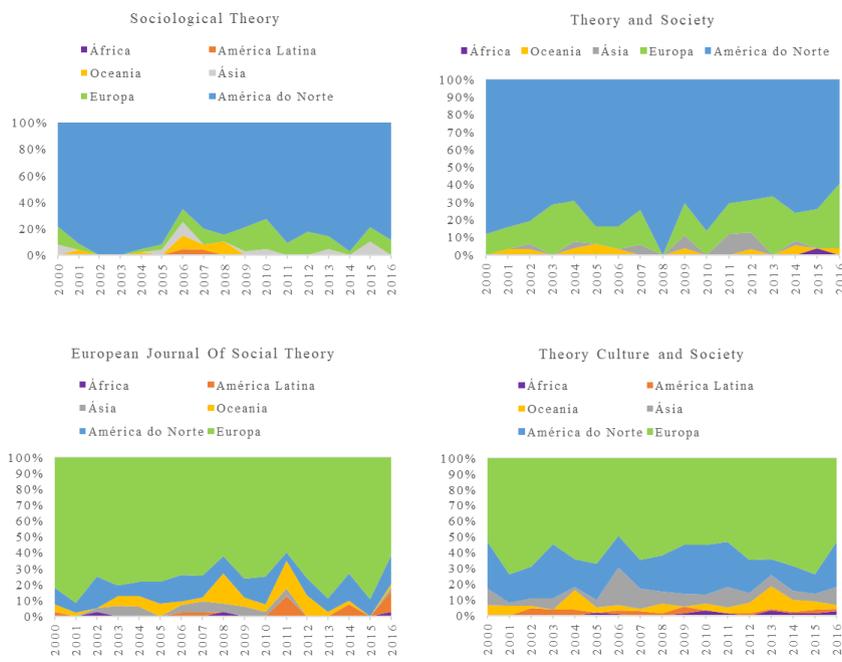


Gráfico 1: Frequência relativa de Regiões no Tempo (2000–2016)
 Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados dos sites das revistas analisadas.

Parte considerável dessas características encontradas nas revistas sediadas no Reino Unido, também foram encontradas nos periódicos estadunidenses, *Theory and Society* e *Sociological Theory*. Contudo, é importante notar características específicas que destoam neste segundo grupo.

Enquanto nas revistas sediadas no Reino Unido, é notória a hegemonia do continente Europeu, seguido da América do Norte, em número de publicações, durante os 17 anos analisados, no caso dos periódicos estadunidenses, *Theory and Society* e *Sociological Theory*, essa relação se inverte, tendo em vista que a Europa passa a ocupar a segunda posição entre as regiões e a América do Norte passa a liderar o topo. Assim como nos periódicos Europeus, foi possível observar

que não houve um crescimento estável nas publicações do Sul Global em ST e TS, seja em números absolutos seja em números relativos.

A presença do Sul apresentou-se bastante esporádica e instável sendo acompanhada pela predominância, já encontrada nos periódicos europeus, da Oceania e Ásia sobre América Latina e África. Além disso, foi possível observar que o Sul Global alcançou seus menores números nas revistas norte-americanas, tanto no total de artigos, quanto na porcentagem ocupada pelo Sul Global em relação a outras regiões no tempo. Estes dados levantam questões, que não podem ser respondidas neste artigo, mas que valem a menção, como o fato do *European Journal of Social Theory*, revista sediada no Reino-Unido e com referência direta ao contexto europeu, ter maior penetração de autores do Sul Global, principalmente América-Latina, do que as outras revistas, principalmente as norte-americanas. Outro dado importante de ser mencionado é que a inserção do Sul Global nos periódicos norte-americanos não ocorre sujeita a números especiais ou mesmo temáticos, o que é paralelo ao fato dessas revistas possuírem pouquíssimos números especiais e de maneira geral publicarem edições sem coerência temática determinada. Por fim, outro elemento em comum entre as quatro revistas é a desigualdade dentro das regiões do Sul, já que também se percebeu nos periódicos estadunidenses o predomínio da Austrália na Oceania, de Israel e Singapura na Ásia, Brasil na América Latina e África do Sul no continente africano.

Esses dados nos permitem refletir sobre a globalização das ciências sociais em anos recentes e pensar na internacionalização da produção advinda da periferia em periódicos de teoria. O predomínio, durante o intervalo de 17 anos entre 2000 e 2016, da hegemonia europeia e norte-americana acompanhada da ausência de crescimento de publicações de autores no sul global nas revistas analisadas, nos leva

a questionar se o debate teórico das ciências tem se tornado mais internacionalizado ou diverso em revistas do topo dos rankings internacionais. Por mais que uma análise como esta, focada em um pequeno número de revistas, nas quais pautam-se discussões de caráter especificamente teórico da disciplina, não seja capaz de capturar o fenômeno da globalização das ciências sociais como um todo, — tendo em vista que este poderia se manifestar em frentes diversas —, é possível afirmar que nos casos analisados não se observa a formação de um debate mais plural nos 17 anos estudados, o que poderia levantar a pergunta de se outros periódicos, com características parecidas, também repetem tais padrões. Essas conclusões encontram paralelo com as reflexões de Heilbron (2014) que afirma que a globalização das ciências sociais ainda está em um estágio emergente e desenvolve-se a partir de uma estrutura de centro e periferia.

Perfil nacional dos comitês editoriais

Para além do estudo do perfil nacional dos autores que publicaram nos periódicos, decidiu-se por analisar a composição nacional dos comitês editoriais de tais revistas. A partir de tal investida é possível perceber que tais espaços também são impactados pela desigualdade entre regiões no mundo, expressando o contexto geopolítico no qual a produção e circulação do conhecimento se insere. O olhar sobre o país de vínculo dos editores destes periódicos nos mostra que a hegemonia das nações do Norte Global, encontrada no tópico anterior, que tratou do perfil nacional dos autores, também se repete no que diz respeito a composição dos comitês editoriais.

Além da hegemonia do Norte como um todo, nota-se que as nações com maior participação na frequência de publicações também

possuem considerável número de editores nos comitês das revistas analisadas. De imediato é possível perceber como em todas as revistas existe uma forte presença de autores do que foi chamado no tópico anterior de países do “Grupo A”, ou seja, o núcleo dos países que concentram a maior parte do debate realizado nos periódicos, os quais, conseqüentemente, ocupam as primeiras posições em frequência de publicações.

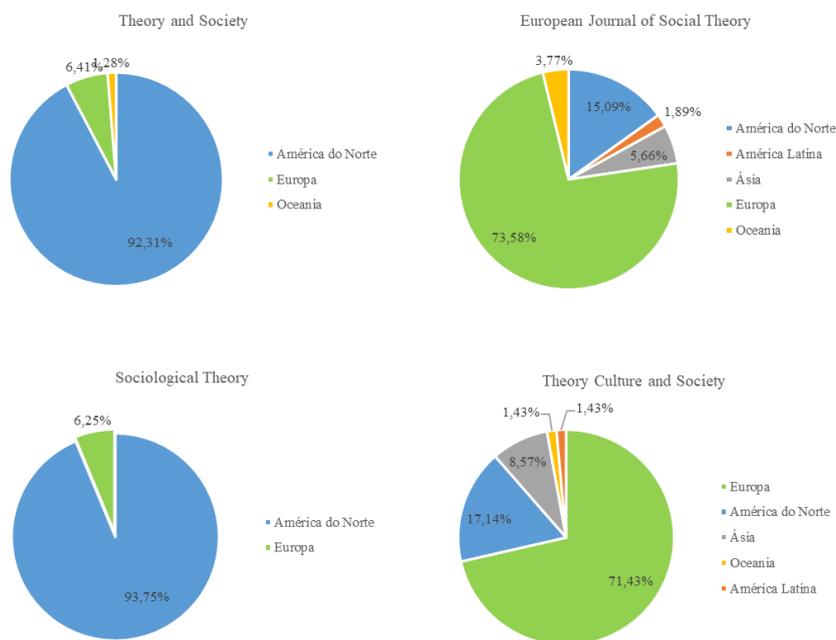


Gráfico 2: Frequência de Regiões dos Editores

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados dos sites das revistas analisadas.

No que diz respeito aos periódicos com sede no Reino-Unido, *Theory Culture and Society* e *European Journal of Social Theory*, todos os países do Grupo A, Reino-Unido, Estados Unidos, Alemanha e Canadá possuem representantes. Assim como no caso da frequência de publicações, a nação onde a revista está sediada é aquela que possui o

maior número de editores. A hegemonia Euro-Americana também se mostra patente no caso de *Theory and Society* e *Sociological Theory*, marcada pela presença acachapante de editores dos Estados Unidos.

Estes dados mostram como os comitês editoriais das revistas estudadas são majoritariamente compostos por cientistas sociais do Norte Global, mas, mais do que isso, percebe-se uma forte frequência de países que também possuem altos números de publicações, principalmente Reino-Unido, Estados Unidos, Alemanha e Canadá. Foi possível observar que a presença de membros de nações do Sul Global¹⁰ é bastante pequena, o que se intensifica nos periódicos com sede nos Estados Unidos. Tais dados levantam reflexões acerca de uma possível correlação entre membros em comitês editoriais e frequência de publicações, o que favoreceria autores do Norte Global que dominam os comitês.

Essa possível correlação pode ser enunciada ao se tomar um caso exemplar observado na revista *European Journal of Social Theory*. É possível notar que existem países que possuem uma entrada relevante nas publicações na revista, mas não encontram paralelos semelhantes nos outros periódicos. Nesta revista, a Itália possui 62 artigos, Espanha 13 e Chile 8, processo que não ocorre tão fortemente nos outros periódicos, principalmente em se tratando do Chile. É relevante mencionar que todos os três possuem¹¹ membros no comitê editorial da revista. A Itália possui dois membros que integram o comitê interna-

¹⁰É importante mencionar que alguns países do Sul Global conseguem penetrar nestes comitês como o caso de Singapura, contudo faz-se necessário observar que existem desigualdades consideráveis entre países do Sul Global o que faz Singapura destoar pelas melhores condições de infraestrutura de suas instituições além de ser um polo que atrai pesquisadores do Norte por conta da oferta de bons salários.

¹¹Faz-se necessário pontuar que o fato desses países possuírem membros nos comitês não implica que os editores tenham nacionalidade nestes países. O critério de classificação utilizado aqui diz respeito ao local onde os pesquisadores estão baseados e não a sua nacionalidade.

cional enquanto a Espanha possui 1 editor chefe, 1 editor assistente e 2 editores internacionais, enquanto o Chile possui 1 membro de comitê internacional. Mais do que isso é possível notar que os períodos onde as publicações destes países aumentam correspondem aos intervalos em que os editores ocuparam cargos nas revistas. Mais do que isso, é possível observar que autores vinculados às universidades que estes editores fazem parte também passaram a ter artigos publicados durante estes intervalos e, em outros casos, pesquisadores que participam de projetos de pesquisa em comum aos editores também acabaram publicando. Estes dados reforçam a importância das redes entre cientistas sociais no processo de publicação internacional e apontam formas de inserção alternativas encontradas por pesquisadores que não pertencem ao núcleo hegemônico de países que possui maior circulação em periódicos internacionais, como o caso do Chile.¹²

Como afirma Martín (2014), os editores científicos, apesar de não definirem a priori quem publica nos periódicos, realizam um papel importante seja na divulgação da revista a redes de sociólogos relacionados ao editor, seja facilitando o convite à publicação e esclarecimento em relação às normas para fazê-lo. Neste sentido, pode-se afirmar que a concentração de editores de regiões da Europa e América do Norte provavelmente opera enquanto um facilitador da reprodução da concentração do Norte global no número de publicações, o que poderia explicar, em parte, a hegemonia euro-americana nos comitês das revistas.

¹²A especificidade do caso chileno é explicada com mais detalhe no tópico seguinte.

Diferenças temáticas entre objetos de pesquisa

Com o interesse em aprofundar a discussão sobre a divisão global do trabalho intelectual nas revistas estudadas, decidiu-se por realizar uma análise mais extensa do tipo de objeto estudado¹³ pelos pesquisadores que publicaram nos periódicos. Esta iniciativa surgiu do interesse em compreender se as publicações de autores do Sul Global reproduziam algumas características que a literatura tem apontado enquanto típicas da posição da periferia na divisão global do trabalho, mais especificamente a tendência em trabalhar com estudos de caso e estudos sobre sua própria nação, em detrimento de trabalhos teóricos abstratos e estudos sobre outras nações/regiões.

Tendo em vista a enorme quantidade de artigos publicados por pesquisadores do eixo Euro-Americano, para fins comparativos, escolheu-se lidar com uma nação do Norte Global que fosse representativa deste grupo. O Reino-Unido foi o país escolhido para tal por ser uma das nações com maior tradição no *mainstream* sociológico e, como observado nos dados anteriores, possuir forte hegemonia, em número de artigos, nas quatro revistas analisadas.

A partir da análise de títulos, resumos e palavras chave de toda a produção do Sul Global em comparação com a produção do Reino Unido,¹⁴ foi possível perceber uma clara diferença entre as nações

¹³Para produzir esta análise decidiu-se trabalhar com a classificação de todos os artigos publicados por autores do Sul Global entre 2000 e 2016, em quatro tipos de objeto: a) SEU PAÍS: trabalhos exclusivamente sobre o país/região do pesquisador; b) AMBOS: trabalhos sobre o país/região do pesquisador e outro/outros países; c) SEM MARCA GEOGRÁFICA: trabalhos que não fazem referência a um contexto geográfico específico; e d) OUTRO PAÍS: trabalhos sobre país/região distinta da do autor. Para tal classificação foram analisados os títulos, palavras chave e resumos dos artigos.

¹⁴No caso do Reino-Unido, devido ao grande número de artigos nas revistas *European Journal of Social Theory* e *Theory Culture and Society*, escolheu-se trabalhar com 3 biênios, 2000-2001, 2008-2009, 2015-2016, buscando não enviesar a análise.

da periferia global — com ênfase às que ficam na África e América Latina — e o comportamento britânico em se tratando do objeto estudado nos artigos. Observa-se que os autores da periferia realizam, em sua maioria, estudos focados em objetos com marcadores geográficos definidos, que em geral são o país ou região do pesquisador, enquanto autores do Reino-Untido se debruçavam sobre objetos sem enunciação a marcadores geográficos. Além disso, é possível observar a completa ausência de artigos da África e América Latina focados em estudos sobre outros países, categoria que se mostrou bastante presente no caso do Reino-Untido.

Mais do que isso, foi notado que entre as regiões do Sul Global existem algumas diferenças importantes em se tratando do tipo de objeto analisado. Algumas nações se aproximaram mais de padrões que seriam típicos do Norte (Reino-Untido), enquanto outras se situam em consonância com as demais nações da periferia. Israel, Singapura,¹⁵ Chile e Austrália foram os países que mais se afastam de outras nações do Sul, pois possuem trabalhos que se assemelham mais àqueles realizados por pesquisadores do Reino-Untido do que africanos ou latino-americanos. Estes casos, porém, apesar de serem agrupa-

lise em um período específico no intervalo 2000–2016. Nas revistas americanas, analisou-se todos os artigos publicados por autores do Reino-Untido durante o intervalo 2000–2016, já que o número não tão elevado de artigos viabilizou a análise de todos, excluindo a necessidade de levantar biênios específicos como nas revistas europeias.

¹⁵Cabe ressaltar que durante a investigação sobre o caso de Singapura foi possível perceber que boa parte dos pesquisadores baseados nos países que publicaram nos periódicos não possui nomes que se assemelhem a nomes “típicos” da região asiática. Foi encontrado um número consideravelmente alto de autores com nomes comuns a regiões anglo-saxãs. Estes elementos apontam que possivelmente pesquisadores com nacionalidade e formação em regiões do Norte como Reino Untido e Estados Unidos acabam migrando para Singapura devido a oferta de bons salários e financiamento para pesquisas e reproduzindo padrões de objetos mais semelhantes a regiões do Norte Global.

das em regiões aqui tomadas como partícipes do Sul Global, possuem contextos acadêmicos com infraestrutura distinta daquelas de nações periféricas.

O caso do Chile seria uma exceção neste grupo, já que as Ciências Sociais chilenas, em parte por conta da herança da forte repressão institucional à esta área durante o período ditatorial (GARRETÓN, 2005), não possuem uma rede institucional equiparável a de outros países do Sul, como México, Brasil e Índia. Contudo, cabe mencionar que o caso chileno se encontra majoritariamente circunscrito à revista *European Journal of Social Theory*. A maior parte dos artigos do Chile foram escritos por Daniel Chernilo,¹⁶ de origem chilena. O sociólogo deu aulas na Universidade Alberto Hurtado do Chile e trabalhou como editor na revista britânica, vindo a fazer parte da Universidade de Loughborough, no Reino Unido em 2010. Esta vinculação entre o caso chileno e a pessoa de Chernilo pode ajudar a explicar o padrão de publicação observado, o que não exclui a possibilidade de que exista alguma singularidade típica das Ciências Sociais chilenas que ajude que possa apontar uma possível inclinação a mimetizar debates e estilos de cientistas sociais euro-americanos.

¹⁶Daniel Chernilo, PhD em sociologia pela universidade de Warwick, trabalhou como professor da Universidade Alberto Hurtado do Chile entre os anos de 2004 e 2009, depois vindo a integrar o corpo docente da Universidade de Loughborough no Reino Unido desde 2010 até hoje. De acordo com o seu currículo publicado no site Academia, Daniel Chernilo passou a integrar o comitê editorial do *European Journal of Social Theory* no ano de 2006, cargo que continua a exercer até o momento.

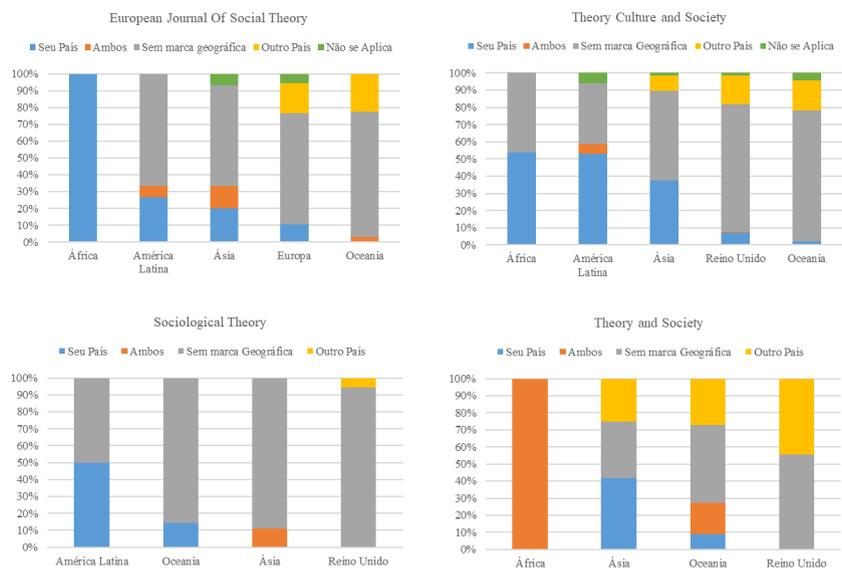


Gráfico 3: Tipo de Objeto entre regiões (2000–2016)

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados dos sites das revistas analisadas.

À luz das reflexões de Connel (2007) e Alatas (2003) sobre a divisão global do trabalho intelectual, a observação de que regiões do Sul se detêm em estudos com marcadores geográficos pode ser explicada pelos papéis que definem a periferia global no interior da divisão do trabalho intelectual. Segundo os autores, aos intelectuais do Sul Global não seria comum a atribuição de investidas de caráter teórico-abstrato ou análises de extensão global ou universal. Relegados aos autores com origem nestas regiões estariam os trabalhos com objetos circunscritos a regiões geográficas definidas, majoritariamente objetos posicionados nas regiões a partir das quais estes pesquisadores escrevem. Além disso, em diálogo com os trabalhos de Keim (2008), poder-se-ia dizer que este padrão de inserção de autores do Sul Global nos debates em revistas de “alto-impacto” revela a pressão a apresentarem suas regiões ou países enquanto “casos exóticos” para adentrar

tais espaços. Isto significa que o trabalho intelectual periférico, sem interesse em investir em análises gerais ou teóricas, mas sim em apresentar elementos singulares, defeituosos, ou mesmo estudos empíricos exemplares das teorias do centro, passaria a penetrar com maior facilidade no debate teórico internacional.

Este fenômeno, que não se restringe apenas a revistas de teoria, mas encontra exemplos em vários espaços que constituem as ciências sociais, acabaria por engessar cientistas sociais do Sul a meros informantes da realidade para além das metrópoles, impedindo que sejam lidos enquanto autores capazes de dialogar sobre questões mais gerais da disciplina como teoria, epistemologia e método. Neste caso, a inserção periférica, para além de um produto das dificuldades de entrada, acaba operando como estratégia de internacionalização a partir do Sul Global.

Em sentido oposto, as próprias representações de origem colonial que sustentam o eurocentrismo, onde a Europa é posicionada enquanto fonte do ser, racional e universal e o Sul como o espaço do não-ser e do particular e do irracional, operariam na legitimação de autores do Norte Global como dignos produtores de conhecimento teórico-abstrato. Mais do que isso, a presença relevante, entre os artigos publicados por pesquisadores do Norte-Global, de trabalhos sobre outros países poderia ser lida como um produto destas hierarquias no campo do conhecimento, com origens no processo colonial. A legitimidade intrínseca à intelectualidade das metrópoles coloniais em produzir reflexões sobre o outro, o diferente, ou mesmo o exótico, pode ser um dos fundamentos históricos a explicar a hegemonia dos pesquisadores do Norte Global em se tratando de estudos sobre outros países.

Neste sentido, parece que a divisão do trabalho global no campo

do conhecimento, produto da colonialidade no campo do saber, serve como boa hipótese explicativa sobre a predominância, entre autores do Sul, de trabalhos com marcas geográficas referentes à suas origens nacionais ou locais, e entre autores do Norte, de artigos sobre temas abstratos, globais ou mesmo sobre outras regiões. Isto posto, as diferenças quanto ao tipo de objeto entre regiões estudadas neste tópico expressariam algumas das consequências da divisão global do trabalho intelectual nas revistas estudadas. A geopolítica no campo do conhecimento, ao passo que estabelece papéis hierarquicamente dispostos entre centro e periferia condiciona a reprodução do Norte Global enquanto o local privilegiado de enunciação legítima da teoria social.

Conclusões

As contribuições apresentadas neste artigo, ao trabalhar com o fenômeno da divisão global do trabalho intelectual, fornecem insumos à literatura que tem discutido a geopolítica da produção do conhecimento sociológico. A partir desta investigação foi possível dimensionar a extensão e caracterizar, em um caso concreto, um fenômeno que vem sendo alvo de crítica na literatura da área, a divisão global do trabalho intelectual em periódicos do topo de rankings de impacto internacional.

O domínio do Norte sobre a produção de teoria, apontado pela literatura enquanto estruturante da divisão global do trabalho intelectual, se faz presente nas revistas pela hegemonia dos pesquisadores Euro-Americanos sobre a maior parte das publicações, tanto em valores gerais quanto no comportamento dessas regiões no tempo entre 2000 e 2016. Além disso, a presença majoritária de autores do Norte nos

comitês editoriais também aparece enquanto elemento fundamental para a reprodução da divisão global do trabalho intelectual, tendo em vista a importância dos comitês na determinação do perfil nacional dos autores que publicam nas revistas. Por fim, foi possível observar que a separação entre estudos teóricos e gerais e estudos com marcadores geográficos sobre o seu próprio país se fez presente no conteúdo das publicações de autores do Sul Global e pesquisadores do Reino Unido. Este dado aponta uma forma de inserção periférica do Sul nos debates das revistas que contribui para reprodução das desigualdades e hierarquias que estruturam as ciências sociais hoje.

As reflexões aqui abarcadas apontam para elementos fundamentais à reprodução de papéis que condicionam autores do Sul Global a se inserirem de forma periférica em discussões sobre teoria social, ou mesmo utilizarem-se desta forma de inserção como estratégia de entrada em tais debates. Por consequência também nos permitem observar estruturas que dificultam a expansão do potencial explicativo das ciências sociais, confinando o olhar sociológico a conceitos, narrativas, agendas e objetos que priorizam a experiência de uma parcela pequena da realidade mundial. Observa-se que existe um longo caminho para a construção de uma sociologia verdadeiramente global, capaz de criar espaços de debate equânimes entre regiões do mundo e, conseqüentemente, com chances de fazer circular reflexões teóricas alternativas às narrativas dominantes.

Referências

ALATAS, Hussein. Intellectual imperialism: definition, traits, and problems. *Asian Journal of Social Science*, v. 28, n. 1, p. 23-45, 2000.

ALATAS, Syed Farid. Academic dependency in the social sciences: Reflections on India and Malaysia. *American Studies International*, v. 38, n. 2,

p. 80-96, 2000.

ALATAS, Syed Farid. Academic dependency and the global division of labour in the social sciences. *Current Sociology*, v. 51, n. 6, p. 599-613, 2003.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, v. 11, p. 89, 2013.

BEIGEL, Fernanda. Introduction: Current tensions and trends in the World Scientific System. *Current Sociology*. 2014.

CAPES — COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. *Relatório de Avaliação Quadrienal 2017 — Sociologia*. Brasília: CAPES, 2017.

COLLYER, Fran M. Global patterns in the publishing of academic knowledge: Global North, global South. *Current Sociology*, v. 66, n. 1, p. 56-73, 2018.

COMAROFF, Jean; COMAROFF, John L. Theory from the South: Or, how Euro-America is evolving toward Africa. In: *Anthropological Forum*. Routledge, 2012. p. 113-131.

CONNELL, Raewyn. *Southern theory: The global dynamics of knowledge in social science*. Allen & Unwin, 2007.

CONNELL, Raewyn. Learning from each other: Sociology on a world scale. *The ISA handbook of diverse sociological traditions*, p. 52-66, 2010.

CONNELL, Raewyn. A iminente revolução na teoria social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 27, n. 80, p. 09-20, 2012.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo em Lander. *Edgardo (org.) A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais—perspectivas latinoamericanas*, p. 55-70, 2000.

ESPELAND, Wendy Nelson; SAUDER, Michael. Rankings and reactivity: How public measures recreate social worlds. *American journal of sociology*, v. 113, n. 1, p. 1-40, 2007.

GARRETÓN, Manuel Antonio. Social sciences and society in Chile: institutionalization, breakdown and rebirth. *Social Science Information*, v. 44, n. 2-3, p. 359-409, 2005.

GINGRAS, Yves; MOSBAH-NATANSON, Sébastien. Where are social sciences produced?. *Europe*, v. 47, n. 43.8, p. 46.1, 2010.

GROSFUGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 80, p. 115-147, 2008.

HANAFI, Sari. Donor community and the market of research production: Framing and de-framing the social sciences. *Facing an Unequal World: Challenges from Sociology*, v. 3, p. 3-35, 2010.

HANAFI, Sari; ARVANITIS, Rigas. The marginalization of the Arab language in social science: Structural constraints and dependency by choice. *Current Sociology*, v. 62, n. 5, p. 723-742, 2014

HEILBRON, Johan. The social sciences as an emerging global field. *Current Sociology*, v. 62, n. 5, p. 685-703, 2014.

HEILBRON, Johan; BONCOURT, Thibaud; SORÁ, Gustavo. Introduction: The Social and Human Sciences in Global Power Relations. In: *The Social and Human Sciences in Global Power Relations*. Palgrave Macmillan, Cham, 2018. p. 1-25.

HOUNTONDJI, Paulin. Scientific dependence in Africa today. *Research in African Literatures*, v. 21, n. 3, p. 5-15, 1990.

HOUNTONDJI, Paulin J. Producing Knowledge in Africa Today the Second Bashorun MKO Abiola Distinguished Lecture. *African Studies Review*, v. 38, n. 03, p. 1-10, 1995.

HOUNTONDJI, Paulin J. (Ed.). *Endogenous knowledge: Research trails*. African Books Collective, 1997.

JACOBS, Jerry A. Journal rankings in sociology: Using the H Index with Google Scholar. *The American Sociologist*, v. 47, n. 2, p. 192-224, 2016.

KEIM, Wiebke. Social sciences internationally: The problem of marginalisation and its consequences for the discipline of sociology. *African Sociological Review/Revue Africaine de Sociologie*, v. 12, n. 2, 2008.

KEIM, Wiebke. Counterhegemonic currents and internationalization of sociology: Theoretical reflections and an empirical example. *International Sociology*, v. 26, n. 1, p. 123-145, 2011.

KOCH EWERTZ, Tomás Fernando; VANDERSTRAETEN, Raf. Internationalizing a national scientific community? Changes in publication and citation practices in Chile, 1976–2015. *Current Sociology*, 2019.

LANDER, Edgardo et al. (Ed.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas*. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales= Conselho Latino-americano de Ciências Sociais, 2005.

MAIA, João Marcelo. Pensamento brasileiro e teoria social: notas para uma agenda de pesquisa. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 24, n. 71, p. 155-168, 2009.

MAIA, João Marcelo E. O pensamento social brasileiro e a imaginação pós-colonial. *Revista Estudos Políticos*, n. 02, 2010.

MAIA, João Marcelo E. Ao Sul da Teoria: A atualidade teórica do pensamento social brasileiro. *Sociedade e estado*, v. 26, n. 2, p. 71-94, 2011.

MAIA, João Marcelo Ehlert; DE BRITO CARUSO, Gabriela. Uma trajetória intelectual periférica: Hussein Alatas e a sociologia autônoma. *Perspectivas: Revista de Ciências Sociais*, v. 41, 2012.

MALDONADO-TORRES, Nelson. A topologia do ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, império e colonialidade. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 80, p. 71-114, 2008.

MARTÍN, Eloísa. *(Re) producción de desigualdades y (re) producción de conocimiento: la presencia latinoamericana en la publicación académica internacional en ciencias sociales*. DesiguALdades. net, Research Network on Interdependent Inequalities in Latin America, 2013.

MIGNOLO, Walter D. *Histórias locais-projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Ed. UFMG, 2003.

NEVES, Fabrício Monteiro; LIMA, João Vicente Costa. As mudanças climáticas e a transformação das agendas de pesquisa| Climate change and the transformation of research agendas. *Liinc em Revista*, v. 8, n. 1, 2012.

NEVES, Fabrício M. Alguns elementos do regime de administração da irrelevância. In: *Anais do 18º Congresso Brasileiro de Sociologia*. Brasília, 2017.

ORTIZ, Renato. As ciências sociais e o inglês. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 19, n. 54, p. 5-22, 2004.

PAASI, Anssi. Academic capitalism and the geopolitics of knowledge. *The Wiley Blackwell Companion to Political Geography*, p. 507-523, 2015.

PATEL, Sujata (Ed.). *The ISA handbook of diverse sociological traditions*. Sage, 2009.

PATEL, Sujata. The Challenge of Doing Sociology Today. *Economic & Political Weekly*, v. 51, n. 46, p. 33, 2016.

QUIJANO, Aníbal. Coloniality of power and Eurocentrism in Latin America. *International Sociology*, v. 15, n. 2, p. 215-232, 2000.

ROSA, Marcelo C. Theories of the South: Limits and perspectives of an emergent movement in social sciences. *Current Sociology*, v. 62, n. 6, p. 851-867, 2014.

ROSA, Marcelo C. Sociologies of the South and the actor-network-theory: Possible convergences for an ontoformative sociology. *European journal of social theory*, v. 19, n. 4, p. 485-502, 2016.

SAID, Edward. *Orientalism*. 1978. New York: Vintage, v. 199, 1979.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Novos estudos-CEBRAP*, n. 79, p. 71-94, 2007.

UNESCO. *World Social Science Report 2010*. Paris: UNESCO Publishing, 2010.

WHITLEY, Richard; GLÄSER, Jochen. The changing governance of the sciences. *Sociology of the sciences yearbook*, v. 26, 2007.

Resumo:

Este artigo estuda as expressões da divisão global do trabalho intelectual em revistas internacionais de teoria social. Foram analisados os periódicos: *Theory, Culture and Society*; *European Journal of Social Theory*; *Sociological Theory* e *Theory and Society*. Apresenta-se o perfil nacional de autores que publicaram entre os anos de 2000 e 2016 e dos membros de comitês editoriais, além de comparação temática entre artigos de autores do Sul x Norte-Global. Observou-se a baixa presença de intelectuais do Sul em número de publicações; o domínio dos comitês editoriais por intelectuais do Norte; a ausência de crescimento da participação do Sul Global nos anos analisados; e diferenças entre o tipo de objeto pesquisado por intelectuais do Sul x Norte-Global. Argumenta-se que existe uma inserção qualitativa e quantitativamente periférica de intelectuais do Sul Global nos debates de teoria nas revistas analisadas.

Palavras-chave: Teoria; divisão global do trabalho intelectual; circulação de conhecimento; geopolítica do conhecimento.

Abstract:

This article studies the expressions of the global division of intellectual labor in international journals of social theory. The following journals were analyzed: *Theory, Culture, and Society*; *European Journal of Social Theory*; *Sociological Theory* and *Theory and Society*. The article analyzes the national profile of authors who published between 2000 and 2016 and of the members of editorial committees. Thematic comparison between articles by authors from the South x Global-North is also made. The results show: low presence of intellectuals from Global-South in publications; domination of editorial committees by Northern intellectuals; lack of growth in the participation of the Global South in the years analyzed; and differences between objects researched by intellectuals from the South x Global-North. There is a qualitative and quantitatively peripheral insertion of intellectuals from the Global South in the debates of theory in the journals.

Keywords: Theory; global division of intellectual labor; circulation of knowledge; geopolitics of knowledge; rankings.

Recebido para publicação em 19/03/2021.

Aceito em 24/05/2021.

A pós-graduação em ciências sociais no Brasil: entrevista com Jacob Carlos Lima

por **Marcelo Pinheiro Cigales**

Universidade de Brasília, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0002-4320-5941>

marcelo.cigales@unb.br

Jacob Carlos Lima é graduado em Sociologia Política pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo, Mestre em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo, com pós-doutorado no *Massachusetts Institute of Technology* (MIT). Atualmente é professor titular no Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos. Foi Coordenador da Área de Sociologia na CAPES entre 2011 e 2014; e Coordenador do Comitê de Assessoramento da área de Ciências Sociais-Sociologia entre 2019 e 2021. Atualmente é presidente da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS). Suas pesquisas voltam-se para a área de Sociologia do Trabalho; Sociologia Econômica e sobre a institucionalização da Sociologia no Brasil. Sobre esse tema destacam-se mais recentemente, os artigos que analisam as principais agências como CAPES, CNPq e ANPOCS na profissionalização

da pós-graduação da Sociologia no país (LIMA, 2020; 2019; BARREIRA; CORTES; LIMA, 2018).

A entrevista foi realizada de maneira *online* no dia 17 de março de 2021 às 14h e teve duração de 61 minutos. Foi gravada e transcrita posteriormente. Buscou-se, a partir desse encontro, discutir alguns dos aspectos dessa produção mais recente do autor sobre a pós-graduação. Trata-se, portanto, de um convite a todos(as) que buscam conhecer ou aprofundar aspectos da história da institucionalização e profissionalização da pós-graduação em Ciências Sociais-Sociologia no país.

Você poderia fazer um relato sobre sua trajetória profissional, destacando sua atuação no campo de pesquisa sobre as Ciências Sociais no Brasil?

Eu comecei a carreira na Universidade Federal da Paraíba em 1982. Naquela época existiam poucos profissionais com títulos pós-graduados e bastava então você ter graduação. Na época eu fazia o mestrado, prestei concurso para a UFPB, fui aprovado, defendi minha dissertação de mestrado em 1983 e saí para o doutorado em 1987. Defendi minha tese em 1992 e em 1994 assumi a coordenação do então Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UFPB. Naquele momento eu tive uma experiência com a CAPES um pouco traumática, era a fase inicial da avaliação dos programas e seus parâmetros estavam sendo estabelecidos. Enquanto coordenador, buscava seguir todas as sugestões que o Comitê de Avaliação tinha feito e o resultado disso foi o rebaixamento do programa que era B (naquele momento era adotado o critério de avaliação de A, B, C, D, E — só no final da década passou para nota numérica) para C. Eu obviamente fiquei muito indignado, embora concordasse com parte dos argumentos. Nós éramos um programa de Ciências Sociais, que efetivamente de Ciências So-

ciais tinha muito pouco, pois só tínhamos Sociólogos, um Cientista Político e um ou dois Antropólogos. Era comum na época, na ausência de titulados nas disciplinas da área, abrir mestrados em Ciências Sociais como forma de incluir a maioria dos professores dos departamentos de ciências sociais e assim ter uma pós-graduação. Propus ao colegiado a mudança para Programa de Sociologia, que foi aprovado, mas insuficiente para garantir a reversão do rebaixamento.

A partir dessa experiência eu comecei a discutir um pouco a questão da Sociologia nas Ciências Sociais brasileiras, e comecei a escrever uma coisa ou outra. Nesse período também, participei da organização de um curso de graduação em Ciências Sociais com área de concentração em Sociologia, considerando as questões inerentes ao corpo docente; o curso formaria graduados efetivamente em Sociologia. Funcionou assim por dois anos. A coordenação que se seguiu mudou o currículo e o transformou num curso de ciências sociais tal qual existia nas outras universidades, produto da reforma do ensino superior da ditadura militar em 1971.

Nessa militância pela Sociologia, outra coisa que me chamava a atenção enquanto professor da Universidade Federal da Paraíba, era o tratamento diferenciado recebido pelos docentes e pesquisadores da “periferia”. Por um lado, existiu na Capes percepções distintas dos presidentes se era o caso de apoiar programas periféricos ou concentrar na infra-estrutura de pesquisa na região sudeste. Venceu uma proposta mais democrática que resultou em convênios nacionais e internacionais para formação docente. Por outro lado, essas percepções eram replicadas pela própria comunidade das ciências sociais com relação aos programas e aos colegas de programas de pós-graduação “fora do eixo” São Paulo e Rio de Janeiro. Como paulistano, pela primeira vez senti o preconceito regional dentro da academia, num mo-

mento em que a área de Ciências Sociais se destacava e caminhava para a consolidando como área de pesquisa. E pior, numa área em que todos os preconceitos eram estudados e execrados, pelo menos teoricamente.

Retornando do pós doutorado em 2001, fui convidado a participar de uma reunião do comitê de avaliação da Capes pela então coordenadora de área, Prof.^a Maria Arminda N. Arruda, e em seguida, do comitê coordenado pelo prof. Reginaldo Prandi, em 2002, e pelo comitê coordenado pelo Prof. Sérgio Adorno em 2007. Também em 2004 passei a integrar o Comitê de Assessores do CNPq. Essa participação nos Comitês deixou claro as características de como a avaliação era feita, as dificuldades de homogeneização dos critérios, as resistências e, o aumento da qualidade da pós graduação, embora a comunidade sempre tenha criticado a tendência quantitativa da avaliação. Esse processo chamou minha atenção, considerando que as diversas áreas tinham grande autonomia nesses critérios e era a própria comunidade que os estabelecia.

Em 2010 fui convidado a assumir a coordenação da área de Sociologia. No momento em que você vira um coordenador de área passa a ter um conhecimento dos bastidores das agências, o que como participante de comitê não tem a mesma clareza: as relações entre os programas, como são as disputas entre deles e suas hierarquias informais. Na minha gestão fiz questão de incluir normas diferenciadas entre programas de Sociologia e de Ciências Sociais, destacando que esses últimos teriam que ter um diferencial. Até então esses programas funcionavam com as três áreas de concentração Antropologia, Política e Sociologia, sem ter a especificidade dos programas disciplinares. Com a proposta esses programas teriam que ser efetivamente interdisciplinares. A resistência foi grande, alguns se adaptaram e ou-

tros não. O problema que os diplomas são reconhecidos pela área de sociologia, mas nem sempre existe reciprocidade nas outras áreas.

Em 2004 me transferi para a Universidade Federal de São Carlos. Em seguida veio o Reuni e o então programa de Ciências Sociais se dividiu em três programas disciplinares e participei da organização do Programa de Sociologia, aproveitando minha experiência anterior na UFPB.

Entre 1994 e 2004 as coisas mudaram muito. No final da década de 1990 os programas de pós já eram compostos integralmente por doutores e cada vez maiores diferenciais foram incluídos na avaliação fortalecendo um certo “neo-liberalismo acadêmico”, presente nas exigências crescentes de publicação por um lado, e por outro uma forte homogeneização com relação ao tipo de formação pós-graduada em Sociologia mais igualitária dentro de todo o diferencial e todas as desigualdades presentes no país como um todo.

Como você avalia o papel da criação e institucionalização da ANPOCS para o desenvolvimento da pós-graduação no Brasil?

A criação da ANPOCS foi um marco no processo de organização da pós-graduação brasileira e das ciências sociais em particular. Lembrar que a Ditadura Militar, por um lado foi extremamente negativa em todos os aspectos da liberdade intelectual, mas uma preocupação dos militares de então era a busca de autonomia política e tecnológica, dentro da histórica vassalagem que mantinham (recuperada agora mais do que nunca) com os EUA. Isso fez com que investissem fortemente na construção de um sistema nacional de pós-graduação. Nesse movimento, a Sociologia e as Ciências Sociais acabaram, inadvertidamente talvez, se beneficiando, com uma expansão e crescimento da graduação e de pós-graduação ainda durante a ditadura. E aqui estou falando das instituições públicas. As instituições

privadas também abriram muitos cursos de graduação nesse período, mas que não conseguiram se manter por muito tempo já que os cursos de ciências sociais sempre tiveram baixa procura, dada as perspectivas restritas do mercado de trabalho, com algumas exceções principalmente em algumas instituições confessionais.

Na pesquisa a ANPOCS se beneficiou de financiamento externo, principalmente da Fundação Ford, mas não apenas, que privilegiou entidades privadas não lucrativas como o CEBRAP, o IUPERJ e outros centros que se constituem de forma pioneira no que diz respeito aos parâmetros da cientificidade tendo a pós-graduação como referência, e que vai se constituir modernamente hoje o campo da Sociologia no Brasil, como estudado por Miceli (1989; 1995). A ANPOCS torna-se referência nos encontros de pesquisa. Antes da ANPOCS nós tivemos basicamente dois Congressos da SBS: em 1954, em São Paulo; e outro em 1962, em Belo Horizonte; sendo que em 1964 ela se desorganiza com o governo militar e só retorna a partir de 1987 com o 3º congresso realizado em Brasília. Em 1953 foi organizada a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), mantendo uma regularidade em seus congressos, que não foram interrompidos durante a ditadura. A ANPOCS aglutinou a pesquisa nas Ciências Sociais a partir de 1977. Então, ela terminou tendo um papel fundamental, permitindo que, com a redemocratização, outras associações se organizassem ou reorganizassem contribuindo na formação de uma cultura acadêmica no país.

Considerando que a formação de sociólogos no Brasil ocorre em cursos de ciências sociais, com uma orientação mais interdisciplinar, como você percebe o papel da pós-graduação para a especialização e profissionalização da Sociologia?

Eu acho que nossa formação em Ciências Sociais suas especifici-

dades decorrem da fragilidade da disciplinaridade da área que não é uma exclusividade brasileira, mas que destoa de países onde a carreira de Sociologia se consolidou já na década de 1920, assim como as carreiras de Ciência Política e a Antropologia. No Brasil, pioneiro na América Latina na formação em Ciências Sociais (1933), esta sempre foi percebida como sinônimo de Sociologia. Vai ser na pós-graduação que a formação em Sociologia assume concretude, assim como a Antropologia e a Ciência Política.

Vale questionar se o que chamamos de Ciências Sociais *stricto sensu* reflete o conjunto das Ciências Sociais. Se observarmos os cursos de graduação em Antropologia e Ciência Política, raramente contemplam a disciplina sociologia, o que não acontece, por exemplo, nas licenciaturas de Sociologia que, efetivamente não são de sociologia, mas de Ciências Sociais. Disciplinas como Economia, Educação, História, Geografia, são incluídas na generalidade da formação em Ciências Sociais mas não são consideradas enquanto tal. Tem um artigo muito interessante do Luis Aguiar Costa Pinto que escreveu junto com Edson Carneiro para a CAPES em 1955 (PINTO; CARNEIRO, 1955), no qual discute a formação das Ciências Sociais. Eles distinguem a Antropologia da Sociologia, duas áreas tiveram trajetórias que foram se diferenciando cada vez, assim como da Ciência Política, propondo uma formação básica de Ciências Sociais que se desdobraria posteriormente em formações disciplinares. Algo similar com algumas experiências criadas após o Reuni nas novas universidades que foram criadas. Considero uma discussão relevante, inclusive como forma de tornar a formação em ciências sociais menos generalista e mais atraente para o estudante. Embora haja resistência, considero que esta decorre mais de preguiça intelectual do que de princípios, pois já passamos da hora de reformular nossa graduação.

O modelo de pós-graduação de Ciências Sociais, como disse anteriormente, respondeu a momento específico no qual não tinha formados nessas três áreas um número suficiente, geralmente a Sociologia tinha, mas as outras não. No momento em que você passa a ter esse número de pesquisadores formados a tendência tem sido a separação, pelo menos nas públicas consolidadas. O mesmo não acontece nas privadas por questões financeiras. Se tivermos por base os Programas de Pós-graduação em Ciências Sociais, veremos o que determina a formação é a origem do orientador, por exemplo, se você é orientado por antropólogo, você terá uma formação maior em Antropologia e no geral se identifica como tal. Se observarmos a área Interdisciplinar da Capes existem quase uma centena de cursos que poderiam ser considerados Ciências Sociais, embora com pouca formação nas três disciplinas “stricto sensu”. Mas essa discussão é polêmica, e quando defendo a especificidade da Sociologia me chamam de sindicalista e/ou corporativista. O que não acontece com o antropólogo ou o economista que defendem a especificidade de sua formação e se identificam como profissionais dessas disciplinas. Quem se definir como cientista social, de forma majoritária é o Sociólogo. Então, nós sociólogos temos um problema de identidade não resolvida talvez por sermos acusados de um certo imperialismo dentro das Ciências Sociais, mas também pelo receio, dada o caráter crítico inerente a nossa disciplina, de questionar qualquer tipo de corporativismo, ou de fronteiras do conhecimento. Mas isso é outra discussão.

E essa característica das Ciências Sociais na graduação como corresponde a outras áreas para além da Sociologia. Você acha que isso também determina a entrada de outros perfis formados fora da área como os graduados em Direito e de outras áreas, você acha que isso tem alguma relação, e tendo isso em perspectiva, como você ana-

lisa o perfil do profissional pós-graduado na área hoje?

Para responder essa questão é necessário retomarmos a generalidade excessiva da graduação em Ciências Sociais que para mim tem que ser repensado. Por exemplo, não tem como você fazer um curso de graduação em Ciências Sociais e dar uma formação metodológica adequada que dê conta das três áreas. Eu conheci um tempo atrás uma experiência que achei muito interessante e que poderia ser aperfeiçoada. É a formação em Ciências Sociais da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Eles tem bacharelado em Humanidades que fornece um diploma depois de três anos (similar ao *minor* norte-americano) tendo continuidade com a formação por mais três anos em Sociologia, Antropologia, Letras, História. Acho que isso pode ser caminho juntando formação interdisciplinar e disciplinar.

É muito comum o aluno formado em Direito, em Comunicação, entre outras, que querem complementar sua formação em Ciências Sociais seja na graduação ou na pós. Isso pode ajudar no desenvolvimento da carreira. Aliás, a formação de Direito ganharia muito com esse bacharelado conjunto, com especialização posterior. Vários colegas que fazem a pós-graduação vindos de outras áreas terminam sendo excelentes sociólogos, acadêmicos, pesquisadores na área de Sociologia, pois tiveram mais tempo para se decidir sobre uma carreira no sentido de aprofundar sua formação ou mudar de área. A formação graduada de forma geral, necessita de uma abordagem interdisciplinar no início, até para o aluno ter maturidade ao escolher sua formação profissional.

Já que essa mudança demandaria tempo e encontraria resistência nas disciplinas consolidadas, exigindo uma decisão política de reforma do ensino superior, poderíamos começar buscando reestruturar

a graduação em Ciências Sociais para que a formação que propicie ao estudante maiores chances de inserção no mercado de trabalho. Mesmo que não vá competir, por exemplo, com um desenvolvedor de *software*, mas possibilita conhecer sua utilização na pesquisa, que domine técnicas e o instrumental digital para atuar em diferentes setores.

Interessante essa perspectiva mais histórica do processo de profissionalização da área, inclusive mais no início você falou do Sergio Miceli e aquela coleção “História das Ciências Sociais no Brasil” (1989; 1995) que também foi criticada, pois dá entender que essa história é muito centrada no eixo Rio-São Paulo, como se não houvesse outras regiões e característica em que a Sociologia esteve presente no país. Dado isso, como você avalia mais recentemente ou em perspectiva histórica o crescimento e a profissionalização da pós-graduação para além do eixo Rio-São Paulo?

Eu avalio de uma forma extremamente positiva, pois hoje temos profissionais graduados e pós-graduados no país inteiro com muita qualidade. Temos núcleos de pesquisa bastante fortes em algumas temáticas ligados em redes nacionais e internacionais, e mesmo sem a concentração existente no eixo Rio-São Paulo, permite compreender questões sociais a partir da particularidades regionais e recortes territoriais. Lembrar que o Rio de Janeiro sozinho tem oito Programas de Pós-graduação em Sociologia ou Ciências Sociais, fora os de Antropologia, Ciência Política etc. Então, temos um conjunto de profissionais muito grande no Rio e São Paulo que exportam seus profissionais para o país inteiro e isso sempre aconteceu, desde que a Pós-graduação começou a se institucionalizar. E isso foi muito positivo, pois ajudou a criar um *habitus* acadêmico onde não existia. Mais uma vez, a CAPES e o CNPq foram fundamentais nesse processo, tornando a pesquisa e

as publicações visíveis, como forma de devolver para a sociedade o que está sendo está produzindo em todo o país. Temos um projeto na SBS chamado de *SBS Memória*, no qual buscamos recuperar documentos da institucionalização da Sociologia no país, mais também a de perfis de sociólogos(as) que participaram da institucionalização do ensino e da pesquisa no país que tem revelado histórias desconhecidas acrescentando informações à história da Sociologia no Brasil.

Não é um projeto *in memóriam*, mas um projeto de memória com personagens que foram e que são parte dessa história. Nós temos uma história oficial, mas não temos ainda uma história de trajetórias, que permita entender os detalhes de como o campo foi construído, por exemplo, no Paraná, na Bahia, no Ceará, no Rio Grande do Sul, enfim, em todas regiões do país. A história oficial centra-se em São Paulo, e em menor escala no Rio de Janeiro, locais onde a produção tem sido estudada intensivamente, e mesmo assim, ainda se perdem algumas histórias. Então, pretendemos conhecer as diversas expressões do conhecimento e da institucionalização da Sociologia. Não desconsidero a importância de Rio-São Paulo, onde começa efetivamente a Sociologia brasileira, mas tivemos histórias e contribuições diferenciadas no país como um todo. Por exemplo, tivemos em 1962 um curso de pós-graduação em Ciências Sociais na Bahia que a Ditadura Militar fechou; tivemos também na década de 1960, em Piracicaba, um curso de Sociologia Rural fechado no início dos anos 1980; e outros que tiveram curta duração nos quais as experiências foram um pouco perdidas; e que vale a pena recuperar. Na graduação, a Escola de Sociologia e Política (criada em 1933), e o curso de Ciências Sociais da USP (1934) criaram dois modelos que permaneceram separados até o final da década de 1960, com propostas distintas. Com exceção do curso da Escola de Sociologia e Política de São Paulo fo-

ram todos fechados ou incorporados aos cursos de Ciências Sociais. A ideia original do curso de Ciências Sociais da USP era formar professores para o ensino médio; o da Escola de Sociologia e Política era a formação para profissionais e técnicos para atender as demandas do Estado. No artigo “A sociologia fora do eixo” juntamente com as colegas Soraya Cortes e Irllys Barreira, buscamos recuperar especificidades regionais (BARREIRA; CORTES; LIMA, 2018). O Rio Grande do Sul tem uma história muito específica, tentamos entender porque o pessoal lá foi fazer doutorado na Alemanha, por exemplo, a Fundação Volkswagen dando bolsas para estudos no exterior, assim como a Igreja Luterana. No Nordeste, a constituição nos anos 1980 de uma rede que incorporou os programas de Sociologia e Ciências Sociais e que organizou 12 congressos regionais de Ciências Sociais entre 1985 e 2012.

Lembrar que aquelas bolsas de formação pra professores no Nordeste e pra outras partes do país, o PICD, contou com apoio da Unicamp e resistência inicial da USP, que era contrária a proposta. Passaram 50 anos da formalização da pós-graduação enquanto sistema nacional. Esse processo foi ambivalente, refletindo a complexidade da área, o diferencial, as estruturas de poder, as assimetrias.

Muito interessante porque de certa forma a CAPES e o CNPq elas estabelecem as regras do jogo pra produção científica na pós-graduação em busca desse “habitus” utilizando esse conceito do Bourdieu para compreendermos a constituição do campo da pós-graduação no Brasil também. Mas como você analisa esse perfil mais recente hoje, pois estamos sofrendo várias transformações recentemente nessas agências de fomento, incluindo a definição de áreas prioritárias e os novos critérios também para a distribuição de bolsas da CAPES. Como que isso impacta a pós-graduação em

Ciências Sociais?

Nós temos que considerar que vivemos um retrocesso civilizatório no país desde 2016, acentuado a partir das eleições presidenciais de 2018. Até 2014 nós tivemos avanços no sentido da construção de uma comunidade científica, de uma ciência brasileira, com todos os senões que esse processo teve durante a sua formação. Criamos uma forte estrutura de pós-graduação que é referência na América Latina. Mais que isso, na área de Ciências Sociais somos uma das maiores comunidades reconhecidas mundialmente com forte presença nos fóruns internacionais. Tínhamos bolsas e financiamento para a pesquisa. Formamos uma geração que se beneficiou do processo democrático após o fim da Ditadura Militar e a partir dos governos Lula e Dilma, tivemos incentivos crescentes para a internacionalização. E partir de 2016 começamos a andar para trás: tudo começou a retroceder em nome de um neoliberalismo tacanho, que nossas elites políticas e econômicas adoram desde que o Estado só as beneficiem e mantenha seus privilégios.

Então esse retrocesso se materializa a partir do período Bolsonaro, com ataques sistemáticos a Sociologia e às universidades públicas afetando a procura por formação em Ciências Sociais. De fato, porquê você vai fazer um curso se não tem nenhuma perspectiva? Porquê continuar com a formação em Sociologia nesse quadro político-institucional? Esse retrocesso civilizatório não afeta somente as Ciências Sociais, mas o conhecimento científico, desqualificado-o e secundarizado-o como não prioritário num contexto mundial no qual o conhecimento torna-se a força produtiva por excelência.

Num momento em que a pandemia ceifou quase 300 mil vidas [em março de 2021], não temos nenhuma reação dos setores ditos “de bem”, nenhum grande escândalo na mídia corporativa que con-

tinua seletiva em suas informações. Temos uma espécie de naturalização da tragédia com a cumplicidade dos três poderes e das forças policiais e militares. Não falta material de pesquisa para Sociologia (embora sem financiamento), mas é um péssimo momento para nós enquanto cidadãos e membros da sociedade brasileira. Isso está colocando para nós muitos desafios, mas como vamos enfrentar esses desafios? Pesquisa sem financiamento é impossível, e além da redução de verbas temos cada vez mais a triagem ideológica presente da forma como foram estruturadas as áreas prioritárias, além do esvaziamento da Capes e do CNPq da instrumentalização do ensino básico, ao ensino médio, no que diz respeito a diluição do conteúdo das disciplinas, na tendência de você controlar conteúdo e na militarização das escolas. Tempos sombrios pela frente.

Esse momento também é agravado pela pandemia da Covid-19, e como que o senhor vê o impacto da pandemia na formação pós-graduanda em Ciências Sociais no Brasil. Quais os principais impactos dessa pandemia pra essa geração de professores, pesquisadores que estão trabalhando nesse momento com o ensino remoto, orientando pesquisas, mas também pra quem está se formando na área dentro desse cenário?

É, eu estou vendo isso como uma precarização geral do trabalho, o que já vinha ocorrendo em grande medida e que agora agudizou-se. A pandemia acentuou esse processo. Se tivermos por base os professores do ensino médio, podemos ver que o ensino médio privado está enxugando seu quadro, aproveitando a excepcionalidade do momento e as tecnologias digitais. É possível o mesmo professor juntar várias turmas *online*. Tenho alunos e ex-alunos que são professores no ensino médio e estão perdendo emprego, perdendo número de aulas, trabalhando muito mais. Os colegas que lecionam em universidades

privadas, também. Estamos trabalhando muito mais, e ameaçados em nossa atuação em sala de aula, pela falta de verbas, falta de concursos, enfim, uma precarização da vida como um todo. Um lado positivo, talvez, seja o maior domínio das tecnologias informacionais que também têm seus aspectos positivos na organização e realização da pesquisa e nas formas de ensinar. O isolamento social é muito ruim no sentido da aprendizagem, das redes, da troca e da produção de conhecimento. Por mais que a virtualidade possibilite contatos, fazer até disciplinas em universidades de todo o país e mesmo do exterior, perdemos a riqueza da interação social com os alunos e colegas que é fundamental, ainda mais numa disciplina como a nossa, além de afetar a saúde física e mental. Mas não temos outra saída. Não há governo, não há planejamento de saúde pública ou qualquer outra política voltada ao bem estar da população. Outro problema grave é o desemprego dos nossos mestres e doutores, que no momento estão sem perspectivas. Como falar para alguém: “invista na área, se empolgue, se entusiasme”, quando você mesmo não acredita nisso. Mas a sociedade é dinâmica e a mudança sempre vem. Apenas espero que seja para melhor.

Neste ano de 2021 o Fórum de Sociologia da Associação Internacional de Sociologia ocorreu no Brasil e teve a participação da SBS, inclusive a sua participação enquanto presidente desta entidade. Como você avalia a participação da SBS nesse evento e também da comunidade de pesquisadores(as) brasileiros(as) no evento?

A participação dos brasileiros no evento foi extremamente significativa, e tem sido assim em todos os congressos da *International Sociological Association (ISA)* nestes últimos anos. A comunidade sociológica brasileira atingiu alto nível de internacionalização. Foi muito importante que tenhamos conseguido trazer o Fórum da ISA pra

cá. Pena que tenha sido virtual. Por quê? Porque o virtual não pode ser muito demorado, pois ninguém aguenta muito tempo, exigindo que as atividades sejam rápidas. Com isso, as discussões acabam ficando muito limitadas, pois a sala tinha que ser esvaziada, tinha que entregar a sala para outra sessão, enquanto que, no presencial, isso é mais flexível. Nós vamos fazer agora o Congresso da SBS virtualmente em Belém, e com esse mesmo problema: nós já estávamos curtindo de ir para Belém, pois nos congressos é um momento de expor as pesquisas, fazer as redes, encontrar colegas, amigos e alunos, e também um momento de trocar experiências culturais. Por exemplo, estar todo mundo em Belém, ou estar em qualquer outro lugar juntos é uma troca muito mais rica.

Voltando ao Fórum da ISA, avalio que no geral foi muito bem e o desafio agora é fazer com que as pessoas também participem da SBS em Belém. Vamos esperar que as vacinas cheguem e que possamos retornar às nossas discussões presenciais. A pandemia possibilitou um largo momento de reflexão e que junto com o vírus representado pelo retrocesso político-institucional nos obriga a repensar a nossa formação, a nossa atuação, e a nossas possibilidades.

Quais as perspectivas de realização do Congresso Brasileiro de Sociologia deste ano?

Até o começo deste ano nós tínhamos deixado uma porta aberta para a realização do evento de forma presencial, mas ainda em janeiro nós fomos comunicados pela Reitoria da Universidade Federal do Pará (UFPA) que mesmo que houvesse vacina imediatamente, até julho dificilmente a Universidade poderia receber grandes eventos. Então, nós desistimos e passamos para o virtual. Em 2020 a SBS comemorou seus 70 anos e 83 anos se considerarmos a criação da Sociedade Paulista de Sociologia. Então, a nossa proposta é fazer

uma comemoração dentro do possível desses 70 anos. Nós somos a Sociedade de Sociologia mais antiga da América Latina e a mais consolidada. Então, a ideia é fazer uma comemoração para marcar essa data representativa da institucionalização da Sociologia brasileira.

O autoritarismo ganha cada vez mais espaço, e mais uma vez nossa atuação se reveste de um caráter de resistência. Então, fazer esse Congresso é uma manifestação de resistência às ameaças enfrentadas pela sociedade brasileira e o conhecimento científico. Após o interregno democrático que vivemos de 1985 a 2016, mais uma vez corremos o risco do retrocesso como sempre ocorreu em nossa frágil república.

Perfeito. Professor, muito obrigado pela disponibilidade e o aceite em participar da entrevista.

Referências

BARREIRA, Irllys Alencar Firmo; CORTES, Soraya V.; LIMA, Jacob Carlos. A sociologia fora do eixo: diversidades regionais e campo da pós-graduação no Brasil. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 6, p. 76-101, 2018.

LIMA, Jacob Carlos. A CAPES e a avaliação da pós-graduação: Considerações a partir das ciências sociais. *Novos Debates — Fórum de Debates em Antropologia*, v. 6, p. 01-10, 2020.

LIMA, Jacob. A reconfiguração da Sociologia no Brasil: expansão institucional e mobilidade docente. *Intersecções — Revista de Estudos Interdisciplinares*, v. 21, p. 7-48, 2019.

MICELI, Sergio (Org.) *História das Ciências Sociais no Brasil*, volume 01. São Paulo: Vértice/IDESP/FINEP, 1989.

MICELI, Sergio (Org.) *História das Ciências Sociais no Brasil*, volume 02. São Paulo: Editora Sumaré, 1995.

PINTO, Luiz Aguiar da Costa; CARNEIRO, Edison. *As ciências sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: CAPES (Série Estudos e Ensaios, nº 6), 1955.

Resumo:

Trata-se de uma entrevista com o professor Jacob Carlos Lima, professor titular da Universidade Federal de São Carlos, presidente da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) no período de 2019-2021. Na entrevista abordam-se alguns aspectos da institucionalização e profissionalização das Ciências Sociais brasileiras, com ênfase nas características dos Programas de Pós-graduação em Sociologia, assim como das agências de fomento a pesquisa como CAPES e CNPq e das associações profissionais como ANPOCS e SBS. Além disso, ressaltam-se aspectos dos efeitos da política-institucional no financiamento da pós-graduação da área de Ciências Sociais, das consequências da crise político-sanitária da Covid-19 no país e de uma avaliação sobre a participação da comunidade científica da SBS no Fórum de Sociologia da International Sociological Association (ISA) e da realização do 20º Congresso Brasileiro de Sociologia no ano de 2021, ambos eventos inéditos, em seu formato online.

Palavras-chave: Pós-graduação em ciências sociais; sociologia; ANPOCS; CAPES; CNPq.

Abstract:

This is an interview with Jacob Carlos Lima, professor at the Federal University of São Carlos, president of the Brazilian Society of Sociology (SBS) in the period 2019-2021. In the interview, some aspects of the institutionalization and professionalization of Brazilian Social Sciences are addressed, with an emphasis on the characteristics of the Postgraduate Programs in Sociology, as well as the research funding agencies such as CAPES and CNPq and professional associations such as ANPOCS and SBS. In addition, aspects of the effects of institutional policy on the financing of postgraduate studies in the Social Sciences area, the consequences of the political-sanitary crisis of Covid-19 in the country and an assessment of the participation of the scientific community of SBS are highlighted at the Sociology Forum of the International Sociological Association (ISA) and the holding of the 20th Brazilian Congress of Sociology in the year 2021, both unprecedented events, in its online format.

Keywords: Post-graduation in Social Sciences; sociology; ANPOCS; CAPES; CNPq.

Recebido para publicação em 23/03/2021.

Aceito em 28/04/2021.

// Artigos

Da dor ao dom: memória e trajetória do ser transplantado

Rafael Martins

Faculdade de Tecnologia SENAC Rio, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0002-1180-6283>

rlosada@gmail.com

Introdução

O encantamento exercido pelas tecnologias biomédicas já há algum tempo tem seduzido a imaginação dos que almejam maior longevidade e alimentado as esperanças daqueles que dela dependem. Contudo, somente em anos recentes esse encantamento alcançou os escritos antropológicos. Parte desse crescente interesse deve-se à ampliação das discussões sobre os efeitos da biotecnologia no ser humano sob o ponto de vista da sociabilidade, visto o seu potencial, real ou imaginário, para afetar não apenas a construção de sujeitos, mas sua própria existência material. Dentro dessa perspectiva, o presente artigo¹ debruça-se sobre o tema do transplante de órgãos e, mais especi-

¹Este artigo é uma síntese do Capítulo 5 da minha dissertação de mestrado (AARTINS, 2009) defendida no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Uni-

ficamente, sobre a vida após o transplante, privilegiando não somente o fato de receber uma doação, mas o de viver com um órgão transplantado² ao longo do tempo. O objetivo é apresentar e discutir, a partir de dados produzidos através de conversas informais e entrevistas semi-estruturadas, como os modos de subjetivação e as relações sociais dos receptores são alterados e (re)constituídos no pós-transplante, considerando que esse procedimento cirúrgico representa, para os pacientes, a culminância de um projeto de cura, por conseguinte, de resgate da normalidade biológica e social.

Para dar conta desse objetivo, a primeira seção será destinada a uma breve descrição do local onde foi realizado a maior parte do trabalho de campo, a *Associação dos Pacientes Transplantados da Bahia — ATX-BA*. Ao apresentar a história de sua criação, entrelaçada às vicissitudes vivenciadas por Marcela, fundadora e diretora da instituição, será evidenciada a motivação inicial para a criação da Associação, assim como sua principal linha de atuação — qual seja, o acesso aos medicamentos que compõem o regime de imunossupressão. Na seção seguinte, intitulada “Da dor ao dom a partir de duas trajetórias situadas”, serão apresentadas e analisadas, comparativamente, as trajetórias, bem distintas, de dois associados, Antônio e Neusa. Nelas serão delineadas transformações no estilo de vida, visão de mundo e relações sociais associadas, direta e indiretamente, ao transplante de órgãos. A escolha de conduzir a análise alicerçada em “trajetórias situadas”³ justifica-se pelo fato de que as experiências desses indi-

versidade Federal da Bahia. A pesquisa foi financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia — FAPESB.

²O escopo da pesquisa foi restrito ao transplante de órgãos sólidos (fígado, rim, pulmão, coração e pâncreas). Transplantes de tecidos, córnea e medula óssea, por exemplo, não foram contemplados pela pesquisa.

³A expressão “trajetória situada” é derivada da ideia de “situação biograficamente determinada” elaborada por Alfred Schutz e referida no final do parágrafo

víduos não são lineares nem homogêneas, mas abertas e processuais, gravitando em torno de esperanças e incertezas, possibilidades e ambiguidades. De forma similar às “doenças compridas” estudadas por Soraya Fleischer e Mônica Franch: “Uma doença é uma transformação na vida, mas também há transformações na doença” (FLEISCHER; FRANCH, 2015, p. 19). Por fim, nas conclusões, além de recapitular e aprofundar alguns argumentos desenvolvidos ao longo do texto, procede-se a uma avaliação crítica do conceito de “biossociabilidade” (RABINOW, 1999).

A escolha por recortar o período do pós-transplante não é fortuita. De um ponto de vista eminentemente biomédico, mas com repercussões para o resto da vida do receptor, o transplante gera a necessidade de administrar a rejeição ao órgão incorporado, processo bioquímico desencadeado pela resposta imune do organismo.⁴ A partir da realização do procedimento cirúrgico a rejeição torna-se uma condição crônica, cujo controle em níveis toleráveis é realizado através de um regime medicamentoso imunossupressor. Associada aos medicamentos, há uma rotina trimestral de exames e consultas para acompanhar a saúde do receptor e o órgão enxertado na expectativa de maximizar

anterior.

⁴A rejeição é classificada em quatro tipos: 1) a rejeição hiperaguda, caracterizada por ser uma reação mediada por anticorpos, comum nas primeiras horas após o transplante, sobretudo, em indivíduos previamente sensibilizados por transfusões sanguíneas, gravidez múltipla ou transplantes anteriores; 2) a rejeição aguda celular é o tipo mais recorrente, responsável pela maior taxa de óbito pós-operatório, ocorrendo nos primeiros dias ou semanas, porém, pode surgir em períodos tardios, em particular, quando ocorre interrupção do tratamento imunossupressor; 3) a rejeição aguda vascular ocorre, geralmente, após a segunda semana do transplante, causando danos na microcirculação dos tecidos afetados; 4) a rejeição crônica, atualmente o principal fator limitante da sobrevida do receptor a longo prazo, desenvolvendo-se em enxertos que sofrem danos intermitentes ou persistentes em virtude da ação do sistema imunológico. Aproximadamente 50% dos receptores apresentarão rejeição crônica decorridos sete anos do transplante. (PEREIRA, 2004, p. 79-84).

a sobrevida de ambos. Essa rotina, por sua vez, é intensificada em razão das inevitáveis “intercorrências”, expressão médica incorporada pelos receptores para denominar a ocorrência de um “problema de saúde”, que pode ou não ter relação com a condição de transplantado. Por fim, cabe acrescentar os efeitos colaterais cumulativos desencadeados pelo regime imunossupressor.⁵

A realização do projeto de cura através do transplante é, portanto, acompanhada por modificações na forma como os receptores devem conduzir suas vidas no cotidiano, de modo a assegurar seu bem-estar e qualidade de vida. Em razão da cronicidade provocada pela rejeição — similar às “doenças compridas” ou de “longa duração” (FLEISCHER; FRANCH, 2015) —, a incorporação de modelos cognitivos e de conduta oriundos da biomedicina é um processo fundamental para o sucesso da trajetória pós-transplante. Consultas, exames, dietas, remédios e a interação prolongada com profissionais de saúde contribuem sobremaneira para o aprendizado dessas categorias de entendimento e cursos de ação, constituindo-se, com o passar do tempo, num componente de obrigação normativa subjetivamente justificado. Todavia, essa dimensão prático-normativa da biomedicina não produz uma totalização *a priori* das experiências dos indivíduos que a ela recorrem (ALVES, 1994). Afetos, dramas morais e vivências, assim como condições de vida, motivações pragmáticas e relações interpessoais alheias à normalização biomédica também contribuem para a formatação dos sentidos e significados das experiências aflitivas e seus respectivos processos terapêuticos.

⁵O regime imunossupressor é, normalmente, constituído por dois tipos de medicamentos: um imunossupressor e um corticosteroide. Os efeitos colaterais cumulativos do regime imunossupressor incluem: doenças ósseas, como a osteoporose; distúrbios linfoproliferativos; nefrotoxicidade; perda progressiva da visão; diferentes tipos de neoplasias; complicações neurológicas; hipertensão arterial; hiperglicemia; e hepatotoxicidade (PEREIRA, 2004, p. 98-99).

A relação do receptor com o órgão doado e com o doador (ou sua família) é um exemplo das limitações e, até mesmo, da impossibilidade de tratar o tema a partir de um referencial estritamente biomédico. O órgão doado não é apenas um componente anatômico neutro e destacável destinado a substituir outro que já não funciona adequadamente. Pensado a partir da metáfora do “presente da vida”,⁶ esse órgão é animado com a essência da vida numa relação metonímica com o doador. A “vida” doada a partir de um gesto altruísta estabelece um quadro de relações sociais dominado pela lógica daquilo que se convencionou denominar “economia do dom” (MAUSS, 2003 [1925]). No caso da doação cadavérica, por exemplo, presume-se que a metáfora do “presente da vida”, ao sublinhar a continuidade da vida do falecido, alivia o sentimento de sofrimento da família, agregando um sentido positivo a uma perda trágica e repentina (SQUE; PAYNE, 1996; SADALA, 2004). Já para os receptores, o dom da vida ajuda na aceitação do órgão e alivia possíveis sentimentos de culpa (SHARP, 1995; 2001). Para ambos, doadores (e seus familiares) e receptores, essa metáfora, além de encobrir a mercantilização de partes do corpo, favorece a acomodação de distintos significados sobre o que é trocado.

A doação assim figurada conecta a circulação de órgãos à negociação de identidades e relações sociais. Para Mauss (2003 [1925]), a

⁶Muitas campanhas de incentivo à doação de órgãos, por exemplo, são centradas na “vida”. Nelas o ato da doação é um gesto que possibilita a continuidade da vida: “Doe órgãos. Decida-se pela vida”; “Vida é para doar e para receber”; “Preserve a vida. Seja um doador de órgãos”. Destaca-se nesses *slogans* a personificação dos órgãos com a essência da vida, em contraste, com a percepção biomédica dos órgãos enquanto partes mecânicas substituíveis. Importante observar que a personificação ocorre através da doação. É este ato que “dá” vida ao órgão. O que essas campanhas suprimem é o próprio evento da morte, no caso dos transplantes, quase sempre trágica. Por isso, Joralemon (1995) afirma que essas construções simbólicas são os “equivalentes ideológicos” dos imunossupressores.

dádiva molda relações sociais ao revelar o status do doador, ao mesmo tempo que estabelece para o receptor uma obrigação moral que não pode ser retribuída, exceto através da manutenção de um laço social. Todavia, no campo do transplante de órgãos, qualquer relação entre doador e receptor é deliberadamente evitada quando a doação tem origem na morte. Por isso, a doação cadavérica, em algumas ocasiões, torna as relações entre doadores e receptores mais complexas, com familiares de doadores desejando integrar os receptores no seu mundo social para assegurar a manutenção de laços com a essência do parente falecido; e com receptores perturbados com um desejo, confuso e impossível, de reciprocidade (SHARP, 1995; 2001; 2006; FOX; SWAZEY, 1992; SQUE; PAYNE, 1996). Já no caso do transplante intervivos⁷ (ou de sua não realização) as relações entre doador e receptor têm o potencial de atualizar relações de parentesco e familiares, produzindo rearranjos com efeitos variados, inclusive, quando sua possibilidade não é efetivada em razão de parente algum candidatar-se como doador. Em ambas as situações, o órgão não é uma substância impessoal, identificações e/ou diferenciações estabelecidas entre as duas partes são centrais para as tentativas de lidar com transformações no corpo e na pessoa (SHARP, 1995).

Ainda que de grande relevância para a compreensão da vida pós-transplante, a dimensão prático-normativa da biomedicina deve ser matizada mediante um enquadramento mais amplo do tema, capaz de dar conta do trânsito entre distintas “províncias de significado” (SCHUTZ, 2012 [1970]). Nesse sentido, o presente artigo propõe en-

⁷De acordo com o artigo 9º da lei nº 10.211 de 23 de março de 2001, que dispõe sobre a doação intervivos: “É permitida à pessoa juridicamente capaz dispor gratuitamente de tecidos, órgãos e partes do próprio corpo vivo, para fins terapêuticos ou para transplantes em cônjuge ou parentes consanguíneos até o quarto grau, inclusive, na forma do § 4º deste artigo, ou em qualquer outra pessoa, mediante autorização judicial, dispensada esta em relação à medula óssea”.

quadrar o processo de incorporação de uma ética biomédica a partir da questão moral mais ampla do “como viver?”, isto é, das diferentes maneiras de conduzir a vida, situando, assim, o indivíduo em um campo mais amplo e complexo de relações sociais. Mais precisamente, a proposta aqui é compreender modificações nos modos de subjetivação e na sociabilidade de indivíduos submetidos ao transplante de órgãos, considerando que, embora a incorporação de elementos prático-cognitivos advindos da relação prolongada com profissionais, tecnologias e saberes da biomedicina seja um elemento-chave da análise, sua apreensão deve ser realizada a partir de “situações biograficamente determinadas”⁸ (SCHUTZ, 2012 [1970], p. 85).

A ATX-BA: contexto do estudo

A realização da pesquisa⁹ foi viabilizada através da *Associação de Pacientes Transplantados da Bahia — ATX-BA*,¹⁰ uma entidade sem fins lucrativos, fundada em 1999, por Marcela¹¹ — atual e até hoje única diretora —, com a finalidade de proporcionar melhor qualidade de vida para os receptores e desenvolver atividades de assistência socioeconômica. A concepção da entidade resultou da experiência vivenciada por ela quando necessitou recorrer ao transplante após ser diagnosticada com insuficiência renal crônica resultante de nefrite (inflamação dos rins). A cirurgia foi realizada em São Paulo com o rim

⁹Os dados apresentados neste artigo foram produzidos entre os anos de 2008 e 2009, ao longo de seis meses de trabalho de campo (AARTINS, 2009).

¹⁰De forma similar a outras entidades que atuam nessa área, a *ATX-BA* tem dentre suas principais atividades a realização de campanhas publicitárias, geralmente veiculadas em outdoors e jornais, e eventos de mobilização que visam informar e incentivar a população sobre a importância da doação de órgãos e tecidos.

¹¹Os nomes próprios dos interlocutores citados ao longo do artigo são fictícios, em razão do acordo inicial para a pesquisa e tendo em vista que a identificação não interfere na argumentação apresentada.

doado por seu pai. A permanência no hospital durou vários meses, período durante o qual observou a presença recorrente de outros conterrâneos transplantados. Estes, segundo ela, não só se dirigiam ao hospital para realizar procedimentos hospitalares diversos, mas também procuravam medicamentos imunossuppressores em falta na Bahia. Acompanhar de perto as dificuldades enfrentadas por esses pacientes para obter o medicamento, sem o qual não sobreviveriam, foi uma experiência marcante e, assim como o próprio transplante, transformativa. De volta a Salvador, ainda marcada pelos acontecimentos vivenciados no hospital e sem mais poder exercer sua profissão, Marcela, apoiada por amigos e familiares, fundou a *ATX-BA*.

Eu vi muitos pacientes transplantados da Bahia chegarem lá e pedirem medicamentos que estavam faltando aqui. Isso me constrangeu muito, [...] gerou em mim uma vontade muito grande... porque já não poderia exercer mais minha profissão [...] Eu era farmacêutica bioquímica e trabalhava na área de microbiologia, e era uma área que eu fui afastada por causa da contaminação [...] Então, eu já não podia atuar como farmacêutica bioquímica e aí eu vim formar a Associação.

O acesso aos medicamentos imunossuppressores é uma das principais linhas de atuação da instituição.¹² Já na primeira visita à Associação, enquanto aguardava na recepção, notei certa agitação, principalmente por parte da própria Marcela, que entrava e saía de sua sala freneticamente, conversando ao telefone. Aos poucos, ouvindo as conversas, entendi o motivo da agitação, havia a possibilidade de faltar medicamentos imunossuppressores no estado da Bahia; fato que,

¹²Os medicamentos imunossuppressores estão incluídos na lista do Programa de Medicamentos Excepcionais, gerenciado pela Secretaria de Assistência à Saúde/Ministério da Saúde, que financia 80% do valor do remédio (o restante é pago pelo governo estadual). Já a aquisição e distribuição são responsabilidades das secretarias de saúde estaduais, não sendo possível obtê-los em farmácias.

pouco tempo depois, efetivamente aconteceu.¹³ Além de monitorar os estoques públicos, a *ATX-BA* distribui gratuitamente para seus associados um importante medicamento que faz parte do regime imunossupressor, a predisona, um corticosteroide, fornecido gratuitamente pelo Sistema Único de Saúde — SUS, mas recorrentemente indisponível nos postos de saúde. A distribuição desse medicamento é, inclusive, o principal motivo para a presença dos associados na instituição, de resto exígua em qualquer dia da semana. As únicas pessoas encontradas constantemente são a secretária, a própria Marcela e Ari, considerado seu “braço direito”.

Quando a pesquisa foi realizada, havia 485 associados cadastrados na Associação, 303 homens e 182 mulheres. Desse total, no que se refere aos transplantes de órgãos sólidos, havia 175 de rim (36,08%), 47 de fígado (9,6%) e 3 de coração (0,61%). Sobre a residência, a maioria, 328 (67,62%), morava em Salvador e 157 (32,38%) no interior. Já com relação ao perfil dos associados, Marcela informou que “a grande maioria é de pessoas carentes, extremamente carentes, com baixo grau de escolaridade”. Devido a essa preponderância, afirmava repetidas vezes que o trabalho realizado pela associação é, fundamentalmente, “social”, com o objetivo de amenizar o impacto das desigualdades socioeconômicas na vida das pessoas transplantadas, tanto do ponto de vista da subsistência, quanto da sobrevida do órgão enxertado. Para tanto, a Associação realizava distribuição de alimentos e capacitações profissionais, mas de forma intermitente e com abrangência variada, posto que ambas dependiam de doações e parcerias com instituições públicas e privadas.

No que diz respeito ao trabalho de campo na sede da associação,

¹³O medicamento em questão era o imunossupressor micofenolato de mofetil de 500mg, distribuído aos pacientes pelas farmácias dos hospitais Ana Nery e Manoel Vitorino.

além de pesquisar sobre seu histórico e funcionamento, contei com a ajuda da Marcela para ser apresentado a alguns associados. Essa fase inicial teve por objetivo conhecê-los e estabelecer relações de confiança, período no qual priorizei conversas informais e entrevistas não estruturadas com o intuito de obter informações preliminares sobre suas trajetórias de vida. Apesar de abrangente, essa etapa foi de grande valia, pois possibilitou a delimitação de temas relevantes previamente não identificados, posteriormente, aprofundados mediante entrevistas semiestruturadas. Esta última etapa, direcionada para os informantes-chave, propiciou aprofundar a compreensão sobre determinados tópicos organizados em torno de dois eixos. O primeiro centrado nos eventos do diagnóstico da doença, a opção pelo transplante, o evento crítico da doação, a realização da cirurgia e, o segundo, na vida após o transplante. Inicialmente, os encontros ocorreram na própria Associação e, posteriormente, conforme estabelecia maior confiança e intimidade com os interlocutores, o espaço da associação foi relegado em favor de outros lugares por eles escolhidos, inclusive, suas casas. Devo ressaltar que todos os participantes foram devidamente informados sobre objetivos da pesquisa, confidencialidade e anonimato no uso dos dados produzidos, assim como procedimentos adotados para preservar suas identidades.

Da dor ao dom a partir de duas “trajetórias situadas”: A Trajetória de Antônio

Na sede da *ATX-BA*, logo nos momentos iniciais da pesquisa de campo, uma das primeiras pessoas que conheci foi Antônio, técnico eletricitista aposentado, que recebeu um rim de sua “irmã parcial”, após ser diagnosticado com insuficiência renal bilateral. Dentre as diversas

conversas que tivemos, uma das mais marcantes foi quando narrou o dia de sua cirurgia, compartilhando uma reflexão realizada momentos antes de perder a consciência por conta do efeito da anestesia.

Fui levado para o centro cirúrgico logo cedo, assim como minha irmã, a doadora, que ficou numa sala ao lado, sendo operado por um competente cirurgião e urologista; e eu seria operado pelo Dr. Cabral, um experiente cirurgião, chefe da equipe. Após a anestesia só me lembro da intensa movimentação e do barulho das conversas, depois uma profunda sonolência. Aproveitando que estava quase “dormindo” fiz uma incursão para o futuro. Me perguntei: como será a minha vida daqui por diante? Já sei que será bem diferente no sentido de que me recuperarei logo do transplante. Embora saiba, também, que existe sempre, por melhor que seja o doador, a compatibilidade dele, e, por mais avançada que a medicina seja, com drogas antirrejeição e acompanhamento constante, existe, sim, a possibilidade do meu organismo rejeitar o novo órgão. Aliás, isso é natural, pois o Criador nos fez de tal modo que nosso corpo é resistente aos agentes externos que o invadem, como vírus e bactérias, e nos prejudicam provocando doenças e infecções. Quando isso acontece o nosso sangue produz anticorpos para combater os invasores indesejáveis. No caso do transplante, a medicina está lutando contra a lei natural do universo, para evitar que o organismo do transplantado rejeite o novo órgão. E eu, naturalmente, tinha, por instinto, por desejo e por convicção, que lutar com todas as forças para que o meu organismo aceite docilmente o rim doado por minha irmã. E, pensei comigo mesmo, farei isso com muita garra, paciência e perseverança que no fim vai dar tudo certo. Enquanto não der certo é porque ainda não chegou no fim.

A incerteza vivenciada no pré-operatório por Antônio, comum a muitos transplantados, se estenderá por toda a vida. A resposta à questão sobre quanto tempo o órgão implantado funcionará adequadamente permanecerá uma incógnita.

Nascido em Salvador (Bahia), foi criado no Rio de Janeiro, onde se formou em técnico de eletricidade. Lá, Antônio viveu até os 25

anos, quando se casou e voltou para sua cidade natal. Por conta do curso técnico conseguiu emprego na empresa responsável pela distribuição de eletricidade no estado da Bahia até o ano de 1999, quando se aposentou. Além do merecido descanso, esse ano ficou marcado por outro acontecimento. Ao realizar exames médicos para dar início ao processo de aposentadoria, foi diagnosticado com insuficiência renal crônica bilateral causada por fatores hereditários. Inclusive, dois irmãos por parte de pai tiveram o mesmo infortúnio, um fez transplante e o outro faleceu.

Inicialmente, ficou reticente quanto ao resultado do exame. Procurou outro médico e fez novos exames. Para sua infelicidade, o segundo médico endossou o diagnóstico anterior. Com a confirmação, adveio a necessidade das exaustivas e nauseantes sessões semanais de hemodiálise, realizadas durante longos quatro anos. Esse período foi marcado pelo sofrimento, falta de “liberdade”, mal-estar constante e a debilidade física ocasionada pelo tratamento: “é desgastante você ficar ali quatro horas, você às vezes tem hipotensão ou hipertensão”. Após as sessões, ao voltar para casa sua única vontade era a de dormir: “você muda totalmente sua condição de vida, sua convivência com os familiares”. Além disso, ao longo do tratamento paliativo presenciou mais de uma vez a morte de pacientes.

Como eu mesmo vi, muitas pessoas que já tinham uma vida debilitada, pessoas fracas economicamente, que não têm uma condição de alimentação, passavam por situações realmente muito apavorantes. Vi algumas morrerem durante a hemodiálise [...] O dia que eu vinha, às vezes saía com cefaleia, aí tinha que tomar medicação devido à questão da variação [de pressão arterial]. Chegava em casa era só questão de querer dormir, deitado, não tinha vontade pra nada [...]. De uma forma ou de outra, por mais sutil que você queira ser, você sempre deixa transparecer algo para os familiares [...], isso desencadeia uma série de problemas que não é somente com o paciente. É

muito importante o apoio da família, principalmente porque é uma das coisas essenciais. Porque se a pessoa não tiver, acima de tudo, uma mente legal, um bom raciocínio, se não for uma pessoa plantada emocionalmente, às vezes, a pessoa pode até pensar em fazer besteira. Eu não pensei, mas tem gente que chega até o ponto de se entregar mesmo, até suicídio.

Antônio reconhece a importância do apoio da família durante esse momento difícil, principalmente, da esposa e da filha. Todos os dias quando chegava da hemodiálise, a filha perguntava: “Papai, como você está? Não fique assim, não”. Sua esposa sempre o acompanhava durante as sessões e era responsável por sua dieta, tanto por cozinhar receitas adequadas para o marido, quanto por coibi-lo de burlar as orientações da nutricionista. Além disso, devido à debilidade física, o cuidado com a filha e a realização das tarefas domésticas, anteriormente realizadas por ele, passaram a ser desempenhadas pela esposa. Por tudo isso, Antônio se sentia inútil, incapaz até mesmo de cuidar da filha, contribuindo para o sentimento de impotência diante da doença. A única alternativa era realizar um transplante renal, o que colocava uma questão incontornável, o doador.

Sua esposa foi a primeira a se candidatar. Todavia, a realização de exames preliminares identificou incompatibilidade sanguínea entre eles, descartando-a como doadora. A impossibilidade do gesto altruísta frustrou emocionalmente a esposa, segundo Antônio: “ela, mais do que ninguém, por acompanhar meu sofrimento, queria muito fazer esse ato de amor. Ela achava que era uma forma de dividir comigo aquele sofrimento todo”. Pouco tempo depois, quando a mãe de Antônio, residente na cidade do Rio de Janeiro, soube das dificuldades enfrentadas pelo filho, contactou o resto da família para tentar sensibilizá-la na expectativa de encontrar um doador. A iniciativa, felizmente, teve resultados positivos. Certo dia, Antônio recebeu um

telefonema da irmã, que também morava no Rio de Janeiro, afirmando estar disposta a realizar a doação, caso fosse compatível. A felicidade, contudo, durou muito pouco, na mesma semana, “o marido dela disse que mulher dele não vinha para Salvador, para doar rim para irmão, questões de família e tal”. Mas, como o próprio Antônio disse, “há males que vêm para o bem”.

Quando era adolescente, seus pais se separaram, segundo ele, amigavelmente. Sobre a separação, afirmou que o assunto dizia respeito exclusivamente aos seus pais, e, se eles concordavam não ser mais viável manter o relacionamento, tinham o direito de terminar. Contudo, algum tempo depois, a mãe iniciou outro relacionamento com um homem mais novo, fato que o desagradou profundamente, pois, na sua opinião, era uma aventura amorosa sem futuro. Inclusive, expressou sua discordância de forma assertiva, dando início a uma série de discussões com a mãe, até ambos romperem relações. Da “aventura amorosa” nasceu uma filha. Contrariado, Antônio não quis proximidade com a “irmã parcial”, como ele mesmo a denominou. Esse afastamento foi reforçado pela distância geográfica quando ele se mudou para Salvador. Muitos anos depois, refletiu e considerou a reação exagerada, atribuindo sua atitude à imaturidade. Desculpou-se e iniciou um processo de reaproximação da sua mãe. Já com relação à sua “irmã parcial”, manteve-se afastado.

Enfim, Antônio precisava realizar um transplante renal para não mais depender da hemodiálise. Sua esposa, a primeira a se candidatar, foi descartada devido à incompatibilidade sanguínea. Em seguida, foi a vez de sua irmã, que nem chegou a realizar os exames, pois o marido proibiu. Quando as chances de receber uma doação familiar iam diminuindo e a necessidade de entrar na vagarosa lista de espera para doação cadavérica tornava-se imperativa, sua “irmã parcial”, relegada

desde o nascimento, ofertou seu órgão espontaneamente.

E a irmã parcial foi a que disse: “Meu irmão está precisando, eu vou [doar] de livre e espontânea vontade”. Minha família ofereceu e eu acatei porque acho que é uma questão que tem que existir a livre e espontânea vontade [...]. Inicialmente, eu disse que ela primeiro analisasse, pensasse, porque ela podia estar sendo movida por impulso emocional, que era uma coisa séria e, futuramente, caso visse a acontecer algum problema, ela também ia passar a necessitar de um rim. Tudo isso nós conversamos. Aí, ela disse que não tinha problema nenhum e que “o futuro só Deus nos dará, eu quero saber agora do presente, e a minha decisão é essa”.

Os exames necessários foram realizados e confirmaram a viabilidade da doação do órgão. No dia 18 de janeiro de 1999, Antônio realizou o transplante, que representou não apenas o fim da hemodiálise, mas também um rearranjo de suas relações familiares, particularmente no que se refere à sua “irmã parcial”. Após a cirurgia, realizada no Rio de Janeiro, Antônio ficou hospedado na casa dela, juntamente com sua esposa, responsável por assistir ambos enquanto se recuperavam do pós-operatório. Além de superarem as desavenças passadas, começaram a construir uma relação mais próxima. Como veremos adiante, Antônio teve outra filha pouco depois do transplante e convidou a irmã, agora efetivamente reconhecida como tal, para ser madrinha. Atualmente, sempre que possível, eles se encontram nos feriados prolongados ou nas férias escolares, seja no Rio ou em Salvador.

Eu prejudiquei ela, fui precipitado, mas me desculpei no que foi possível. Conversei com ela, esclareci tudo. Ficou tudo esclarecido e por questões de destino veio a acontecer isso aí, para você ver como funcionam as coisas [...]. Foi ela que me deu uma nova vida, para mim e para minha esposa e filhas. Na vida, a gente sempre aprende a recomeçar, essa foi uma das coisas que aprendi.

Não foram apenas as relações familiares que mudaram após o transplante, Antônio teve também que modificar seu estilo de vida, adotando comportamentos necessários para controlar a rejeição do órgão transplantado e, dessa forma, assegurar uma maior sobrevida do enxerto. Segundo ele, a vida de uma pessoa transplantada é quase igual à de uma pessoa normal, desde que se siga três recomendações: controlar a alimentação com uma dieta específica, não deixar de usar os medicamentos imunossuppressores e realizar periodicamente exames médicos. Ele não tem dificuldades em seguir essas recomendações. Sua aposentadoria por tempo de serviço, juntamente com os rendimentos de sua esposa, são suficientes para manter um padrão de vida adequado às suas necessidades. Outro ponto importante, ele possui um plano de saúde privado que o torna independente das vicissitudes do sistema público de saúde.

Em contraste com o período em que realizava hemodiálise, hoje, Antônio tem uma alimentação “praticamente normal”, a dieta severa de alimentos e de ingestão de líquidos deu lugar a uma dieta mais branda. O consumo de carne vermelha é restrito, a preferência é dada para as carnes brancas. A “cervejinha” terminantemente proibida no tempo da hemodiálise, agora pode ser desfrutada, com muita moderação, mas pode. A alimentação adequada é necessária também para minimizar os efeitos colaterais das medicações necessárias à imunossupressão. Outro ponto importante é a atividade física, que, embora limitada, deve ser realizada. Antônio gosta de caminhar, hábito cultivado apenas após o transplante, antes, admitiu, era preguiçoso.

Eu passei a ter uma alimentação praticamente normal, com algumas ressalvas, com relação ao sal, proteínas. Você tem que fazer maior ingestão de carne branca. Eu, por exemplo, não como frango, então, tenho que fazer mais uso do peixe. Mas eu uso também outras carnes, só que você não pode usar muita carne, porque com a proteína

que tem nela corre o risco de elevar a hemoglobina, você fica com o sangue muito alto [...]. Também é importante comer as verduras e legumes. Você tem que preparar seu organismo para ele não ficar debilitado com os remédios, porque eles exigem muito do corpo da pessoa. Eu digo que nunca fui muito chegado em comer folha, essas coisas, mas você tem que pensar no que faz bem para você. Tem que estar consciente da sua situação e da sua postura. Ninguém pode fazer isso por você. É tudo com você mesmo. Agora você tem que fazer alguma atividade física que é para evitar aquela questão de você ter, às vezes, a taxa de colesterol que se eleva um pouquinho e tal.

O transplante trouxe uma série de mudanças na vida de Antônio. Dentre elas, conheceu uma associação, passou a frequentá-la e, em pouco tempo, começou a assumir uma série de tarefas. Antônio é considerado por Marcela o seu “braço direito” no que se refere aos assuntos da *ATX-BA*. Ele conheceu a associação após a operação, através de um encontro fortuito com outra pessoa transplantada quando buscava exames médicos num laboratório. Nos termos da diretora, ele “é pau para toda obra”. Realmente, Antônio faz de tudo um pouco: organiza as notas fiscais, ajuda na preparação das cestas básicas, representa a associação em eventos, faz pequenos reparos na sede, dentre outras atividades.

Aí foi que eu passei a fazer um trabalho com a coordenação, junto com a Marcela, auxiliando no que for possível, mediante a supervisão dela, porque ela é a diretora da entidade. Eu me interessei porque é um trabalho que eu vi que, mesmo sendo um trabalho sem fins lucrativos, é uma questão de trabalho social e humanitário acima de tudo. E aí os ideais iam ao encontro do meu raciocínio, porque ajudar é sempre bom. A gente ajuda não na esperança de ter um retorno, principalmente retorno financeiro, que não é o caso. A minha metodologia é assim: se tem um incêndio e você joga uma gota de água, você não precisa levar um caminhão pipa. Você joga uma gota, se tem um milhão de pessoas e cada uma joga uma gota, vai apagar o incêndio.

Foram muitas as mudanças na vida de Antônio desde o diagnóstico da doença até o transplante e posteriormente. O processo de doação, por exemplo, produziu um rearranjo nas suas relações familiares, fazendo com que se aproximasse da “irmã parcial”, reconhecendo-a como parte da família após muitos anos. Nesse processo, sua visão de mundo mudou: “início de grandes mudanças na minha vida, de reafirmar outros valores escondidos na minha personalidade”. Seu estilo de vida também foi modificado: alimentação, atividade física, exames, remédios. Mas, nada disso é comparável ao nascimento de sua segunda filha. Pouco antes da aposentadoria, Antônio e sua esposa começaram a planejar um segundo filho. A primeira e, até aquele momento, única filha já havia crescido, casado e estava seguindo sua própria vida. Com isso, a vontade de ter outro filho aumentava cada vez mais, além de ser um desejo antigo de sua esposa. Em comum acordo, decidiram iniciar as tentativas de engravidar após a aposentadoria. Entretanto, o diagnóstico da doença adiou indefinidamente os planos e chegaram até a cogitar que jamais conseguiriam ter outro filho. Inesperadamente, um ano após o transplante eles foram surpreendidos com a notícia da gravidez. Para Antônio, essa foi a maior mudança que o transplante trouxe para sua vida, a possibilidade de ser pai novamente.

A Trajetória de Neusa

Antes mesmo de conhecer Neusa pessoalmente, já tinha ouvido falar dela mais de uma vez. Certamente, dos associados da *ATX-BA*, era uma das mais conhecidas. Não apenas por conta de sua simpatia e perfil extrovertido, sempre cumprimentando os presentes e disposta a conversar, mas também pela relação que estabeleceu com o órgão

doado e os familiares do doador, motivo de censura e controvérsia, como veremos adiante.

Natural de Irecê, município do interior da Bahia, Neusa mora em Salvador desde o início dos anos 1990. Antes da mudança morava com os pais e trabalhava com eles no cultivo de mamona para comercialização, além de outros gêneros alimentícios para subsistência. Diferente dos irmãos e irmãs, não se casou. Aliás, nunca teve vontade de casar-se. Talvez, essa opção seja decorrência da frustração vivenciada na sua primeira e única relação amorosa. Aos 25 anos, iniciou um namoro com seu vizinho, que há muito tempo a cortejava. O relacionamento começou por insistência dos pais, receosos sobre o futuro da filha, pois achavam que ela já havia passado da idade de se casar. Embora atribua o início do namoro aos pais, confessou que, tempos depois, começou a “gostar de verdade” do rapaz, pelo seu jeito “simpático e carinhoso”.

Esse encanto, entretanto, não durou muito. Seu namorado gostava de beber cachaça com os amigos e o hábito, com o passar do tempo, se transformou em vício. A simpatia e o carinho deram lugar a sucessivas brigas e discussões. Justamente nesse momento conturbado, Neusa engravidou. A descoberta da gravidez foi determinante para o término do seu relacionamento, já estremecido pela constante embriaguez do seu par.

Quando não enchia o juízo de pinga, ele era um bom homem. Mas quando começou a beber todo dia, não tinha quem aguentasse. Ficava todo “bocó”, se metia em briga, ficava caído pelo chão. Ninguém merece [...]! Aí, quando eu descobri que estava esperando um filho, botei um fim. Já não estava dando certo mesmo.

Além de pôr fim ao namoro, decidiu não comunicar ao rapaz sobre a novidade, que, segundo ela, não sabe até hoje ser pai de uma menina.

O início emocionalmente conturbado da gravidez, contrastou com os meses seguintes, quando Neusa, já de volta à casa dos pais, se preparava para a chegada da filha. Ao falar sobre esse período, ressalta a felicidade e plenitude que sentia com a proximidade do parto, enfatizando nunca ter imaginado que a gravidez pudesse proporcionar tamanha alegria. Esse estado de espírito durou até o mês anterior ao parto. Um exame de urina realizado como parte do pré-natal indicou uma debilidade no funcionamento dos seus rins. Exames subsequentes confirmaram tratar-se de insuficiência renal crônica.

Inicialmente, não teve dimensão das consequências que o diagnóstico traria para sua vida, acreditando que medicamentos bastariam para curá-la. Ainda sob as expectativas entusiasmadas da maternidade, nasce na semana do Natal, Natália, uma homenagem, segundo Neusa, ao nascimento de Jesus. Pouco tempo após o parto, os sintomas da doença recém diagnosticada agravaram-se progressivamente. A debilidade física levou a novos exames e em uma das consultas foi informada pelo médico sobre o estado avançado de sua insuficiência renal. Não havia escolha, de acordo com o médico. Era necessário iniciar, imediatamente, o tratamento, ou seja, a hemodiálise. A questão que se colocou para Neusa era a de que não havia em sua cidade clínica ou hospital habilitado para realizar o procedimento. Suas opções eram ir para Salvador três vezes por semana no ônibus disponibilizado pela prefeitura ou mudar-se para a capital. Optou pela segunda alternativa, valendo-se de uma pequena ajuda financeira fornecida arduamente pelos pais e do apoio de um primo que emprestou sua casa na periferia da Região Metropolitana de Salvador, vazia desde que retornou para o interior. Já sua filha recém-nascida, com poucos meses de vida, ficou sob os cuidados dos avós maternos. Desde a mudança, teve poucas oportunidades para visitar a filha e seus pais, sobretudo em virtude

de limitações financeiras. Quando a conheci, já morava em Salvador há dezoito anos. Pelo tempo e distância, reafirmava constantemente, em tom de remorso, que a filha já não era mais sua, mas dos seus pais que a criaram. Afirmação cuja constante repetição nas conversas apontava para uma cicatriz tão marcante quanto as fístulas ainda hoje visíveis em seus braços.

Assim como a maioria dos pacientes em hemodiálise, enfrentou muitas dificuldades para se acostumar ao tratamento e minimizar os episódios de mal-estar. O fato de não ter alguém para acompanhá-la tornava o trajeto de volta para casa, realizado de ônibus, um momento crítico, não raro necessitando do auxílio e amparo de transeuntes. Após os primeiros meses de tratamento, o transplante renal tornou-se seu maior sonho, tanto para não mais depender da hemodiálise e sofrer seus efeitos colaterais, quanto para possibilitar a volta à cidade natal e, conseqüentemente, para seu papel de mãe junto à filha. Pensava que, por estar morando em Salvador, seria mais fácil, um grande engano. Confessou que sua grande esperança foi, durante muito tempo, algum irmão ou irmã se prontificar a doar um rim. Isso, todavia, nunca aconteceu. Até hoje esse fato causa desconforto ou, em suas palavras, “um grande desgosto”.

Se algum parente meu precisasse [de um rim para transplante], eu dava. Nem pensava duas vezes. Me diz, se você não pode contar com a sua família, você vai contar com quem? Me diga! Comi o pão que o diabo amassou. Foram quinze anos, quinze anos que fiquei presa naquela máquina, passando mal [...]. Mas me orgulho de nunca ter pedido para parente meu doar. Fui forte, não é qualquer um que aguenta quinze anos. Eu vi mais de dez morrerem na hemodiálise, ali do meu lado. E sei que podia ser eu. Sempre achei que meu fim ia ser esse, ali na maca [...]. Aí, eu disse para os meus parentes que, quando eu recebesse um rim que, se fosse de cadáver, ia ser minha família, disse mesmo.

Após quinze longos anos de espera na fila de transplantes, Neusa implantou um novo rim em 2005 a partir de uma doação cadavérica. A cirurgia foi bem-sucedida e Neusa não mais dependia das três sessões semanais de hemodiálise. Todavia, seu sonho foi apenas parcialmente realizado. A volta para a cidade natal e a aproximação da filha não foram concretizadas. Embora não dependesse mais da “máquina”, o acompanhamento médico a cada três meses, os exames, a distribuição do imunossupressor restrita a dois hospitais localizados em Salvador e a inexistência de serviços de saúde especializados em Irecê para lidar com as “intercorrências” tão comuns aos transplantados, inviabilizavam sua volta. Ainda assim, nos seus relatos, não demonstra arrependimento sobre a decisão de transplantar, pelo contrário.

Quando eu consegui o rim e fui transplantada, eu voltei para a vida. Aquilo que eu vivia antes, aquilo não era vida. Ninguém merece ficar preso naquela máquina quase todo dia, que faz a gente se sentir mal [...]. Pra mim, o transplante foi a melhor coisa que aconteceu na minha vida, mudou tudo pra mim. A família que doou me fez viver de novo, me deu minha vida de volta. Era tudo o que eu queria, você não imagina.

Assim como outros interlocutores ao longo do trabalho de campo, conheci Neusa na sede da associação, quando ela foi buscar o medicamento que é distribuído gratuitamente, a predisona. Sentada numa cadeira, aguardava sua vez para ser atendida pela secretária, nesse ínterim fui apresentado a ela por Marcela, diretora da Associação. Na breve conversa travada nesse dia, inesperadamente, Neusa levantou a parte de sua blusa para mostrar o local onde o rim foi implantado, o qual apresenta uma pequena saliência em relação ao resto do corpo. Ao percorrer carinhosamente a região com a mão afirmou: “Esse aqui é meu bebê”. Assim como todo “bebê”, o rim doado demanda constantes cuidados:

Para a falar a verdade, na época da hemodiálise, eu não era muito certa (risos). Comia o que não devia e sempre bebia mais água do que o médico falava. Me diga, quem consegue ficar chupando gelo nesse calor, eu nem queria saber, enchia o copo mesmo e dava um golão [...]. A nutricionista ficava falando “não pode comer isso, não pode aquilo”. Era uma provação [...]. Agora melhorou, eu não preciso mais ir para aquela clínica. Não tem mais o mal-estar da hemodiálise. É um alívio, nossa! [...] Quando transplantei disse que ia mudar e fazer tudo ali na risca. Comprei até um relógio de braço para ficar olhando as horas e não atrasar os remédios [...]. Melhorei até as coisas que como, a gente transplanta, mas não pode fazer tudo, né?

Na prática, entretanto, admite ter algumas dificuldades para manter o cuidado necessário com sua tênue saúde. Isso envolve tanto dificuldades em adquirir medicamentos para tratar de suas “intercorrências”, que nos últimos dois anos têm se tornado mais frequentes. Segundo ela, isso se deve ao fato de estar “fraca”, isto é, com anemia. Seu médico receitou uma dieta específica e alguns suplementos alimentares. Entretanto, com o valor do benefício que recebe (Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social — BPC-LOAS) é muito difícil seguir totalmente a recomendação médica. Dos suplementos, ela desistiu; já a dieta, “quando sobra um dinheirinho” compra os alimentos recomendados. Para que esse “dinheirinho” sobre no final do mês, Neusa faz alguns serviços de costura, normalmente para vizinhos. Mas, além de irregular, essa fonte extra de rendimentos não é suficiente para atender suas necessidades plenamente. Isso fica ainda mais evidente no que se refere à aquisição de medicamentos. Recentemente, recebeu o diagnóstico de osteoporose, possivelmente causada ou agravada pelo uso dos medicamentos imunossupressores. Para o tratamento dessa doença foram receitados mais medicamentos, que deveriam, segundo ela, ser distribuídos gratuitamente nos postos de saúde, mas os quais dificilmente estão disponíveis. Como não tem

recursos financeiros nem plano de saúde para arcar com os custos, a única solução é interromper o tratamento: “[...] quando tem a gente toma, né? Agora, quando falta, eu não tenho o que fazer, e não é por safadeza minha, é que não dá para comprar mesmo”.

Um dos aspectos mais interessantes dos relatos de Neusa é a surpreendente relação estabelecida com a família do doador. Fato não apenas controverso, mas, via de regra, um interdito no contexto brasileiro de transplante de órgãos. Na legislação não há nenhum dispositivo que proíba o relacionamento do receptor com parentes do doador falecido, apenas o anonimato da doação é assegurado. De qualquer forma, a maioria das pessoas com quem conversei ao longo da pesquisa, profissionais de saúde e transplantados, são reticentes, quando não abertamente contrários ao contato entre familiares de doadores e receptores. É um tabu, no sentido estrito do termo. Embora as opiniões possam variar, o anonimato é a regra, sob os argumentos de que o encontro pode ocasionar sofrimento e traumas emocionais, tanto para o receptor quanto para os familiares, além da possibilidade de os últimos requisitarem compensações, inclusive financeiras.

Apesar disso, alguns receptores demonstram curiosidade sobre o doador, embora nem todos desejem conhecer os familiares ou mesmo obter detalhes sobre a pessoa cujos órgãos foram captados. Neusa, por sua vez, confessou que antes mesmo de realizar a cirurgia de transplante já “morria” de curiosidade para saber quem era o doador. Coincidentemente e para seu deleite, poucas semanas após ter alta da internação, ao buscar os documentos e exames no hospital, encontrou dentro do envelope que lhe foi entregue um documento, encaminhado para ela por engano, no qual constavam informações sobre o irmão do doador, quem havia autorizado a captação dos órgãos, incluindo seu endereço de residência.

Quando cheguei em casa, abri o envelope e tirei toda aquela papelada. Aí eu vi um papel do hospital que tinha escrito o nome do irmão dele [do doador] e o endereço. Eu não leio muito bem, sou analfabeta, mas na hora consegui entender que era do irmão do doador. Aí pedi para uma amiga ler direito para mim, para saber se eu tinha visto certo. Quando ela disse que era o que eu estava pensando, fiquei louca de felicidade. Estava ali, na minha mão, tudo o que eu precisava [...]. Queria muito ir até a casa dele, mas não tinha coragem para ir sozinha lá. Aí eu pedi para uma amiga minha me acompanhar e ela aceitou.

No dia combinado, Neusa e a amiga foram até o endereço informado no documento, no município de Camaçari, Região Metropolitana de Salvador, onde esperavam encontrar o irmão do seu doador, Gustavo. Ao chegar na porta da casa, Neusa não teve coragem de tocar a campainha. Então, pediu à amiga que a tocasse e explicasse a situação para quem abrisse a porta. A esposa de Gustavo foi quem atendeu. Ao ouvir o motivo da visita e o pedido de Neusa para conhecer a família, ela ficou em choque, sem saber o que exatamente dizer. Recuperada da surpresa, concordou em conversar com o seu marido quando chegasse do trabalho e solicitou as duas visitas que retornassem no final da tarde. Quando retornaram, Neusa recebeu a notícia tão esperada, Gustavo havia concordado em conhecê-la, embora, estivesse abalado emocionalmente com a eminência do encontro.

Quando eu vi ele [o irmão do doador, Gustavo], eu comecei a chorar sem parar, fiquei soluçando... Aí, eu fui na direção dele e a gente se abraçou forte. Ficou ali se abraçando um tempão, e ele chorando também [...]. Quando a gente se acalmou a esposa dele trouxe um copo de água e a gente sentou no sofá para conversar um pouco. Ele me contou que ele [o doador] trabalhava num posto [de combustível] ali perto e que ele era uma pessoa muito boa, alegre, todos gostavam dele. Era um amor de pessoa mesmo. Ele tinha só 25 anos quando morreu. Foi num acidente de moto. A moto bateu num carro e ele caiu sem capacete, bateu a cabeça e morreu [...] Nossa, e nesse

momento de tristeza da família dele, eles tiveram a força para pensar em doar os órgãos dele. E meus irmãos, sangue do meu sangue, nem se ofereceram quando eu precisei. Aí que eu digo que a família dele agora é minha família.

Em seguida, Neusa aproveitou a oportunidade para conhecer o local onde o seu doador trabalhava. No posto de combustível, conheceu alguns colegas, que ficaram contentes ao saberem que ela recebera um dos rins doados. Esfuziante com o momento, Neusa colocou a mão de cada um deles sobre o rim e “eles ficaram com a mão ali, sentindo o amigo deles ali dentro de mim”. Após essa primeira aproximação, Neusa ficou muito empolgada, disse que não conseguia parar de pensar no doador e sua família. Nesse mesmo dia, quando, enfim, conseguiu dormir, teve um sonho. Nele, ela estava deitada numa cama com os braços cruzados sobre o peito e um menino, que, de acordo com ela, era o seu doador quando criança, se aproximava com um terço entre as mãos e pedia a ela que segurasse sua mão. Quando os dois deram as mãos, começaram a rezar o terço. Apesar de contente com o encontro, Neusa ainda desejava conhecer a mãe do doador, o que não foi possível na sua primeira visita, pois Gustavo considerou que seria uma emoção muito forte, afinal, a morte do filho caçula ainda era recente. Então, propôs esperar algum tempo para conversar com a mãe sobre a possibilidade de conhecer Neusa. Até a última vez que a encontrei, ainda não tinha recebido o tão esperado convite, mas, ao menos conversava por telefone com Gustavo.

Considerações sobre as Trajetórias de Antônio e Neusa

A escolha de apresentar as trajetórias de Antônio e Neusa, dentre outras possíveis, reside nas inúmeras convergências e divergências,

continuidades e discontinuidades passíveis de emergirem a partir da comparação e que, dessa forma, ilustram a diversidade de arranjos e processos mediante os quais pessoas transplantadas reconstituem suas subjetividades e reorganizam suas relações sociais. Ainda que, por exemplo, para ambos a incorporação de parâmetros biomédicos de conduta seja um traço comum, suas trajetórias imediatamente revelam o quanto condições socioeconômicas interferem no acesso a serviços de saúde (Antônio possui plano de saúde particular, Neusa depende do SUS) e no grau de adesão às prescrições comportamentais, seja no que diz respeito a alimentação, seja na administração de remédios para lidar com a rejeição (a predisona) e intercorrências. Não obstante essa clivagem, tanto Antônio quanto Neusa dependem do poder público estadual, em particular da Secretaria de Saúde, para obter os imunossuppressores, cuja falta, ainda que por um curto período, pode acarretar danos irreversíveis à sobrevivência dos enxertos e, no limite, provocar a morte.

Outro ponto de convergência, de grande relevância, é o rearranjo das relações familiares a partir do evento da doação, não obstante os efeitos daí decorrentes sejam bem distintos. No caso de Antônio, a doação da “irmã-parcial”, até então rejeitada, propiciou a atualização dos laços de parentesco, reconhecendo-a como efetivamente parte de sua família, fato consagrado com o convite para ser madrinha do seu filho e, assim, participar do seu principal projeto de vida pós-transplante. Já no caso de Neusa, a não realização da doação inter vivos em razão de nenhum dos seus irmãos ter se prontificado como possível doador associada à distância, geográfica e afetiva, ocasionada pela mudança para Salvador, inicialmente para tratamento dialítico, em seguida pelas limitações impostas por sua condição de transplantada, também ocasionaram uma atualização das suas relações de

parentesco: “Me diz, se você não pode contar com a sua família, você vai contar com quem? [...] Aí eu disse para os meus parentes que quando eu recebesse um rim que se fosse de cadáver ia ser minha família, disse mesmo”. Dito e feito. O suplício de Neusa, ao longo de 15 anos de hemodiálise, teve fim com o gesto altruísta de outra família em um momento trágico. Agora, segunda ela, sua família é outra: “E meus irmãos, sangue do meu sangue, nem se ofereceram quando eu precisei. Aí que eu digo que a família dele [do doador] agora é minha família”. Assim como Antônio incorporou sua “meia-irmã” no seu projeto pós-transplante, Neusa incorporou os familiares do seu doador no seu mais recente projeto de vida, uma nova família, endossado pelo recente contato com Gustavo, irmão do doador, responsável pela autorização da captação dos órgãos.

Nessa breve comparação, ainda cabe sublinhar a divergência relativa à participação na *ATX-BA*. A presença de Neusa nesse espaço ainda que marcante, está associada às práticas assistencialistas, em particular a distribuição gratuita da predisona e, quando disponível, das cestas básicas, reforçando, assim, a importância das diferenças socioeconômicas. Já a participação de Antônio na Associação aproxima-se das motivações de Marcela para a fundação da mesma, não é à toa que ele é seu “braço direito”. Após a aposentadoria, o trabalho na instituição faz parte de um processo mais amplo de reorganização do seu projeto de vida em torno da sua nova condição de transplantado e o reconhecimento de outros que compartilham da mesma condição, aproximando-o de um “ativismo médico” (ROSE, 2007) similar ao de Marcela: “Eu me interessei porque é um trabalho que eu vi que, mesmo sendo um trabalho sem fins lucrativos, é uma questão de trabalho social e humanitário acima de tudo”.

Destaca-se, ademais, nos relatos de Antônio e Neusa, a organiza-

ção temporal da experiência, na qual suas trajetórias são pensadas a partir de referências a vivências passadas, ao presente e a um futuro imediato. Essa organização apresenta-se sob a forma de uma transição entre momentos distintos de suas vidas. O “antes”, quando a experiência da doença é vivida e significada tanto como uma debilidade física, desordem orgânica, quanto como um desarranjo das relações sociais devido às dificuldades para desempenhar adequadamente papéis da vida cotidiana. E o “hoje”, que representa, em contraste, a superação da doença, a cura e o reestabelecimento das relações interpessoais, apontando para um futuro próximo, momento próprio para formular e conduzir projetos. O evento do transplante figura nos relatos acima como a concretização de um projeto de cura, no qual as dimensões biológica e social se fundem em proveito de uma concepção de corpo como espaço de sedimentação da memória e de elaboração de projetos de vida.

Considerações finais

Este artigo propôs compreender as modificações nos modos de subjetivação e nas relações sociais ensejadas pelo transplante de órgãos, privilegiando não somente o fato de receber uma doação, mas o de viver com um órgão transplantado ao longo do tempo. Ainda na Introdução, foi pontuado que, embora a incorporação de elementos prático-cognitivos oriundos da biomedicina fosse um elemento-chave da análise — sobretudo por conta da necessidade vital de administrar a resposta imune do organismo ao órgão implantado, cuja expressão mais visível é a rejeição —, sua apreensão deveria ser realizada a partir de “situações biograficamente determinadas”. Em consonância com essa orientação analítica foram apresentadas as “trajetórias

situadas” de dois associados da *ATX-BA*, elaboradas a partir de um conjunto de dados produzidos ao longo do trabalho de campo mediante conversas informais e entrevistas semiestruturadas.

Antônio foi salvo pela “meia-irmã” antes renegada, reconheceu-a como parte da família e “ganhou uma nova vida”, incluindo a possibilidade de ser pai novamente. Neusa, afastada da filha e em “desgosto” com os irmãos, foi salva por um desconhecido e, aos seus olhos, “ganhou” uma nova família (a do doador) e um “bebê” (o rim doado). Em ambas as trajetórias, as relações com o doador (ou sua família) e com o órgão doado desempenham papel relevante nas formas emergentes de subjetivação no pós-transplante, com especial destaque para o domínio do parentesco, algo até certo ponto previsível na doação intervivos, mas inusitado na modalidade cadavérica. Como dito anteriormente, o ato de doação, figurado metaforicamente enquanto “presente da vida”, constitui uma das principais premissas morais sobre a qual se assentam as compreensões profissionais e leigas acerca da morte e do corpo no âmbito do transplante de órgãos (SHARP, 2006, p. 12-15). Apesar de ser um enredo narrativo altamente persuasivo, sobretudo no que diz respeito ao incentivo à doação, o “dom da vida” não elide por completo os dramas e sofrimentos presentes na captação do órgão transplantado. Tanto a preocupação demonstrada por Antônio ao esclarecer a irmã sobre a possibilidade dela própria vir a, eventualmente, necessitar de um transplante quanto a vontade manifesta por Neusa de conhecer e confortar os familiares do falecido doador revelam a dimensão sacrificial do dom recebido.

Antes ameaçados pela morte ou atormentados pelo sofrimento prolongado, os receptores frequentemente interpretam o transplante como o início de uma nova vida, um renascimento. De forma análoga aos ritos de passagem (GENNEP, 2011 [1909]), o evento da cirurgia

simbolizaria o início do processo de agregação, de reintegração do indivíduo às rotinas da vida social após a ruptura desencadeada pela doença. Antônio e Neusa, pacientes renais, vivenciaram por anos as debilidades físicas, emocionais e sociais decorrentes das sessões semanais de hemodiálise. Hipertensão, hipotensão, cefaleia e náuseas constantes associadas à sensação de perda da liberdade, “presos” aos equipamentos de diálise por várias horas e dias, a angústia diante da morte, a própria e a de outros, o sentimento de inutilidade por não serem mais capazes de desempenhar adequadamente as atividades da vida cotidiana e as transformações nas relações familiares compõem o cenário do processo de deterioração não só da saúde física e mental, como também da própria identidade. “Aquilo não era vida”, resumiu Neusa. A realização do transplante renal foi o ponto de partida para reverter esse processo e, assim, viver uma “nova vida”, oportunidade para levar a cabo a (re)construção de um projeto “eu” saudável e normal. Ainda que esse resgate da normalidade biológica e social seja vivenciado dentro das limitações e restrições decorrentes do estado de cronicidade provocado pela rejeição, mantendo ambos dependentes das tecnologias, técnicas e insumos médicos.

Ao superar o sofrimento e a angústia vivenciadas desde o diagnóstico até o pós-operatório, período no qual as fronteiras entre vida e morte permanecem borradas e incertas, Antônio e Neusa interpretam a experiência do transplante como passagem para uma “nova vida”, na qual eles próprios são transformados, já não se veem mais como eram antes. A vida continua, mas não se vive da mesma forma. A partir de então, o órgão implantado no corpo torna-se elemento fundamental desse novo modo de ser, integrando aquilo que Foucault denominou a “determinação da substância ética”, compreendida como “a maneira pela qual o indivíduo deve constituir tal parte dele mesmo como ma-

téria principal de sua conduta” (FOUCAULT, 1984, p. 27). A reconfiguração da “imagem corporal” e, por conseguinte, do próprio ser-no-mundo dos receptores passa a destacar o órgão doado enquanto foco privilegiado de atenção das rotinas cotidianas. Nas palavras de Antônio, é imprescindível “lutar com todas as forças para que o [...] organismo aceite docilmente o rim doado”. Tomar remédios prescritos, em especial os que compõe o regime imunossupressor, realizar exames periodicamente, adequar a dieta de acordo com as orientações do nutricionista e realizar exercícios físicos regularmente. Não são apenas reorientações e adequações comportamentais em prol da administração da rejeição e da sobrevivência do enxerto, mas modificações na visão de mundo, nas relações sociais e na subjetividade, reforçadas pela acentuação da dimensão intercorporal da imagem do corpo constituído por um fragmento de outrem (WEISS, 1998, p. 1-6).

A adesão às prescrições médicas e a modificação de comportamentos, tão importantes à vida pós-transplante e ao sucesso terapêutico da cirurgia, são reforçadas pela metáfora do “dom da vida”. Afinal, o cuidado de si mediante a adoção de parâmetros de conduta biomédicos é entrelaçado a uma responsabilização moral perante o outro, o doador. Ainda que, eventualmente, dê lugar à “tirania do dom”,¹⁴ o compartilhamento de uma substância ética tão preciosa, equacionada à própria vida, reconfigura profundamente o complexo jogo entre identidade e alteridade. O gesto de “dar(-se) a morte”, nos termos de Derrida (2008), inscreve o processo de constituição do sujeito que diz “eu” em uma economia do sacrifício, na qual a morte para o Outro impõe a exigência ética do segredo e da responsabilização.¹⁵ Contemporanea-

¹⁴Para Renée Fox e Judith Swazey, a “tirania do dom” decorre da percepção de que a doação de algo tão precioso nunca poderá ser plenamente reciprocado, logo, fonte de grande ansiedade para os receptores incapazes de retribuir o “dom da vida” (FOX; SWAZEY, 1992, p. 39-42).

¹⁵De acordo com Jacques Derrida, a gênese da responsabilidade “confunde-se

mente, de acordo com Nikolas Rose, a constituição do sujeito responsável assume a forma de uma “ética somática”, isto é, uma ética articulada em torno da existência corporal, da promoção da saúde e do prolongamento da vida enquanto responsabilidades individuais (ROSE, 2007, p. 254-258), afinal, como disse Antônio, “ninguém pode fazer isso por você, é tudo como você mesmo”. Esse novo solo de problematizações, por seu turno, encontra na biomedicina um vasto repertório de valores e orientações prático-normativas a partir do qual os indivíduos formulam e respondem a questão do “como viver?”. Daí a proposição do conceito de “biossociabilidade” para caracterizar a constituição de identidades e práticas, coletivas e individuais, organizadas em torno do compartilhamento de características somáticas ou genéticas (RABINOW, 1999).

No âmbito do transplante de órgãos, o cuidado da saúde mediante a gestão de si inclui, prioritariamente, administrar a rejeição e minimizar intercorrências através de modificações no comportamento e no estilo de vida. Ora, se recapitularmos as histórias de Antônio e Neusa, essa intensificação do cuidado de si não é apenas um fim em si mesmo, pois passa a constituir a condição de possibilidade para a formulação de projetos,¹⁶ ser pai novamente e fazer parte de uma

com uma genealogia do sujeito que diz ‘eu’, a relação do sujeito consigo mesmo como instância de liberdade, singularidade e responsabilidade, a relação do eu como ser diante do outro: o outro em sua infinita alteridade, aquele que olha sem ser visto, mas também aquele cuja infinita bondade entrega-se a uma experiência que equivale a um dom de morte” (DERRIDA, 2008, p. 5, tradução nossa) (“*It will overlap with a genealogy of the subject who says “myself”, the subject’s relation to itself as an instance of liberty, singularity, and responsibility, the relation to the self as being before the other: the other in its infinite alterity, one who regards without being seen but also whose infinite goodness gives in an experience that amounts to a gift of death*”).

¹⁶Projeto no sentido conferido por Alfred Schutz: “Toda projeção consiste na antecipação de uma conduta futura por meio de fantasia, porém não é o processo contínuo de ação, mas o ato fantasiado como tendo sido realizado, que é o ponto

família, respectivamente. Aliás, a própria constituição da subjetividade, do “eu”, pode ser compreendida enquanto um projeto situado, permanentemente negociado em contextos de interação com outros significativos. Por isso, ao invés de compreender a constituição da subjetividade das pessoas transplantadas de forma isolada, a análise aqui desenvolvida sugere ser mais proveitoso apreendê-la a partir de situações biograficamente determinadas, nas quais distintos modos de subjetivação interagem, se combinam ou entram em conflito. Ao acompanhar as “carreiras” de Antônio e Neusa, ou seja, ao focalizar as interações “entre o eu e sua sociedade significativa” (GOFFMAN, 1974, p. 112), fica evidente que as relações familiares e de parentesco são tão centrais quanto os elementos prático-cognitivos oriundos do campo biomédico.

O transplante de órgãos tem o potencial de chacoalhar concepções profundamente arraigadas concernentes ao “modelo padrão ocidental” de parentesco (VIVEIROS DE CASTRO, 2009, p. 254-256) e, conseqüentemente, de alterar uma dimensão fundamental da constituição da identidade pessoal. Já no final da década de 1960, David Schneider (1980 [1968], p. 23), ao caracterizar esse modelo de parentesco como biogenético, ponderou que se a ciência descobrir e, eu acrescento, criar novos fatos sobre o relacionamento biogenético, então o parentesco será redefinido. Sendo o parentesco um domínio privilegiado de constituição de identidades substancializadas, mormente

de partida de toda a projeção. Eu tenho que visualizar o estado de coisas a ser trazido pela minha ação futura antes que eu possa esboçar as etapas únicas de tal atuação futura, das quais resultará esse estado de coisas” (SCHUTZ, 1962, p. 20, tradução nossa) (“*All projecting consists in anticipation of future conduct by way of phantasying, yet it is not the ongoing process of action but the phantasied act as having been accomplished which is the starting point of all projecting. I have to visualize the state of affairs to be brought about by my future action before I can draft the single steps of such future acting from which this state of affairs will result*”).

através do sangue, deve-se inquirir sobre quais possíveis redefinições podem ser induzidas pelo compartilhamento de órgãos. Nesse particular, as trajetórias de Antônio e Neusa são exemplares. No caso da doação intervivos entre Antônio e a irmã, as relações de parentesco já estavam pressupostas. Todavia, é importante recordar que ele não a reconhecia enquanto tal, daí o uso da expressão “irmã parcial”, além de ter recusado estabelecer qualquer tipo de relação entre eles. Antônio a reconheceu como “irmã” somente após a decisão dela de doar o rim e com a realização do transplante. “Foi ela que me deu uma nova vida [...] Na vida a gente sempre aprende a recomeçar, essa foi uma das coisas que aprendi”, resumiu. Pode-se dizer que, nesse caso, o rim doado forjou a bilateralidade da relação consanguínea entre eles. Se, pelo “modelo padrão ocidental” de parentesco, o substrato biológico (sangue) compartilhado pelos irmãos era “parcial”, pois limitava-se à descendência materna, o transplante do órgão redefiniu esse relacionamento biogenético, instaurando uma forma surpreendente de bilateralidade, composta pelo compartilhamento do sangue materno e do rim doado. Uma mistura de descendência e colateralidade com amplas repercussões para o relacionamento deles, incluindo o núcleo familiar de Antônio, que designou a, agora, irmã para ser madrinha do novo rebento.

Já no caso de Neusa, a doação cadavérica do rim recebido era completamente alheia à sua rede de parentesco. O que não significa, todavia, que esse domínio fosse completamente irrelevante para a trajetória dela enquanto receptora, pelo contrário. Inicialmente, após o diagnóstico da doença, foi obrigada a deixar a cidade natal e a se afastar da filha recém-nascida e dos pais para realizar o tratamento de hemodiálise na capital. Depois, se decepcionou com os irmãos, pois nenhum deles se prontificou para ser um doador, o que estendeu

a espera pelo transplante por longos quinze anos. Quando enfim foi selecionada para receber a doação anônima de uma pessoa falecida e realizar o tão aguardado transplante, não pôde retornar para a cidade natal pois a distribuição do medicamento imunossupressor e os serviços de saúde especializados só estavam disponíveis em Salvador. Nesse ínterim, vaticinou “quando eu recebesse um rim, que, se fosse de cadáver, ia ser minha família” e, graças a um acontecimento fortuito, transpôs o anonimato do doador e da família dele, possibilitando um primeiro encontro com o responsável por autorizar a captação dos órgãos, o irmão do falecido. Para Neusa, o transplante não apenas substituiu um órgão adoecido por outro saudável, tal qual as peças de um carro, possibilitando a ela “viver de novo”, mas também permitiu que parte do doador permanecesse vivo nela, “eles ficaram com a mão ali, sentindo o amigo deles ali dentro de mim”. Para incorporar o doador ao corpo e ao “eu” e, assim, compor uma nova imagem intercorporal, nada mais eficaz do que transformar um estranho em parente.

Ademais, ao burlar o anonimato, Neusa rompeu com a ética do segredo, referida anteriormente, segunda a qual, o nome daquele que “dá(-se) a morte” deve permanecer inacessível, em segredo, sob o risco da dádiva, do ato livre, generoso e incondicional, sem exigências de compensação, perverter-se em “tirania do dom”, em dívida impagável. Entretanto, não obstante a transgressão do segredo, ao reinscrever a economia do dom no domínio das relações de parentesco, Neusa preservou o comprometimento ético de responsabilidade perante a morte do Outro. Essa espécie de tradução foi o que possibilitou equacionar o cuidado com o órgão doado com o cuidado gestacional, “esse aqui é meu bebê”, afirmação que cristaliza, do ponto de vista dela, a relação de consanguinidade (no sentido de compartilhamento de um elemento

biogenético) com a família do doador engendrada pelo transplante. Tanto na trajetória de Antônio quanto na de Neusa, o parentesco propicia uma linguagem apropriada para expressar transformações corporais, emocionais e sociais vivenciadas após a realização da cirurgia de transplante, logo, pelo compartilhamento de uma parte do corpo de outrem. Nesse contexto, as relações biogenéticas do “modelo padrão ocidental” de parentesco fornecem uma gramática e sintaxe, prenhe de signos ao mesmo tempo flexíveis e padronizados, que permitem estabelecer “continuidades indicativas”¹⁷ entre diferentes províncias de significados (SCHNEIDER, 1998, p. 60). A bem da verdade, esses distintos domínios encontram-se intimamente entrelaçados, possibilitando, dessa forma, compreender a constituição do “eu responsável” dos receptores a partir de um campo mais amplo de problematizações morais.

Referências

ALVES, Paulo. O discurso sobre a enfermidade mental. In: ALVES, P.; MINAYO, M. (org.). *Saúde e doença: um olhar antropológico*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1994. p. 91-100.

DERRIDA, Jacques. *The gift of death; and, literature in secret*. Chicago: The University of Chicago Press, 2008.

FLEISCHER, Soraya; FRANCH, Mônica. Uma dor que não passa: aportes teórico-metodológicos de uma Antropologia das doenças compridas. *Política & Trabalho Revista de Ciências Sociais*, n. 42, 2015, p. 13-28.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade II: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

FOX, Renée; SWAZEY, Judith. *Spare parts: organ replacement in american*

¹⁷A expressão, utilizada por Marilyn Strathern, se refere à produção de similaridades entre diferentes domínios através do recurso à analogia, com o objetivo de estabelecer uma compreensão (STRATHERN, 2005, p. 67).

society. New York: Oxford University Press, 1992.

GENNEP, Arnold Van. *Os ritos de passagem*. Petrópolis: Vozes, 2011 [1909].

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974.

JORALEMON, Donald. Organ wars: the battle for body parts. *Medical Anthropology Quarterly*, v. 9, 1995, p. 335-356.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: MAUSS, M. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003 [1925]. p. 183-314.

MARTINS, R. L. *Entre sonhos e quimeras: sociabilidade e experiência do corpo entre pessoas submetidas a transplante de órgãos*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) — Universidade Federal da Bahia. Salvador. 2009.

PEREIRA, Walter. *Manual de transplantes de órgãos e tecidos*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.

RABINOW, Paul. Artificialidade e Iluminismo: da sociobiologia à biosociabilidade. In: BIEHL, J. (org.) *Antropologia da razão: ensaios de Paul Rabinow*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999. p. 135-157.

ROSE, Nikolas. *The politics of life itself: biomedicine, power, and subjectivity in the twenty-first century*. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2007.

SADALA, Maria. *Doação de órgãos: a experiência de enfermeiras, médicos e familiares de doadores*. São Paulo: UNESP, 2004.

SCHNEIDER, David. *American kinship: a cultural account*. Chicago: University of California Press, 1980 [1968].

_____. *A critique of the study of kinship*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1998.

SCHUTZ, Alfred. *Collected papers I: the problem of social reality*. London: Martinus Nijhoff, 1962.

_____. *Sobre fenomenologia e relações sociais*. Petrópolis: Vozes, 2012 [1970].

SHARP, Leslie. Organ transplantation as transformative experience: anthro-

pological insights into the restructuring of self. *Medical Anthropology Quarterly*, v. 9, 1995, p. 357-389.

_____. Commodified kin: death, mourning, and competing claims on the bodies of organ donors in the United States. *American Anthropologist*, v. 103, n. 1, 2001, p. 112-133.

_____. *Strange harvest: organ transplants, denatured bodies, and the transformed self*. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 2006.

SQUE, Magi; PAYNE, Sheila. Dissonant loss: the experiences of donor relatives. *Social Science and Medicine*, v. 44, n. 3, 1996, p. 317-325.

STRATHERN, Marilyn. *Kinship, law and the unexpected: relatives are always a surprise*. New York: Cambridge University Press, 2005.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. The gift and the given: three nanoesays on kinship and magic. In: BAMFORD, S.; LEACH, J. (org.). *Kinship and beyond: the genealogical model reconsidered*. New York: Berghahn Books, 2009. p. 237-268.

WEISS, Gail. *Body images — embodiment as intercorporeality*. New York: Routledge, 1998.

Resumo:

O presente artigo debruça-se sobre o tema do transplante de órgãos e, mais especificamente, sobre a vida de receptores após o transplante. O objetivo é compreender modificações nos modos de subjetivação e na sociabilidade, considerando que, embora a incorporação de elementos prático-cognitivos advindos da biomedicina seja um elemento-chave da análise, sua apreensão deve ser realizada a partir de situações biograficamente determinadas. Para tanto, a partir de dados etnográficos produzidos em pesquisa de campo, o artigo apresenta e analisa as trajetórias de dois transplantados, destacando transformações no estilo de vida, visão de mundo e relações sociais associadas ao transplante de órgãos. Ao final, o artigo propõe uma avaliação crítica do conceito de biossociabilidade.

Palavras-chave: Transplante de órgãos; sociabilidade; subjetividade.

Abstract:

This article focuses on the topic of organ transplantation and, more specifically, on the life of recipients after transplantation. The objective is to understand changes in the modes of subjectivity and sociability, considering that, although the incorporation of practical-cognitive elements arising from biomedicine is a key element of the analysis, its apprehension must be carried out from biographically determined situations. Therefore, based on ethnographic data produced in field research, the article presents and analyzes the trajectories of two transplant recipients, highlighting changes in lifestyle, worldview and social relations associated with organ transplantation. At the end, the article proposes a critical evaluation of the concept of biosociability.

Keywords: Organ transplant; sociability, subjectivity.

Recebido para publicação em 11/02/2020.

Aceito em 19/09/2020.

Desigualdade categórica e reserva de oportunidade no Concurso de Admissão à Carreira Diplomática

Raquel Medeiros

Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0003-2683-855X>

raq_medeiros@yahoo.com.br

Introdução

O presente artigo tem por objetivo discutir o acesso à carreira diplomática no Brasil, analisando o perfil de candidatos e aprovados no período de 2014 a 2018. Parte-se principalmente dos *Guias de Estudo* do referido período, nos quais é possível obter um perfil social, educacional e geográfico dos aprovados, e tem-se como pressuposto teórico a Teoria da Desigualdade, de Charles Tilly. A escolha do período de análise se deve ao fato de que, apenas a partir de 2014, os *Guias de Estudo* passaram a trazer dados sobre os aprovados, reunindo-os em um único documento de fácil acesso. Após a análise, confirmou-se a hipótese de que há uma reserva de oportunidades no concurso, isto

é, há um padrão de aprovados que se dá por meio de cortes de raça, gênero, região de origem, formação e renda, fruto da desigualdade categórica e do acesso desigual ao conhecimento.

Para realizar tal discussão, a primeira seção expõe o que é a desigualdade categórica e o acesso desigual ao conhecimento, a partir dos autores Charles Tilly, Göran Therborn e Pierre Bourdieu. Na segunda parte do artigo, apresenta-se o Concurso de Admissão à Carreira Diplomática (CACD), enquanto a terceira evidencia o perfil dos candidatos e aprovados no concurso a partir de algumas categorias: raça, gênero, formação, região de origem e aspectos relacionados indiretamente à renda (aprovados que trabalharam ou não trabalharam durante a preparação e candidatos que tiveram ou não tiveram a oportunidade de fazer cursos preparatórios). Nas considerações finais, retomam-se os dados da terceira seção, analisando-as à luz das teorias abordadas.

Desigualdade categórica e acesso desigual ao conhecimento

Conforme Tilly (2006), os indivíduos se diferenciam em função de categorias — gênero, raça, nacionalidade, etnia, religião, profissão, comunidade, entre outras — e passam a pertencer a grupos distintos, cujas fronteiras organizam a vida social. Essas fronteiras categóricas geram sistemas de classificação vantajosos para pessoas de um dos grupos fronteiros, bem como reproduzem as fronteiras. Portanto, desigualdade é “uma relação entre pessoas ou conjuntos de pessoas na qual a interação gera mais vantagens para um dos lados” (TILLY, 2006, p. 50).

As diferenças categóricas suplantam a variação individual no bojo das categorias, ou seja, os membros de um grupo se identificam soci-

almente como seus integrantes, acima de suas características individuais. *Ser mulher, ser negro, ser diplomata* são exemplos de identidades categóricas pelas quais os integrantes se identificam antes de serem indivíduos com características, habilidades e personalidades próprias. E, apesar das diferenças individuais, as categorias moldam as desigualdades e as identidades, estabelecendo distinções entre os que estão “dentro” e os que estão “fora” da categoria. Assim, a desigualdade categórica refere-se a benefícios desiguais em que grupos distintos de pessoas não recebem o mesmo tratamento — existem indivíduos que são beneficiados por fazerem parte de determinados grupos valorizados socialmente, enquanto indivíduos que não fazem parte desses grupos são deslegitimados (TILLY, 2006).

Para Therborn (2010), o distanciamento é o caminho primordial para o aumento da desigualdade. Apesar de não ser a causa da desigualdade, mas um de seus mecanismos, é difícil combatê-lo do ponto de vista moral e político, pois ele opera de maneira mais sutil que violações explícitas a princípios ou normas. Isto é, há um distanciamento entre as categorias, que se arranja de forma sutil, o que contribui para que haja a manutenção dessa distância. Por exemplo, o distanciamento, cada vez maior, entre pobres e ricos gera inúmeros problemas sociais, como crime e violência, e menos recursos para lidar com problemáticas coletivas.

Já para Tilly (2006), um dos mecanismos geradores de desigualdade é a exploração, que ocorre por meio do controle dos valores produzidos por um grupo e sua distribuição desigual no seio da categoria. Assim, há os que controlam os recursos produzidos por todo o grupo, arregimentando o esforço de produção de valor por meio desses recursos, ao mesmo tempo em que selecionam quem vai receber qual fração do valor total produzido. A título de exemplificação, pode-se

focar na categoria de gênero. Historicamente, homens detêm poderes jurídico, cultural e financeiro, dentre outros, fruto de sua posição social vantajosa em relação às mulheres. No entanto, por mais que todos os homens, de certa forma, contribuam para a manutenção desse *status quo*, suas benesses não são distribuídas igualmente entre todos e alguns obtêm mais vantagens às custas da atuação de todos.

Outro mecanismo de desigualdade identificado por Tilly (2006) é a reserva de oportunidade, que reside num fechamento do leque de atividade e dos recursos para adentrar em determinada categoria; consegue fazer parte daquele grupo quem tem acesso aos valores produzidos por ele. As credenciais para a associação dependem da escassez — quanto mais escassas as possibilidades de adesão, mais legitimado o grupo é socialmente. Exemplificando, pode-se concentrar nas vantagens sociais adquiridas através de um diploma de pós-graduação *stricto sensu*. Para que um indivíduo seja mestre ou doutor, precisa portar certos atributos: dominar a linguagem acadêmica, realizar publicações avaliadas por pares, participar de eventos acadêmicos, ter disponibilidade para pesquisa. Além disso, precisa passar por um processo de seleção que o avalia em todas essas instâncias, o que limita sua adesão ao grupo. Dessa forma, as credenciais para a associação são determinadas e avaliadas por seus próprios componentes.

As desigualdades categoriais tornam-se, assim, mais duradouras e eficazes pela atuação dos que dela mais se beneficiam, que, com suas ações, acabam por reproduzir as fronteiras e as relações desiguais. Alguns dos principais recursos geradores de desigualdade são a) o trabalho, particularmente o especializado e/ou coordenado de forma eficaz; b) o papel desempenhado pelas instituições; c) o conhecimento técnico-científico, principalmente o que permite intervir no bem-estar humano (TILLY, 2006).

Em meio à discussão sobre a desigualdade, é essencial distingui-la da diferença. Conforme Therborn (2010), a desigualdade pode ser horizontal, sem diferenciar nada ou ninguém acima ou abaixo; ou pode ser vertical, envolvendo um ranqueamento. Uma terceira distinção é que a desigualdade deve ser extinguível: não é algo que depende de gosto; é algo que viola a igualdade entre seres humanos. “Em uma sentença: desigualdades são diferenças hierárquicas, evitáveis e moralmente injustificadas” (THERBORN, 2010, p. 146).

Para o autor, são três os tipos de desigualdade. A desigualdade vital é a desigualdade de saúde e de morte. A saúde e a longevidade são distribuídas segundo padrões identificáveis: em países e classes pobres, por exemplo, é mais frequente que as crianças morram antes de fazer um ano ou entre um e cinco anos do que em países e classes ricas. Pessoas pobres morrem mais frequentemente que pessoas em posição social superior e, se sobrevivem, têm vidas mais curtas na aposentadoria (e, por isso, um sistema de previdência deve levar prioritariamente em consideração esses dados). É facilmente identificável como a desigualdade vital age socialmente por meio de taxas de sobrevivência e expectativas de vida.

A desigualdade existencial, significa, para o autor, a restrição da liberdade de ação dos indivíduos. Existem inúmeros exemplos de desigualdade existencial na sociedade contemporânea: a negação de respeito e igual conhecimento a negros, ameríndios, mulheres, membros de castas inferiores, grupos étnicos estigmatizados. Não necessariamente essa negação opera de forma ostensiva, mas através de *status* e hierarquias sutis.

A terceira desigualdade é a material ou de recursos: os seres humanos contam com recursos muito distintos. Há a desigualdade de acesso à educação, à carreira e contatos sociais — acesso ao capital

social, que comumente é conhecido como “desigualdade de oportunidades”. Os indivíduos não partem somente de lugares desiguais e esse ponto de partida dispar gera a desigualdade de recompensa, quer dizer, de resultado. Esses três tipos de desigualdade são inter-relacionados.

Outro ponto importante para a discussão são os três aspectos relacionados especificamente ao acesso ao conhecimento científico, de acordo com Tilly (2006): *a*) sua produção e sua distribuição dependem de agentes informados que frequentemente reservam esse saber para vantagem própria ou de financiadores; *b*) fronteiras definidoras de identidade organizam o controle sobre o conhecimento científico; *c*) a superação da desigualdade entre beneficiários e vítimas do acesso desigual ao saber científico depende da atuação de autoridades públicas e pessoas que advoguem em prol dessa superação.

Bourdieu e Passeron (2011) sinalizam que não se deve tratar como propriedades isoláveis as variações que devem ser compreendidas como elementos de uma estrutura. Os aspectos apontados por Tilly (2006), dessa forma, não devem ser tratados de maneira isolada, mas em conjunto: a produção e a distribuição do conhecimento científico, as fronteiras de identidade que o controlam e a superação da desigualdade do acesso a esse saber são partes de uma estrutura e agem em constante inter-relação.

Quando os fatores que influenciam no acesso desigual de diferentes categorias ao conhecimento científico são autonomizados, corre-se o risco de dissociá-los do sistema de suas transformações. Isso impede que se perceba como as diferentes categorias retraduzem e retransmitem esse saber e como diferenciam, classificam e eliminam seus membros. A análise das características sociais e culturais dos que conseguem mais acesso ao conhecimento científico deve levar em conta, por um lado, a produção e a reprodução desse saber (mo-

dos de imposição e inculcação) e, por outro, as classes sociais nas distâncias desiguais em relação a ele, em suas disposições distintas para reconhecê-lo e adquiri-lo (BOURDIEU; PASSERON, 2011).

O Concurso de Admissão à Carreira Diplomática

No mundo do trabalho, as diferenças categóricas assumem relevância profunda. De início, podem-se discernir, para efeitos teóricos, as redes de recrutamento, formadas quando os empregadores buscam trabalhadores potenciais, e as redes de oferta, que consistem nos laços entre trabalhadores potenciais e reais. Tais redes se correlacionam: empregadores limitam e vinculam empregos, identificam certos conjuntos de ocupações a determinadas categorias e os relacionam mediante contratos de trabalho e/ou critérios de mobilidade na carreira.

Para compreender uma seleção, como em um concurso público, é necessário despir-se da ilusão de neutralidade e de independência do processo seletivo em relação ao acesso ao conhecimento científico e à própria estrutura social como um todo. Situações de admissão dissimulam diferenças categóricas sob o véu de uma função técnica, isto é, da seleção de qualificações para o exercício de uma determinada profissão. Toda seleção tem indissociavelmente o efeito de controlar as qualificações técnicas exigidas para certa carreira e de criar qualidades sociais referentes às relações de classe que o acesso desigual ao conhecimento perpetua (BOURDIEU; PASSERON, 2011).

Vantagens sociais e conhecimento científico estão intimamente ligados. O sistema de ensino — lócus da produção e legitimação do saber científico — converte vantagens sociais em vantagens escolares, que são reconvertidas em privilégios sociais. Os conhecimentos científicos exigidos em um processo seletivo, como pré-requisito técnico

para desempenhar atividades profissionais, são implicitamente privilégios sociais oriundos do acesso desigual a esse saber (BOURDIEU; PASSERON, 2011). Essas vantagens sociais, por sua vez, estão diretamente ligadas a categorias legitimadas e valorizadas socialmente.

Em alguns casos, o Estado é o único ator que limita e vincula o emprego, como na carreira diplomática. O acesso ao cargo público de diplomata é feito somente por concurso público, com um edital que exige do candidato determinados atributos para que possa representar o Estado perante a comunidade internacional, defender ou negociar os interesses do país junto a essa comunidade e informar o Estado sobre temas de seu interesse no mundo. O concurso é anual, o número de vagas é em torno de vinte a trinta e é exigido o curso superior em qualquer área. A remuneração inicial da carreira é R\$ 19.199,06 (valor bruto, do ano de 2019).

O Concurso de Admissão à Carreira Diplomática é composto de fases. Na primeira, é aplicado o Teste de Pré-Seleção (TPS), que consiste em prova de questões objetivas, do tipo certo e errado, de caráter eliminatório, envolvendo as disciplinas de Língua Portuguesa, Língua Inglesa, História Mundial, História do Brasil, Direito (Interno e Internacional) e Política Internacional. Há uma penalização de -0.125 pontos por questão errada, o que equivale à anulação de um item correto a cada dois marcados erroneamente. A prova ocorre em um único dia, em dois turnos (manhã e tarde). São eliminados os candidatos que não obtiverem o mínimo de 32,85 pontos em 73 assertivas ou que não atingirem a classificação determinada no edital (no ano de 2019, 150ª posição para ampla concorrência, 40ª posição para candidatos negros e 10ª posição para pessoas com deficiência).

Com a aprovação no TPS, seguem-se provas discursivas de Língua Portuguesa, Língua Inglesa, História do Brasil, Geografia, Polí-

tica Internacional, Economia, Direito e Direito Internacional Público e línguas estrangeiras (Francês e Espanhol). A prova de Redação consiste em uma proposta de produção de um texto de 65 a 70 linhas, com a perda de dois pontos para cada linha faltante.

Tabela 1 – Comparativo de disciplinas do TPS e da etapa discursiva

Teste de Pré-Seleção <i>Prova única</i>	Etapa discursiva <i>Cada disciplina, uma prova</i>
Língua Portuguesa	Língua Portuguesa
História do Brasil	Língua Inglesa
História Mundial	História do Brasil
Política Internacional	Geografia
Geografia	Política Internacional
Língua Inglesa	Economia
Noções de Economia	Direito e Direito Internacional Público
Direito e Direito Internacional Público	Língua Espanhola e Língua Francesa

Fonte: Elaboração própria, a partir do Edital do Concurso de Admissão à Carreira Diplomática, 2019.

Uma vez habilitado em todas as fases do concurso e classificado no número de vagas, o aprovado será nomeado Terceiro Secretário e iniciará o Curso de Formação do Instituto Rio Branco (IRBr), estruturado como Mestrado Profissionalizante em Diplomacia, com a duração de dois anos. Moura (2007), citada por Cockles e Steiner (2017), destaca que a admissão ao CACD, para candidatos bem-sucedidos, representa a aquisição de um *status* social de poder muito específico à classe dos diplomatas e ao imaginário que define a carreira — os candidatos à carreira, que podem ter anos de estudo, se autodenominam “cacdistas”. Assim que os cacdistas se tornam diplomatas e principiam o serviço público, esse imaginário é substituído por dois princí-

pios identitários: formalidade e hierarquia (DULCI, 2008).

Apesar de ser exigido apenas o diploma de graduação para se candidatar ao concurso, são necessários conhecimentos científicos aprofundados em diversas áreas do saber, que sustentem textos argumentativos, além de conhecimento em três línguas estrangeiras, para realização de provas de versão para o português e resumo de textos do próprio idioma estrangeiro. A formulação das provas e o processo de seleção como um todo favorecem certo capital cultural; o Estado é o recrutador para a entrada na carreira diplomática, mas os mecanismos que geram as desigualdades de oportunidades para esta entrada são anteriores à seleção (FARIAS; CARMO, 2016).

Atributos e desempenhos individuais, como aprendizado de conteúdo para a aprovação em um concurso, e as diferenças de capital, como acesso a esse conhecimento por meio de aquisição de um mínimo de materiais e/ou de cursos, são aspectos de experiências categoricamente segregadas. Essas diferenças categoriais são decisivas para os indivíduos em suas possibilidades para diferentes ocupações. Raça, gênero, escolarização, formação profissional, afiliação política ou orientação sexual são alguns exemplos de categorias que influenciam no processo de seleção para um exercício profissional. Desse modo, critérios técnicos estipulados em uma seleção ocultam vantagens sociais adquiridas no bojo de certas categorias.

Desigualdade categorial no Concurso de Admissão à Carreira Diplomática

Os *Guias de Estudo* são um compilado de respostas das provas discursivas organizados pelo IRBr desde a década de 1950. A partir de 2013, passaram a ser organizados por cada turma de novos diplo-

matas e, desde 2014, algumas informações sobre o perfil socioeconômico dos aprovados começaram a ser disponibilizadas. Demandas por número de vagas, diferenciadas conforme ampla concorrência, candidatos negros e pessoas com deficiência, são disponibilizadas no site da instituição organizadora do evento¹ desde 2015.

Desde 2002, o Instituto Rio Branco realiza o Programa de Ação Afirmativa (PAA) — Bolsa-Prêmio de Vocação para a Diplomacia, objetivando ampliar as condições de ingresso dos candidatos negros na carreira de diplomata, para a diversificação dos integrantes do Serviço Exterior Brasileiro. O Itamaraty investiu mais de R\$ 15,5 milhões no programa nos últimos quatorze anos, tendo sido concedidas mais de seiscentas bolsas a aproximadamente quatrocentos candidatos negros.²

Para a implementação do PAA, o Itamaraty atua conjuntamente com o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, por meio do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), a Fundação Palmares e a Secretaria Especial de Promoção de Políticas de Igualdade Racial (SEPPIR), vinculada ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Nas edições de 2011 a 2014, a primeira fase contou com a reserva de 10% das vagas para candidatos negros, percentual que cresceu para 20% e se estendeu para todas as fases a partir da promulgação da Lei nº 12.990/2014.

¹Até o ano de 2018, a instituição organizadora do evento foi o antigo Centro de Seleção e de Promoção de Eventos da Universidade de Brasília (CESPE — UnB), atual Centro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cebasp). Em 2019, a instituição passou a ser o Instituto Americano de Desenvolvimento (IADES).

²Disponível em www.institutorio Branco.itamaraty.gov.br. Acesso em 16 ago. 2019.

Quadro 1 – Evolução da demanda de candidatos por vaga

Ano	Ampla concorrência			Cotistas		
	Inscritos	Vagas	Relação candidato-vaga	Inscritos	Vagas	Relação candidato-vaga
2015	5.271	22	239,59	671	6	111,83
2016	4.277	22	194,41	648	6	108,00
2017	5.939	22	269,95	809	6	134,83
2018	5.294	19	278,63	634	5	126,80

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Cebraspe (Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos).

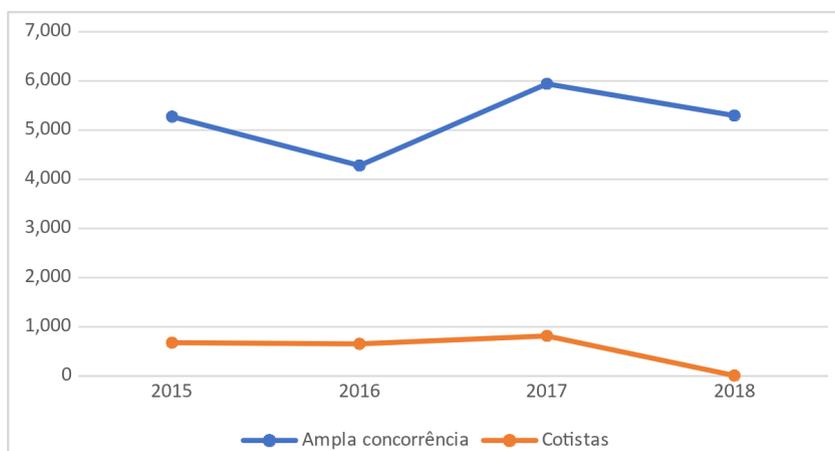


Gráfico 1 – Evolução do número de candidatos

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cebraspe).

A partir de 2019, programa passou a conceder bolsa apenas aos candidatos negros que, tendo apresentado desempenho considerado satisfatório nas primeiras etapas do CACD, não lograrem a média de

notas necessária à aprovação final. Contudo, nota-se, pelos dados acima, que há um avantajado distanciamento entre os inscritos para ampla concorrência e os inscritos cotistas nos anos analisados, mesmo com a regularidade do PAA desde sua criação. Se a proposta do PAA é justamente possibilitar o investimento financeiro de negros na preparação para a carreira, contemplar somente aqueles que já tiverem um bom desempenho nas primeiras etapas do concurso coloca ainda mais em xeque a eficácia do Programa. Somente os *Guias de Estudo* de 2014 e de 2018 citaram aprovados cotistas.

O número médio de mulheres corresponde a aproximadamente 40% dos candidatos e a menos de 30% dos aprovados no concurso, em média (COCKLES; STEINER, 2017). As autoras Cockles e Steiner (2017) atribuem o largo distanciamento entre homens e mulheres na carreira à divisão sexual do trabalho e à socialização dos papéis de gênero. Barreiras anteriores ao processo de seleção interferem na participação de mulheres em profissões e posições socialmente vistas como masculinas: o sentimento de não pertença e as baixas expectativas de sucesso desencorajam a candidatura feminina. Mulheres enfrentam dificuldades relacionadas ao custo familiar para investimento na diplomacia, como a alta correlação entre a progressão na carreira e divórcios ou a instabilidade das remoções, ou ao socialmente aceito, como o estigma da perda da feminilidade (COCKLES; STEINER, 2017).

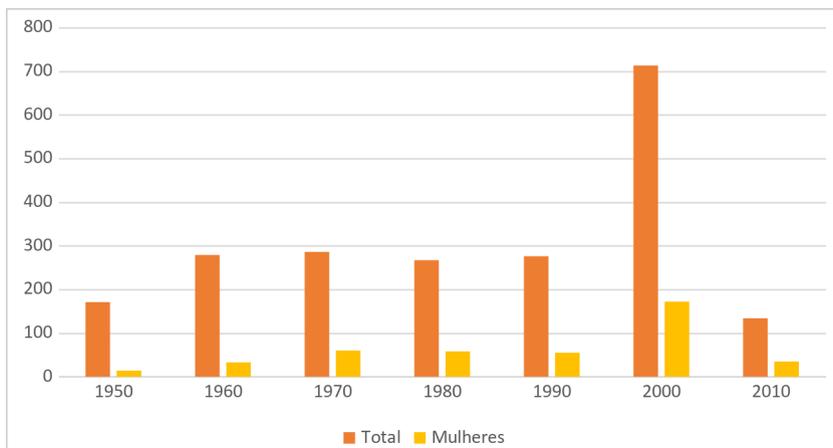


Gráfico 2 – Proporção de mulheres nas turmas do IRBr por década (1953–2015)

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados disponíveis em Cockles e Steiner (2017).

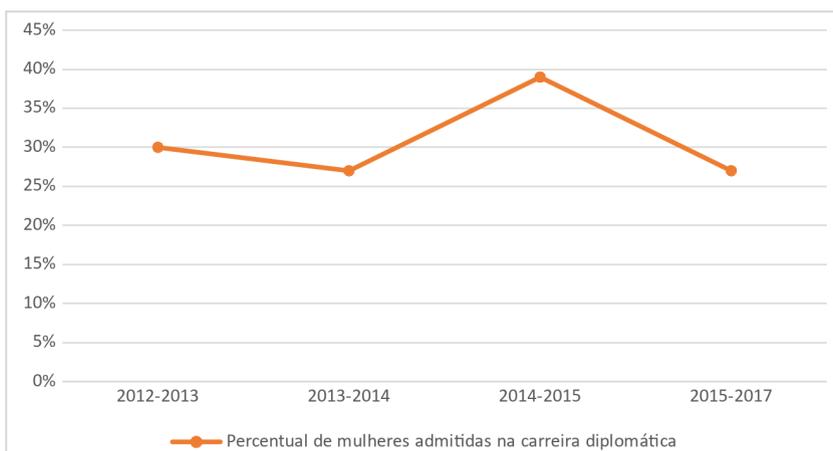


Gráfico 3 – Percentual de mulheres admitidas na carreira diplomática nos últimos anos

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados disponíveis em Cockles e Steiner (2017).

Iniciativas de cursos preparatórios, de diplomatas aprovadas e de candidatas ao concurso têm surgido para tentar minimizar as desigualdades de gênero no âmbito do CACD, mas não há nenhuma iniciativa do Instituto Rio Branco em relação à questão. O documentário de 53 minutos intitulado *Exteriores — Mulheres Brasileiras na Diplomacia*, dirigido por Ivana Diniz, foi produzido como celebração do centenário de ingresso de Maria José de Castro Rebello Mendes na diplomacia. Maria Mendes foi não somente a primeira diplomata brasileira, como, também, a primeira mulher a prestar o concurso no país. A fala de Nilo Peçanha, ministro das Relações Exteriores (1917-1918) que permitiu o ingresso da recém-aprovada, ilustra as vicissitudes que as mulheres precisam enfrentar na carreira e que são denunciadas no documentário, nas falas de diversas diplomatas:

Não sei se as mulheres desempenhariam com proveito a diplomacia, onde tantos atributos de discrição e competência são exigidos, (...) e se a requerente está aparelhada para disputar um lugar nessa Secretaria de Estado (...). Melhor seria, certamente, para o seu prestígio, que continuassem a direção do lar, tais são os desenganos da vida pública, mas não há como recusar a sua aspiração, desde que disso careçam e que fiquem provadas suas aptidões (Nilo Peçanha *apud* EXTERIORES,³ 2019).

Outro ponto de análise é o curso de graduação mais apropriado à carreira. Alguns cursos tornaram-se mais comuns entre os aprovados, como Direito, Relações Internacionais (RI) e Economia. Analisando a média de anos de estudo por curso, nota-se pouca diferença, podendo inferir-se que a graduação de origem não produz influência significativa em termos de aceleração da aprovação. Apenas os guias de 2015 e 2018 citaram as instituições de origem dos aprovados, sendo a maioria, com larga vantagem, oriunda de universidades públicas.

³Disponível em www.cafehistoria.com.br. Acesso em 16 ago. 2019.

Quadro 2 – Distribuição dos aprovados
por área de formação (em %)

Área de formação	2014	2015	2016	2017	2018
Relações Internacionais	39	29	19	40	30,8
Direito	28	48	48	30	38,5
Economia	5,5	6	6,4	6,7	3,8
Filosofia	5,5	—	3,2	6,7	—
História	5,5	10	—	6,7	—
Ciência Política	—	—	—	6,7	—
Sociologia	—	—	—	6,7	—
RI e Cinema	—	—	—	6,7	—
Ciências Sociais / Música	—	—	—	—	3,8
Letras	5,5	3	—	—	3,8
Jornalismo	—	—	3,2	—	7,7
Comunicação Social	—	—	3,2	6,7	—
Administração	—	—	3,2	6,7	3,8
Ciências Militares	—	—	3,2	—	—
Engenharia Mecânica	—	3	—	—	—
Engenharia de Alimentos	—	—	3,2	—	—
Engenharia Civil	—	—	—	—	3,8
Arquitetura	—	—	—	—	3,8
Física	5,5	—	—	—	—
Odontologia	5,5	—	—	—	—
Farmácia	—	—	3,2	—	—
Medicina	—	—	3,2	—	—

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados disponíveis nos
Guias de Estudo de 2014 a 2018.

Quadro 3 – Anos de estudo por área 2015 – 2017^a

Área	2015	2016	2017
Direito	3,8	4,8	4,04
História	3,6	—	—
Relações Internacionais	3,1	4,3	3,86
Economia ^b	—	2,5	—
Outros	3,3	4,5	6,00

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados disponíveis nos *Guias de Estudo* de 2014 a 2018.

^a No *Guia de Estudos* de 2014, não há divisão de anos de estudos por área. Cita-se que a média de estudo dos aprovados foi de três anos, sendo a aprovação mais rápida com um ano de estudo e a mais demorada, de cinco anos de estudo.

^b A falta de dados sobre Economia no ano anterior e no ano posterior não fornece evidências suficientes para inferir sobre as causas de menos anos de estudo do(s) aprovado(s) área.

Como se pode notar no gráfico a seguir, há uma predominância, ao longo dos anos, de aprovados que se prepararam integralmente para a admissão, situação que mudou apenas em 2018. Cabe ressaltar que, no referido ano, apenas um aprovado trabalhou integralmente; outros aprovados tiveram rotina de trabalho parcial. Nos outros *Guias de Estudo*, não houve divisão dos declarados trabalhadores entre trabalho parcial ou integral.

A quantidade de disciplinas a serem estudadas para o concurso, como visto anteriormente, é extensa, exigindo do candidato horas de estudo diárias. O *Guia de Estudos* de 2015 apontou que os aprovados que trabalharam e que não trabalharam tiveram o mesmo número médio de anos de estudo até a aprovação (3,4 anos), enquanto o guia de 2016 apontou que aqueles que trabalharam tiveram a média de 5,2 anos de estudo, em comparação com quatro (4) anos de estudo dos que se dedicaram integralmente. No guia de 2017, a média de anos

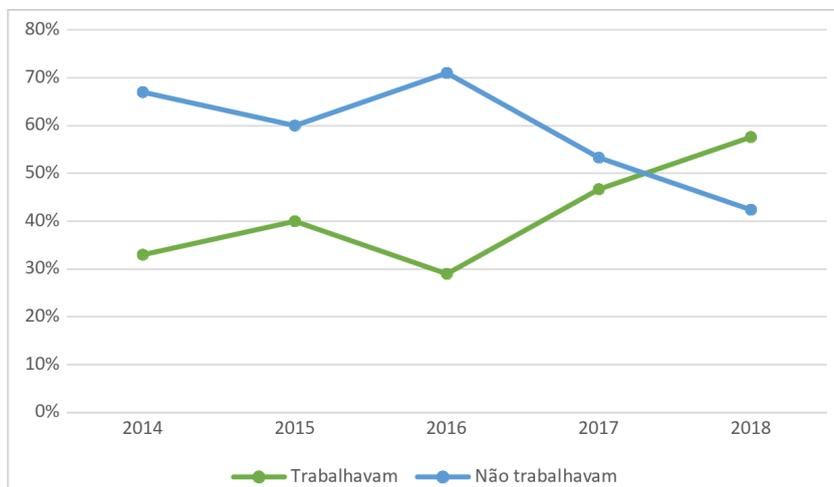


Gráfico 4 – Porcentagem de aprovados que trabalharam durante a preparação

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados disponíveis nos *Guias de Estudo* de 2014 a 2018.

de estudo dos que trabalharam foi de 5,3 anos, contra 3,5 dos que não trabalharam. Os guias de 2014 e de 2018 não forneceram tais informações.

Os guias ainda fornecem dados sobre a região de origem dos aprovados. Nota-se um predomínio de oriundos da região Sudeste. A distribuição dos aprovados parece seguir em consonância com a distribuição populacional do país, sendo em primeiro lugar a região Sudeste, seguida da região Nordeste e das regiões Sul, Centro-Oeste e Norte.⁴ No entanto, esse dado não é suficiente para explicar a desigualdade regional na aprovação no concurso, tendo em vista que a densidade populacional vem acompanhada de questões como condições de vida e acesso a emprego e a aparelhos culturais e escolares.⁵

⁴Disponível em g1.globo.com. Acesso em 16 ago. 2019.

⁵O Guia de 2014 não fornece informações sobre região de origem.

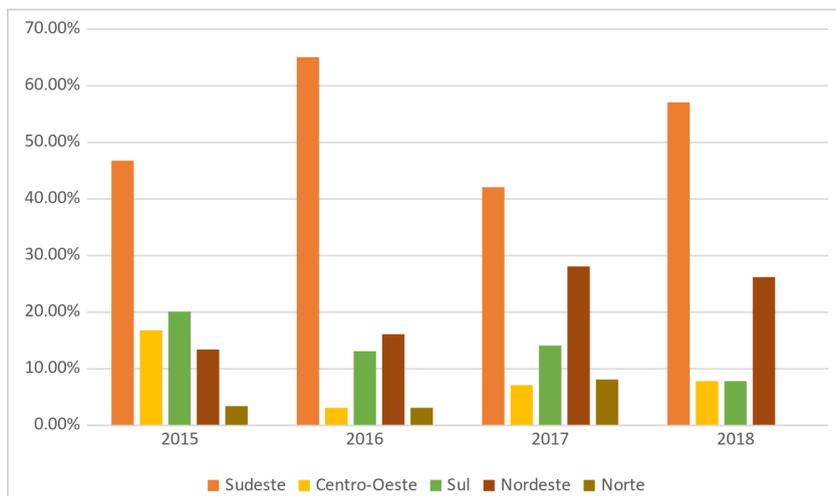


Gráfico 5 – Região de origem dos aprovados

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados disponíveis nos *Guias de Estudo* de 2014 a 2018.

Seguindo a linha de análise de Bourdieu e Passeron (2011), é preciso compreender que a residência está associada a vantagens linguísticas e culturais, mas o sucesso de indivíduos oriundos de determinado lugar não pode ser dissociado da classe à qual pertencem, principalmente em relação ao acesso que o cruzamento do pertencimento a determinada classe e do pertencimento a uma localidade central podem fornecer, seja a sistemas universitários, seja a aparatos de poder. O fato de a maioria dos aprovados ser oriunda não só da região mais populosa, como também mais desenvolvida economicamente, é significativo em termos de educação recebida e acesso a diferentes aparelhos culturais e experiências de socialização, mesmo que os anos de preparação para o concurso tenham efetivamente ocorrido em outra cidade.

Ainda tratando da preparação, nos guias de 2015, 2016 e 2017 há a abordagem explícita da estratégia do cursinho preparatório. No

primeiro, cita-se que quase a totalidade dos aprovados recorreu a “cursinhos” em algum momento da preparação, enquanto no guia de 2016 aponta-se que todos fizeram cursos. No guia de 2017, afirma-se não só que todos recorreram a “cursinhos” de alguma forma, como, também, que boa parte dos aprovados estudaram em cidades com maiores ofertas de cursos presenciais (Brasília e São Paulo).⁶

Tabela 2 – Valores dos principais cursos preparatórios para o CACD

Curso A	Curso B	Curso C	Curso D
R\$ 16.500,00	R\$ 14.784,00	R\$ 13.450,00	R\$ 12.681,00

Fonte: Elaboração própria, a partir dos valores disponibilizados nos sites de cursos preparatórios no ano de 2019.

Percebe-se, nesse sentido, a desigualdade material ou de recursos identificada por Therborn (2010): a desigualdade no acesso à educação e aos cursos preparatórios influencia no resultado, gerando a desigualdade de recompensa. Sendo a procura por cursos uma estratégia comum dos candidatos, vista como necessária pela quantidade

⁶Na Tabela 2, os valores referem-se à modalidade completa dos cursos, ou seja, ao curso com todas as disciplinas. Existem cursos que possibilitam a contratação de disciplinas isoladas, que variam entre R\$ 600,00 e R\$ 2.640,00, dependendo da carga horária. A maioria das disciplinas apresenta carga horária entre 30 e 50 horas. Apenas um curso apresenta carga horária de 110 horas por disciplina. Existem, atualmente, iniciativas de professores autônomos que oferecem cursos preparatórios de suas disciplinas de formação. Os valores por disciplina variam entre R\$ 1.000,00 e R\$ 2.000,00. Há, ainda, programas de mentorias de diplomatas por valores simbólicos ou gratuitas para alunos selecionados. Outra iniciativa é um sistema de pagamento por aulas, de uma plataforma de estudos, que oferece aulas semanais de todas as disciplinas do concurso. Os cursos de cada disciplina são divididos em extensivos e avançados, contando com três módulos cada, tendo cada módulo aproximadamente oito aulas. Para acessar o curso escolhido, o candidato deve efetuar uma matrícula de R\$ 79,90 por disciplina. Após a matrícula, assiste às aulas e paga por cada uma o valor que achar justo. Para participar do projeto, também é necessário ser assinante da plataforma, que oferece outros serviços para o CACD, no valor de R\$ 39,90 no ano de 2019.

de conteúdos a serem estudados, o aspecto renda é uma medida a ser considerada. Para manter-se em “cursinhos”, os candidatos precisam ter condições financeiras para tal e, caso estejam no grupo dos que não trabalham durante a preparação, precisam ter uma estrutura que os forneça qualidade de vida e recursos para o estudo.

Por fim, é relevante frisar que o capital linguístico é primordial ao concurso. A língua não é somente um instrumento de comunicação; é a fonte de um sistema de categorias formulado pela aptidão e manipulação das regras linguísticas (BOURDIEU; PASSERON, 2011). Nas provas discursivas, além do conhecimento de cada disciplina específica, é exigido do candidato o domínio da norma culta da língua e de cultura geral, como arte e literatura. Essa exigência vai ao encontro do pensamento de Bourdieu e Passeron (2011) ao tratar das vantagens de estudantes de classes privilegiadas, na medida em que se afastam dos domínios da língua diretamente ensinada e controlada pela escola em direção ao domínio de um capital cultural mais amplo.

Entretanto, a relação entre a posse de um capital linguístico e o grau de êxito dependerá de outros aspectos, como raça, gênero, região de origem, renda. Todas essas categorias, e outras que poderiam ser abordadas, estão inter-relacionadas e influenciam-se mutuamente no sucesso ou fracasso dos candidatos na admissão à carreira diplomática.

Considerações finais

O sistema de acesso ao conhecimento científico reproduz as vantagens categoriais, reproduzindo todos os privilégios que indivíduos de determinada categoria detêm. Renda, capital cultural, raça, gênero e região geográfica de origem são algumas das categorias que influ-

enciam no menor ou maior acesso ao saber e seu domínio. Acessar e dominar o conhecimento legitimado socialmente é fator decisivo na admissão a uma carreira como a diplomacia.

A distância em relação aos focos de valores culturais, como equipamentos escolares e culturais, é um dos determinantes. A maioria dos candidatos ao CACD é advinda da região Sudeste, notadamente privilegiada pela disparidade histórica da oferta de recursos e políticas entre as diversas regiões brasileiras. Mesmo que os anos de preparação para o concurso não se deem na cidade ou região de origem, ter acesso, ao longo da vida, às instituições de ensino e às oportunidades de aquisição de capital cultural e social está em consonância ao que é exigido do candidato no concurso.

A segurança de emprego e/ou de renda também é um fator do processo. Há a predominância dos que não trabalharam durante a preparação para o concurso, mesmo que a diferença entre estes e os que trabalharam não seja ampla. É necessário investigar se o resultado do último concurso, com maioria tendo trabalhado parcial ou integralmente, é um padrão inaugurado ou apenas uma exceção pontual. Nota-se que trabalhar durante os estudos parece influenciar no tempo até a aprovação, pois a média de anos de estudo aumentou substancialmente para os que trabalharam, consoante com os *Guias de Estudo* de 2016 e 2017.

Disposições em relação à escola e à cultura e relações com a linguagem e a cultura traduzem-se na possibilidade de fazer cursinhos preparatórios, estudar os idiomas demandados pelo concurso ou até mesmo residir em Brasília para ir a palestras no Instituto Rio Branco e vivenciar a carreira de perto. Esse fator também está ligado à renda, já que é preciso ter estrutura econômica e social para manter-se durante o tempo de preparação. O nível linguístico e cultural requerido

dos candidatos nas provas discursivas é, igualmente, um fator de seleção determinado pela desigualdade categorial.

A definição social manifesta-se nas condições de raça e gênero. Observa-se que o número de candidatos negros, mesmo com o Programa de Ação Afirmativa do Instituto Rio Branco, ainda está muito aquém dos candidatos de ampla concorrência. Isso impacta diretamente na formação das turmas de aprovados, cuja presença de não brancos é baixa. O mesmo acontece com a presença feminina que, apesar de esforços informais de aprovadas e candidatas, ainda é inferior à presença masculina. Ambos os grupos têm obstáculos a enfrentar no acesso ao conhecimento exigido para o concurso e, consequentemente, à carreira, além de aspectos existenciais que fazem parte do cotidiano dessas categorias.

O diploma em si é mais um agente da aprovação. O concurso exige curso superior em qualquer área, todavia, há a hegemonia dos cursos de Direito, Relações Internacionais e Economia entre os aprovados. Esses cursos não apresentam prerrogativas na redução de anos de preparação para o concurso. Não obstante, é interessante formular hipóteses sobre a presença contínua dessas graduações entre os aprovados: porventura, podem ser cursos em que a carreira diplomática seja mais divulgada ou mesmo apontada como um horizonte de atuação após a formação.

Um ponto interessante para estudos futuros é investigar a condição de classe e definição social dos aprovados, como suas famílias (se são filhos de pais diplomatas, por exemplo), sua relação com aparelhos escolares e culturais (se fizeram cursos de idiomas desde a tenra idade ou tiveram oportunidade de viajar e conhecer diferentes culturas, entre outros) e sua condição socioeconômica. Esse tipo de investigação somente seria possível através de dados mais substanciais,

como os obtidos em entrevistas de profundidade. Estender o tempo de análise das categorias já abordadas também permitiria determinar (des)continuidades com maior segurança.

O perfil atual do diplomata configura-se como homem branco, advogado ou internacionalista, oriundo da região Sudeste, que pôde dedicar-se integralmente à preparação para o CACD sem trabalhar e teve condições de acessar o conhecimento exigido à carreira através das instituições escolares, culturais e de cursinhos preparatórios. Explorar as causas desse padrão estabelecido pode ser um primeiro passo na formulação de estratégias para que os representantes brasileiros no exterior possam ser, de fato, o retrato do Brasil.

Referências

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

COCKLES, Mariana; STEINER, Andrea Quirino. As mulheres na carreira diplomática brasileira: considerações sobre admissão, hierarquia e ascensão profissional. *Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD*, Douros, v. 6, n. 11, jan./jun., 2017, p. 250-280.

DULCI, T. M. S. O Instituto Rio Branco e a diplomacia brasileira: um estudo de carreira e socialização. Resenha. *História Revista*, n. 158, 2008, p. 315-318.

EXTERIORES — Mulheres Brasileiras na Diplomacia. Direção de Ivana Diniz. Brasília: Argonautas, 2019, 53min. Disponível em: vimeo.com. Acesso em: ago. 2019.

FARIAS, Rogério; CARMO, Géssica. As mulheres na carreira diplomática brasileira: uma análise do ponto de vista da literatura sobre mercado de trabalho e gênero. *Mundorama*, jan. 2016.

GUIA DE ESTUDO. *Guia do Calango Lumbreira*. 2014. Disponível em: blog.clippingcacd.com.br. Acesso em: 16 ago. 2019.

_____. *Guia do Orlando Lagartixa*. 2015. Disponível em: clippingcacd.com.br. Acesso em: 16 ago. 2019.

_____. *Guia do Texugo Melívoro*. 2016. Disponível em: clippingcacd.com.br. Acesso em: 16 ago. 2019.

_____. *Guia do Canarinho Pistola*. 2017. Disponível em: guiasirbr.files.wordpress.com. Acesso em: 16 ago. 2019.

_____. *Guia da Capivara Cética*. 2018. Disponível em: clipping.blob.core-windows.net. Acesso em 16 ago. 2019.

MOURA, Cristina Patriota de. *O Instituto Rio Branco e a diplomacia brasileira: um estudo de carreira e socialização*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

THERBORN, Goran. Os campos de extermínio da desigualdade. *Novos Estudos — CEPBRAP*, n. 87, 2010, p. 145-156.

TILLY, Charles. O acesso desigual ao conhecimento científico. *Tempo Social*, v. 18, n. 2, 2006.

Resumo:

O artigo objetiva discutir o acesso à carreira diplomática no Brasil, através da análise do perfil de candidatos e aprovados no período de 2014 a 2018. A Teoria da Desigualdade, de Charles Tilly, foi o pressuposto teórico adotado, suportado pelas teorias de Göran Therborn e Pierre Bourdieu. Os Guias de Estudo, documentos elaborados pelas turmas de aprovados, foram a principal fonte de dados. Conclui-se que o perfil atual do diplomata brasileiro se configura pelas seguintes características: homem, branco, advogado ou internacionalista, oriundo da região Sudeste, que pôde dedicar-se integralmente à preparação para o Concurso de Admissão à Carreira Diplomática (CACD) sem trabalhar e que teve condição de acessar o conhecimento exigido à carreira através das instituições escolares, culturais e de cursinhos preparatórios.

Palavras-chave: Desigualdade; diplomacia; Instituto Rio Branco; Concurso de Admissão à Carreira Diplomática

Abstract:

The article aims to discuss the access to diplomatic career in Brazil, analyzing the candidates and approved profiles from 2014 to 2018. Charles Tilly's theory of inequality was the theoretical assumption adopted, supported by the theories of Göran Therbor and Pierre Bourdieu. The Study Guides, documents prepared by the approved classes, were the main source of data. It concludes that the current profile of the Brazilian diploma tis configures by the following characteristics: male, white, lawyer or internationalist, coming from the Southeast region, who could dedicate himself fully to the preparation without working and was able to access knowledge required for a career through school, cultural and preparatory courses.

Keywords: Inequality; diplomacy; Diplomatic Career Admission Contest.

Recebido para publicação em 28/09/2019.

Aceito em 05/01/2021.

Instabilidade balanceada: o *Kula* melanésio à luz da teoria social de Georg Simmel

Robson Rocha de Souza Jr.

Universidade do Estado de Minas Gerais, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0003-0416-0987>

robson.rocha.jr@hotmail.com

Introdução

As relações de reciprocidade são comumente caracterizadas pela formação de vínculos simétricos entre as partes em relação, ou seja, vínculos em que não se verifica qualquer tipo de imposição distintiva entre as partes. A reciprocidade representaria, portanto, o símbolo da superação do estado de guerra entre grupos conviventes, uma solução pacífica para as relações sempre instáveis entre os homens. (MAUSS, 2003). Embora não seja unânime, este argumento é hegemônico nas Ciências Sociais, o que justifica o fato de, ao longo do tempo, só ter sido acentuado o caráter pacífico das relações de reciprocidade. Segundo nos parece, é a pressuposição do primado da tendência à

unidade social frente à tendência à distinção individual que justifica modo hegemônico de conceber as relações de reciprocidade.

Posto isso, pode-se dizer que o objetivo deste artigo é contestar esta definição obtusa das relações de reciprocidade, o que buscaremos realizar através de uma análise da natureza paradoxal deste tipo de vínculo social. Teoricamente, este estudo segue os princípios teóricos da teoria social de Georg Simmel, com especial destaque para o modo como este sociólogo concebeu a natureza dos vínculos baseados na troca de dádivas (SIMMEL, 1908). Empiricamente, este estudo está circunscrito à descrição realizada por Malinowski (1976) acerca do *Kula* Melanésio, instituição social que pode ser definida como um amplo sistema social alicerçado em vínculos de reciprocidade que são construídos e reforçados a partir da troca recorrente de dádivas. Sinteticamente, portanto, buscaremos testar a concepção das relações de reciprocidade elaborada por Georg Simmel para interpretar a descrição do *Kula* melanésio que nos foi legada por Bronislaw Malinowski.

Esta escolha se justifica pelo fato de que, como buscaremos demonstrar, este exemplo é paradigmático o suficiente para evidenciar que não há nenhum modelo puro de cooperação em que as partes envolvidas colaborem de forma absolutamente simétrica entre si, o que significa que, em qualquer relação de reciprocidade e em qualquer instituição social baseada neste tipo de vínculo, sempre será possível destacar elementos de imposição entre as partes, tal como expressa Simmel (1908) na sua análise dos vínculos sociais formados pela troca de dádivas. Com isso, espera-se destacar não só o aspecto político implicado nas relações pacíficas como também a natureza essencialmente bélica das relações políticas, ou seja, o fato de que “a política é a guerra continuada por outros meios; isto é, a política é a sanção

e a recondução do desequilíbrio das forças manifestado na guerra.” (FOUCAULT, 1999, p. 23).

Como qualquer instituição social, o *Kula* também parece encarnar a complexa articulação de elementos de instabilidade e de estabilidade social que conformam a vida social de qualquer comunidade humana, como algumas interpretações desta instituição já indicaram (EVANS-PRITCHARD, 1985; LEACH, 1983). O que buscaremos demonstrar é que o equilíbrio que marca esta instituição humana emula, em uma escala mais abrangente, os princípios que estruturam as relações de reciprocidade, as quais são marcadas por uma articulação bem específica dos elementos de estabilidade e instabilidade que compõem qualquer relação humana. Sua escolha, portanto, não é fortuita, uma vez que sua configuração é determinante para revelar o caráter impositivo implicado nas relações de reciprocidade, o que muitas vezes foi negligenciado pela literatura sociológica e antropológica que abordou este tema.

O presente estudo pode ser definido, então, como uma pesquisa qualitativa baseada em fontes secundárias que visa reinterpretar a descrição etnográfica do *Kula* melanésio, elaborada por Malinowski, a partir dos princípios da teoria social de Georg Simmel, sobretudo de sua definição das relações de reciprocidade. Tomaremos, como fonte principal de dados, a descrição etnográfica elaborada por Bronislaw Malinowski em seu clássico *Argonautas do Pacífico Ocidental* (MALINOWSKI, 1976). Espera-se com esta análise desvelar como a instabilidade própria às relações sociais se mantém latente mesmo em uma instituição social que representa uma das estabilizações mais eficientes de contato inter-humano: o *Kula* melanésio.

Além desta introdução que buscou apresentar o problema a ser explorado e a hipótese que norteia este estudo, este artigo apresenta mais

quatro seções. Na próxima seção apresentaremos alguns elementos estruturais da teoria social de Georg Simmel que serão fundamentais para compreender o modo como este sociólogo concebeu as relações de reciprocidade, para que, na seção seguinte, possamos apresentar como este autor concebeu as relações de reciprocidade. Já na terceira seção, buscaremos nos valer dos elementos que compõem a teoria social de Simmel e a forma como ele formulou as relações de reciprocidade para realizar uma reinterpretação das trocas cerimoniais do *Kula* melanésio. Por fim, na seção que encerra este artigo, buscaremos apresentar um balanço geral da análise.

Princípios gerais da teoria social de Simmel

Para este estudo, o aspecto mais importante da teoria social simmeliana consiste no primado que este autor atribui a dois elementos da vida social: (1) o primado do processo social frente às formas sociais e (2) o primado da interação frente aos elementos que a compõem. Estes pressupostos constituem elementos centrais na teoria social de Simmel, o que este autor pretende conjugar através do conceito central de sua teoria social: o conceito de *influxo recíproco* [*Wechselwirkung*] (SIMMEL, 1890, 1906, 1908, 1913, 1922, 1971, 2011). Para Simmel, portanto, o processo interativo constitui a realidade básica e primeira, o que significa que nada é ou pode ser substancial. Para compreender esta dupla dissolução, é necessário considerar a proximidade que existe entre o conceito de *influxo recíproco* [*Wechselwirkung*] e o conceito de vida [*Leben*] na teoria social de Simmel (PYYHTINEN, 2010).

Na formulação de Simmel, a vida pode ser concebida de duas formas distintas. Primeiramente como um fluxo contínuo e ininterrupto

que a tudo atravessa (PYYHTINEN, 2010, p. 55), ideia que a verbalização do étimo *Wirkung*, que compõe o conceito *Wechselwirkung*, visa expressar. Em outros momentos, contudo, o conceito de vida se aproximaria mais da ideia de organismo e, por isso, se confunde recorrentemente com o conceito *Wechselwirkung* (PYYHTINEN, 2010, p. 56-57). Neste segundo sentido, a vida indica a unidade equilibrada entre os elementos díspares que compõem os organismos sociais. Ora, é justamente a partir da articulação destes dois significados do conceito de vida que Simmel constrói o conceito central de sua teoria, o *influxo recíproco*, o qual pode ser definido como uma unidade dinâmica que equilibra a relação entre os elementos díspares que compõem as relações sociais, de forma a garantir uma estabilidade às relações sociais que é eficaz, mas também precária, já que este equilíbrio não é capaz de superar a instabilidade que é inerente à vida social.

De maneira geral, isso significa, por um lado, que o processo social é sempre excedente a qualquer equilíbrio que visa estabilizar esta dinâmica inerente à vida social. Por outro lado, isso indica também que a proximidade que caracteriza o estabelecimento de um vínculo interativo é, concomitantemente, um distanciamento baseado na impossibilidade de se constituir um ser em comum com aquele com o qual se interage (PYYHTINEN, 2010, p. 100): a unidade funcional que vincula os indivíduos em interação entre si é, ao mesmo tempo, algo que ocorre entre eles, no espaço insistente que os separa apesar de uni-los, mas também algo que acontece no interior deles, já que os indivíduos alteram seu estado de ser na interação. Dito em outros termos, aquilo que está entre o *influxo recíproco* dos indivíduos é propriamente um nada, algo que simplesmente não pode ser objetivado já que constitui um processo que altera o estado de ser dos indivíduos em interação, embora estabeleça uma aproximação entre os mesmos

que se dá sempre como um distanciamento.

Além de não substancial, o processo inovativo também recebe uma conformação de dois elementos paradoxais que compõem a vida social: a propensão à diferenciação que é própria aos indivíduos que agem no processo interativo (processo de individualização dos atores) e a tendência à unidade dos agrupamentos resultantes da continuidade deste processo inovativo (processo de sociação) (SOUZA JR., 2017). É esta configuração paradoxal que o conceito de *influxo recíproco* pretende articular, o que justifica o fato de ocupar o centro da teoria social de Simmel, embora seu significado só emergja quando é posicionado na relação interna que mantém com o intrincado complexo conceitual que lhe circunda e que ele mesmo articula. Deste complexo, é possível destacar, além deste conceito central, estes dois desdobramentos que são decisivos na conformação do processo inovativo, apesar de serem fenômenos derivados dele: a sociação e a individualização.

O primeiro destes desdobramentos, que pode ser denominado de sociação, agrupação ou, enfim, processo de institucionalização e organização dos agrupamentos humanos, consiste na objetivação precária do *influxo recíproco* entre os atores sociais, ou seja, a cristalização histórica de formas relativamente estáveis de convívio humano que, apesar de representarem o resultado do processo interativo, são responsáveis por organizar sua continuidade. O conceito alemão *Ver-gesellschaftung*, forjado por Simmel através de uma verbalização do étimo cotidiano *Gesellschaft* (sociedade em alemão), é o conceito eleito por Simmel para expressar a forma social resultante do contínuo processamento da interação: a “sociação”. É em virtude deste desdobramento do processo interativo contínuo que as instituições humanas alcançam certa estabilidade, embora não superem sua instabilidade inerente, o que Simmel pretendeu expressar pela verbalização do con-

ceito de sociedade.

Já o segundo desdobramento do processo interativo se refere ao processo de individualização dos atores envolvidos na interação, o que está expresso em um dos dois étimos que compõem aquele conceito central já destacado: a *Wirkung* da *Wechselwirkung*. Pode-se dizer que a *Wirkung* representa o caráter condicionante do *influxo recíproco*, o que significa que Simmel não negligencia a influência que a ação dos indivíduos pode exercer sobre a conformação do próprio processo interativo do qual participam. Ocorre que, embora o próprio indivíduo assuma sua forma distintiva em função da posição idiosincrática que ocupa na interseção dos múltiplos círculos sociais em que está envolvido, após sua personalidade assumir uma forma própria e irreproduzível, ele passa a ser capaz de alterar a conformação dos diversos processos inovativos de que toma partido. Os indivíduos representam, nestes termos, verdadeiros fatores de instabilidade nos processos inovativos, o que acaba imprimindo sua marca nas próprias formações sociais que são decorrentes do processo interativo: as soci-ações. Ao almejar suas necessidades distintivas nas relações sociais que estabelecem, os indivíduos acabam imprimindo o caráter precário e instável que é inerente às instituições sociais.

É bem verdade que os tipos possíveis de interação e as formas que assumem são as mais diversas, o que vai variar em função das diferentes ações que podem fazer parte do enlace interativo, dos diversos tipos de laço existentes e possíveis entre os atores envolvidos em cada interação ou, enfim, dos diferentes agrupamentos resultantes do concurso continuado destas ações entrelaçadas. Apesar desta variedade, porém, cada tipo específico de interação conjuga de maneira própria e específica estes dois desdobramentos constitutivos do influxo recíproco, o que é fundamental para sua configuração final. Em toda inte-

ração, estas duas totalidades abertas (o indivíduo e o grupo) formulam um equilíbrio mínimo, mesmo que em cada tipo de relação uma destas totalidades possa preponderar (SOUZA JR., 2017).

Por isso, ao discutir a natureza das relações de conflito, Simmel sustenta que todo tipo de interação é resultado de uma “síntese de elementos que trabalham juntos, tanto um contra o outro [*Gegeneinander*], quanto um para o outro [*Füreinander*].” (SIMMEL, 1908, p. 247). Seu argumento aponta para o fato de que, na medida em que o conflito representa o tipo de unidade mais basilar e, portanto, a estabilização interativa mais instável que existe, toda estabilização, por mais equilibrada e cristalizada que seja, será continuamente ameaçada por essa força instável que está em sua base. As relações de conflito indicam, portanto, que todo equilíbrio interativo promove, ao mesmo tempo, uma pulsão à aproximação e à disjunção: “Assim como o universo precisa de ‘amor e ódio’, de forças de atração e de repulsão, para que tenha uma forma, também a sociedade precisa de quantidades proporcionais de harmonia e desarmonia, de associação e competição, de tendências favoráveis e desfavoráveis, para conquistar determinada formação [*Gestaltung*].” (SIMMEL, 1908, p. 249).

O importante, portanto, é notar que mesmo os elementos de discórdia impelem os indivíduos a se unirem, uma vez que “Certa quantidade de discordância interna [*innere Auseinandergehen*] e controvérsia externa estão organicamente vinculadas aos próprios elementos que, em última instância, mantém o grupo unido.” (SIMMEL, 1908, p. 251). E isso não caracteriza apenas as relações de conflito, mas sim todos os outros tipos de relação, o que quer dizer que também as relações de reciprocidade conjugam de modo próprio elementos de discórdia e unidade. Isso porque, a conclusão inevitável do argumento de que o conflito também constitui uma sociação (já que também há

unidade entre indivíduos em conflito) é que este tipo específico de relação representa a sociação em seu *status nascens*, já que se trata de uma relação que, por assim dizer, nega a própria unidade que a constitui. O conflito constitui, assim, a base de toda sociação, já que se trata da sociação que mais se aproxima da não sociação. Embora constitua uma unidade, é uma relação que permanece no limiar que separa aquilo que induz a formação de uma unidade daquilo que induz sua dissolução. Logo, seja qual for a unidade formada por dois ou mais indivíduos, ela terá em seu âmago um caráter conflituoso que é insuperável e que tem como fundamento último aquela insistência dos indivíduos em se distinguir mutuamente.

Sendo assim, pode-se dizer, sinteticamente, que o fluxo constitutivo dos elementos vivos (1), equilibrados pelo concurso mútuo de suas potências (2), é responsável pela produção de organismos sociais que são justamente aquelas formas (3) que brotam do concurso dos elementos equilibrados. Assim, aquilo que era puramente funcional (equilíbrio das forças) se cristaliza e se torna substancial (forma dos organismos), o que é responsável pela estabilização em uma forma relativamente fixa do equilíbrio instável que caracteriza o processo interativo. É por isso que, para Simmel, a vida é, ao mesmo tempo, *mais-vida* [*Mehr-Leben*] — o que aponta para o fluxo contínuo que a caracteriza — e *mais-do-que-vida* [*Mehr-als-Leben*] — característica que indica justamente aquelas formas produzidas pelo concurso continuado dos elementos vitais articulados entre si. Todo processo interativo conjuga, então, elementos de instabilidade — já que a ação individual é caracterizada por uma pulsão temporal em contínuo desenvolvimento e transformação — com elementos de estabilidade — pois as ações enlaçadas num processo interativo sempre alcançam um equilíbrio que regula o contato entre as pulsões individuais e produz

formas de convívio que são relativamente estáveis (SIMMEL, 1922).

Nestes termos, é possível definir as instituições e organizações sociais como verdadeiras unidades de viventes [*Einheit des lebendige*], as quais são formadas por um equilíbrio específico entre os diversos e distintos atores que dela participam. Como estes atores são abertamente propensos à polaridade, a unidade formada por este equilíbrio não pode ser concebida como uma unidade absoluta, mas sim como uma unidade relativa, instável e funcional; isto é, um todo formado por partes que possui a configuração de uma oposição-orientada-para-uma-conjunção (SIMMEL, 1913, p. 68). Trata-se, portanto, de uma unidade composta por uma multiplicidade, já que “não teria, por assim dizer, nenhuma função se não houvesse uma multiplicidade que ela reunisse. [...] Assim como os viventes, o mundo não é algo unitário, mas sim sempre algo múltiplo; e, por isso, assim como os viventes, o mundo é uma unidade dessa multiplicidade” [*die Einheit dieses Vielen*] (SIMMEL, 1913, p. 69).

Visto sob esse prisma, e apesar das variadas formas de combinação destas duas tendências, conclui-se que todas as instituições e relações humanas têm que ser homólogas entre si, uma vez que expressam de forma própria e específica o caráter eminentemente paradoxal das interações humanas, as quais conjugam sempre os elementos de instabilidade e estabilidade social (SOUZA JR., 2017). Posto isso, não é exagero afirmar que mesmo as relações de reciprocidade mais perenes não escapam do estabelecimento de um vínculo de domínio entre as partes. Logo, embora seja verdade que nas sociações formadas por relações de reciprocidade, como é o caso do *Kula* melanésio, predomine a tendência à unidade dos agrupamentos sociais, isto não significa que ela é capaz de superar a instabilidade que inerente à vida social, já que a propensão à distinção dos atores envolvidos na interação constitui

um fator inerente aos diversos tipos de relação humana.

A concepção de Simmel das relações de reciprocidade

Do que foi exposto anteriormente sobre a teoria social de Georg Simmel, pode-se dizer que a unidade formada em cada processo interativo está em função do tipo de equilíbrio alcançado pelos atores em interação, o qual deverá articular as propensões à distinção de cada indivíduo específico de modo específico. Cada interação é caracterizada, portanto, pela unidade que conjuga de forma determinada a ação distintiva dos agentes envolvidos. Esta conjunção só é possível, por sua vez, em virtude do equilíbrio entre as forças vitais mobilizadas por cada ator, pois é justamente este equilíbrio que proporciona a organização necessária para o estabelecimento do vínculo que une os agentes em um processo interativo. Sendo assim, todo tipo de organização se fundamenta em um tipo específico de equilíbrio entre diferentes repartições de um *quantum* vital constante que representa a substância da vida, formada por força, vitalidade e significado.

Posto isso, cumpre agora analisar que tipo de equilíbrio subjaz, de maneira geral, aos vínculos formados pelas relações de reciprocidade. Se o *Kula* melanésio pode ser definido como uma complexa instituição social baseada em vínculos de reciprocidade, então a análise do tipo de equilíbrio que subjaz às relações de reciprocidade constitui a tarefa fundamental para a construção de uma análise desta instituição social específica.

O tema da dádiva e do tipo de vínculo que caracteriza as relações de reciprocidade foi tratado por Simmel em um ensaio de sua *Soziologie* (SIMMEL, 1908) intitulado *Exkurs über Treue und Dankbar-*

keit. Nele, sobretudo no que se refere ao tema da gratidão, Simmel pretende desvelar uma das manifestações do *influxo recíproco* que subjaz a qualquer interação humana. De acordo com Simmel (1908), este sentimento social específico, a gratidão, possui a peculiaridade de revelar como dois homens, por meio de uma troca de dádivas, estabelecem um vínculo em que um é condicionante e o outro é condicionado. Por estabelecer o enlace dos indivíduos, a gratidão é responsável também, consequentemente, pela possibilidade de uma vida comum e estável entre os homens, na medida em que mantém o vínculo que permite o *influxo recíproco* mesmo depois da interação. Por isso nos dirá Simmel que “a gratidão é um dos elos microscópicos, apesar de infinitamente tenazes, que mantém unidos os elementos da sociedade e, portanto, junta a todos eles em uma vida em comum e de forma estável.” (SIMMEL, 1908, p. 598).

Por isso, de acordo com esta perspectiva, o que menos importa nas relações de reciprocidade é a troca. Fundamental é o vínculo estabelecido nela, o que está expresso pelo sentimento de gratidão que permanece após a transação das dádivas. Isso porque, ao oferecer uma dádiva a alguém, o indivíduo não está oferecendo apenas este objeto específico, mas sim toda a sua personalidade, ao passo que quem recebe este dom também tem toda a sua personalidade envolvida na relação, na medida em que o vínculo estabelecido pela troca é inquebrantável e exige uma resposta que só terá validade se também representar uma oferta de toda a sua personalidade. A peculiaridade da troca de dádiva se refere, portanto, ao fato de que, com esta oferta, o doador realiza “o oferecimento de sua completa personalidade ao outro, como por um dever de gratidão, porque a recompensa é adequada justamente a toda a sua personalidade.” (SIMMEL, 1908, p. 592-593).

Além disso, é igualmente importante destacar o modo como este

vínculo é estabelecido. Neste caso cumpre notar que a gratidão é um sentimento socialmente constituído que expressa a “memória moral da humanidade” (SIMMEL, 1908, p. 591) e que vincula, através de uma obrigação, o indivíduo que recebeu a dádiva ao doador, de tal modo que aquele que recebe a dádiva é implicado numa situação de subordinação em relação àquele que estabeleceu o vínculo através da dádiva ofertada. Nota-se, portanto, que este simples ato de doação é gerador de vínculo, mas também se apresenta para aquele que recebe a dádiva como uma imposição, já que jamais é possível retribuir à altura a uma dádiva recebida, ainda que seja uma obrigação igualmente constringente retribuir-lhe. Isso porque “não podemos corresponder a uma dádiva, pois nela palpita uma liberdade que nossa correspondência não pode possuir, precisamente por ser uma correspondência.” (SIMMEL, 1908, p. 596).

Percebe-se, então, que o que Simmel visa destacar ao acentuar a peculiaridade deste sentimento social é um elemento fundamental do influxo recíproco que subjaz às interações humanas: o sentimento de gratidão representa a expressão emotiva do fato de que, nas relações humanas, as partes em interação permutam sua situação enquanto parte condicionante e parte condicionada. Logo, o objetivo deste pequeno ensaio de Simmel não é apenas formular uma teoria da dádiva, mas sim debater o fundamento interno do conceito central de seu pensamento: o *influxo recíproco*. Nestes termos, a gratidão deve ser concebida como o fundamento de toda interação possível, um vínculo que expressa e mantém uma relação de poder, uma vez que “não há, provavelmente, reciprocidade alguma em que o dado e o recebido se refiram a qualidades homogêneas, exatamente iguais.” (SIMMEL, 1908, p. 593), pois “quando recebemos um favor, quando outra pessoa começa nos fazendo um favor, nunca podemos recompensá-la com

um obséquio subsequente ou um favor restitutivo.” (SIMMEL, 1908, p. 595).

Se a gratidão constitui o sentimento fundamental que subjaz a interação humana de maneira geral, mas mais especificamente as relações de reciprocidade, também é possível analisar este tipo de interação a partir de outro critério avaliativo, qual seja a ponderação do grau de liberdade e de obrigação entre o doador e o receptor de uma dádiva. Como acentua o próprio Simmel no ensaio supracitado, é o doador que exerce de maneira predominante sua liberdade, na medida em que, por ter agido primeiro e espontaneamente, não estava sujeito a uma determinação direta da outra parte. O receptor sim, ao retribuir, já estará plenamente obrigado a tal ato, de tal forma que sua retribuição jamais poderá ser tão espontânea como a doação.

Nota-se, portanto, que as relações de reciprocidade revelam uma característica geral de toda e qualquer interação humana: o fato de estarem baseadas no estabelecimento de um vínculo onde uma das partes em interação é condicionante e a outra é condicionada. No caso específico das relações de reciprocidade, o caráter impositivo que é inerente às interações humanas é escamoteado pelo fato de que a cooperação é clara e a imposição é discreta neste tipo de interação, o que quer dizer que, neste caso, a unidade formada pelos indivíduos tem mais força do que a pulsão à distinção destes últimos, embora não seja capaz de eliminá-la. Isso indica que, mesmo nas relações de reciprocidade mais perenes tanto a natureza distintiva dos indivíduos envolvidos como a tendência à unidade dos agrupamentos sociais resultantes possuem seu espaço e estão articulados de alguma forma. É igualmente evidente, contudo, que este tipo determinado de interação articula de modo típico e próprio estas duas tendências que compõem qualquer interação possível, já que, nas relações de reciprocidade pre-

domina a tendência à unidade dos agrupamentos.

É com base nestes princípios teóricos que buscaremos interpretar e analisar o *Kula* melanésio na próxima seção deste artigo.

Uma interpretação interacionista do *Kula* melanésio

O *Kula* foi definido por Malinowski (1976) como um sistema ampliado de trocas de dádivas, no qual indivíduos pertencentes às diversas comunidades melanésias permutam objetos cerimoniais específicos (*vaygu'a*) que podem ser tanto colares longos de conchas vermelhas (*soulava*) como braceletes de conchas brancas (*mwali*). É através destas trocas que os melanésios e suas respectivas tribos formam alianças sócio-políticas que são cruciais para a vida destas comunidades e para o balanço de poder entre elas. Este sistema é composto por dois circuitos complementares. O primeiro circuito é percorrido pelos colares e o outro, em sentido contrário, pelos braceletes:

O *Kula* é uma forma de troca e tem caráter inter-tribal bastante amplo; é praticado por comunidades localizadas num extenso círculo de ilhas que formam um circuito fechado. [...] Ao longo desta rota artigos de dois tipos — e somente esses dois — viajam constantemente em direções opostas. No sentido horário movimentam-se os longos colares feitos de conchas vermelhas, chamados *soulava*. No sentido oposto, movem-se os braceletes feitos de conchas brancas, chamados *mwali*. Cada um destes artigos, viajando em seu próprio sentido no circuito fechado, encontra-se no caminho com os artigos da classe oposta e é constantemente trocado por eles. Cada movimento dos artigos do *Kula*, cada detalhe das transações é fixado e regulado por uma série de regras e convenções tradicionais; alguns dos atos do *Kula* são acompanhados de elaboradas cerimônias públicas e rituais mágicos (MALINOWSKI, 1976, p. 75).

Os *vaygu'a* são, então, objetos cerimoniais utilizados em uma troca intertribal de caráter honorífico, diferindo, portanto, dos objetos utilizados no cotidiano e dos adornos simples. Possuir e repassar um *vaygu'a* garante renome e é justamente esta a sua função primordial. Além disso, nenhum dos *vaygu'a* pode ser retido, já que precisam estar em constante movimento no circuito, e sua troca não encerra a relação entre os parceiros, já que a parceria *kula* é permanente e deve ser continuamente alimentada no decorrer dos anos. O importante é notar, portanto, que a recepção, a posse temporária e a subsequente doação desses *vaygu'a* confere prestígio ao participante, além de fortalecer os laços permanentes formados entre eles. Isso porque os *vaygu'a* não possuem qualquer valor prático, mas sim ritual e honorífico, conferindo renome ao seu possuidor temporário e dando peso moral às relações entre os parceiros.

Também merece relevo o fato de que cada participante tem um número determinado de parceiros nas ilhas vizinhas, com quem terá de trocar seus *vaygu'a* ao longo da vida. Não obstante, a transação é sempre realizada de maneira formal e com enorme decoro e constitui um assunto de especial interesse para todos os melanésios que participam, direta ou indiretamente, do *Kula*. Os *vaygu'a* nunca param nem saem do circuito, pois um bracelete recebido tem que ser passado para um terceiro parceiro numa direção do circuito de transações, além de ter de ser retribuído, num momento subsequente, por um colar que percorrerá o circuito no sentido inverso. Todas estas características fazem do *Kula* uma instituição onde há grande peso moral constringendo as relações, já que as mútuas obrigações e os direitos envolvidos nessa rede de parcerias impõem seu peso sobre cada relação específica, e enorme responsabilidade pessoal, já que a honra de cada participante está em jogo em cada troca de um *vaygu'a* no circuito *Kula*.

Não por acaso, a troca dos artigos *kula* está sujeita a uma série de limites e regras de transação, que constituem mecanismos institucionais responsáveis pela consolidação e manutenção do caráter próprio do *Kula*. Estas regras determinam que (a) as trocas só podem ser feitas entre parceiros já estabelecidos, (b) que cada nativo deve possuir um número determinado de parceiros e (c) que nem todos os nativos podem participar do *Kula*. Além disso, (d) para se estabelecer uma parceria é necessário atentar para algumas coisas, já que (1) o seu estabelecimento deve seguir regras específicas e (2) obedecer a uma série de formalidades, dentre as quais se destaca o fato de que (3) toda parceria deve ser permanente. Por fim, merece destaque que o número de parceiros que uma pessoa pode estabelecer, sobretudo no que diz respeito às ilhas Trobriand, está em função da posição social ocupada por esta pessoa na estrutura de *status* definida pelo pertencimento aos diversos subclãs melanésios (MALINOWSKI, 1976, p. 75).

Sobre essas limitações e regras, cumpre assinalar que elas apresentarão sempre a associação entre as restrições impostas pelas normas e a liberdade de escolha dos participantes no *Kula*. Em conjunto elas abrem espaço a uma margem relativamente abrangente de ação para os participantes, mas limitam seu livre funcionamento com variadas regras e normas de ação. Isso quer dizer que, por um lado, esses mecanismos institucionais dão vazão à instabilidade inerente às parcerias *kula*, já que permitem que os indivíduos escolham alguns parceiros e, conseqüentemente, desconsidere outros, o que inevitavelmente provoca uma série de atritos e represálias mútuas entre os participantes. Por outro lado, porém, essa instabilidade é controlada por essa série de regras e limitações que se impõem aos parceiros em transação e às próprias transações, o que arrefece os ânimos dos participantes, em alguns casos, além de orientar sua conduta e restringir sua margem de

ação, em outros casos. Não fosse essa articulação, o *Kula* certamente não teria o caráter que tem.

Obviamente, como um participante do circuito de dádivas *Kula* possui muitos parceiros de um lado e de outro, então os possíveis destinatários de cada artigo são variados, o que significa que não há uma circulação automática de cada artigo pelos mesmos parceiros. Muito pelo contrário. Cada artigo percorrerá o circuito muitas vezes, e em cada uma de suas voltas cada artigo passará, muito provavelmente, por diferentes participantes, de tal forma que nenhuma volta completa deverá percorrer o mesmo trajeto que outra volta subsequente. “Dessa forma, qualquer objeto que em seu itinerário passou pelas mãos de certos nativos poderá, em seu segundo itinerário passar por canais inteiramente diferentes.” (MALINOWSKI, 1976, p. 214). Não obstante, a troca de *vaygu’a* no circuito *Kula* também é geograficamente restrita em sua amplitude, o que significa que cada participante só pode estabelecer parceria com algum distrito vizinho ao seu próprio distrito. Logo, ainda que todas as pessoas que participam do *Kula* estejam indiretamente vinculadas umas às outras, não obstante, os laços diretos entre elas só podem ser estabelecidos entre distritos previamente determinados. Isso não define, contudo, quais parceiros deverão ser escolhidos dentre todos os que existem em cada distrito, nem tampouco com quais nativos se pode ou não estabelecer uma parceria.

Por fim, também há uma limitação no tempo de retenção de um *vaygu’a*. Logo, um *mwali* recebido por um nativo de Kiriwina dado por um nativo de Kitava deve ser repassado para o nativo de Sinaketa e, subsequentemente, ao nativo de Dobu sem que isso demore muito tempo. Por conta desta regra, a manutenção de um *vaygu’a* por um período longo é inapropriado e inevitavelmente levará o nativo que assim proceder a ser taxado como mesquinho ou como um indivíduo

que é lerdo e duro nas transações *kula*, já que a regra é que os artigos permaneçam em constante movimento neste circuito. A quebra desta regra é um dos motivos de maior descontentamento entre os nativos, que não se inibem na condenação da conduta mesquinha de algum de seus parceiros (MALINOWSKI, 1976, p. 214).

Isso nos leva diretamente ao problema das características próprias da parceria *kula*. De acordo com Malinowski, trata-se de uma relação amistosa que pode ter um grau maior ou menor de intimidade, o que irá variar em função (1) da distância e das diferenças culturais entre as aldeias às quais pertence cada parceiro e (2) da distância de *status* social entre eles. Em geral, os nativos possuem parceiros *kula* que são muito próximos a eles, seja por viverem na mesma aldeia, seja em função dos vínculos de afinidade estabelecidos em função do matrimônio. Também é comum que um nativo possua parceria com um ou dois chefes vizinhos, a quem dedicará seus melhores *vaygu'a* com a esperança de obter vantagens desse chefe. Há, por fim, os parceiros de além-mar, que além de assumirem a função de hospedeiros dos estrangeiros em suas expedições (dando-lhes alimentos e pequenos presentes), também são seus patronos (defensores) e aliados, o que constitui um grande alento para um indivíduo que, em virtude de uma expedição *kula*, precisa permanecer numa aldeia distante permeada por uma série de perigos relacionados, sobretudo, à magia negra. Como afirma o próprio Malinowski, “O *Kula*, portanto, provê a cada um de seus participantes com alguns amigos próximos e alguns aliados em distritos longínquos, desconhecidos e perigosos. São essas as únicas pessoas com quem ele pode realizar o *Kula* — mas, é claro, dentre todos os seus parceiros o nativo tem liberdade de decidir a qual deles fornecer quais objetos.” (MALINOWSKI, 1976, p. 82).

Em suma, portanto, o que se acentua é que toda transação *kula*

é iniciada pela doação de uma dádiva cerimonial (*vaygu'a*). Após esse primeiro passo deve-se passar um lapso de tempo determinado (horas, dias, meses ou anos) que é seguido por uma retribuição através de uma dádiva que se presume ser equivalente à dádiva inicial. Apesar de ser importante que os *vaygu'a* sejam equiparáveis para que uma transação seja bem sucedida, sua equivalência não pode ser discutida publicamente, o que contrariaria o decoro próprio a esse tipo de transação, na qual a prática da pechincha é cesurada. Segundo Malinowski (1976), o que regula a conduta dos nativos nas trocas *kula* e garante a equivalência nas transações é certa *noblese oblige*, o que impele os indivíduos a serem generosos para demonstrarem seu poder, de tal forma que quanto mais importante for um nativo (alta posição social, líder de aldeia, chefe de distrito), maior será o seu desejo de se sobressair pela generosidade.

Embora impeça os regateios, que são altamente indecorosos, esta *noblese oblige* não elimina os desentendimentos. Por isso, não é incomum que o parceiro que se sente prejudicado em uma transação *kula* reaja à ofensa demonstrando uma dose extra de generosidade, de forma a destacar seu poder sobrepujante em relação ao parceiro que não pode retribuir à altura sua dádiva. Agindo assim, o parceiro prejudicado na transação aponta para a avareza daquele que não foi capaz de retribuir ao seu *vaygu'a*, o que constitui uma grave ofensa:

É óbvio que, por mais que um indivíduo queira dar um equivalente justo em troca do objeto recebido, às vezes ele não consegue fazê-lo. Então, como há sempre intensa competição no sentido de ser o doador mais generoso, o indivíduo que recebe menos do que dá não esconde o seu aborrecimento, mas gaba-se de sua própria generosidade e a contrasta com a avareza do seu parceiro; o outro se ressentido com isso, e assim a briga está pronta para começar. (MALINOWSKI, 1976, p. 86).

Além disso, as transações *kula* também são rigidamente reguladas e o mais interessante para o argumento aqui levantado é que esta regulação está de acordo com os princípios da concepção de Simmel (1908) sobre a troca de dádivas. De acordo com Malinowski (1976), os *vaygu'a* permutados nas transações *kula* podem receber dois nomes distintos: caso sejam dados como presentes iniciais receberão o nome de *vaga*, ao passo que o presente que encerra uma transação é chamado de *yotile*. Apesar de receberem nomes distintos e possuírem uma natureza distinta, ambos são presentes cerimoniais, o que significa que sua troca é necessariamente acompanhada do toque cerimonial do búzio e deve ser realizada ostensivamente e em público. Apesar desta similaridade, o que é de fato revelador são suas diferenças. Por ser o presente de abertura, o *vaga* sempre é dado espontaneamente. Ele abre uma transação *kula*, o que significa que não há nenhuma imposição ou obrigação que constranja seu doador e lhe exija escolher um parceiro específico para oferecer seu *vaygu'a*. Já o *yotile*, o presente de retribuição, é sempre oferecido sob a pressão da retribuição exigida por um presente recebido anteriormente, este que é justamente o *vaga* oferecido espontaneamente.

Não obstante, caso um indivíduo receba um *yotile* que considere ser inferior ao *vaga* oferecido anteriormente, então ele tem o direito de se enfurecer e pode, inclusive, pegar à força (*lebu*) de seu parceiro o *vaygu'a* que lhe parecer condizente com a sua dádiva inicial. Este é mais um indício da posição de superioridade do doador inicial na transação, já que além de a retribuição nunca ser espontânea, o doador inicial também tem o direito de se queixar da não equivalência de um *vaygu'a* de retribuição, ainda que, neste caso, ele tenha que quebrar o decoro exigido na transação, o que tende a incorrer, inevitavelmente, em uma grave contenda:

Se eu dei um *vaga* (presente de abertura) a um dos meus parceiros, digamos, há um ano, e agora, em visita, descubro que ele tem um *vaygu'a* equivalente, considero sua obrigação dá-lo a mim. Se ele não o fizer, fico com raiva e minha fúria é justificada. Isso, porém, não é tudo; se, por acaso, eu puder pôr as mãos em seu *vaygu'a* e arrebatá-lo à força (*lebu*), tenho, pelo costume, o direito de fazê-lo, embora meu parceiro, num caso assim, possa ficar bastante enraivecido. A briga subsequente seria meio histriônica, meio verdadeira (MALINOWSKI, 1976, p. 266).

Esta associação peculiar entre decoro e animosidade também se manifesta na etiqueta exigida nas transações *kula*. De acordo com Malinowski (1976), a etiqueta da transação *kula* exige que tanto o doador como o receptor demonstrem total indiferença em relação ao *vaygu'a* trocado. Por isso, o comum é que seu doador o jogue no chão com desdém, enquanto que o receptor não deve pegá-lo com suas próprias mãos, mas sim solicitar que algum de seus subordinados o faça por ele. “A etiqueta da transação requer que o presente seja oferecido de maneira descortês, brusca e quase violenta e recebida com indiferença e desdém equivalentes.” (MALINOWSKI, 1976, p. 265). Esta associação curiosa de desdém e agressividade certamente impressiona no primeiro momento, sobretudo quando se considera o interesse que de fato os nativos nutrem por estas transações. Contudo, é possível lançar luz sobre seu significado caso se considere aquele peculiar equilíbrio entre unidade e distinção que caracteriza as relações de reciprocidade de acordo com a teoria social simmeliana.

Destaca-se, inicialmente, o esforço do receptor de disfarçar seu interesse pelo *vaygu'a* recebido, seguindo assim o decoro exigido na transação que exige desapego pela dádiva. Acerca do doador, por outro lado, também é nítida sua tentativa de enfatizar desapego pelo *vaygu'a* ofertado, o que está de acordo com o decoro da transação *kula*. O lançamento agressivo do *vaygu'a*, por sua vez, simboliza a

obrigação que é estabelecida com a doação, já que quem recebe uma dádiva assume o compromisso de retribuí-la, além de pôr em relevo a propensão à distinção que guia o ator que participa do *Kula*. Por outro lado, porém, a própria escolha deste parceiro em detrimento de outro demonstra por si só que aquele ato fortalece a aliança entre eles, sobretudo se o *vaygu'a* ofertado for de alto valor.

A indiferença do receptor, marcadamente influenciada pelo decoro exigido na transação, também representa um misto de distinção e unificação. Com a indiferença em relação a algo que é altamente valorizado por todos, o indivíduo que recebe um *vaygu'a* pretende acentuar sua superioridade em relação não só ao seu parceiro, como também em relação à própria transação. Embora distintiva, esta atitude também é unificadora, uma vez que está de acordo com a formalidade da transação *kula*, que proíbe qualquer tipo de regateio e demonstração pública de interesse pelo *vaygu'a* recebido mesmo com toda a agressividade manifesta no ato de doação. Esta rede de significados se fecha com a regra final desta etiqueta da troca, que exige que não seja o receptor o indivíduo que deve pegar a dádiva jogada ao chão, mas sim um de seus subordinados.

A única exceção a esta etiqueta ocorre quando a transação envolve dois parceiros que apresentam uma grande diferença hierárquica entre si, o que ocorre quando um chefe troca um de seus *vaygu'a* com um plebeu. Neste caso, o chefe manterá a mesma postura de desdém e não pegará o *vaygu'a* com suas próprias mãos, ao passo que o plebeu, por outro lado, deverá demonstrar grande interesse pelo *vaygu'a* ofertado pelo chefe. (MALINOWSKI, 1976, p. 265). Mesmo neste caso, porém, o misto de decoro, animosidade e marcação de distinção é evidente, o que mais uma vez corrobora com a interpretação proposta neste artigo.

Como se trata de um costume arraigado, a etiqueta que regula as transações *kula* e o comportamento típico dos nativos referentes a este tema encontram-se consolidados na tradição mitológica destas comunidades. Na verdade, Malinowski (1976) destaca a existência de um amplo repositório de significados, composto por um conjunto de mitos tradicionais, que orienta a conduta destes agentes no amplo espectro de atividades relacionadas à prática do *Kula*. Tudo o que se relaciona ao *Kula* está previsto neste conjunto de mitos: o impedimento à manifestação direta de interesse pelas transações *kula*, a demonstração velada de descontentamento por indivíduos que se sentem prejudicados nas transações, as reações violentas de retaliação, quase sempre a partir da magia negra, etc. Esta vigorosa base mitológica é analisada por Malinowski no Capítulo XII de *Os Argonautas do Pacífico Ocidental* (1976), sobretudo a partir da apresentação dos dois principais mitos referentes ao *Kula*: o mito de Tokosikuna e o mito de Kasabwaybwayreta.

Apesar das especificidades de ambos os mitos *Kula*, Malinowski (1976) destaca algumas características gerais. Ambos os heróis eram nativos velhos, decrépitos e feios que rejuvenesceram em virtude de seus conhecimentos da magia *mwasila* da beleza e, por isso, obtiveram êxito no *Kula* (1); em virtude deste rejuvenescimento e do consequente sucesso no *Kula*, estes nativos provocaram inveja em seus companheiros (2); em ambos os casos, os companheiros invejosos se vingaram dos heróis na ilha Gabula (3); e, por fim, depois de serem traídos, ambos os heróis estabeleceram residência no sul: enquanto Kasabwaybwayreta já vivia nestas terras antes dos acontecimentos narrados no mito, Tokosikuna se mudara para logo após (4). O aspecto importante destes mitos, contudo, é seu peculiar acento da vaidade e da inveja implicadas no *Kula*, o que revela a importância que

esta transação tem para esses nativos. O que é ainda mais notório, contudo, é que essa instituição resolve as instabilidades inerentes às relações entre estranhos através da estabilização destas mesmas relações em alianças vitalícias ao mesmo tempo em que instiga a instabilidade nas relações entre parceiros de uma mesma tribo que estão, em alguns casos, até mesmo vinculados por laços de parentesco, como é o caso de Kasabwaybwayreta que é abandonado por seus parentes afins: filhos e netos. Se levarmos em conta que a ação destes heróis míticos é tida como um exemplo paradigmático para estes nativos, sua demonstração vaidosa de agressividade e indiferença na transação ganha significado. O *Kula* é composto por múltiplas alianças que são recorrentemente alimentadas por uma recorrente troca de dádivas. Mas estas dádivas não são trocadas gratuitamente. Por um lado, elas simbolizam a imposição do doador em relação ao receptor e, por outro, instigam a inveja dos que foram preteridos ou suplantados em determinadas situações. Honra, inveja, vaidade e decoro. Uma mistura explosiva e marcante, mas funcional na prática do *Kula*.

Com o que foi exposto até aqui é possível definir o *Kula* como uma complexa instituição baseada em uma variedade de vínculos formados por transações recorrentes de dádivas, ou seja, uma complexa rede de relações de obrigação entre indivíduos pertencentes a múltiplas comunidades distintas entre si. Este sistema de relações de dádiva em parte mantém e em parte ameniza o caráter impositivo que caracteriza as relações de reciprocidade de maneira geral. Esta característica é amenizada em virtude do fato de que a dádiva recebida deve ser repassada para um terceiro participante. De algum modo, portanto, o receptor é investido do direito de se valer da dádiva recebida para alimentar um vínculo onde ele agirá por espontaneidade, ainda que em um momento subsequente esta mesma dádiva que recebeu na primeira

transação tenha que ser retribuída ao doador inicial. Por um lado, portanto, o *vaygu'a* recebido investe o receptor de um poder do qual ele poderá se valer, em momento posterior, ao iniciar uma nova transação *kula*. O *vaygu'a* recebido na primeira transação poderá ser utilizado, então, como um presente de iniciação (*vaga*). Como, por outro lado, o vínculo com o doador inicial não foi quebrado, esta dívida deverá ser retribuída por uma contradádiva (*yotile*) a ser oferecida ao doador inicial, sob a pena de se perder todo o renome conquistado com o oferecimento do *vaygu'a* inicial no estabelecimento de uma nova transação *kula*:

Há no circuito inteiro do *Kula* um encadeamento de relações que naturalmente fazem dele um todo entrelaçado. Pessoas que vivem a centenas de milhas umas das outras relacionam-se através da parceria direta ou indireta, realizam trocas, passam a conhecer-se e, às vezes, se encontram em grandes reuniões intertribais. [...] O que se verifica, então, é um vasto encadeamento de relações intertribais numa grande instituição que incorpora milhares de pessoas, todas elas unidas por uma paixão comum pelas transações *Kula* e, em segundo plano, por muitos pequenos laços e interesses. (MALINOWSKI, 1976, p. 82).

Vê-se, portanto, que o que marca esta instituição específica é o equilíbrio formado por uma rede baseada em múltiplos vínculos de reciprocidade, onde o doador, sob uma perspectiva, é sempre o receptor, sob outra. E o que confere maior ou menor poder a cada indivíduo nesse contexto é a configuração de seus vínculos nesta rede, o que está em função tanto do número de vínculos que cada indivíduo possui, como da importância específica de cada um desses vínculos.

Conclusão

Agora temos condições de finalizar este estudo, cujo objetivo foi reinterpretar a descrição de Malinowski acerca do *Kula* melanésio através do modo como Simmel concebeu as relações de reciprocidade. Alguns princípios teóricos da teoria social de Simmel foram cruciais para esta análise, dentre os quais destacamos o primado do processo frente ao equilíbrio social, o primado da interação frente aos partícipes da relação e a articulação sempre tensa entre os elementos de estabilidade e de instabilidade na conformação de toda e qualquer interação humana. Contudo, este artigo explorou sobretudo o modo como Simmel concebeu as relações de reciprocidade para realizar esta nova interpretação do *Kula* melanésio. Neste caso, destacou-se o aspecto impositivo que persiste nos vínculos formados pela troca de dádivas, mesmo que a unidade do grupo prevaleça sobre esta tendência distintiva dos indivíduos, conformando uma conjugação de unidade e distinção que é peculiar deste tipo de interação.

Foi com base nestes princípios teóricos que se estabeleceu uma nova interpretação do *Kula* melanésio, tal qual fora descrito por Malinowski em *Os Argonautas do Pacífico Ocidental* (1976). Sob a luz dos princípios teóricos da teoria social de Simmel, o *Kula* pode ser definido como uma complexa instituição intertribal que se alicerça pela manutenção de uma variedade de vínculos sociais que são recorrentemente alimentados por trocas de objetos cerimoniais específicos, os *vaygu'a*, de forma a estabelecer uma complexa rede de relações de obrigação entre os múltiplos parceiros *kula* que estão distribuídos entre as mais diversas comunidades que participam deste grande sistema de trocas intertribais de dádivas. Direta ou indiretamente, todos estes indivíduos estão ligados entre si. Apesar desta unidade, cada vínculo

desta rede pretende se destacar frente aos demais. O *Kula* ao mesmo tempo institui e regula os múltiplos vínculos que compõem esta rede complexa, por meio da qual as comunidades e os indivíduos constroem suas alianças, demarcam sua distinção e dão sentido às suas existências.

Referências

EVANS-PRITCHARD, Edward. E. *Antropologia social*. Lisboa: Editora 70, 1985.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

LEACH, Jerry W. Introduction. In: LEACH, Jerry; LEACH, Edmund (org). *The Kula: new perspectives on massim exchange*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: Abril S.A. Cultural e Industrial, 1976.

MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

PYYHTNEN, Olli. *Simmel and “the Social”*. London: Palgrave and Macmilan, 2010.

SIMMEL, Georg. *Über sociale Differenzierung*. Leipzig: Verlag von Duncker & Humblot, 1890.

_____. *Kant und Goethe: die Geschichte den modernen Weltanschauungen*. Berlin: Marquardt & Co. Berlin, 1906.

_____. *Soziologie: Untersuchungen über die Formen der Vergesellschaftung*. Leipzig: Verlag von Duncker & Humblot, 1908.

_____. *Goethe*. Leipzig: Verlag von Klinkhardt & Biermann, 1913.

_____. *Lebensanschauung: vier Metaphysische Kapitel*. München und Leipzig: Verlag von Duncker & Humblot, 1922.

_____. *On individuality and social forms*. Chicago and London: The Uni-

versity of Chicago Press, 1971.

_____. *Ensaio sobre teoria da história*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.

SOUZA JR., Robson R. Entre a unidade e a distinção: a configuração paradoxal das relações de dominação e das relações de reciprocidade na teoria social de Simmel. *Revista Tempo da Ciência*. v. 24, n. 47, p. 58-67, 2017.

Resumo:

O presente estudo pode ser definido como uma pesquisa qualitativa baseada em fontes secundárias que visa reinterpretar a descrição etnográfica do *Kula* melanésio elaborada por Malinowski baseado nos princípios da teoria social de Georg Simmel, com destaque para sua teoria da dádiva e sua concepção das relações de reciprocidade. Por isso, a principal fonte de dados desta investigação é a descrição etnográfica elaborada por Bronislaw Malinowski em seu clássico “Argonautas do Pacífico Ocidental”. Teoricamente, o primado do processo frente ao equilíbrio social, o primado da interação frente aos partícipes da interação e a articulação sempre tensa entre os elementos de instabilidade e de estabilidade representam os princípios da teoria social de Simmel que apresentam especial relevância para este estudo. Não obstante, o caráter impositivo que é persistente nas relações de reciprocidade constitui o elemento central a ser mobilizado na interpretação da clássica descrição do *Kula* melanésio de Malinowski que este estudo visa oferecer. O que buscaremos demonstrar com esta análise é que a instabilidade que compõe qualquer relação humana, inclusive as relações de reciprocidade, se mantém latente mesmo em uma instituição social que representa uma das estabilizações mais eficientes de contato inter-humano, o *Kula* melanésio, o qual pode ser definido como uma ampla rede de vínculos de obrigação consolidados através da troca permanente de dádivas.

Palavras-chave: Teoria da dádiva; relações de reciprocidade; *Kula* melanésio; Bronislaw Malinowski; Georg Simmel.

Abstract:

The present study can be defined as a qualitative research based on secondary sources that aims to reinterpret the ethnographic description of the Melanesian Kula elaborated by Malinowski based on the principles of Georg Simmel's social theory, highlighting his gift theory and his definition of reciprocity relations. Thus, the main source of data for this investigation is the ethnographic description elaborated by Bronislaw Malinowski in his classic "Argonauts of the Western Pacific". Theoretically, the primacy of the process over social balance, the primacy of interaction over the participants of the interaction, and the always tense articulation between the elements of instability and stability represent the principles of Simmel's social theory that are particularly relevant to this study. Nevertheless, the imposing character that is persistent in reciprocity relations constitutes the central element to be mobilized in the interpretation of Malinowski's classic description of the Melanesian Kula that this study aims to offer. What we will try to demonstrate with this analysis is that the instability that make up any human relationship, including reciprocity relationships, remains latent even in a social institution that represents one of the most efficient stabilizations of inter-human contact, the Melanesian Kula, which can be defined as a wide network of links of obligation consolidated through the permanent exchange of gifts.

Keywords: Gift theory; reciprocity relations; Melanesian Kula; Bronislaw Malinowski; Georg Simmel.

Recebido para publicação em 24/03/2020.

Aceito em 29/01/2021.

Mulheres negras que narram a luta pela liberdade individual e/ou coletiva: uma leitura das obras *Quarto de Despejo*, da brasileira Carolina Maria de Jesus, e *Diário de um exílio sem regresso*, da angolana Deolinda Rodrigues

Eni Alves Rodrigues

Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0003-4856-8706>

enialro@gmail.com

A liberdade nunca é alcançada sem sofrimento e sacrifício. Ela só é conquistada com trabalho persistente e incansável de pessoas dedicadas.

Martin Luther King.

(RODRIGUES, 2018, p. 32).

Neste artigo, pretende-se analisar o relato de duas mulheres negras que se apropriaram da escrita para narrar suas histórias, narrando ao

mesmo tempo a história da nação de cada uma delas. Ao fazer a análise das obras das autoras, Carolina Maria de Jesus e Deolinda Rodrigues, a primeira, brasileira e a segunda, angolana, podemos perceber que ambas, mulheres subalternizadas, adotam o gênero textual “diário” para relatar suas histórias, contando assim a história não oficial do país delas. Nesse sentido, em *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, primeira edição em 1960, Carolina Maria de Jesus apresenta uma escrita de si que é também um relato de luta diária dos pobres, negros e mulheres no Brasil pela existência e subsistência. Na obra de Deolinda Rodrigues, *Diário de um exílio sem regresso*, escrito na década de 1970 e publicado apenas em 2003, acompanhamos o relato da luta pela independência da nação angolana feito por uma mulher negra. É intuito deste artigo mostrar os distanciamentos e aproximações das estratégias narrativas destas duas mulheres negras bem como o olhar feminino que elas têm da nação de cada uma delas.

Nos diários que analisamos, vimos que a narrativa das duas histórias se passa em meados da década de 1950 e 60. Enquanto, no Brasil, havia o vislumbre do desenvolvimento econômico, com o projeto “50 anos em 5”, do presidente Juscelino Kubitschek; em Angola, Deolinda Rodrigues e os angolanos buscavam a independência de seu país, que no momento era colônia de Portugal. Nesses diários, a literatura de testemunho, que poderia ser apenas a escrita individual, vai além, é o relato do cotidiano da história dos países das autoras, da condição de mulher negra vivida por elas, pois, segundo Margarida Ribeiro e Roberto Vecchi (2012), “a memória poética tem possíveis elos em comum com a construção de uma memória cultural e, sobretudo, pública, considerando a tensão que marca a relação entre memória e poesia.” (RIBEIRO; VECCHI, 2012, p. 29).

O viés poético e literário das memórias desses diários é notável

e não cabe a este artigo a discussão sobre se o texto de ambas é ou não literatura, dado já extensas reflexões sobre este assunto, como podemos citar:

O diário é o registro de presentes sucessivos, aberto para um futuro indeterminado e fatalmente limitado pela morte. Desde o começo, ele programa sua releitura. Talvez não seja lido de fato, mas poderia lê-lo. É um sinal de radar que enviamos ao futuro e que sentimos misteriosamente voltar para nós. Sem essa presença do futuro, não escreveríamos. O diário não dá acesso à contingência de um fim absoluto, mas à transcendência de uma ou várias releituras futuras. Não o imaginamos terminado, mas o vemos antes relido (por nós) ou lido (por outro). (LEJEUNE, 2008, p. 272).

O diário é considerado um gênero memorialístico biográfico e que tem muitas justificativas para ser produzido. Philippe Lejeune (2008) enumera três motivações na escrita de um diário para a vida do autor: aquele seria um horizonte de expectativa de vida; o ponto de vista de sua relação com a finalidade da vida; ou ainda o fim da vida como uma realidade possível. Sendo assim, podemos pensar que *Quarto de despejo* traz em si muitas características da primeira motivação enumerada por Philippe Lejeune (2008), pois o diário de Carolina Maria de Jesus apresenta uma escrita infinita, que traz a esperança do dia seguinte e almeja releituras posteriores a serem feitas pela própria autora ou para ser publicado e lido por outra pessoa.

Já *O diário de um exílio sem regresso* parece estar na terceira motivação especificada por Philippe Lejeune (2008) para os diários, pois, segundo o teórico, nessa dimensão, o diário seria aquele que se mantém quando se está à beira da morte, para suportar a própria condição ou como um instrumento de luta, ou seja, a morte ronda o autor desta dimensão de diário.

Nesse sentido, a contribuição do subgênero diário para a estética

literária do gênero memorialístico é um fato já consagrado. As duas autoras contribuem muito com a história da Literatura de seus países e com a história das escritoras mulheres, principalmente as negras. As mulheres, em um passado não muito distante, não possuíam lugar de escrita na Literatura e, muitas vezes, as suas palavras escritas só podiam vir à tona de forma velada no mundo machista que vivenciavam. Frequentemente, as mulheres que optaram pela manutenção de um diário, o fizeram pela falta de opção por outros gêneros literários, já que não estavam autorizadas a produzir outro tipo de escrita e adotaram esta forma literária em razão das circunstâncias em que viviam.

Sabemos que essas duas obras têm uma escrita de si que narra a escrita da nação. A nação, conceito complexo, trabalhado por estudiosos das ciências sociais e da literatura. Atendo-se ao enfoque literário, temos as discussões de Antonio Candido (1999) que, ao refletir sobre a existência de uma literatura nacional, reflete que deve haver, para isso, três eixos: leitor, autor e um sistema imaginário próprio de nação (com mitologia, heroísmo, condições de efabulação etc.). Na literatura, esse projeto de escrita de nação encontra morada, pois os sujeitos querem narrar suas histórias de glória ou retirar o lugar de silenciamento de minorias dentro um país. Conceitos próximos como pátria, nação e país são distintos entre si e próximos para construção de identidade de um povo. A construção de identidade de um povo passa, necessariamente, pela língua e, portanto, pela escrita literária. Nesse sentido, vemos um projeto de nação que se constrói pelos fatos históricos de luta, seja pela independência de colônias, como no caso de Angola, seja pela luta contra as desigualdades, como no Brasil.

Outro fator relevante, a ideia de nação “é figurado por atributos femininos.” (FONSECA, 2000, p. 225). Nessas duas histórias aqui

analisadas, podemos verificar a força de autoras ao contribuir para reflexões sobre a nação que está para “nascer” (Angola) e a que cria com desigualdade seus filhos (Brasil). Assim, tanto na literatura brasileira quanto nas literaturas africanas de língua portuguesa, principalmente na década de 1960, vemos uma literatura marcada pelo comprometimento ético para com a nação. Para isso, valem-se de metáforas para “figuração de terra, território, ao se relacionar com imagens ligadas à mãe, ao milagre da gestação e do nascimento recompõe a paisagem interior da identidade nacional.” (FONSECA, 2000, p. 225).

Ainda sobre o aspecto de nação, podemos refletir sobre o processo de escrita de nação pela ideia da guineense Moema Augel ao pensar sobre “os desafios do escombros”, para reconstruir uma história na qual os sujeitos subalternizados não têm voz nem vez, seja na história da nação seja em sua literatura. *Quarto de Despejo*, da brasileira Carolina Maria de Jesus, assim como *Diário de um exílio sem regresso*, da angolana Deolinda Rodrigues, “praticam um ato político e de autoafirmação, ao construírem, por exemplo, textualidades que tanto rasuram e desconstroem a visão colonial” (AUGEL, 2007, p. 45).

No diário da escritora brasileira, temos o relato diário de sua sobrevivência, de seus filhos e dos vizinhos da favela. No relato de sua vida, ela vai nos dizendo do cotidiano do país. A realidade marginal de uma mulher negra, pobre, mãe solteira, catadora de materiais recicláveis é aquilo com que nos deparamos na abertura de seu diário¹:

Aniversário de minha filha Vera Eunice. Eu pretendia comprar um par de sapatos para ela. Mas o custo dos generos alimentícios nos impede a realização dos nossos desejos. Atualmente somos escravos do custo de vida. Eu achei um par de sapatos no lixo, lavei e remendei para ela calçar.

¹Em todas as citações de *Quarto de despejo* foi mantida grafia fiel à de Carolina Maria de Jesus em seu diário, portanto não são erros de ortografia ou de digitação.

Eu não tinha um tostão para comprar pão. Então eu lavei 3 litros e troquei com o Arnaldo. Êle ficou com os litros e deu-me pão. Fui receber o dinheiro do papel. Recebi 65 cruzeiros. Comprei 20 de carne. 1 quilo de toucinho e 1 quilo de açúcar e seis cruzeiros de queijo. E o dinheiro acabou-se.

Passei o dia indisposta. Percebi que estava resfriada. A noite o peito doía-me Comecei tossir. Resolvi não sair a noite para catar papel. Procurei meu filho João José. Ele estava na rua Felisberto de Carvalho, perto do mercadinho. O ônibus atirou um garoto na calçada e a turba afluuiu-se. Êle estava no nucleo. Dei-lhe uns tapas e em cinco minutos êle chegou em casa.

Ablui as crianças, aleitei-as e ablui-me e aleitei-me. Esperei até as 11 horas, um certo alguém. Êle não veio. Tomei um melhoral e deitei-me novamente. Quando despertei o astro rei deslisava no espaço. A minha filha Vera Eunice dizia: — vai buscar agua mamãe! (JESUS, 2000, p. 13).

Nesse primeiro relato, tomamos conhecimento das dificuldades de Carolina Maria de Jesus. Obstáculos é o que vemos também na leitura da primeira página que aparece no diário de Deolinda Rodrigues, quando esta nos conta que: “O Bigorna trouxe para casa o Belarmino que me fez perguntas. Parece aceitarem-me no movimento nacionalista, embora Sr. Benje e outros velhos estejam com receio por eu ser mulher.” (RODRIGUES, 2003, p. 27).

O processo de subalternização das duas mulheres não é algo a ser descoberto, elas já dizem dele no primeiro relato. Assim sabemos o que esperar nos diários: as privações de Carolina e as provações de Deolinda.

Nas duas obras, temos a mediação na produção do texto: a coautoria (um editor). No caso da escritora brasileira, temos o jornalista Audálio Dantas, que afirma ter feito apenas correções sutis na gramática portuguesa da autora, mantendo as marcas de oralidade de Carolina Maria de Jesus. Ao longo dos muitos estudos sobre *Quarto de*

despejo, sabemos que o editor foi além disso; ele fez diversos cortes e seleções no texto original de Carolina Maria de Jesus, portanto, o que temos no *Diário*, majoritariamente, é a Carolina que Audálio Dantas quis mostrar. Cortes estes justificados pelo coautor da seguinte maneira: “A repetição da rotina favelada por mais fiel que fosse, seria exaustiva. Por isso foram feitos cortes, selecionados os trechos mais significativos” (JESUS, 2000, p. 3). Podemos nos perguntar de que maneira ele julgou quais trechos seriam ou não “significativos” e, ainda, “significativos” para quê, para quem?

A mediação da obra *Diário de um exílio sem regresso* ocorre pela intervenção do irmão da autora: Roberto de Almeida. Ele, assim como Audálio Dantas, afirma que não houve cortes na reprodução do diário de Deolinda Rodrigues, mas podemos questionar as motivações do longo período transcorrido desde a data do acesso ao material deixado por ela, em 1974, até a data da publicação do livro, ocorrida em 2000. Essa espera para publicar leva a indagações sobre os motivos desta demora de publicação e quais seriam os impedimentos da divulgação de informação sobre a guerrilheira mais conhecida da luta pela independência de Angola. Margarida Paredes (2011) questionou os silêncios e não ditos no diário de Deolinda, interrogando se

eram resultado de uma moral e uma ética herdadas do puritanismo protestante ou consequência da censura do editor destinada a preservar a vida privada da família à qual ambos pertenciam, já que o editor Roberto de Almeida e Deolinda Rodrigues são irmãos. (PAREDES, 2011, p. 13).

Porém, após a apresentação do artigo, no qual a autora fazia tal questionamento, no *IV Encontro Internacional de História de Angola em Luanda (set.-out. 2010)*, a autora recebeu um *email* de Roberto de Almeida, datado do dia 11 de outubro de 2010, em que ele afir-

mava: “Quanto à observação ‘insinuada’ de ter havido censura da minha parte no que se refere à vida sentimental de Deolinda, reitero a minha afirmação de que tal não aconteceu”. (PAREDES, 2011, p. 13). Não fica claro, por esta afirmação, se houve outros tipos de cortes na obra.

Podemos dizer que a mediação não reduz o mérito da obra nem o caráter biográfico destes diários, pois, a nosso ver, a escrita é sempre mediada, seja pela linguagem, que tem aspecto plurilinguístico (BAKHTIN, 1993), ou pelos próprios recursos narrativos memorialísticos, que são sempre subjetivos (FREUD, 1899) e afetivos (SCHOLHAMMER, 2012).

Nos diários publicados, postumamente ou não, o editor ou o próprio autor do diário organiza a estrutura e a ordem do texto e seleciona os anexos, as fotografias... Enfim, compõe a obra final do relato pessoal visando a leitura de outrem. E, a partir daí, a vida íntima narrada pode ser vista por leitores que produzirão sentidos a partir das diversas interpretações que o texto suscitará.

Na leitura comparativa dos diários vemos muitos pontos que aproximam as duas narrativas. O primeiro deles é o fato de as duas autoras serem negras² e usarem seus relatos pessoais e íntimos para narrar a luta pela liberdade. Carolina Maria de Jesus lutava pela liberdade de existir, de ser alguém. Ela foi a primeira mulher negra a deslanchar no mercado editorial brasileiro, porém, fazemos a ressalva de que esta abertura mercadológica à literatura afro-brasileira não se consolidou. Acrescentamos que, inicialmente, sua obra atraiu atenção pela busca do exótico: uma negra, com pouca escolaridade, catadora de papel e

²Apesar do racismo contra negros ter semelhanças no mundo todo, fazemos a ressalva das condições diferentes de ser negro no Brasil e em Angola, já que, no Brasil, há um preconceito contra negros e em Angola-colônia havia mais o preconceito contra os angolanos, além de haver racismo também.

que escrevia. Contudo, a História confirmou a importância de *Quarto de despejo* para a Literatura afro-brasileira e para a denúncia social de um momento histórico de desenvolvimento econômico brasileiro, que contemplava apenas uma parcela da população: a elite branca. A escrita de si, que Carolina narra insistentemente, diariamente, repetidamente, nos conduz a uma catadora de palavras, que utilizava a oralidade ao lado de uma poética rebuscada para fazer uma narrativa ressentida do difícil cotidiano de uma mulher pobre e negra, mãe solteira que se permitia falar. (SPIVAK, 2010).

A luta pela liberdade em *O diário de um exílio sem regresso* é pela independência de Angola, pelo fim da longa e perversa colonização do país por Portugal. Deolinda Rodrigues começa seu diário narrando, nessa batalha, as duas lutas que enfrentará: a primeira, pela independência de seu país e, já a segunda, por sua condição de mulher dentro da sociedade, principalmente dentro do MPLA (Movimento pela Libertação de Angola). Ela teve que vencer várias provações para poder conquistar seu direito de pegar, literalmente, nas armas na guerra da independência. A singularidade de ter mulheres na guerra pode ser vista no seguinte excerto: “[...] a companheira disse-me para tirar as balizas da corda; finquei o pé: é roupa, tem de habituar-se a ver balizas, como se fossem as cuecas deles.” (RODRIGUES, 2003, p. 175).

Deolinda acreditava que a mulher poderia estar presente em todos os lugares da luta pela libertação de Angola: nos bastidores, nas comissões e no *front*. E, se estavam no *front*, porque suas roupas não poderiam ser vistas no varal?

Nesse sentido, podemos dizer que essas duas autoras, privadas de seus direitos, trazem a literatura aliada ao ressentimento, uma escrita ressentida, no sentido de *re-sentir*, dar novo sentido ao experienciado.

Adotamos aqui a interpretação de Friedrich Nietzsche³ para o ressentimento, interpretado por um viés subjetivo e social, ou seja, o indivíduo adquire potência para agir e reagir, seja na vida pessoal ou social. Nos diários de Deolinda Rodrigues e Carolina Maria de Jesus, podemos dizer que elas adotam o segundo tipo: o social, ou seja, o ressentimento entendido como um resultado do impedimento da ação, um ressentimento que designa uma vontade de poder operante. Nietzsche fala de uma vontade de poder que se manifesta no direito, na política, na religião, na moral, e isto como um meio de opor-se aos impedimentos, tanto em termos individuais quanto coletivos.

Inscritas em sociedades com muitas desigualdades, Carolina e Deolinda se lançam na busca de seus direitos, reivindicando aquilo que lhes é negado:

No ressentimento, o mal está sempre no outro. O ressentido é a vítima que foi prejudicada, abusada ou deixada para trás, o que a autoriza a vingar-se ou a reivindicar, em silêncio acusador, o reconhecimento que lhe foi recusado. (KEHL, 2004, p. 136).

Apesar de se sentirem oprimidas, estas duas autoras se inscrevem em uma batalha diária por seus sonhos, se investem de potência através da luta pela escrita, apesar de subalternizadas socialmente, lutam pelo seu lugar de direito e não pelo lugar de outrem, ou seja, *re-sentem* o sentimento de subalternização a elas destinadas. Carolina acreditava no poder de sua escrita como algo essencial para a vida. Ela sentia que seus livros mereciam um espaço na sua moradia simples e assim se esforçou para construir uma “biblioteca” em seu barracão para abrigar os livros e cadernos que possuía. O valor dado à escrita e à leitura começou cedo, pois ela lia tudo que tinha acesso desde tenra idade:

³Friedrich Nietzsche. *Genealogia da Moral*. (Disponível em: neppec.fe.ufg.br. Acesso em: ago. 2017).

Quando eu era menina o meu sonho era ser homem para defender o Brasil porque *eu lia a História do Brasil* e ficava sabendo que existia guerra. Só lia os nomes masculinos como defensor da pátria. Então eu dizia para a minha mãe:

— Porque a senhora não faz eu virar homem?

Ela dizia:

— Se você passar por debaixo do arco-íris você vira homem.

Quando o arco-íris surgia eu ia correndo na sua direção. Mas o arco-íris estava sempre distanciando. Igual os políticos distantes do povo. Eu cançava e sentava. Depois começava a chorar. Mas o povo não deve cançar. Não deve chorar. Deve lutar para melhorar o Brasil para os nossos filhos não sofrer o que estamos sofrendo. Eu voltava e dizia para a mamãe:

— O arco-íris foge de mim. (JESUS, 2000, p. 48, grifo nosso).

Assim como a brasileira Carolina percebia a exclusão social, a angolana Deolinda sabia da necessidade da independência de seu país. Carolina Maria de Jesus lutava por igualdade e contra a má distribuição de renda, enquanto que Deolinda Rodrigues sabia que a colonização tinha que acabar, mas não acabaria sem luta. Os anseios destas duas guerreiras podem ser notados nos trechos a seguir:

[...] queremos paz com direitos, com soberania e com dignidade! Queremos paz sem renunciar à ser revolucionários, sem renunciar a revolução. [...] Filhos da puta dos portugas! Como coexistir com estes cachorros enquanto não estivermos livres. (RODRIGUES, 2003, p. 113-116).

... Quem deve dirigir é quem tem capacidade. Quem tem dó e amizade ao povo. Quem governa o nosso país é quem tem dinheiro. Quem não sabe o que é fome, a dor, e a aflição do pobre. Se a maioria revoltar-se, o que pode fazer a minoria? Eu estou ao lado do pobre, que é o braço. Braço desnutrido. Precisamos livrar o paiz dos políticos açambarcadores. (JESUS, 2000, p. 35).

Nas batalhas da guerra pela libertação de Angola, Deolinda seguia lutando e narrando sua luta contra o inimigo colonizador. Já pelas

ruas de São Paulo, a maior inimiga da Carolina Maria de Jesus era fome, que ela enfrentava com trabalho árduo. Nessa luta cotidiana, ela, assim como Deolinda Rodrigues, sentia-se parte de um sistema perverso de aprisionamento dos pobres a lugares difíceis de sair e de sobressair.

[...] As oito e meia da noite eu já estava na favela respirando o odor dos excrementos que mescla com barro podre. Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapete de veludos, almofadas de sitim. E quando estou na favela tenho a impressão que *sou um objeto fora de uso*, digno de estar num quarto de despejo. (JESUS, 2000, p. 33, grifo nosso).

Podemos perceber, nos recursos estéticos adotados nos diários que analisamos, a literatura testemunhal, na qual um momento histórico de um indivíduo é narrado pelo autor, mas vai além, apropriando-se também de fatos ocorridos no país em que o autor vive.

No *Diário de um exílio sem regresso*, ao contar sobre a luta coletiva, a autora nos conta muito de si, de seu dia a dia, de sua vivência na “família” metodista e na “família” MPLA. Mas a história de vida da mulher Deolinda também vem à tona:

Na Igreja Metodista o estudo e a escrita eram encarados como um potencial transformador da vida e as mulheres eram encorajadas a estudar. Deolinda trocou o sonho pessoal pelo envolvimento no sonho colectivo do nacionalismo angolano. Pela seriedade com que se dedicou à causa nacionalista, pela consistência do seu exemplo que a levou à morte, a representação que a nação faz de Deolinda é a de uma heroína feminina. (PAREDES, 2011, p. 15).

O poder da luta armada nessa narração da guerra de Angola é permeado pela necessidade da escrita, da leitura. Deolinda era estudiosa, conhecia idiomas e sabia que a Educação é uma arma poderosa as-

sim como a escrita. Embora Carolina também soubesse do poder do conhecimento, ela não possuía formação acadêmica. Podemos confirmar essas impressões, nos seguintes trechos:

... Tenho apenas dois anos de grupo escolar, mas procurei formar meu caráter. (JESUS, 2000, p. 13).

[...] Enquanto o Movimento, a nossa luta precisar de mim, ou melhor puder aproveitar-me, não vou insistir mais nessa questão dos estudos. [...] Se mais tarde, depois da volta doutros quadros houver oportunidade e a minha vez chegar para realizar o meu sonho de servir ANGOLA LIVRE como médica, é com alegria que irei então continuar os meus estudos. Mas até lá fico a prestar trabalho onde a luta EXIGIR. Bem, deixa-me ir ajudar na louça e no jantar. (RODRIGUES, p. 70-71, destaques da autora).

A primeira grande diferença dessas duas autoras reside nesse ponto da formação acadêmica, talvez apenas um detalhe, já que ambas descrevem o cotidiano da luta dos negros pela igualdade de direitos, pela libertação, seja ela de fato (Angola) ou da opressão econômica e racial (Brasil). Apesar dessa distância de formação acadêmica, (Deolinda quase se formou em Sociologia e Medicina, dominava o idioma inglês e o kimbundo, enquanto que Carolina não tinha um diploma sequer) ambas têm estratégias textuais que denotam um cotidiano árduo, porém cheio de sonhos e linguagem poética, como podemos ver nos seguintes trechos:

Eu gosto das dificuldades, destas aventurinhas que fazem a pessoa transpirar de repente, pensar, dar voltas ao miolo! Sem momentos destes, a vida torna-se insípida e o indivíduo parado de mente! A vida é uma luta: ou o indivíduo aceita o desafio e avança ou lamenta-se durante toda a existência e não faz nada. Eu aceito o desafio! (RODRIGUES, 2003, p. 101).

Eu deixei o leito as 3 da manhã porque quando a gente perde o sono começa pensar nas misérias que nos rodeia. [...] Deixei o leito para

escrever. Enquanto escrevo vou pensando que resido num castelo cor de ouro que reluz na luz do sol. Que as janelas são de prata e as luzes de brilhantes. Que a minha vista circula no jardim e eu contemplo as flores de todas as qualidades. [...] É preciso criar este ambiente de fantasia, para esquecer que estou na favela (JESUS, 2000, p. 52).

Seguindo o percurso por uma narrativa que dá condições de existência às mulheres negras massacradas pelo cotidiano difícil, a escrita destas duas mulheres abre espaço para uma esfera de busca de outras possibilidades de vida. O cotidiano de luta é narrado de forma a mostrar os contrastes vivenciados pelas autoras e a convivência delas com a alegria de pequenas conquistas e com as asperezas de uma sociedade capitalista e machista.

A linguagem de Carolina Maria de Jesus é, ao mesmo tempo, um retrato da realidade dura de uma favela e um texto permeado por rebuscado lirismo. São trechos requintados, mostrando seu conhecimento literário, pois ela era uma leitora voraz. O contraste da linguagem mostra o contraste de sua vida: era rica de palavras, gosto clássico e andava feito mendiga. Assim, catando as melhores palavras, ela buscava conforto na leitura e na escrita:

Passei o resto da tarde escrevendo. As quatro e meia o senhor Heitor ligou a luz. Dei banho nas crianças e preparei para sair. Fui catar papel, mas estava indisposta. Vim embora porque o frio era demais. Quando cheguei em casa era 22,30. Liguei o rádio. Tomei banho. Esquentei comida. Li um pouco. Não sei dormir sem ler. Gosto de manusear um livro. O livro é a melhor invenção do homem. (JESUS, 2000, p. 22).

Deolinda Rodrigues buscava, na escrita, a expurgação dos seus sentimentos, não se sentia bem com a censura a suas cartas e bilhetes e considerava a sua escrita pouco elaborada, como podemos observar:

Afinal a malta censora sabe de toda parvoíce que escrevo? Mamãe, que vergonha! Enfim, sou humana, que hei de fazer? Seria melhor mandar só coisas em vez de escrever para evitar rumores e encrenecas. É tão chato e desanimador levar uma vida desviada, forçada a seguir certo rumo, mas não há outro caminho. (RODRIGUES, 2003, p. 108).

Deolinda e Carolina viviam com a certeza dos sacrifícios exigidos por suas escolhas, já que mulheres acima de 25 anos de idade, na década de 60, deveriam estar casadas e serem donas de casa. Mas elas seguiram seus sonhos, abdicaram de adotar os padrões da sociedade e optaram por lutar até o fim. Carolina queria ter independência financeira e ser uma escritora reconhecida. Deolinda escolheu ser uma guerrilheira para ver Angola livre. O sacrifício diário marcava o cotidiano delas e a autoescrita funcionava como o processo de construção de uma narrativa sobre si e sobre as condições de vida das duas autoras.

Nessa busca pela subjetividade, vemos uma narrativa fragmentada, entrecortada. Carolina e Deolinda mudaram diversas vezes seus endereços, conviveram de perto com deslocamentos sociais e, conseqüentemente viveram não pertencimento ao lócus social. Podemos perceber essa sensação no excerto a seguir:

O sujeito dividido e desarticulado, interrogando-se o seu lugar, espelhando a fragmentação e desorientação (ou as reorientações) da sociedade fim de século, é característico da pós modernidade, da qual as identidades cambiantes e transitórias são decorrências. A biografia individual escapa muitas vezes da linearidade, atestando uma sequencia, até talvez desconexa, de papeis, tarefas, trabalhos lutas internas e externas pela sobrevivência. (AUGEL, 2007, p. 236).

Às vezes, o cansaço nas batalhas, pela sobrevivência ou pela subjetividade desanimava de tal modo que as autoras abdicavam até de

escrever seus diários. No diário de Deolinda Rodrigues, há dias que esta escreve apenas uma frase: “As flores que a corrente levou Flores n’água” (RODRIGUES, 2003, p. 55). E Carolina passava vários dias sem escrever: “Eu parei de escrever o Diário porque fique desiludida. E por falta de tempo.” (JESUS, 2000, p. 141). No ano de 1959, Carolina Maria de Jesus fica de 23 de fevereiro até 29 de abril sem escrever. As duas sentem um cansaço da luta pela libertação e, às vezes, os muitos obstáculos nos combates cotidianos silenciam tanto que até a vontade de escrever desaparece.

As dificuldades de sobrevivência, muitas vezes presentes nos diários, seja pela violência do entorno, seja pelas condições sociais ou econômicas, como a fome, marcam a história de vida narrada nos diários. A autora brasileira convivia com dureza da vida de favelada e sofria por causa da fome, como afirma em seu diário ao dizer: “Eu não ia comer porque o pão era pouco. Será que é só eu que levo esta vida? O que posso esperar do futuro?” (JESUS, 2000, p. 29). Deolinda Rodrigues passava necessidades e sentia fome por causa da vida de guerrilheira que escolheu: “a fome é quase total entre os guerrilheiros! Que vontade de desaparecer da circulação.” (RODRIGUES, 2003, p. 84).

A narrativa do dia a dia, por muitas vezes repetida e enfadonha, denuncia o quão era rotineira a fome para Carolina Maria de Jesus e a falta de esperança para Deolinda Rodrigues. Assim, no diário da primeira, deparamos com a repetição da palavra “fome”. A fome está tão presente que esta passa a ser uma “personagem” da narrativa, conforme afirma o editor de *Quarto de despejo*, Audálio Dantas, no prefácio do livro:

a fome aparece no texto com uma frequência irritante. Personagem trágica, inarredável. Tão grande e tão marcante que adquire cor na

narrativa tragicamente poética de Carolina (JESUS, 2000, p. 3).

Se Carolina convivia diariamente com a companhia da fome, Deolinda relata, em seu *Diário de um exílio sem regresso*, a falta de perspectiva por tantos percalços na vida. Isto pode ser visto pelo uso da palavra “chatice”, que aparece já no quinto dia que ela escreve no diário, e assim vai repetindo por mais de vinte vezes ao longo da escrita dele. O uso exagerado desta expressão popular, que é usada para designar aquilo é desagradável de se conviver, nos mostra que Deolinda Rodrigues não queria desanimar, mas algumas situações eram tão avassaladoras que ela se sentia chateada, sem forças para reagir. Esse silenciamento diante os obstáculos na luta pela libertação de Angola, na situação desesperadora de uma guerrilheira angolana ou ainda na vida dentro “família” MPLA pode ser exemplificada nas situações a seguir:

Vai ser lindo viver bem no estrangeiro enquanto nossa gente vegeta sob uma PIDE⁴ destas. Que fatalidade! Não sei quanto tempo vai durar tudo isto. Mais valia não ter nascido, *chatice!* (RODRIGUES, 2003, p. 35).

Há *chatices* na política. Temos muitos chefes no MPLA. Enfim, tudo isto dá *chatice*. (RODRIGUES, 2003, p. 43).

O que me interessa mesmo é só avançar a luta d’Angola. O resto não tem importância e não devo ligar a tudo. Basta de *chatices*. (RODRIGUES, 2003, p. 62, grifo nosso).

Essas repetições, nos dois diários analisados neste artigo, podem ser vistas como marcas da própria dificuldade de dar sentido ao que foi vivido, mas talvez possam também demonstrar a posse das experiências vivenciadas, por meio da escrita. Podemos dizer que “O

⁴Polícia Internacional e de Defesa do Estado (*PIDE*) foi a polícia política portuguesa entre 1945 e 1969, responsável pela repressão em Portugal e nas colônias africanas.

eu responde ao traumático com vistas a dominar a força destrutiva do trauma, e é nesse sentido que o eu pode utilizar-se da repetição (conceito freudiano) com o propósito de religamento à vida.” (ANTONELLO; GONDAR. 2013, p. 184). No caso destas duas mulheres, elas ressentiram as dificuldades e lutaram para se libertarem dos processos de subjugo nos quais eram obrigadas a conviver cotidianamente.

Na tentativa de se libertar do processo subalternização da mulher, principalmente da mulher negra na sociedade no caso da brasileira Carolina Maria de Jesus, as duas autoras buscam resistir, inclusive não desistindo da vida, mesmo com tantas situações adversas. A enunciação delas como sujeito a cada dia, mesmo pensando que a vida não valeria mais ser vivida, pode ser verificada quando estas afirmam que:

Que chatice! Que vergonha! Que traição a nossa pra com os que sofrem lá dentro! Não será melhor suicidar-me? (RODRIGUES, 2003, p. 44).

Dura é o pão que nos comemos. Dura é a cama que dormimos. Dura é a vida do favelado. (JESUS, 2000, p. 37).

Os cinco anos vividos e narrados por Carolina Maria de Jesus, depois editados por Audálio Dantas, em *Quarto de despejo* marcam a literatura brasileira e mundial trazendo a perspectiva de dentro da favela, o subalternizado falando de si, trazendo para o mundo das Letras, a oralidade e a realidade da fome, tão presentes em favelas, locais de despejo de seres refugados (BAUMAN, 2005). Carolina buscava para si a libertação da condição de refugio social, almejava atingir este objetivo sendo uma escritora. Mas era consciente dos obstáculos vindos da situação política, social e econômica do país, ela reconhecia as fraquezas do Brasil: “No nosso paiz tudo está enfraquecendo. O dinheiro é fraco. A democracia é fraca e os políticos fraquíssimos. E

tudo que está fraco morre um dia.” (JESUS, 2000, p. 35).

Enfraquecida diante da realidade penosa, Carolina se reconhece como um “ser da margem” no sentido literal e simbólico:

... Nós somos pobres, viemos para as margens do rio. As margens do rio são os lugares do lixo e dos marginais. Gente da favela é considerado *marginais*. Não mais se vê os corvos voando as margens do rio, perto dos lixos. Os homens desempregados substituíram os corvos. (JESUS, 2000, p. 48, grifo nosso).

Carolina tem consciência de que o desenvolvimento econômico, quase sempre contempla poucos, deixando muitos sem condição digna, como podemos ver quando ela descreve a cidade de São Paulo. “[...]... Eu classifico São Paulo assim: o Palácio, é sala de visita. A Prefeitura é a sala de jantar e a cidade é o jardim. E a favela é o quintal onde jogam os lixos.” (JESUS, 2000, p. 28).

Na sua escrita, ela fala muito dos habitantes desse “lixão”⁵ de seres humanos que é a favela, mas se referindo a outros, depois passa incluir a si mesma, reconhecendo-se como favelada: “Devo incluir-me, porque eu também sou favelada. Sou rebotalho. Estou no quarto de despejo, e o que está no quarto de despejo ou queima-se ou joga-se no lixo.” (JESUS, 2000, p. 33).

A condição de favelada de Carolina pôde ser superada com a publicação de seu diário, mas, apesar de *Quarto de despejo* ter alcançado uma grande vendagem no Brasil e ter sido traduzido para vários idiomas, Carolina não conseguiu manter-se como destaque no mercado editorial brasileiro, também não alcançou, em vida, o cânone literário. Anos mais tarde, a contribuição literária da sua escrita ecoa de forma sempre atual e pujante no Brasil e no mundo, seja na Literatura ou nos movimentos sociais, negro, de gênero e outros.

⁵Expressão brasileira para designar os aterros onde se deposita o lixo das cidades sem o devido tratamento.

Também Deolinda Rodrigues não conseguiu ver Angola independente como queria, mas se tornou uma heroína para o povo angolano. Embora não tenha vivido para ver Angola livre, deixou sua trajetória no diário e pôde narrar a luta pela independência angolana de dentro do MPLA, mostrando as agruras da guerra vivenciadas pelos guerrilheiros, mas, principalmente, narrando as singularidades de uma mulher guerrilheira. A personalidade e a estratégia narrativa de Deolinda Rodrigues se entrelaçam em seu diário, como descreve seu irmão, Roberto de Almeida, o editor do livro:

Talvez não agradem ao leitor as referências e as observações críticas feitas a respeito de alguns personagens, mas Deolinda era assim mesmo — um doce e compreensiva, mas também cáustica e dura, quando necessário, no contexto da época. Em algumas passagens deste depoimento, notam-se interrupções por certo, determinadas pelos imprevistos da vida no “maquis”. O próprio diário termina de repente, como voz que se afoga na garganta em plena ação, como ave atingida em pleno voo. (RODRIGUES, 2003, p. 23).

A importância da voz de Deolinda Rodrigues, com seu diário, para as mulheres e para a história angolana é reforçada no prefácio à segunda edição de *Diário de um exílio sem regresso*, feita por Cornélio Caley:

[...] com este diário, Deolinda deixa claramente o campo de simples heroína do MPLA para, definitivamente, se juntar ao campo dos heróis da pátria angolana. Sem este diário, Deolinda continuaria anônima ou militante desconhecida da mitologia do MPLA. (RODRIGUES, 2018, p. 26).

Essa importância da encenação narrativa para a subjetividade e para a memória dos africanos pode ser percebida quando Achille Mbembe afirma que:

Só as práticas dispare, e frequentemente intesectantes, através das quais os africanos encenam a sua conduta e a sua vida, podem explicar a espessura de que é feito o presente africano. (MBEMBE, 2000, p. 31).

As duas mulheres negras inscritas e autodescritas nesses diários encenam a luta diária que havia, e ainda há, pela liberdade individual e coletiva no mundo. Em lados opostos do Atlântico, essas duas autoras negras levantam a voz do povo negro e das mulheres e buscam se “livrarem” do sofrimento diário em espaços de refugio humano. E Deolinda vai questionar, em seu diário, incessantemente até a última página, se a luta teria sido em vão: “[...] Quando nos livramos de tudo isso mamãe? Tudo parecia já tão bem e de repente, bumba: Kamuna!” (RODRIGUES, 2003, p. 112). Esse livramento, em forma de livro, pode ter uma contribuição dos leitores, críticos ou não, que interpretam e perpetuam a voz dos despejados das condições dignas de vida, pois, segundo Carolina Maria de Jesus,

A vida é igual um livro. Só depois de ter lido é que sabemos o que encerra. E nós quando estamos no fim da vida é que sabemos como a nossa vida decorreu. A minha, até aqui, tem sido preta. Preta é a minha pele. Preto é o lugar onde eu moro. (JESUS, 2000, p. 147).

Esta conexão entre vida e escrita talvez leve a sociedade a ressentir a “chatices” da subalternização dos povos e produza “fome” de igualdade nas narrativas escritas e no mundo em geral. A importância da escrita nas lutas pela libertação é assim descrita por Maria Rita Kehl quando afirma que “A escrita funciona como cura do ressentimento porque fornece a possibilidade de reconsiderar o que sempre tivera como certo e inquestionável”. (KEHL, 2004, p. 184).

Enfim, vimos, nas narrativas de *Quarto de despejo*, da brasileira Carolina Maria de Jesus, e no *Diário de um exílio sem regresso*, da

angolana Deolinda Rodrigues, a luta diária pela liberdade individual e/ou coletiva. Vimos também, a importância da escrita de si, especificamente a literária, em que mulheres e negros necessitam publicar e publicizar suas histórias, mostrando que os silenciamentos podem ser superados e que os subalternizados têm direito a voz, seja na palavra escrita ou oral, e, além disso, precisam ser ouvidos e lidos.

Referências

ANTONELLO, Diego; GONDAR, Jo. A escrita do traumático. *Estudos da Língua (gem)*. UNIRIO, v. 11, n. 1, p. 165-186, 2013. Disponível em: www.estudosdalinguagem.org. Acesso em: mar. 2018.

AUGEL, Moema Parente. *O desafio do escombro: nação, identidades e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

BAKHTIN, Mikhail. *Questões de literatura e estética*. São Paulo: UNESP, 1993.

BAUMAN, Zygmunt. *Vidas desperdiçadas*. Trad. Carlos Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CANDIDO, Antonio. *Iniciação à Literatura Brasileira (resumo para principiantes)*. São Paulo: Humanitas, 1999.

FONSECA, M. N. S. O corpo feminino da nação. *Scripta*, v. 4, n. 6, p. 225-236, 2000. Disponível em: periodicos.pucminas.br. Acesso em: jan. 2021.

FREUD, Sigmund. “Lembranças encobridoras”. In. *Obras completas*. v. 3. 1899. p. 285-304. Disponível em centropsicanalise.com.br. Acesso em: mar. 2018.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. São Paulo: Ática, 2000.

KEHL, Maria Rita. *Ressentimento*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

LEJEUNE, P. *O pacto autobiográfico: de Rousseau à Internet*. Trad. Maria Inês Coimbra Guedes e Jovita Maria Gerheim Noronha. Belo Horizonte:

Editora UFMG, 2008.

MBEMBE, Achile. *Formas africanas da escrita de si*. 2000. Disponível em: www.academia.edu. Acesso em: mar. 2018.

NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da Moral*. Disponível em: neppec.fe.ufg.br. Acesso em: ago. 2017.

PAREDES, Margarida. Deolinda Rodrigues, da família metodista à família MPLA, o papel da cultura na política. *Cadernos de Estudos Africanos*, v. 20, p. 11-26, 2011. Disponível em: journals.openedition.org. Acesso em: mar. 2018.

RIBEIRO, Margarida; VECCHI, Roberto. Versos e gritos: memória poética da guerra colonial. *Abril: Revista dos Estudos de Literatura Portuguesa e Africana-NEPA UFF*, v. 5, n. 9, p. 27-41, 2012. Disponível em: dialnet.unirioja.es. Acesso em: mar. 2014.

RODRIGUES, Deolinda. *Diário de um exílio sem regresso*. Luanda: Nzila, 2003.

_____. *Diário de um exílio sem regresso*. 2 ed. rev. ampl. Luanda: Mayamba, 2018.

SCHOLLHAMMER, Erik. Realismo afetivo: evocar realismo além da representação. *Estudos de literatura brasileira contemporânea*, n. 39, p. 129-150, 2012. Disponível em: dx.doi.org. Acesso em: mar. 2018.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

Resumo:

Nesse artigo pretende-se analisar o relato de duas mulheres negras que se apropriaram da escrita para narrar suas histórias, narrando ao mesmo tempo a história da nação de cada uma delas. As autoras, Carolina Maria de Jesus e Deolinda Rodrigues, a primeira brasileira e a segunda angolana, escrevem suas histórias em diários. Investigamos, literariamente, como, em *Quarto de despejo*: diário de uma favelada, primeira edição em 1960, Carolina Maria de Jesus apresenta uma escrita de si que é também um relato de luta diária dos pobres, negros e mulheres no Brasil pela existência e subsistência. Na obra de Deolinda Rodrigues, *Diário de um exílio sem regresso*, acompanhamos o relato da luta pela independência da nação angolana feita por uma mulher negra. Nesse artigo comparativo, pretende-se mostrar os distanciamentos e aproximações das estratégias narrativas destas duas mulheres negras.

Palavras-chave: Literaturas africanas de língua portuguesa; literatura angolana; literatura afrobrasileira; literatura – diários.

Abstract:

This article intends to analyze the account of two black women who appropriated writing to narrate their stories, while narrating the history of the nation of each one of them. The authors, Carolina Maria de Jesus and Deolinda Rodrigues, the first Brazilian and the second Angolan, write their stories in diaries. We investigate, literarily, how, in *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, first edition in 1960, Carolina Maria de Jesus presents a writing of herself that is also an account of the daily struggle of the poor, blacks and women in Brazil for existence and subsistence. In the book of Deolinda Rodrigues, *Diário de um exílio sem regresso*, we follow the story of the struggle for independence for the Angolan nation by a black woman. In this comparative article, we intend to show the distances and approximations of the narrative strategies of these two black women.

Keywords: Portuguese language African literature; Angolan literature; Afro-Brazilian literature; literature – journals.

Recebido para publicação em 02/11/2020.

Aceito em 01/02/2021.

Ligações entre trajetórias intelectuais e políticas: o “caso Weffort”

Alexandre Barbalho

Universidade Estadual do Ceará, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0003-4612-6162>

aalexandre.barbalho@uece.br

Introdução¹

Em meados de dezembro de 1994, o cientista político e um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT), Francisco Weffort, foi anunciado por Fernando Henrique Cardoso (FHC), recém-eleito presidente da República pelo Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), como futuro ministro da Cultura. O anúncio provocou controvérsias nos domínios político e cultural, sendo denominado, de forma irônica pela imprensa, como “caso Weffort” ou “virada de Weffort”.

Contudo, um leitor atento à movimentação de Weffort durante a campanha e no período imediatamente posterior à eleição não estra-

¹O autor agradece pelas contribuições dos avaliadores anônimos.

nharia o fato, posto que os sinais que indicavam o convite e o aceite já estavam dados publicamente. As especulações em torno do recrutamento do cientista político, bem como de outros quadros de seu partido, para assumir um ministério no caso de vitória do PSDB, circulavam durante o primeiro turno. Por sua vez, em um momento de intensa disputa eleitoral e ideológica, com os petistas acusando os psdbistas de “neoliberais”, Weffort dava declarações à imprensa que procuravam amenizar os antagonismos entre as referidas agremiações partidárias, como, por exemplo, afirmando que FHC era um intelectual e um político de esquerda, fiel aos seus trabalhos e ao seu pensamento.²

Pouco mais de um mês após as eleições, Weffort participou do seminário “O Brasil e as Tendências Econômicas e Políticas Contemporâneas”, idealizado por FHC e realizado no Itamaraty, em Brasília.³ Em sua intervenção no evento, afirmou que a eleição do sociólogo marcava um novo ciclo para o país, de dimensão igual à Revolução de 1930, pois havia, naquele momento, “um enorme progresso no sistema de representação política” e “uma capacidade de atuação previsível que há alguns meses seria impossível imaginar”.⁴ Na realidade, o que fez foi retomar os argumentos que desenvolveu em artigo pu-

²A esse respeito, ver PARA amigos, FHC ainda é de esquerda. *Folha de São Paulo on line*, São Paulo, 02 out. 1994. Disponível em: www1.folha.uol.com.br. Acesso em: 11 abr. 2019.

³Participaram do evento, coordenado pelo sociólogo Luciano Martins e patrocinado pela Fundação Alexandre de Gusmão, com apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, dezenas de intelectuais do Brasil e do exterior, todos amigos de FHC e com os quais compartilhava ideias políticas e econômicas. Desse grupo, alguns se tornaram ministros durante seus governos, além de Weffort: José Serra, Paulo Renato de Souza, Pedro Malan, entre outros.

⁴A esse respeito, ver VELHO e Novo Mundo se contrapõem. *Folha de São Paulo on line*, São Paulo, 05 dez. 1994. Disponível em: www1.folha.uol.com.br. Acesso em: 17 mar. 2019.

blicado em 04 de outubro, antes mesmo de sair o resultado oficial das eleições, no jornal *Folha de São Paulo*, intitulado “A segunda revolução democrática”.

Nesse artigo, depois de revelar que votou em Lula, Weffort afirma que FHC foi eleito por méritos políticos próprios. Na sua avaliação, o futuro presidente seria “um chefe de Estado empenhado na modernização e na democratização da sociedade brasileira”, de modo que “o país continue crescendo, mas que seja menos injusto”. Somava-se ao fato de a Presidência estar ocupada por um “grande líder intelectual”, o da oposição ser liderada por um “grande operário”. Com essa equação, o Brasil tem a sua “chance de mudar” ou “começar a mudar”, pois ambos [FHC e Lula] podem apontar a agenda “para o lado certo”, o da “modernidade”, que seria o “sentido da consolidação da democracia política e de uma sociedade menos desigual”, “de uma economia mais desenvolvida e de uma sociedade menos injusta”. Essa agenda transformará em históricas as eleições de 1994, delimitando, após 1930, “o início da nossa segunda revolução democrática” (WEFFORT, 1994a, s/p).⁵

Na semana seguinte após a publicação desse artigo, a imprensa começou a anunciar Weffort, qualificado como “amigo pessoal” do futuro presidente, como cotado para ser ministro da Cultura. A escolha pelo cientista político, além de sua relação pessoal com FHC e de sua notabilidade no campo intelectual, funcionaria como contrapeso

⁵Em sua fala de encerramento do seminário no Itamaraty, FHC, que, na avaliação do jornalista Fernando de Barros e Silva, da *Folha de São Paulo*, atuou “o tempo todo como dublê perfeito de intelectual e político”, propôs o “Acordo de Brasília”, um governo baseado no consenso, posto que todos estariam “apontando na mesma direção”. A esse respeito, ver FERNANDO Henrique lança ‘acordo de Brasília’. *Folha de São Paulo on line*, São Paulo, 05 dez. 1994. Disponível em: www1.folha.uol.com.br. Acesso em: 17 mar. 2019. A íntegra da fala de FHC está disponível em www1.folha.uol.com.br. Acesso: em 17 mar. 2019

progressista à imagem liberal e conservadora causada pela presença do Partido da Frente Liberal (PFL) no governo. Além de estar fora dos *lobbies* de artistas e intelectuais que pressionavam para indicar o ministro, era um nome de interseção com o campo educacional, ou pelo menos universitário, e, portanto, com o Ministério da Educação, o que respondia aos interesses de FHC para uma “nova fase” do MinC.⁶

O cientista político esteve novamente com o sociólogo em outro evento após as eleições no seminário “Cultura e Desenvolvimento”, organizado pela atriz Ruth Escobar, quando o segundo fez o discurso de abertura e o primeiro participou da mesa “Cultura e Educação”. Em sua palestra, Weffort demonstrou conhecer o programa para a cultura de FHC ao defender a criação de uma fundação de incentivo às artes com finalidade de gerir os recursos públicos no setor e atuar como intermediária em relação à iniciativa privada — proposta apresentada na campanha pelo candidato psdbista.⁷ Na ocasião, Escobar interveio no debate pedindo que o novo ministro da Cultura fosse alguém “politicamente forte”.⁸

Logo após esses eventos, com a oficialização de sua indicação, confirmou-se o “caso Weffort”. Na visão do jornalista Jânio de Freitas, o aceite do cientista político, um quadro histórico do PT, colocava a seguinte questão:

⁶A esse respeito, ver WEFFORT diz a Lula que quer ser ministro de FHC. *Folha de São Paulo on line*, São Paulo, 09 dez. 1994. Disponível em: www1.folha.uol.com.br. Acesso em: 17 mar. 2019.

⁷A esse respeito, ver ÁREA cultural resiste a planos de FHC. *Folha de São Paulo on line*, São Paulo, 08 dez. 1994. Disponível em: www1.folha.uol.com.br. Acesso em: 23 abr. 2019.

⁸A esse respeito, ver WEFFORT é cotado para Cultura. *Folha de São Paulo on line*, São Paulo, 07 dez. 1994. Disponível em: www1.folha.uol.com.br. Acesso em: 17 mar. 2019; e LULA não vai se opor à adesão. *Folha de São Paulo on line*, São Paulo, 08 dez. 1994. Disponível em: www1.folha.uol.com.br. Acesso em: 17 mar. 2019.

o que o diferencia [Weffort] daqueles a quem tanto acusou, ao longo da vida adulta, por deteriorarem a política e os governos com seu oportunismo, infidelidade partidária e inconsistência de princípios — em uma palavra, com seu fisiologismo? [...] Nisso, o futuro ministro da Cultura deu um triste exemplo da incultura política que faz do Brasil o que ele é (FREITAS, 1994, s/p).

O que se propõe neste artigo, primeira sistematização de uma pesquisa em andamento sobre a política cultural nos governos FHC, não é analisar esta política, o que será feito em trabalhos futuros, mas o referido “caso”, pressupondo que ele fornece elementos para se entender como se deram as relações entre Estado e cultura no Brasil no período de 1995 a 2002. Diferente da avaliação de cunho moralista e desqualificadora do campo político como a de Freitas ou daquela feita por Carlos Heitor Cony, para quem a opção de Weffort se explicaria pela lógica de que “o poder tudo santifica, tudo justifica, tudo embeleza”,⁹ levanta-se as hipóteses de que tal fato foi possibilitado antes pelos pontos de contato entre as trajetórias (1) de Weffort e de FHC e, secundariamente, (2) do PT e do PSDB — esta hipótese, inclusive, pode ser considerada como “nativa”, pois foi aventada pelo próprio Weffort, como se verá. Para responder a (1), recorre-se aos processos de granjeamento dos recursos intelectual e político dos agentes e de formação de seus espaços de sociabilidade, de modo a identificar momentos de interações entre ambos e de constituição de visões compartilhadas sobre o *socius*; e, para (2), se analisará o que estava previsto como política para cultura nos planos de governo das candidaturas petista e psdbista em 1994.

Dessa forma, se espera dar um primeiro passo para entender se e como Weffort levou “para o novo posto as heranças de sua vida acadê-

⁹A esse respeito, ver SÍNDROME de Romário. *Folha de São Paulo on line*, São Paulo, 09 dez. 1994. Disponível em: www1.folha.uol.com.br. Acesso em: 17 mar. 2019.

mica e do passado petista”.¹⁰ Trata-se de uma questão que se impõe na medida em que a abordagem recorrente sobre esse momento da política cultural brasileira é a de que os princípios que a guiaram foram os do mercado com o reforço da lógica do incentivo fiscal (ARRUDA, 2003; BARBALHO; RUBIM, 2007; CALABRE, 2009; CASTELLO, 2002). No entanto, a pesquisa de Frederico Barbosa da Silva relativiza esse entendimento ao sugerir que, durante a gestão Weffort, a política cultural vivenciou “um significativo esforço de reorganização, adotando programas e mecanismos estáveis de fomento às atividades culturais, embasados em regras e procedimentos públicos e na presença do Estado” (SILVA, 2007, p. 17).

Os encontros de Weffort com FHC

O primeiro esforço, portanto, é o de analisar os “laços de amizade”, segundo anunciava a imprensa, ou, em outras palavras, a rede de relações e coalizões estabelecida entre Weffort e FHC como resultado de trajetórias objetivas, individualidades socialmente constituídas, que se conectam em várias passagens. Nas palavras de Bourdieu, trata-se de analisar a “série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações” (BOURDIEU, 1998, p. 189).

Nesse sentido, é preciso identificar os “princípios ativos” que unificam, em determinados momentos, as práticas e as representações mobilizadas por FHC e Weffort, a partir dos sucessivos ritos de instituição ou de nomeação materializados em certificados de variadas

¹⁰A esse respeito, ver WEFFORT assume Cultura sem projeto claro. *Folha de São Paulo on line*, São Paulo, 21 dez. 1994. Disponível em: www1.folha.uol.com.br. Acesso em: 17 mar. 2019.

espécies (títulos acadêmicos, cargos profissionais, autoria de obras, resultados eletivos etc) conquistados e comungados por ambos, com vistas a estabelecer o conjunto das relações objetivas que uniu estes agentes envolvidos nos mesmos campos (intelectual e político) e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis.

Procura-se, com isso, captar os movimentos de idas e vindas entre posições intelectuais e posições políticas empreendidos pelos agentes analisados. Como ressaltam Igor Grill e Eliana Reis, ao estudarem as elites parlamentares brasileiras, “a produção mesma de bens culturais e o reconhecimento como ‘intelectual’ são dimensões significativas da própria atividade política e funcionam como trunfos de distinção contundentes” (GRILL; REIS, 2016, p. 9). Portanto, em suas relações com domínios distintos (intelectual e político), é preciso considerar, seguindo as indicações dos referidos autores, como FHC e Weffort se situam nos níveis das multinotabilidades, das multidimensionalidades e das multiposicionalidades.

No primeiro caso, como estes agentes reúnem e mobilizam “suportes de reputação pessoal em domínios e lógicas específicos ou múltiplos”. No segundo, trata-se das “lógicas” e das “práticas de ação” agilizadas a partir da “pluralidade de registros e de trânsitos possíveis aos agentes em um espaço social relativamente flexíveis”. E no terceiro, como se dá a “vinculação das posições sucessivas e simultaneamente ocupadas pelos agentes (no tempo e no espaço) com a superfície social de que eles dispõem” (GRILL; REIS, 2016, p. 24).

O que os autores propõem, ao recorrerem a esses níveis, é problematizar a aplicação sem mediações da caixa de ferramenta conceitual bourdieusiana à realidade brasileira. Ao contrário de sociedades como a francesa, onde pretensamente atuam mecanismos impessoais e meritocráticos de hierarquização; no Brasil, como em outras sociedades

periféricas, tais mecanismos baseiam-se fortemente em relações pessoais e nos capitais sociais daí decorrentes. Em outras palavras, Grill e Reis (2018) chamam atenção para a baixa objetivação e a alta maleabilidade da estrutura social no país, a despeito da existência de algum grau de especialização e de parâmetros institucionalizados de hierarquização. Por decorrência deste contexto híbrido é que se faz necessário estar atento à diversidade de estratégias de reprodução mobilizadas pelos agentes, tanto para dar conta de domínios relativamente institucionalizados quanto daqueles que dependem de investimentos e trunfos pessoais.

Dessa forma, a partir da trajetória de FHC elaborada por Afrânio Garcia Júnior (2004), destaca-se a seguir os investimentos centrais que o sociólogo fez para sua carreira intelectual e que, posteriormente, legitimou sua inserção na política. Na sequência, será feito o mesmo em relação a Weffort.

FHC cursou a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da Universidade de São Paulo (USP), tendo como mentor intelectual Florestan Fernandes. Aos 21 anos, antes mesmo de concluir a graduação, tornou-se assistente da Faculdade de Economia da USP. Após a conclusão de seu curso, em 1953, tornou-se assistente de Roger Bastide. Quando este retornou a Paris, Florestan Fernandes assumiu seu cargo e FHC tornou-se primeiro assistente. Recém-efetivado, elegeu-se para o Conselho Universitário, espaço que, “ocupado em início de carreira, parece ser um bom índice do capital social que conseguia mobilizar” (GARCIA JÚNIOR, 2004, p. 291).

Nos anos 1950, assumiu o cargo de editor da revista *Problemas* e tornou-se membro do conselho editorial da revista *Fundamentos*, fundada por Caio Prado Jr. e editada pela Brasiliense. Na primeira metade da década seguinte, FHC dirigiu o Centro de Sociologia Indus-

trial e do Trabalho (Cesit), resultado da iniciativa de Alain Touraine quando professor convidado da USP. Com o golpe de 1964, exilou-se no Chile, onde ocupou a cátedra de Sociologia do Desenvolvimento no Instituto Latino-Americano de Planificação Econômica e Social (ILPES), centro de pesquisas criado pela ONU em Santiago. Nesse período, elaborou a “teoria da dependência”, em parceria com o sociólogo chileno Enzo Falleto, e com a qual alcançou notoriedade internacional.

Ao retornar ao Brasil, foi aposentado compulsoriamente da USP por conta do AI-5 em 1968. Como alternativa para permanecer no país, assumiu a direção do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), um centro de pesquisa recém-criado, cujo núcleo central de pesquisadores devia sua carreira profissional à USP, e que contava com financiamento da Fundação Ford. Com essa configuração, o Cebrap tornou-se um “polo dominante na condução dos debates científicos em escala nacional” (GARCIA JÚNIOR, 2004, p. 294). Ainda sobre o Cebrap, como revela Bernad Sorj, é indicativo da coesão e dos vínculos estabelecidos entre seus membros, mais do que a convergência teórica, a existência de “afinidades de natureza geracional e aos vínculos criados no contexto de uma tradição acadêmica específica” (SORJ, 2001, p. 35).

O Cebrap pode ser considerado também o momento crucial para a conversão de capital intelectual em político na trajetória de FHC. Foi ao Centro que os políticos de oposição reunidos no Movimento Democrático Brasileiro (MDB), então presidido por Ulysses Guimarães, amigo do pai de FHC, solicitaram um novo programa para o partido. Foi também à organização que dom Paulo Evaristo Arns encomendou a elaboração de um diagnóstico sobre as condições de vida dos moradores pobres de São Paulo. Além disso, seu engajamento em diversas

associações científicas e profissionais transformou FHC em “um dos líderes de uma intelectualidade interessada em se desfazer da tutela militar” (GARCIA JÚNIOR, 2004, p. 295), acumulando prestígio e recursos advindos do “sociólogo inovador” e da “liderança política de oposição”.

A entrada no jogo da política partidária ocorreu com sua candidatura pelo MDB, em dobradinha com Franco Montoro, para o Senado em 1978. Quando este assumiu o Governo do Estado de São Paulo, em 1982, FHC herdou o seu posto de senador da República. Ainda que próximo aos “pretendentes à renovação em grande escala do espaço público”, a partir de 1979, distanciou-se dos grupos que iriam formar o PT¹¹: os líderes sindicais e os intelectuais universitários que, diferente dele, “não dispunham de outro capital político que o obtido por meio da militância” (GARCIA JÚNIOR, 2004, p. 296). Sua opção foi compor com aqueles que constituíram seus capitais políticos antes de 1964 ou mesmo durante os governos militares, aproximando-se dos moderados e deslocando-se para o centro.

Francisco Weffort nasceu em Quatá, interior de São Paulo. Ao contrário de FHC, como se verá, sua família, formada por migrantes italianos e nordestinos, não possuía inserção nas elites locais e muito menos nacionais. Seu pai era um pequeno comerciante, dono de oficina mecânica, sem ligação com a política. Sem ter sido influenciado ideologicamente pelos pais, o foi pelo momento político que viveu como estudante secundarista na capital paulista, entre o suicídio de Getúlio e a eleição de Juscelino Kubitschek, período no qual se uniu à Juventude Comunista (KLÜGER, 2017; TAUIL, 2016).

Weffort formou-se em Sociologia pela USP e, apesar de ser ape-

¹¹Lula apoiou a candidatura de FHC ao Senado, qualificando-o de “reserva moral” da sociedade brasileira. Para uma análise da aproximação e do distanciamento de FHC dos futuros criadores do PT, ver KECK (2010).

nas seis anos mais novo que FHC, chegou a ser seu aluno e foi seu assistente pessoal no Seminário de Marx, criado em 1957, reunindo professores e alunos em torno da obra do pensador alemão. Ingressou como professor, em 1961, na mesma instituição. Como se definiu certa vez, para situar, ao mesmo tempo, sua proximidade com FHC e a distância social com Lula: “eu sou um fulano da Rua Maria Antônia [onde ficava a sede da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras — FFCL] que, como vários, se aproximou da esquerda. É diferente de um cara que veio do sindicato de São Bernardo e entrou na Rua Maria Antônia, entendeu?” (WEFFORT, 2013, s/p).

Em fins de 1963, foi trabalhar na Comissão Econômica para América Latina e Caribe no Chile, por conta de um convite intermediado por FHC. Com o golpe em 1964, passaram a atuar junto no ILPES, o que possibilitou um convívio mais intenso entre os dois, como expressa o seu relato sobre a viagem que fizeram pelo Instituto ao altiplano do Peru com o objetivo de contatar as populações camponesas e observar atividades de cooperação popular:

Nossa curiosidade sociológica nos levou por estradas marginais a um mundo cada vez mais miserável, até que entramos em uma aldeia indígena que fazia uma festa de inauguração de seu sistema de esgotos, construído com apoio do governo e dos “peace corps”. Os dois chefes que vieram cambaleantes nos receber na entrada da aldeia estavam tão bêbados quanto os chefes têm o direito de estar em uma festa do gênero, onde a comida principal era um roedor (o “cui”), que mais parecia um rato, e que vinha junto com farta distribuição de “chicha morada”, um fermentado de milho capaz de fazer desandar qualquer intestino ocidental e cristão. Embora comovido como eu, com a curiosa mistura humana dos índios e dos “peace corps”, Fernando não aguentava: “isso é demais para mim, Weffort, eu tive uma educação muito burguesa” (WEFFORT, 1994a, s/p).

Retornando ao país, doutorou-se pela USP, em 1968, com a tese

Classes populares e política: contribuição ao estudo do populismo. Nesse período, participou de um projeto coordenado por Gabriel Cohn no Cesit, do qual resultou o livro *Política e revolução social no Brasil* (1965). Depois seguiu para a Inglaterra, onde atuou como professor visitante na Universidade de Essex, e, em 1974, para a Argentina, onde trabalhou na Universidade de La Plata e na Organização Internacional do Trabalho. Ainda nos 1970, engajou-se no Cebrap, onde desenvolveu pesquisas sobre classe operária, movimento sindical e populismo, temas que explora em sua tese de livre docência, em 1972, intitulada “Sindicatos e política”.

Mesmo não tendo sido parte do grupo permanente de pesquisadores do Cebrap, sua presença e sua contribuição ao longo dos anos que ali atuou, entre 1969 e 1976, são relevantes, tendo sido o espaço institucional de parte considerável dos estudos e pesquisas que realizou, além de outras ações, como a participação na elaboração do novo programa do MDB, referido anteriormente. FHC rememora que foi em companhia de Weffort que se reuniram, na casa do então senador md-bista Amaral Peixoto, com alguns políticos do partido e apresentaram o projeto cuja plataforma tinha propostas próximas, na sua avaliação, do que hoje se chamaria de socialdemocrata. Por sua vez, foi Weffort, junto com José Álvaro Moisés, que, em uma pesquisa sobre liderança sindical, levou Lula para dar um depoimento no Cebrap, propiciando, pela primeira vez, o encontro deste com FHC.¹²

Em 1976, Weffort foi um dos fundadores e o primeiro presidente do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec), que guarda semelhança, em sua constituição, com o Cebrap, tanto que contou com apoio de FHC, que participou do Conselho Consultivo, e financi-

¹²A esse respeito, ver FHC conta como Cebrap o aproximou de Ulysses e Lula na ditadura. *Folha de São Paulo on line*, São Paulo, 12 maio 2019. Disponível em: www1.folha.uol.com.br. Acesso em: 14 maio 2019.

amento da Fundação Ford. Como situa Sorj (2001), parte significativa de seus membros era oriunda do grupo de estudos sobre classe operária do Cebrap. No entanto, uma das preocupações do Cedec, o que lhe diferencia do Cebrap, era o engajamento nos temas político-sociais (LAHUERTA, 2001). Para Marlon Ferreira, havia uma “tentativa de fortalecer o movimento da sociedade civil”, o que resultou na “busca de formulações mais centradas no fortalecimento dos movimentos sociais e na construção de uma legítima identidade dos trabalhadores” (FERREIRA, 2020, p. 67). Existia também uma atenção aos estudos sobre democracia diante dos primeiros sinais do fim do regime militar. Segundo Rafael Marchesan Tauil (2018), os pesquisadores do Cedec foram os primeiros a identificar a relevância da classe operária naquela conjuntura do país, cujas lideranças contribuiriam para a formação do PT alguns anos depois.

Em 1978, Weffort participou da campanha de FHC para o Senado, cujo “cacife político” era, na sua avaliação, “o do intelectual que se fizera líder de intelectuais nas lutas de resistência” e que “só tinha a seu favor os seus escritos e a sua reputação” (WEFFORT, 1994a, s/p).

Fazendo parte da fundação do PT em 1980, Weffort rapidamente galgou espaços na estrutura partidária: eleito suplente da comissão diretora nacional provisória (1980); segundo-secretário nacional durante o I Encontro Nacional e coordenador da Comissão de Relações Internacionais (1981); vice-presidente (1982) e secretário-geral nacional (1983).¹³ Em 1981, intelectuais e dirigentes partidários se reuniram em São Paulo para tratar dos problemas políticos e traçar uma possível estratégia comum para as eleições estaduais no ano seguinte. Desse encontro, participaram Roberto Gusmão, do PP, Fernando Hen-

¹³Para uma análise da participação de Weffort na criação do PT, ver Ferreira (2020) e Keck (2010).

rique Cardoso, pelo PMDB, e Francisco Weffort, pelo PT, contudo, a intenção de fusão das esquerdas foi descartada por Lula.

Em 1986, Weffort lançou-se candidato à Assembleia Nacional Constituinte e, apesar de não ter sido eleito, recebeu votação expressiva. Afastado do cargo de secretário-geral nacional do PT em 1987, voltou à direção partidária como primeiro-vice-presidente em 1988, onde permaneceu até 1990 e coordenou a campanha de Lula em 1989. Nas eleições de 1994, não compunha a direção do partido, mas integrou o comando nacional da campanha. Ainda assim, segundo o verbete do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro do CPDOC/FGV,¹⁴ manifestou “discordâncias com relação a alguns aspectos da orientação política petista” e apontou a existência de semelhanças entre os programas de governo das candidaturas petista e psdbista.

A atuação política em partidos distintos não impediu Weffort de, em 1984, convidar FHC, na época senador e presidente da seção paulista do PMDB, para compor a banca examinadora de seu concurso para professor titular do Departamento de Ciência Política da USP. Alguns anos depois, em 1992, o convidado foi Weffort, dessa vez para fazer o discurso de saudação a FHC por conta da outorga do título de Professor Emérito da mesma universidade. Em sua fala, destaca que FHC “sempre foi e se tornou cada vez mais, um sociólogo político, depois um cientista político e, finalmente, um político, sem que em cada novo passo tivesse que apagar o anterior” (WEFFORT, 1995, p. 10).

Percebe-se, portanto, nas trajetórias de FHC e Weffort, vários momentos de encontros e espaços de construção de sociabilidades comuns: inicialmente como professor e aluno e, posteriormente, como colegas na USP; como pesquisadores exilados no ILPES e, em seguida, no Cebrap; na campanha de FHC ao Senado e em outros mo-

¹⁴Disponível em: www.fgv.br. Acesso em: 11 abr. 2019.

mentos da política partidária; e nos rituais de passagem da academia.¹⁵

Contudo, se propõe aqui um outro princípio ativo, estruturante para o entendimento acerca das posições comungadas pelos dois agentes, que é o fato de terem compartilhado, quando jovens, a mesma cultura política, a do “nacional-popular”. Como situa Daniel Pécaut (1990), no período da Terceira República, em especial de 1955 a 1964, o “nacional-popular” regia o domínio intelectual, se expressava em práticas políticas diversas e incorporava os estudantes ao movimento dos pensadores já consagrados.¹⁶

Embora inseridos na cultura intelectual paulista que, diversamente da carioca, engajada no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e nas decisões políticas nacionais, se fechava dentro dos muros da FFCL e evitava a vida pública, FHC e Weffort não deixaram de ser afetados pelo debate do desenvolvimentismo em sua chave nacionalista. Sobretudo após a atuação de Florestan Fernandes, que, como visto, foi professor e tutor de FHC. De acordo com Anna Paula Moreira de Araújo, como titular da Cadeira de Sociologia I, Fernandes, no final da década de 1950, colocaria em novos termos a relação da USP, ou pelo menos de seu curso de Sociologia, com os problemas sociais brasileiros. Em parceria com seus principais assistentes, entre os quais FHC, posicionou-se contrário ao “conhecimento livresco” e buscou valorizar “a pesquisa empírica enquanto recurso para afirmar

¹⁵Identificar os espaços de comunhão entre FHC e Weffort não implica desconhecer os momentos de confronto intelectual entre ambos, como, por exemplo, o embate travado a respeito da “teoria da dependência” em 1970, no Chile, durante o 2º *Seminário Latinoamericano para el Desarrollo*, promovido pela *Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales* (Flacso). A esse respeito, ver Rodrigues (2009). Sobre as diferenças teórico-políticas posteriores, em especial na disputa PT *versus* PSDB, ver Dulci (2010).

¹⁶Posição que, de resto, não era exclusiva dos intelectuais brasileiros, mas compartilhada com os colegas do restante da América Latina. A esse respeito, ver, entre outros, Soares (1985) e Canclini (1983).

a sociologia como ciência, o que faria a conexão da sociologia com o progresso e o aperfeiçoamento da sociedade brasileira” (ARAÚJO, 2012, p. 31).

É certo que ambos foram marcados de forma diferente por essa cultura política, até por conta das diferenças de idade e de trajetória familiar. Garcia Júnior revela que FHC, ao lado de seu pai, então deputado federal eleito por meio da aliança entre trabalhistas e comunistas, foi ativista das causas do período, como as do monopólio estatal do petróleo e da criação da Petrobrás. Dessa forma, ambos estavam presentes nas “mobilizações e campanhas nacionalistas” em um “momento marcado por intensos debates sobre as modalidades de construção política, econômica e cultural da nação e sobre os meios de enfrentar os males do ‘subdesenvolvimento’ ” (GARCIA JÚNIOR, 2004, p. 291). Em seu depoimento sobre a FFCL, FHC (CARDOSO, 1988) qualifica seu pai como um “líder nacionalista” e que sua família, cheia de militares e políticos, era, na maioria, “getulista”.

Weffort não contou com esse *background* familiar, mas se inseriu no debate político por conta de sua vivência como estudante secundarista e de sociologia. Maria Hermínia Tavares de Almeida, na sua saudação a Weffort, qualificado por ela como um “intelectual público”, no momento em que este se torna professor emérito da USP, faz referência à importância do convívio geracional, da “experiência compartilhada”, para a trajetória do cientista político. É bem verdade que o marco significativo que ela ressalta é o do golpe militar, quando, para os que viveram a época, “era muito difícil isolar a vida acadêmica da atividade política de oposição ao regime autoritário”, de modo que “a vida intelectual e a vida política se comunicavam por muitos corredores, percorridos cotidianamente de um lado para o outro”.¹⁷

¹⁷Disponível em: qualidadedademocracia.com.br. Acesso em: 16 abr. 2019.

A importância do engajamento político para a formação intelectual de ambos se expressa também na saudação de Weffort a FHC referida anteriormente, quando afirma a relação do segundo com a política, não pelo fato dele ser senador ou dirigente partidário, e sim devido às circunstâncias vivenciadas por todos de sua geração (WEFFORT, 1995).

Portanto, é plausível afirmar, referenciando-se em Bourdieu (1992), que a cultura política do “nacional-popular”, impondo-se como uma espécie de “*habitus* socialmente constituído”, foi estruturante para que FHC e Weffort se decidissem por posições comuns diante das possibilidades ofertadas, ao longo de suas trajetórias, tanto pelo domínio intelectual, quanto pelo político. Nesse sentido, é sintomático que Weffort, quando convidado para ser ministro da Cultura, tenha optado pelo cargo em detrimento de uma temporada acadêmica na Universidade de Stanford.

Esta afirmação não implica uma adesão na produção acadêmica de ambos às teses nacional-desenvolvimentistas. FHC foi bastante crítico aos usos da noção de “burguesia nacional” e Weffort é um dos mais referenciados estudiosos do “populismo” e de seus limites estruturais, tendo escrito seus primeiros artigos sobre os impasses da política nacionalista na primeira metade dos anos 1960. O que se procura destacar é que os temas do nacional, do popular e do desenvolvimentismo foram centrais nas análises que empreenderam, pelo menos nos momentos iniciais de suas carreiras. Referindo-se ao ambiente de efervescência política e de cultura universitária de viés cientificista onde se deu a formação intelectual de Weffort, e também a de FHC, Daniela Mussi e André Kaysel Velasco e Cruz (2020) ressaltam uma agenda de pesquisa na qual o nacionalismo era objeto privilegiado de análise e entendido como base das mudanças com as quais o Brasil

sairia do subdesenvolvimento.

Se as trajetórias e a cultura política compartilhadas aproximam FHC e Weffort, resta saber se o mesmo ocorre com os partidos de ambos, ou seja, se PT e PSDB tinham, em seus programas de governo na campanha presidencial de 1994, pontos em comum que respaldassem a escolha de um petista para o Ministério da Cultura e o seu aceite ao convite. É o que será analisado na próxima seção.

A cultura em comum entre PT e PSDB

Weffort foi um dos signatários, ao lado de Paulo Freire, Francisco de Oliveira, Paul Singer, entre outros, do manifesto “PT Amplo Urgente — Lula Presidente”, lançado em São Paulo, em 5 de março de 1994. O documento se posicionava contrário à “radicalização à esquerda” pela qual estaria passando o Partido e defendia uma política de alianças que tirasse do isolamento a futura candidatura de Lula à Presidência.¹⁸ Na sequência do debate provocado pelo manifesto, em entrevista concedida à *Folha de São Paulo*, Weffort defendeu o plano econômico de FHC, cujas possíveis ressalvas seriam secundárias. Por sua vez, segundo o cientista político, o programa de governo de Lula não era socialista, mas objetivava “democratizar e modernizar o capitalismo”, por meio da redistribuição de renda e da reforma agrária, corrigindo os desequilíbrios regionais, e realizar reformas econômicas e do Estado, de modo a permitir a retomada do crescimento.¹⁹

¹⁸A íntegra do documento encontra-se em www1.folha.uol.com.br.

¹⁹A esse respeito, ver PROGRAMA de Lula não é socialista, diz Weffort. *Folha de São Paulo on line*, São Paulo, 05 mar. 1994. Disponível em: www1.folha.uol.com.br. Acesso em: 11 abril 2019. Posição compartilhada por Francisco de Oliveira, na época presidindo o Cebrap. A esse respeito, ver EX-RADICAL ataca “jurássicos” do partido. *Folha de São Paulo on line*, São Paulo, 06 mar. 1994. Disponível em: www1.folha.uol.com.br. Acesso em 11 abril 2019.

Em artigo publicado na imprensa no mesmo mês, Weffort voltou a aproximar Lula e FHC, o PT e o PSDB, posicionando-os no espectro da esquerda partidária e engajados no esforço de modernização e democratização do capitalismo brasileiro. Na sua avaliação, era curioso que os favoritos na eleição fossem Lula, “de um partido formado por socialistas”, e FHC, “de um partido que se pretende social-democrata” (WEFFORT, 1994b). Em palestra dada em junho, no Conselho Superior de Orientação Política da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Weffort mais uma vez deixou clara a aproximação do PT com as bandeiras do PSDB, convocando o segundo para participar em um eventual governo Lula.

Diante dos empresários paulistas, afirmou que a história de seu partido tem sido a da “diluição dos radicais”, pois “na medida em que um líder político cresce numa democracia, ele se compromete com os temas do outro lado”. Weffort destacou que o objetivo econômico mais geral do programa do PT era o “desenvolvimento de um mercado de massas no Brasil” e que já não havia uma “concepção estatista de fundo ideológico”, de modo que o Estado deveria atuar “supletivamente em relação às forças do mercado”.²⁰

Se a avaliação de Weffort revela um movimento programático do PT rumo àquele defendido pelo PSDB, por outro lado, estaria ocorrendo, por parte de setores da imprensa, um processo de “esquerdização” de FHC, “uma glorificação ‘ex post’ do esquerdismo fernandohenriquista”, segundo avalia Marcelo Coelho. O articulista da *Folha de São Paulo* cita o título de artigo da revista *Veja*, “A Maria Antô-

Ambos, além de outros intelectuais do ou ligados ao PT, estavam presentes na fala de FHC em maio daquele ano em comemoração aos 25 anos do Cebrap.

²⁰A esse respeito, ver PSDB participará de governo Lula, diz sociólogo. *Folha de São Paulo on line*, São Paulo, 12 set. 1994. Disponível em: www1.folha.uol.com.br. Acesso em: 11 abril 2019.

nia no poder”, publicado na primeira quinzena de outubro, para em seguida revelar o seu significado:

Isto é, o grande foco de contestação intelectual e universitária de São Paulo, o ímpeto marxista, o brilho parisiense, a sombra tutelar de Florestan Fernandes, os seminários de leitura de “O Capital”, os conchavos com Lula em 78, os exílios, as resistências, as derrotas, oh, tudo isso foi vingado, e aqui estamos nós, os sofisticados, os esquerdistas, os “mariantonietos”, no poder (COELHO, 1994, s/p).

Se a tese da “esquerdização” ganhava espaço no campo midiático, ela também surgiu na campanha quando, segundo Weffort (1994a), Lula teria acusado FHC de plagiar o programa do PT, sinalizando que a candidatura do PSDB estaria se aproximando das ideias defendidas pela petista.

Passadas as eleições, e respondendo à crítica do jornalista Jânio de Freitas sobre sua adesão a FHC, Weffort voltou a afirmar que, na sua avaliação, exposta em vários artigos antes do resultado eleitoral, “as diferenças entre as propostas de Lula e Fernando Henrique no andamento da campanha diminuía a olhos vistos”.²¹

Faz-se necessário então verificar a justificativa desta tomada de posição do cientista político confrontando-a com os documentos. Não se trata nem de avaliar se houve de fato uma “esquerdização” de FHC, nem se seu programa “plagiu” o do PT, pois isto exigiria a análise comparada de ambos os programas em sua totalidade. Para fins deste artigo, interessa apenas perceber se havia ou não convergências no que se refere às propostas para o campo da cultura. Passa-se, então, à análise da seção destinada ao setor nos programas dos candidatos Lula, “Uma revolução democrática no Brasil. Bases do programa de

²¹A esse respeito, ver WEFFORT ataca Jânio de Freitas. *Folha de São Paulo on line*, São Paulo, 21 dez. 1994. Disponível em: www1.folha.uol.com.br. Acesso em: 17 mar. 2019.

governo do Partidos dos Trabalhadores”, e Fernando Henrique Cardoso, “Mãos à obra, Brasil. Proposta de governo”.

Em ambos, a cultura não se encontra entre as preocupações centrais ou estratégicas do possível governo, recebendo poucas páginas de atenção. No entanto, os dois candidatos defendem o papel do Estado na promoção da cultura. Para FHC, se o “Estado não pode nem deve se transformar no grande produtor cultural do país [...] Cabe-lhe, contudo, estabelecer um programa de metas que dê coerência à sua ação e sinalize para a sociedade o sentido de sua política cultural” (CARDOSO, 2008, p. 92). Para o PT, deve-se “assumir o papel do Estado na cultura sem admitir distorções. Dar espaço e caminho à produção cultural do cidadão em todas as suas formas, belas artes ou não, em todo o país, sem confundi-lo com práticas cooperativistas” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1994, p. 80).

Os dois programas entendem a política cultural de forma intersetorial (interagindo principalmente com as políticas de comunicação, de educação e de ciência) e democrática, com participação dos entes federados, da sociedade e do mercado. A diferença vai ser mais de tom ou de grau da presença desses agentes (Estado, mercado, sociedade) e na mobilização dos valores envolvidos (democracia, participação, federalismo, patrimônio, desenvolvimento, diversidade, mercado).

No programa de FHC, onde o tema da cultura aparece no Capítulo V, intitulado sugestivamente de “A parceria Estado-Sociedade”, há maior ênfase no papel do setor privado, tanto destacando a economia da cultura, quanto demandando o apoio dos setores econômicos para o financiamento da política cultural. No primeiro parágrafo da seção “Cultura”, afirma-se, de imediato, que a “atividade cultural gera riqueza e emprego”. Portanto, investir no setor significa, entre outras coisas, “estender as perspectivas da política cultural” ao campo das

atividades econômicas (CARDOSO, 2008, p. 92).

Outro ponto que se destaca é a aposta no processo de desburocratização das agências governamentais na área diante da necessidade de o Estado atuar de forma mais adequada e flexível, evitando estruturas pesadas e atento à transparência dos critérios e decisões. Uma das metas do programa, portanto, é “Agilizar e desburocratizar os órgãos e entidades encarregados do fomento cultural” (CARDOSO, 2008, p. 94).

No programa de Lula, se reforça a participação na elaboração da política cultural e sua feição democrática e cidadã. Assim, a seção “Cultura como invenção do futuro”, parte do Capítulo IV, “Mudar a vida”, se inicia defendendo que “a gestão democrática da cultura é o processo pelo qual propomos a transformação da sociedade autoritária em sociedade solidária, humana” e que a política cultural do “Governo Democrático e Popular tem como princípio fundamental assumir o cidadão como prioridade” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1994, p. 80). Para tanto, uma das estratégias é democratizar e fortalecer o Conselho Nacional de Cultura e o Conselho de Comunicação Social de modo a torná-los instrumentos de participação e de representação social.

Há também a defesa de uma presença mais ativa do Estado, inclusive na produção cultural. Assim, propõe-se “criar ou reformular órgãos e instituições de caráter público capazes de operar na dinâmica da atividade cultural, tendo em vista a produção e a circulação de bens culturais” e “disseminar por todo o país a criação de Centros de Arte e Cultura que facilitem o acesso e a participação no processo cultural” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1994, p. 81).

Como se observa, não há discrepâncias profundas entre as duas formulações de política cultural que apontem para clivagens do tipo

direita *versus* esquerda ou liberal *versus* socialista, que mobilizaram a campanha eleitoral de 1994, pelo menos não no setor da cultura. Pelo contrário, há um núcleo comum de valores contemplados e o reconhecimento do papel a ser desempenhado tanto pelo Estado quanto pela sociedade civil e pelo mercado. O que referenda a análise de Weffort quanto à convergência programática entre o PT e o PSDB.

Considerações finais

Como foi possível observar a partir da discussão feita nas seções anteriores, as hipóteses levantadas na introdução se justificam, posto que foram evidenciadas, no que diz respeito à primeira hipótese, as redes de relações entre as trajetórias de Weffort e de FHC, possibilitadas pelos espaços de sociabilidade comuns e apostas semelhantes na formação e carreira profissionais, tendo como importante elemento estruturador de tais tomadas de posição o compartilhamento de uma mesma cultura política, a do nacional popular.

A esse respeito, mostraram-se válidas as considerações de Grill e Reis (2016; 2018) sobre a produção intelectual como recurso valorizado no campo político como demonstrou o ingresso de FHC e Weffort no sistema partidário. Guardadas as especificidades e os resultados alcançados por cada um, ambos se notabilizaram no campo acadêmico e, a partir dessa reputação, galgaram espaços de destaque na política por meio de cargos eletivos e/ou na hierarquia partidária. Essa multinotabilidade, por sua vez, só foi possível por conta das intensas zonas de contato estabelecidas entre esses domínios e das tomadas de posições de FHC e Weffort ao longo de suas trajetórias e da rede de relações que estabeleceram por meio de estratégias diversas, expediente este próprio a uma sociedade com baixa objetivação e a

alta maleabilidade de sua estrutura.

Em relação à segunda hipótese, constatou-se, por meio da comparação entre as propostas para a cultura defendidas nos dois programas de governo, a aproximação programática entre o PT, que se deslocou mais para o centro do espectro ideológico, e o PSDB. Em ambos, a política cultural não ocupa um lugar estratégico, mas está prevista a atuação do Estado em consórcio tanto com a sociedade civil quanto com o mercado.

As conclusões a que se chegou nessa primeira abordagem do objeto levantam questões instigantes para o andamento da pesquisa. Em relação aos desdobramentos da hipótese 1, pergunta-se: uma vez no Ministério, como Weffort procedeu para recrutar a nova elite político-cultural do país? Baseou-se em sua rede de relações pessoais e profissionais e/ou político-partidárias? Submeteu-se aos interesses políticos da coalização à frente do governo capitaneada pelo PSDB e PFL? Ou ainda, optou por escolhas técnicas, impessoais, a partir da seleção de perfis adequados aos cargos e às tarefas? Certamente, estas possibilidades de recrutamento não são excludentes entre si, mas importa perceber quais as lógicas que direcionaram o processo de formação do quadro de gestores do MinC ao longo dos oito anos da gestão Weffort.

Um segundo conjunto de questões relaciona-se com a hipótese 2: quais foram as políticas culturais elaboradas ao longo desse período? Mantiveram-se alinhadas a um papel ativo do Estado? Ou cederam à pressão do mercado, assumindo um formato mais liberal, dando razão, inclusive, a um conjunto de análises sobre aquele momento, como, por exemplo, a que foi feita no primeiro balanço da “Era FHC” ainda nos seus estertores (CASTELLO, 2002)?

Referências

ARAÚJO, Anna Paula Moreira de. *Francisco Weffort e o papel da intelligentsia nacional: considerações sobre uma trajetória*. (Dissertação). Mestrado em Sociologia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Araraquara, 2012.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. A política cultural: regulação estatal e mecenato privado. *Tempo Social*, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 177-193, 2003.

BARBALHO, Alexandre; RUBIM, Albino (org). *Políticas culturais no Brasil*. Salvador: UFBA, 2007.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1992.

_____. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (org). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 183-191.

CALABRE, Lia. *Políticas culturais no Brasil*. Dos anos 1930 ao século XXI. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

CANCLINI, Néstor García. Políticas culturais na América Latina. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 39-51, 1983.

CARDOSO, Fernando Henrique. Memórias da Maria Antônia. In: SANTOS, Maria Cecília dos (org.). *Maria Antônia: uma rua na contramão*. São Paulo: Nobel, 1988. p. 27-34.

_____. *Mãos à obra, Brasil*. Proposta de governo. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2008.

CASTELLO, José. Cultura. In: LAMOUNIER, Bolívar; FIGUEIREDO, Rubens (org). *A era FHC*. Um balanço. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2002. p. 627-656.

COELHO, Marcelo. Esquerda deve patrulhar escolhas de FHC. *Folha de São Paulo on line*, Ilustrada, 14 out. 1994. Disponível em: www1.folha.uol.com.br. Acesso em: 23 abr. 2019.

DULCI, Marcelo Soares. *PSDB: força e limites da resposta liberal aos desafios do Brasil contemporâneo*. Tese (Doutorado em Ciências Humanas:

Sociologia e Política) — Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2010.

FERREIRA, Marlon Antônio. *Do PT ao governo FHC: a trajetória político-intelectual de Francisco Weffort*. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Estadual Paulista. Franca, 2020.

FREITAS, Jânio de. Notícias do front. *Folha de São Paulo on line*, Brasil, 17 dez. 1994. Disponível em: www1.folha.uol.com.br. Acesso em: 23 abr. 2019.

GARCIA JÚNIOR, Afrânio. A dependência da política: Fernando Henrique Cardoso e a sociologia no Brasil. *Tempo Social*, p. 285-300, 2004.

GRILL, Igor; REIS, Eliana. *Elites parlamentares e a dupla arte de representar*. Interseções entre “política” e “cultura” no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

_____. Dos campos aos domínios das elites no Brasil. *TOMO*, São Cristóvão, n. 32, p. 163-210, 2018.

KECK, Margaret. *PT — A lógica da diferença*. O Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2010.

KLÜGER, Elisa. *Meritocracia de laços: gênese e reconfigurações do espaço dos economistas no Brasil*. Tese (Doutorado em Sociologia) — Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017.

LAHUERTA, Milton. Intelectuais e resistência democrática: vida acadêmica, marxismo e política no Brasil. *Cad. AEL*, v. 8, n. 14/15, p. 55-94, 2001.

MUSSI, Daniela; CRUZ, André Kaysel Velasco e. Os populismos de Francisco Weffort. *RBCS*, v. 35, n. 104, p. 01-21, 2020.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Uma revolução democrática no Brasil*. Bases do programa de governo do Partidos dos Trabalhadores. São Paulo: Partido dos Trabalhadores, 1994.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil*. Entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990.

RODRIGUES, Lidiane Soares. *Dependência e desenvolvimento de uma polémica*. In: XXV ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2009, Forta-

leza — CE. XXV Simpósio Nacional de História, 2009.

SILVA, Frederico A. Barbosa da. *Política Cultural no Brasil, 2002-2006: acompanhamento e análise*. Brasília: Ministério da Cultura, 2007.

SOARES, Maria Susana Arrosa (org.) *Os intelectuais nos processos políticos da América Latina*. Porto Alegre: UFRGS, 1985.

SORJ, Bernard. *A construção intelectual do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

TAUIL, Rafael Marchesan. *Populismo, nacionalismo e sindicalismo em Francisco Weffort: a relevância de algumas formulações intelectuais na fundação do Partido dos Trabalhadores*. In: 40º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 2016, Caxambu-MG. 40º Encontro Anual da Anpocs, 2016.

_____. Da crítica do populismo à vida pública — considerações acerca da trajetória intelectual de Francisco Weffort. *Perspectivas*, São Paulo, v. 51, p. 59-97, 2018.

WEFFORT, Francisco. A segunda revolução democrática. *Folha de São Paulo on line*, Caderno Especial, 04 out. 1994a. Disponível em: www1.folha.uol.com.br. Acesso em: 28 mar. 2019.

_____. Os riscos de uma aliança. *Folha de São Paulo on line*, Opinião, 20 mar. 1994b. Disponível em: www1.folha.uol.com.br. Acesso em: 11 abr. 2019.

_____. O intelectual das identidades complexas. In: CARDOSO, F. H. *et al.* *A utopia viável*. Brasília: Presidência da República, 1995. p. 09-18.

_____. Nossos radicais são conservadores. Entrevista. *Revista de História*, 01 maio 2013. Disponível em: www.revistadehistoria.com.br. Acesso em: 16 set. 2015.

Periódicos e Sites

ÁREA cultural resiste a planos de FHC. *Folha de São Paulo on line*, São Paulo, 08 dez. 1994. Disponível em: www1.folha.uol.com.br. Acesso em: 23 abr. 2019.

EX-RADICAL ataca “jurássicos” do partido. *Folha de São Paulo on line*, São Paulo, 06 mar. 1994. Disponível em: www1.folha.uol.com.br. Acesso em: 11 abr. 2019. _____. O intelectual das identidades complexas. In: CARDOSO, F. H. *et al.* *A utopia viável*. Brasília: Presidência da República,

1995, p. 09-18.

FERNANDO Henrique lança ‘acordo de Brasília’. *Folha de São Paulo on line*, São Paulo, 05 dez. 1994. Disponível em: www1.folha.uol.com.br. Acesso em: 17 mar. 2019.

FHC conta como Cebrap o aproximou de Ulysses e Lula na ditadura. *Folha de São Paulo on line*, São Paulo, 12 maio 2019. Disponível em: www1.folha.uol.com.br. Acesso em: 14 maio 2019.

www.fgy.br. Acesso em: 11 abr. 2019.

qualidadedemocracia.com.br. Acesso em: 16 abr. 2019.

www1.folha.uol.com.br. Acesso: em 17 mar. 2019

www1.folha.uol.com.br.

LULA não vai se opor à adesão. *Folha de São Paulo on line*, São Paulo, 08 dez. 1994. Disponível em: www1.folha.uol.com.br. Acesso em: 17 mar. 2019.

PARA amigos, FHC ainda é de esquerda. *Folha de São Paulo on line*, São Paulo, 02 out. 1994. Disponível em: www1.folha.uol.com.br. Acesso em: 11 abr. 2019.

PROGRAMA de Lula não é socialista, diz Weffort. *Folha de São Paulo on line*, São Paulo, 05 mar. 1994. Disponível em: www1.folha.uol.com.br. Acesso em: 11 abr. 2019.

PSDB participará de governo Lula, diz sociólogo. *Folha de São Paulo on line*, São Paulo, 12 set. 1994. Disponível em: www1.folha.uol.com.br. Acesso em: 11 abr. 2019.

SÍNDROME de Romário. *Folha de São Paulo on line*, São Paulo, 09 dez. 1994. Disponível em: www1.folha.uol.com.br. Acesso em: 17 mar. 2019.

VELHO e Novo Mundo se contrapõem. *Folha de São Paulo on line*, São Paulo, 05 dez. 1994. Disponível em: www1.folha.uol.com.br. Acesso em: 17 mar. 2019.

WEFFORT ataca Jânio de Freitas. *Folha de São Paulo on line*, São Paulo, 21 dez. 1994. Disponível em: www1.folha.uol.com.br. Acesso em: 17 mar. 2019.

WEFFORT assume Cultura sem projeto claro. *Folha de São Paulo on line*,

São Paulo, 21 dez. 1994. Disponível em: www1.folha.uol.com.br. Acesso em: 17 mar. 2019.

WEFFORT diz a Lula que quer ser ministro de FHC. *Folha de São Paulo on line*, São Paulo, 09 dez. 1994. Disponível em: www1.folha.uol.com.br. Acesso em: 17 mar. 2019.

WEFFORT é cotado para Cultura. *Folha de São Paulo on line*, São Paulo, 07 dez. 1994. Disponível em: www1.folha.uol.com.br. Acesso em: 17 mar. 2019.

Resumo:

Este artigo analisa o processo de escolha de Francisco Weffort, então filiado ao PT, como ministro da Cultura no governo de Fernando Henrique Cardoso do PSDB criando uma controvérsia nos campos políticos e culturais. Levanta-se as hipóteses de que tal fato foi possibilitado pelos pontos de contato entre as trajetórias (1) de Weffort e de FHC e, secundariamente, (2) do PT e do PSDB. Para responder a (1), recorreu-se aos processos de conformação dos recursos intelectual e político dos agentes e de seus espaços de sociabilidades de modo a identificar momentos de interações e de constituição de visões compartilhadas sobre o socius; e para (2) se analisou o que estava previsto para a cultura nos planos de governo das candidaturas petista e psdbista em 1994.

Palavras-chave: Francisco Weffort; Fernando Henrique Cardoso; campo intelectual; trajetória; cultura política.

Abstract:

This article analyzes the process of choosing the Francisco Weffort (PT) as minister of culture under the Fernando Henrique Cardoso government (PSDB), which became a controversy in the political and cultural domains. The hypothesis arises that this fact was made possible by the points of contact between Weffort's and FHC's trajectories and, secondarily, PT and the PSDB. In order to answer (1), we used the processes of conformation of the intellectual and political resources of the agents and their spaces of sociabilities in order to identify moments of interactions between both and the constitution of shared visions on the socius; and for (2) it was analyzed what was foreseen as politics for the culture in the plans of government of the petista and psdbista candidacies in 1994.

Keywords: Francisco Weffort; Fernando Henrique Cardoso; intellectual champ; trajectory; political culture.

Recebido para publicação em 22/07/2019.

Aceito em 04/02/2021.

A concepção de classe social segundo Nicos Poulantzas: a “nova pequena burguesia”

Noêmia Lazzareschi

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0003-1730-5401>

acyr.noemia@terra.com.br

Introdução

As novas formas de execução do trabalho em todos os setores da vida econômica, graças à introdução das tecnologias de informação, de comunicação e de inteligência e à adoção de novas técnicas de gerenciamento do processo de produção e da prestação de serviços, não só transformaram a natureza do trabalho e definiram o novo perfil do trabalhador do século XXI como também desestruturaram os mercados de trabalho e redefiniram as posições de milhões de trabalhadores na estrutura econômica das sociedades capitalistas mais desenvolvidas. Provocaram a elevação dos níveis de desemprego e subemprego em todos os países do mundo e o aparecimento de novas relações de

trabalho — trabalho em regime de tempo parcial, contrato temporário de trabalho, banco de horas, contrato de prestação de serviços, trabalho em domicílio, terceirização — num processo de desconstrução das conquistas trabalhistas do século passado e surgimento de novos e variados desafios. As novas condições de trabalho, tecnológicas e organizacionais, reduziram muito significativamente o número de trabalhadores industriais, ao mesmo tempo em que aumentaram, também muito significativamente, o número de trabalhadores cujas posições no processo de produção determinaram, segundo alguns autores, práticas políticas e ideológicas típicas da pequena burguesia tradicional, razão pela qual receberam a denominação de nova pequena burguesia, embora sejam trabalhadores assalariados. Mas, qual a estrutura determinante das classes sociais?

Poulantzas (1936-1979) assistiu ao desenvolvimento da estrutura econômica do capitalismo, muito embora não tenha assistido aos efeitos da reestruturação produtiva que se iniciou na década de 70 a partir da introdução das tecnologias de informação e de novas técnicas de gerenciamento do processo de trabalho. No entanto, viu crescer e pôde prever o aumento considerável do número de trabalhadores que não mais são operários, como também não são proprietários dos meios de produção. Mas não viu surgir, no final do século XX e nas duas primeiras décadas do século XXI, um grande número de mini e pequenos empreendedores, proprietários dos meios de produção, como consequência da intensificação do processo de terceirização da produção e, ao mesmo tempo, da significativa elevação do desemprego, isto é, do mercado informal de trabalho, cuja existência e, sobretudo, sobrevivência se contrapõem a um dos pilares do próprio marxismo. Evidentemente, Poulantzas quis apenas responder à questão que lhe pareceu fundamental: quem são esses trabalhadores assalariados? A

qual classe pertencem? Quais suas práticas políticas e ideológicas? Teriam posições políticas e ideológicas próprias? Se as têm, sua existência negaria a contradição fundamental da estrutura econômica tal como apontada pelo marxismo ortodoxo, isto é, pelo conjunto da obra de Marx. E suas respostas, para parafrasear Thompson (1981), o conduziram “a um planetário de erros”.

Quanto ao segundo grupo de trabalhadores, trabalhadores autônomos e proprietários dos meios de produção, o esquema teórico de Poulantzas não lhe permitiu e não lhe permitiria vislumbrar não só o seu surgimento, como muito menos a sua sobrevivência, ao considerar as classes sociais como simples consequência da estrutura social cuja existência e sobrevivência se sobrepõem à vontade humana. E, no entanto, as classes sociais são conjuntos humanos, isto é, homens e mulheres cujas ações produzem a história e, portanto, a estrutura social a partir da compreensão que dela têm e da qual surgem as alternativas de realização de seus interesses e expectativas. As classes sociais resultam, portanto, das ações humanas e seus lugares na estrutura social são definidos pelo dinamismo que nela imprimem.

“Nova pequena burguesia” é a expressão utilizada por Poulantzas para designar os novos conjuntos salariais — empregados em escritórios, técnicos, supervisores, funcionários públicos etc. — que se desenvolveram ao longo do processo de reprodução ampliada do modo de produção capitalista e que, dada a especificidade de sua posição no sistema de relações de produção, não podem ser incluídos nem na classe operária, nem na classe burguesa e também não poderiam ser incluídos na pequena burguesia, se considerados apenas os critérios econômicos para a delimitação das fronteiras entre as classes sociais. Não pertencem à classe operária porque realizam trabalho improdutivo; não pertencem à classe burguesa porque não são proprietários

dos meios de produção; não pertencem à pequena burguesia porque são assalariados. Formariam, então, uma nova classe social? Repensar afirmativamente essa questão seria sustentar que o capitalismo, ao se desenvolver, produz novas classes sociais, o que implicaria colocar problemas teóricos reais extraordinariamente difíceis. Como resolver a questão da filiação de classe desses novos conjuntos salariais?

“As classes sociais”, conceitua Poulantzas, “são conjuntos de agentes sociais determinados principalmente, mas não exclusivamente, por seu lugar no processo de produção, isto é, na esfera econômica” (POULANTZAS, 1975, p. 13). Isto é: a determinação estrutural das classes sociais não se reduz às posições econômicas dos agentes sociais no processo de produção. Critérios estritamente econômicos não bastam para explicar a determinação estrutural das classes sociais, embora sejam os critérios fundamentais, na medida em que determinam as possibilidades de sua organização política em torno de seus interesses de classe, polarizados entre os interesses das classes fundamentais do modo de produção capitalista, a classe burguesa e a classe operária.

As classes sociais definem-se por suas práticas econômicas — relações de produção — e por suas práticas políticas e ideológicas — relações sociais de produção — que podem ou não corresponder às relações de produção. Existe correspondência de relações nos três níveis, ou instâncias, ou estruturas regionais da estrutura do todo: a econômica (estrutura determinante em última instância), a política e a ideológica só no que diz respeito às duas classes fundamentais. Por isso, as demais classes não podem ser definidas senão por suas práticas econômicas, políticas e ideológicas referidas àquelas das classes fundamentais. Os critérios econômicos, políticos e ideológicos são, pois, decisivos na análise da determinação estrutural daquelas classes que não se situam na contradição fundamental da estrutura econômica,

como a nova pequena burguesia e a pequena burguesia tradicional que, apesar de ocuparem posições diferentes nas relações de produção, têm o mesmo pertencimento de classe, segundo Poulantzas. Constituem a pequena burguesia.

Trata-se, portanto, de se analisar a determinação estrutural da pequena burguesia, isto é, o lugar que ocupa na divisão social do trabalho, em sua relação com a burguesia e com a classe operária. No entanto, se a posição na estrutura econômica não é critério suficiente para definir uma classe social, é o critério principal, razão pela qual a análise se inicia com a definição de critérios econômicos que nos permitam delimitar as fronteiras entre a pequena burguesia tradicional e a nova pequena burguesia, constituidoras da pequena burguesia, e a classe operária.

Trabalho produtivo e trabalho improdutivo

Os limites estritamente econômicos entre a nova pequena burguesia e a classe operária são demarcados com a utilização dos conceitos de trabalho produtivo e trabalho improdutivo, com os quais se explicam, a partir de Marx (1971), a relação capitalista básica e o caráter contraditório da acumulação capitalista, muito embora o próprio Marx não tenha estabelecido uma distinção, em termos de estrutura de classes, entre trabalhadores produtivos e improdutivo. O fulcro da discussão em torno da análise da determinação estrutural da nova pequena burguesia reside, dentre outros problemas, nas diferentes interpretações desses conceitos e, sobretudo, em sua utilização para delimitar fronteiras entre trabalhadores assalariados nas sociedades capitalistas.

Para Marx, o trabalho é produtivo se produzir mais-valia para o

capitalista, e é improdutivo “se não for trocado contra o capital, mas diretamente contra a renda, isto é, salários ou lucro” (MARX, 1969, p. 157). A distinção entre trabalho produtivo e improdutivo não se alicerça nas características materiais do trabalho ou produto. Desde que produza mais-valia, isto é, desde que valorize o capital, o trabalho é produtivo e todos os assalariados que contribuem para a produção de mercadorias para um capital, desde o operador até o gerente ou engenheiro, devem ser incluídos na categoria de trabalhador produtivo.

Por contraposição, realizam trabalho improdutivo aqueles cujas tarefas não são produtivas de valor, embora delas dependa a realização da mais-valia. São tarefas que, por se inscreverem no processo de circulação de mercadorias, não podem ser consideradas produtivas em nenhuma circunstância; não pertencem ao processo de produção de valor; pertencem aos “faux frais” da produção capitalista. Porque aqui Marx ressalta o caráter não material do trabalho para conceituá-lo como improdutivo, fica aparentemente aberta a possibilidade de se considerar como produtivo apenas o trabalho implicado no processo de produção material de mercadoria. No entanto, a insistência de Marx ao afirmar que a distinção entre trabalho produtivo e improdutivo não deriva do caráter material do trabalho, mas da “forma social definida, as relações sociais de produção, dentro das quais o trabalho se realiza” (MARX, 1969, p. 157), não deixa muita margem à discussão: é produtivo todo trabalho produtor de mais-valia, realizado ou não na esfera da produção material de mercadorias.

Não obstante a importância desses conceitos para se conhecer melhor o processo de expansão do capital, o próprio Marx minimizou seu alcance como instrumento para a compreensão dos diferentes posicionamentos sociais na divisão social do trabalho ao reunir sob a mesma denominação de “trabalhadores assalariados” tanto os traba-

lhadores na produção quanto os empregados comerciais, submetidos da mesma maneira ao capital e contribuindo para a sua expansão. É o que se pode deduzir desta passagem de *O Capital*:

Num sentido, esse empregado comercial é um trabalhador assalariado como outro qualquer. Em primeiro lugar, seu trabalho é comprado com o capital variável do negociante, não com o dinheiro despendido como renda, e conseqüentemente não é comprado para o serviço particular, mas com o fim de expandir o valor do capital adiantado para ele. Em segundo lugar, o valor de sua força de trabalho, e por conseguinte seus salários, são determinados como os dos demais assalariados, isto é, pelo custo da produção e reprodução de sua força de trabalho específica, não pelo produto de seu trabalho. Assim como o trabalho não pago do trabalhador cria imediatamente mais-valia para o capital produtivo, do mesmo modo o trabalho não pago do trabalhador assalariado comercial garante uma parcela dessa mais-valia para o capital do negociante. (MARX, 1971, p. 337-338).

Apesar disso, Poulantzas utiliza o conceito de trabalho produtivo para distinguir a classe operária dos novos conjuntos salariais — aí incluídos não só os empregados de comércio, mas também os empregados dos bancos, dos escritórios e serviços, os funcionários públicos etc., “em suma, a quem se costuma chamar empregados de ‘colarinho branco’ ou terciários” (POULANTZAS, 1975, p. 209), situando-os diferentemente no sistema de relações de produção e, daí, na divisão social do trabalho. Para ele,

é trabalho produtivo, no modo de produção capitalista, aquele que produz a mais-valia ao reproduzir diretamente os elementos materiais que servem de substrato à relação de exploração: aquele, pois, que intervém diretamente na produção material produzindo valores de uso que aumentam as riquezas materiais (POULANTZAS, 1975, p. 235).

Isto é: o que distingue o trabalho produtivo do improdutivo é o ca-

ráter material do trabalho produtor de mais-valia. Por conseguinte, todos aqueles trabalhadores assalariados cujas tarefas não estão implicadas diretamente na produção material de mercadorias devem ser considerados trabalhadores improdutivos e, desde já, excluídos da classe operária.

A luta de classes e as posições políticas e ideológicas de classe

Mas, dizíamos, os critérios econômicos não são suficientes para compreender aqueles grupos cuja posição nas relações econômicas não é dada pela contradição fundamental no processo de produção. Porque “as classes só existem na luta de classes”, ou seja, não existem senão na expressão da oposição que as constitui como tais, definem-se por suas práticas políticas e ideológicas que podem ou não corresponder a seus interesses objetivos nas diferentes fases de desenvolvimento da estrutura econômica.

Pode-se dizer, assim, que uma classe social define-se pelo seu lugar no conjunto das práticas sociais, isto é, pelo seu lugar no conjunto da divisão social do trabalho que compreende as relações políticas e as relações ideológicas. A classe social é, neste sentido, um conceito que designa o efeito de estrutura na divisão social do trabalho (as relações sociais e as práticas sociais). Este lugar abrange assim o que chamo de determinação estrutural de classe, isto é, a própria existência da determinação da estrutura — relações de produção, lugares de dominação-subordinação política e ideológica — nas práticas de classe: as classes só existem na luta de classes. (POULANTZAS, 1975, p. 14).

A referência às relações políticas e ideológicas é sempre necessária para se compreender os lugares das classes sociais na divisão social do trabalho. Também a burguesia e a classe operária só podem ser

pensadas a partir de suas práticas políticas e ideológicas. No entanto, no caso da nova pequena burguesia, a análise dessas relações requer um cuidado especial na medida mesma de sua situação real na luta de classes: por não estar no âmago das relações de exploração dominantes de extração direta da mais-valia, “a nova pequena burguesia sofre a polarização que produz distorções-adaptações muito complexas nas relações políticas e ideológicas em cujo seio se situa.” (POULANTZAS, 1975, p. 225). São essas distorções-adaptações que a definem: as fronteiras entre ela e a classe operária só serão precisamente delimitadas considerando-se seus lugares de dominação-subordinação política e ideológica nas relações de classes, mesmo quando se trata daqueles conjuntos salariais que as relações econômicas excluem desde já da classe operária por realizarem trabalho improdutivo, como os empregados de escritório, os funcionários públicos etc.

A identificação desses lugares de dominação-subordinação política e ideológica assume importância decisiva quando se considera o trabalho de supervisão e direção do processo produtivo que, como se sabe, para Marx, tem dupla natureza: é trabalho produtivo porque é trabalho de coordenação e unificação do processo de produção, portanto, trabalho necessário para a produção da mais-valia. Ao mesmo tempo, é trabalho improdutivo, não apenas requerido pelo processo técnico de produção, mas pela divisão social do trabalho.

O trabalho de supervisão surge necessariamente em todos os modos de produção baseados na antítese entre o trabalhador, como produtor direto, e o dono dos meios de produção. Quanto maior esse antagonismo, maior o papel desempenhado pela supervisão. Daí alcançar ele o seu auge no sistema escravista. Mas é indispensável também no modo de produção capitalista, já que o processo de produção nele é simultaneamente um processo pelo qual o capitalista consome força de trabalho. (MARX *apud* POULANTZAS, 1975, p. 245).

Neste último sentido, o trabalho de supervisão e direção é uma exigência do capital e todos aqueles que o realizam, realizam funções do capital, isto é, a função de extrair a mais-valia dos operários e a de exercer total controle sobre o processo produtivo para aumentar a produtividade do trabalho e, daí, as taxas de mais-valia. Isso implica afirmar que engenheiros e técnicos de nível superior, aos quais são atribuídas estas funções na fábrica moderna, “reproduzem diretamente, no processo de produção em si, as relações políticas entre a classe capitalista e a classe operária.” (POULANTZAS, 1975, p. 247). Sua situação é específica: ao mesmo tempo em que são dominados pelo capital, dominam politicamente a classe operária, à qual, por esta razão, não podem pertencer.

O desenvolvimento da estrutura hierárquica da fábrica moderna e, daí, o recrudescimento do despotismo de fábrica, isto é, do controle da gerência sobre o processo produtivo, também se compreende como expressão da dominação ideológica sobre a classe operária, cujo eixo central é a divisão trabalho manual/trabalho intelectual. A hierarquização funcional nas empresas capitalistas, e também nas instituições superestruturais do Estado moderno, fundamenta-se no princípio da aplicação do critério de qualificação profissional para a distribuição de cargos e responsabilidades. A qualificação profissional é mensurada cada vez mais pela comprovação (via diploma) da aquisição do saber técnico-científico nos bancos escolares e, sobretudo, nas universidades. Porque estão desprovidos desse saber, operários e empregados subalternos estão condenados à execução de tarefas simplificadas e repetitivas, cujo significado técnico desconhecem. Para executá-las bem, basta a habilidade prática, manual, adquirida no dia a dia do trabalho. A partir daí, são levados a reconhecer a própria incapacidade de exercer o poder de controle sobre o processo produtivo e de orga-

nizar a produção, poderes que transferem “naturalmente” aos engenheiros e técnicos de nível superior — enquanto portadores daquele saber e responsáveis pelas aplicações tecnológicas dos conhecimentos científicos ao processo de trabalho —, no exercício dos quais, no entanto, estarão produzindo meios sempre mais sofisticados de exploração e opressão sobre a classe operária. Engenheiros e técnicos de nível superior são, para retomar as expressões de Gramsci, “os intelectuais orgânicos da burguesia”, “os intelectuais modernos”, os “funcionários da ideologia.” Sua presença no interior da fábrica significa a valorização ideológica do trabalho intelectual e a desqualificação do trabalho manual. Disso se conclui: todos aqueles que, no exercício de suas funções, contribuem para a legitimação ideológica da subordinação do trabalho ao capital pela legitimação da divisão trabalho manual/trabalho intelectual não pertencem à classe operária, pois que

essa divisão está diretamente ligada ao monopólio do saber, forma de apropriação capitalista dos conhecimentos científicos e de reprodução das relações ideológicas de dominação-subordinação, pela perene exclusão do lado subordinado daqueles que não sabem, ou que se supõe “não saberem” (POULANTZAS, 1975, p. 257).

A identificação dos lugares de dominação-subordinação política e ideológica nas relações de classes é menos problemática quando se trata dos assalariados não produtivos. Empregados de escritório e do comércio, se já estão excluídos da classe operária por realizarem trabalho improdutivo, a ela também não podem pertencer porque, embora não exerçam funções de dominação política e ideológica, “estão associados à legitimação dos poderes que a direção das empresas exerce sobre os operários” (POULANTZAS, 1975, p. 296).

Com relação ao corpo de funcionários do Estado, a situação é semelhante. Não pertencem à classe operária não só porque realizam

trabalho improdutivo. A ela não pertencem porque, mesmo no exercício de funções subalternas,

participam, somente como simples executantes (o que os distingue dos “vértices” burgueses dos aparelhos aos quais eles próprios estão submetidos e subordinados), das tarefas de inculcação ideológica e de repressão política sobre as classes dominadas, e principalmente sobre a vítima principal, a própria classe operária (POULANTZAS, 1975, p. 297).

A citação também é esclarecedora da determinação estrutural de classe daqueles que ocupam os cargos superiores da estrutura hierárquica das instituições supraestruturais do Estado moderno, nos quais é elaborada a ideologia dominante: pertencem à burguesia.

Em resumo: os assalariados não produtivos e também aqueles que exercem funções de supervisão e direção do processo produtivo, mesmo que realizem trabalho produtivo na divisão técnica do trabalho, devem ser incluídos na nova pequena burguesia, fração de classe da pequena burguesia, na qual também se insere a pequena burguesia tradicional.

A nova pequena burguesia se diferencia da pequena burguesia tradicional pela especificidade de sua posição no sistema de relações de produção: é constituída de trabalhadores assalariados cuja reprodução depende do capitalismo monopolista, ao passo que a pequena burguesia tradicional é constituída de pequenos proprietários dos meios de produção e pequenos produtores, constantemente ameaçados pelo desenvolvimento do capitalismo monopolista. Posições diferentes na produção e na esfera da produção podem ter — e têm, neste caso específico — os mesmos efeitos no nível político e ideológico, razão pela qual nova pequena burguesia e pequena burguesia tradicional constituem uma só classe.

A nova pequena burguesia se divide em frações de classe que re-

fletem diferenciações econômicas importantes em seu próprio seio. Em função da conjuntura, essas frações podem desenvolver práticas políticas e ideológicas divergentes das de outras frações da classe de que dependem. Entretanto, apesar de todas as diferenciações econômicas e das eventuais divergências políticas, as frações de classe da nova pequena burguesia e a pequena burguesia tradicional constituem uma só classe. A unidade entre elas é dada pelo subconjunto ideológico de que são portadoras. (Porque a pequena burguesia não tem posição política autônoma a longo prazo, não se pode falar de ideologia pequeno-burguesa, mas apenas de subconjunto pequeno burguês, reservando-se o termo ideologia para identificar as práticas políticas e ideológicas das classes fundamentais politicamente opostas “até o fim”.)

O subconjunto ideológico pequeno-burguês resulta dos efeitos da ideologia burguesa (dominante) e da ideologia operária sobre as aspirações próprias dos agentes pequeno-burgueses relativamente à sua determinação específica de classe. Em outras palavras, o subconjunto pequeno-burguês é um terreno de luta e um campo de batalha particular entre a ideologia burguesa e a ideologia operária, mas com a intervenção própria dos elementos especificamente pequeno-burgueses. Os traços ideológicos principais da pequena burguesia são: individualismo pequeno-burguês, inclinação ao “statu quo” e temor à revolução, mito da promoção social e aspiração ao status burguês, crença no Estado neutro acima das classes, instabilidade política e tendências a apoiar Estados fortes e bonapartismos, formas de rebelião do tipo “jacquerie” pequeno-burguesa (POULANTZAS, 1975).

A pequena burguesia não tem posição de classe autônoma a longo prazo e não pode ter organizações políticas próprias que representem seus interesses específicos. Sua adesão a partidos políticos — aos

partidos das classes sociais fundamentais — depende essencialmente das estratégias políticas desses partidos para conquistá-la nas diferentes conjunturas. Hoje, a tendência política da pequena burguesia é a da polarização em direção a posições de classe proletárias, dada a proletarização de suas posições objetivas na estrutura das relações de produção.

Considerações críticas à conceituação de “nova pequena burguesia” elaborada por Poulantzas

Para Poulantzas, como vimos, as classes são o resultado de um conjunto de estruturas e de suas relações e, por isso mesmo, não podem ser concebidas como existindo num único nível da estrutura da formação social. As classes resultam da articulação dos níveis econômico, político e ideológico nas diferentes conjunturas. São, de um lado, determinadas pelas relações de produção, isto é, combinações específicas de agentes e das condições técnicas e materiais de produção — a estrutura econômica, que define o lugar dos agentes nas relações de produção — e, de outro lado, pelas relações sociais de produção que se inscrevem nas estruturas política e ideológica. É preciso lembrar que “as relações que constituem cada nível nunca são simples, mas antes sobredeterminadas pelas relações dos outros níveis” (POULANTZAS, 1971, p. 9). Da totalidade objetiva das relações econômicas, políticas e ideológicas resultam as classes sociais, cujas práticas efetivas são por ela determinadas.

Não se trata, segundo um antigo equívoco, de uma “estrutura” econômica que designa, sozinha, de um lado os lugares, e de outro uma luta de classes que se estende ao domínio político e ideológico: tal equívoco toma atualmente com frequência a forma de uma distinção entre “situação (econômica) de classe” de um lado, e posições

político-ideológicas de classe por outro lado. A determinação estrutural de classe refere-se desde já à luta econômica, política e ideológica de classe, expressando-se todas essas lutas pelas posições de classe na conjuntura (POULANTZAS, 1975, p. 16).

Os interesses objetivos de classes são determinados pelo lugar objetivo de classe no processo de produção — a determinação objetiva de classe —, mas isso não significa que haja correspondência necessária entre posições de classes nas lutas concretas de classes e interesses objetivos de classes. As posições de classe podem diferir de seus interesses objetivos, isto é, as posições políticas e ideológicas de classe não são redutíveis à posição econômica de classe. São formas de relações de classes. No entanto, as práticas políticas e ideológicas de classe são efeitos da determinação objetiva de classe, do lugar objetivo de classe no processo de produção.

Dizer, por exemplo, que existe uma classe operária nas relações econômicas implica necessariamente um lugar específico desta classe nas relações ideológicas e políticas, mesmo que esta classe possa, em certos países e em certos períodos históricos, não ter uma “consciência de classe” própria em uma organização política autônoma (POULANTZAS, 1975, p. 17).

Em outras palavras: as práticas políticas e ideológicas são efeitos da determinação objetiva de classe, mas a ela não são redutíveis.

As explicações teóricas elaboradas por Poulantzas a partir da obra de Marx, além de muito complicadas, nos colocam extraordinárias dificuldades. *A primeira*: para Marx — todos sabem —, “O concreto é concreto por que é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade” (MARX, 1957, p. 165). O significado dessa afirmação é suficiente para invalidar a operação intelectual de decomposição do real concreto em seus elementos: o econômico, o político e o ideológico, constituidores de instâncias relativamente autônomas,

postas ao lado, por cima e embaixo umas das outras, a instância econômica determinando as demais em “última instância”, e as classes sociais definindo-se em cada uma delas.

Digamos, antecipadamente, que tudo se passa como se as classes sociais fossem o efeito de um conjunto de estruturas e das suas relações, no caso concreto 1º) do nível econômico, 2º) do nível político, e 3º) do nível ideológico. Uma classe social pode ser identificada quer ao nível econômico, quer ao nível político, quer ao nível ideológico, e pode pois ser localizada em relação a uma instância particular. No entanto, a definição de uma classe enquanto tal e a sua conceptualização reporta-se ao conjunto dos níveis dos quais ela constitui o efeito (POULANTZAS, 1971, p. 69).

Ora, Poulantzas esquece que a totalidade não é composta, é complexa. Não se trata de se estabelecer diferenças, mas sim de se captar a trama, o tecido das mediações e determinações que constitui a totalidade em processo. Considerando a totalidade “composta”, fica difícil depois fazer a articulação entre as partes, a não ser que se estabeleçam critérios, sempre arbitrários, de articulação dos elementos de cada uma das estruturas e de articulação das diferentes estruturas na estrutura do todo. Como afirma E. P. Thompson, em *A miséria da teoria – ou um planetário de erros*: “E ficamos nessa lengalenga, pois as permutas possíveis de ‘estrutura’, ‘níveis’, ‘instâncias’, ‘últimas instâncias’, ‘autonomia relativa’, ‘especificidade’”. (THOMPSON, 1981).

É esta postura teórico-metodológica que possibilita a Poulantzas estabelecer critérios econômicos, políticos e ideológicos com os quais pretende delimitar as fronteiras entre as classes. O que disso resulta é um conceito indeterminado de classe, segundo o qual as classes são efeitos da estrutura econômica como também das estruturas política e ideológica. E o que é mais grave: tudo isso nos leva a pensar a classe

como um atributo que se define por critérios.

[...] seria conveniente ressaltar que, neste tipo de análise, o fato de pertencer ou não a uma classe não pode ser visto separadamente do conjunto de relações que estruturam a situação de classe. A classe não é um atributo que se define por critérios, por mais sutis que eles sejam, ainda que incorporem “dimensões” políticas e ideológicas. Ao contrário, como expressamente diz Poulantzas, em outros textos de seu trabalho, é preciso compreender as classes por seu lugar na divisão social do trabalho. Esta resulta, por sua vez, do processo social de produção, que, nas sociedades capitalistas “significa ao mesmo tempo e num mesmo movimento, divisão em classes, exploração e luta de classes” (CARDOSO, 1977, p. 139).

A segunda dificuldade: para fugir do economicismo (que reduz as classes sociais a efeitos da matriz econômica — as classes existindo “em si”), Poulantzas acaba apresentando uma análise da pequena burguesia na qual atribui às posições políticas e ideológicas dos agentes econômicos o primado na determinação de classe. Isso, evidentemente, subverte a teoria marxista. Para Poulantzas, a nova pequena burguesia e a pequena burguesia tradicional, apesar das posições diferentes que ocupam nas relações de produção, constituem, no entanto, uma só classe social. Sua unidade não é dada pelas relações de produção, mas por práticas políticas e ideológicas nas diferentes conjunturas; se bem sejam efeitos das posições econômicas, são as práticas políticas e ideológicas que definem a classe da pequena burguesia e não as suas posições econômicas.

Para Marx, as classes sociais são determinadas pelas relações de produção que incluem, a um só tempo e num mesmo movimento, as relações de produção e as relações sociais de produção, que Poulantzas distinguiu e distribuiu nos diferentes níveis da estrutura social. Dessa operação intelectual resulta a conceituação de classes como efeitos das estruturas, existindo à parte delas — como relações sociais —,

embora a elas subordinadas. “[...] a classe social não pode ser teoricamente considerada como uma estrutura regional ou parcial da estrutura global, do mesmo modo, por exemplo, que as relações de produção, o Estado ou a ideologia constituem efetivamente estruturas regionais” (POULANTZAS, 1971, p. 75). Repetindo: para Marx, as classes sociais são determinadas pela matriz econômica: sua origem e formação como forças sociais são determinadas pelas relações sociais de produção. E não existe, nessa afirmação, nenhum perigo de economicismo, pois como lembra Fernando Henrique Cardoso:

não existe o fantasma do economicismo na compreensão das classes sociais como categorias economicamente determinadas: elas, como conceito, só se aplicam em situações nas quais a distribuição dos homens na produção é o critério fundamental — desta situação ou modo de produção particular — para a estrutura das camadas da população (CARDOSO, 1977, p. 138).

Esta análise da determinação estrutural de classe da pequena burguesia — segundo a qual são as práticas políticas e ideológicas que a definem — resulta do privilegiamento que Poulantzas concede à estrutura política na determinação da estrutura total e, daí, da estrutura de classes.

Numa concepção anti-historicista da problemática original do marxismo, devemos situar o político na estrutura de uma formação social, por um lado, enquanto nível específico, por outro, contudo, enquanto nível crucial em que se refletem e se condensam as contradições duma formação, a fim de compreender exatamente o caráter anti-historicista da proposição segundo a qual é a luta política de classes que constitui o motor da história. (POULANTZAS, 1971, p. 39).

As classes sociais só existem na luta de classes, afirma Poulantzas. A luta de classes não se reduz às lutas econômicas. São lutas políticas

que concentram os níveis de luta de classes. “Opondo-se a uma concepção evolucionista de ‘estádios’ de luta — primeiro econômico, em seguida político — a luta política deve deter o primado sobre a luta econômica — é o papel do partido” (POULANTZAS, 1971, p. 105). Ora, se as classes só existem na luta de classes e se estas lutas, enquanto lutas políticas, são organizadas pelo partido, fica claro que as classes não só são efeitos das estruturas como efeitos de sua própria organização por um agente que lhes é externo: o partido. Daí poder-se, como o faz Adam Przeworski, afirmar que não há luta-de-classes, mas luta-sobre-classes. (PRZEWORSKI, 1977). Para fugir do economicismo e do historicismo, não estaríamos caindo no politicismo.

A terceira dificuldade: concebendo as classes sociais como efeitos das estruturas, Poulantzas as considera como encarnações particulares de princípios estruturais fundamentais. O resultado de sua postura teórico-metodológica é, obviamente, *a supressão do sujeito da história*, isto é, *a desistoricização da própria história*. As classes sociais são “agidas” por um sujeito trans-histórico: a estrutura, cuja “vontade” é determinada pelas contradições em sua própria personalidade. A história deixou de ser um processo humano em realização. É realização de estruturas. Como afirma E. P. Thompson:

Nenhuma categoria histórica foi mais incompreendida, atormentada, transfixada e des-historizada do que a categoria de classe social: uma formação histórica auto-definidora, que homens e mulheres elaboram a partir de sua própria experiência de luta, foi reduzida a uma categoria estática, ou a um efeito de uma estrutura ulterior, das quais os homens não são os autores mas os vetores. Althusser e Poulantzas não só fizeram à história marxista esse mal, como também queixaram-se ainda de que a história (de cujos braços arrancaram esse conceito) não tem uma teoria acabada de classe. O que eles, e muitos outros, de todos os matizes ideológicos, não compreendem é que não é, e nunca foi tarefa da história elaborar esse tipo de teoria

inelástica. E se o próprio Marx teve uma prioridade metodológica suprema, esta foi, precisamente, a de destruir a fabricação de teorias não-históricas desse tipo. (THOMPSON, 1981, p. 57).

Com Poulantzas, o real fica esvaziado de seu conteúdo histórico (humano) — as classes sociais no processo de sua formação — e o pensamento abraçou o formalismo.

Referências

CARDOSO, Fernando Henrique . Comentário: althussertanismo ou marxismo? A propósito do conceito de classe em Poulantzas. In: ZENTENO, R. B. *As classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MARX, Karl. *Contribution à la critique de l'économie politique*. Paris: Ed. Sociales, 1957.

_____. *Theories of surplus value*. parte 2. Londres: Lawrence & Wishart, 1969.

_____. *O Capital* — Crítica da Economia Política. livro 3, vol. 56. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1971.

POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. Porto: Portucaleense Editora, 1971.

_____. *As classes sociais no capitalismo de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

PRZEWORSKI, Adam. O processo de formação das classes. In: *Revista Dados*, Rio de Janeiro, n. 16, 1977.

THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria* — ou um planetário de erros. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

Resumo:

Este artigo tem como objetivos: 1) apresentar e analisar as explicações teóricas elaboradas por Nicos Poulantzas – um dos mais renomados representantes do marxismo estrutural – sobre as classes sociais e que o levaram a denominar de “nova pequena burguesia” os trabalhadores assalariados que não são operários e também não são proprietários dos meios de produção, mas cujas práticas políticas e ideológicas tendem a ser iguais ou similares às da pequena burguesia tradicional. Mas, segundo Marx, nas sociedades capitalistas, a estrutura determinante das classes sociais não é a estrutura econômica? 2) demonstrar que as posturas teórico-metodológicas do marxismo estrutural, em especial, as de Poulantzas, suprimem o sujeito da história, pois, para seus autores, a história deixou de ser um processo humano em realização para tornar-se realização de estruturas. E, no entanto, este é um fato inelutável: indivíduos, seres humanos, pessoas, com suas motivações, interesses, preferências, crenças, atitudes e comportamentos são os produtores da história. Produzem-na, é verdade, em condições dadas: nas condições produzidas e legadas por outros indivíduos, a partir das quais deliberam acerca de suas próprias vidas, criando novas condições de acordo com as escolhas de alternativas que puderam efetivar; 3) e reafirmar que, desvirtuando as explicações genuínas de Marx, o marxismo estrutural não oferece contribuição alguma para a investigação, análise e explicação da realidade social que, esvaziada de conteúdo histórico, tentou retratar com o formalismo de um mundo de definições e subdefinições.

Palavras-chave: Estrutura econômica; classe social; trabalho produtivo e improdutivo; luta de classes; marxismo estrutural.

Abstract:

This article aims to: 1) present and analyze the theoretical explanations elaborated by Poulantzas – one of the most renowned representatives of structural marxismo – about the social classes and which led him to call “new small bourgeoisie” salaried workers who are not workers and also do not own the means of production, but whose political and ideological practices tend to be equal or similar to those of the traditional bourgeoisie due to their special positions in the economic structure. But, according to Marx, in capitalist societies the determining structure of social classes is, because, for the economic structure?; 2) to demonstrate that the theoretical and methodological postures of structural Marxism, especially those of Poulantzas, suppress the subject of history, because, for its authors, history has ceased to be a human process in realization to become a realization of structures. And yet this is an inescapable fact: individuals, human beings, people, with their motivations, interests, preferences, beliefs, attitudes and behaviors are the producers of history. They produce it, it is true, under given conditions: in the conditions produced and bequeathed by other individuals, from which they deliberate about their own lives, creating new conditions according to the choices of alternatives that could take effect; 3) and to reaffirm that, by distorting Marx’s genuine explanations, structural Marxism does not offer any contribution to the investigation, analysis and explanation of the social reality that, emptied of historical content, tried to portray with the formalism of a world of definitions and subdefinitions.

Keywords: Economic structure; social class; productive and unproductive work; class struggle; structural Marxism.

Recebido para publicação em 28/07/2020.

Aceito em 08/03/2021.

// Resenhas

RESENHA

Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente

BROWN, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente*. São Paulo: Politeia, 2019.

Amanda Maia

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0002-5613-1056>

amandabmaia@gmail.com

A vitória de Donald Trump nas eleições presidenciais de 2016 nos Estados Unidos foi um divisor de águas para o mundo. A partir deste acontecimento, cientistas políticos se debruçaram para explicar o que parecia inexplicável: como a nação mais poderosa do mundo elegeu um candidato com opiniões explicitamente antidemocráticas? Concomitante ao êxito de Trump, movimentos de extrema direita que já vinham crescendo no mundo ganharam mais fôlego e acenderam um alerta em estudiosos e especialistas. O resultado é uma vasta literatura

política que busca analisar as crises, colapsos ou “morte” da democracia.

O aclamado “Como as democracias morrem”, dos americanos Steven Levitsky e Daniel Ziblatt (2018), analisa a deterioração da democracia em vários países da Europa e da América Latina e, obviamente, o cenário americano. Os autores demonstram que o enfraquecimento das democracias no cenário atual ocorre de maneira gradual, por vias institucionais, quando líderes demagogos se elegem com iniciativas *anti-establishment* e discursos populistas, prometendo uma nova ordem política. O livro percorre todo o tempo por via institucional, não cabendo destaque ao movimento popular. Dessa forma, a estratégia de enfrentamento para defender a democracia proposta pelos cientistas políticos é a formação de uma frente ampla, preterindo as diferenças políticas para superar a crise democrática.

O professor de política e economia, Adam Przeworski, também contribuiu com uma análise da conjuntura atual no seu mais recente livro, lançado no Brasil em 2020, “Crises da democracia”. Assim como os americanos Levitsky e Ziblatt (2018), Przeworski (2020) alerta para a deterioração invisível das instituições e normas democráticas por meio de mecanismos legais. Para entender o que acontece no presente, o autor procura no passado casos em que houve ou não rupturas democráticas visualizando a situação econômica, cultural e política. Em um panorama geral, o autor não enxerga o risco de enfraquecimento da democracia na maioria dos países, mas não encontra soluções para acabar com a insatisfação geral com a democracia, visto que não se trata apenas de uma crise política: ela é econômica e social.

Na esteira das análises da corrosão da democracia, a cientista política e professora da Universidade da Califórnia, Wendy Brown, lança em 2019 o livro “*In the Ruins of Neoliberalism: The Rise of Anti-*

democratic Politics in the West” (“Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente”), traduzido para português e publicado no Brasil também no mesmo ano. Nesta obra, focando no cenário americano, a autora analisa essa ascensão de movimentos de extrema direita de difícil nomenclatura, como ela mesmo reconhece, visto que esses fenômenos possuem uma estranha fórmula que unifica elementos neoliberais, tais como favorecimento ao capital financeiro internacional, liberdade individual e demonização ao Estado, com valores opostos a estes como nacionalismo, imposição da moralidade tradicional e demanda por soluções estatais. (BROWN, 2019, p. 10).

O texto de Brown parte da perspectiva de que o pensamento neoliberal abriu espaço para essas forças antidemocráticas atuais e isto é examinado numa leitura profunda de intelectuais neoliberais, principalmente Friedrich Hayek, mas a autora também apresenta a teoria de Milton Friedman e dos ordoliberais, escola alemã que defendia uma nova ordem econômica. A proposta consegue capturar uma moral tradicional conservadora desses pensadores na sua defesa de ampliação do espaço do mercado sobre o social. Ainda na introdução, Brown nos entrega que o neoliberalismo hayekiano é um projeto político-moral que objetiva manter o *status quo*, afastando tudo que se refere ao bem-estar social (BROWN, 2019, p. 23).

O livro está organizado em cinco capítulos mais a introdução. Os dois primeiros capítulos percorrem o projeto neoliberal desde o pós-guerra mostrando como suas ideias corroem a sociedade e a política. O terceiro capítulo reforça como a moral tradicional é um elemento importante para o neoliberalismo e não pode ser tratado como algo externo à sua agenda. O quarto capítulo destaca como elementos defendidos pelos neoliberais, principalmente a liberdade, vêm sendo opera-

cionalizados na Suprema Corte americana, exemplificando dois casos. No último capítulo a autora analisa o perfil majoritário dos seguidores desse movimento de extrema direita explorando conceitos como o niilismo, a dessublimação e o ressentimento.

O ponto de partida para entender como opera a tática neoliberal de destruição é compreender que a base da democracia é a igualdade política. E no mundo capitalista em que vivemos, só podemos garantir, mesmo que minimamente, essa igualdade com o Estado assumindo o papel de reduzir as desigualdades econômicas e sociais. Também, as sociedades democráticas resultam na construção do espaço social em que as diferenças e as distâncias entre os cidadãos são reunidas e debatidas em busca de um interesse coletivo. É sob esses pilares que o neoliberalismo canaliza suas forças de destruição. Na leitura de Dardot e Laval (2019), o neoliberalismo é uma racionalidade política dominante utilizada pelos governos que impõem a lógica do capital na economia, na sociedade e até mesmo no Estado, desdobrando-se em formas subjetivas e em normas de existências. O Estado neoliberal, de acordo com Harvey (2005), tem correspondência direta com a redução do bem-estar social na medida que fortalece a ideia de direitos individuais e livre mercado, transformando responsabilidades coletivas, e do próprio Estado, em responsabilidades pessoais. Como observa a autora, o ataque neoliberal ao social é primordial para “gerar uma cultura antidemocrática desde baixo, ao mesmo tempo em que constrói e legitima formas antidemocráticas de poder estatal desde cima” (BROWN, 2019, p. 39).

O grande salto para a análise do neoliberalismo que o livro proporciona é um da construção dessa corrente a partir dos seus principais autores, dando atenção especial para Friedrich Hayek devido a sua forte rejeição à noção de social. Para tal perspectiva teórica, a preo-

cupação com o social é vista como símbolo de controle e tirania. O principal argumento é que a busca por igualdade restringe a liberdade. Esta liberdade só pode ser garantida quando amparada pelo mercado e pela moral, que são as bases para o desenvolvimento civilizacional. Sua visão aproxima os sistemas morais tradicionais aos mercados ao determinar o sentido de justiça nas regras e não no resultado. Essas afirmações pressupõem que o mercado e a moral produzem uma dinâmica espontânea que se adequa ao longo do tempo sem a interferência intencional humana ou a imposição do Estado do que é justo. A justiça opera na universalização das regras e não nas correções das injustiças. O modelo neoliberal coloca o indivíduo num espaço em que a habilidade e a sorte vão determinar o seu lugar e no final haverá vencedores e fracassados e essa desigualdade é essencial para o desenvolvimento civilizacional.

É possível, assim, destacar como a sociedade começa a ser desmantelada. Seja negando sua existência, seja privatizando ou simplesmente eliminando tudo o que se refere ao Estado de bem-estar social, seja combatendo a ideia de igualdade ou capitalizando o indivíduo, suas posses e seu tempo em fonte de renda (BROWN, 2019, p. 50). Nesse contexto, a interpretação de Brown identifica o elo entre a pauta neoliberal e a ira ao social e o que leva a todos os ataques que esta vem sofrendo. Esta é a contribuição essencial que Brown nos proporciona, ao desvendar a lógica individualista e privada do projeto neoliberal que busca inverter direitos básicos em questões particulares, afastando o papel de mediação do Estado. A justiça social é um mal que precisa ser combatido e derrotado para que os interesses pessoais não sejam controlados ou impedidos pelo apelo à soberania popular que se encontra presente na democracia. Para que a liberdade individual reine sobre o desejo da maioria é preciso destruir do imaginário

de todos a noção de coletivo e as aspirações do bem-estar social.

No que se refere ao político, o neoliberalismo também minou esse campo. Isso ocorreu principalmente em favor da economia e do mercado, vendendo a ideia de que o Estado atrapalhava a sociedade. Essa situação foi reforçada principalmente nos governos de Ronald Reagan e Margaret Thatcher que aproveitaram para fazer “os cortes de impostos, o desmantelamento do Estado de bem-estar e o desacorrentamento do capital em relação a qualquer tipo de restrição, incluindo aquelas impostas pelo poder de barganha dos sindicatos” (BROWN, 2019, p. 71). O principal efeito, observa a autora, é essa onda antipolítica que, ao mesmo tempo que se assimila em alguns pontos com o discurso neoliberal diverge na glamourização de políticos e de uma pauta nacionalista.

Mais uma vez, Brown mergulha no ponto de vista de teóricos neoliberais, ampliando a sua leitura para Milton Friedman e para os ordoliberais buscando entender a aversão ao político. No pensamento de Friedman o poder econômico e o poder político se encontram em polos separados, apesar de reconhecer que o mercado precisa do Estado para ser viabilizado. Para o economista norte-americano, é o mercado que garante a liberdade e a diversidade e um governo robusto ameaçaria tudo isso. Ao longo da investigação sobre Hayek, a autora pode identificar no trabalho como ele defende a substituição do Estado social e da justiça social pela família e pela lei moral, respectivamente, como verdadeiros valores de uma sociedade livre. Em relação aos ordoliberais, estes não condenam o Estado, pregam, na verdade, um Estado forte e tecnocrata que trabalhe por uma economia competitiva e liberalizada (BROWN, 2019, p. 93).

Não há qualquer dúvida que a consolidação do neoliberalismo segue o caminho oposto da democracia. O projeto inicial “era uma or-

dem global de fluxo e acumulação de capital livres, nações organizadas pela moralidade tradicional e pelo mercado e de Estados orientados quase exclusivamente para esse projeto” (BROWN, 2019, p. 100). De fato, o sentimento antidemocrático vem sendo consolidado com o desprezo ao social e ao político cada vez mais crescente. Ao mesmo tempo, contudo, o neoliberalismo idealizado é o inverso do existente. O Estado que deveria ser rebaixado e ser apenas capacitado para dirigir a economia, foi instrumentalizado pelos interesses privados e a moralidade tradicional, que guiaria espontaneamente as populações, virou um grito de guerra esvaziado (BROWN, 2019, p. 102).

O outro movimento empreendido pelos neoliberais que a autora chama atenção é o fenômeno de fantasiar a nação como família e empresa privada. A maneira de concretizar essas configurações é construindo a noção de que o Estado-nação precisa fazer bons acordos ao mesmo tempo que necessita ser defendida por quem não pertence ao local. O sentimento de pertencimento passa pela nacionalidade, mas também por valores morais conservadores que exaltam o patriarcalismo, a tradição e a exclusão. Esse sentimento é bastante perceptível nos discursos de líderes populistas e nos seus slogans de campanhas presidenciais — Fazer a América grande de novo (EUA); A França para os franceses — ocasionando numa sociedade que não tolera o pluralismo e a igualdade de direitos.

Após apresentar os ideais neoliberais e seus desdobramentos, Brown rebate a formulação de mundo neoliberal de Hayek em três pontos. Primeiro, denuncia uma certa ingenuidade por parte do economista em acreditar que os valores tradicionais poderiam retornar à sociedade de maneira orgânica e espontânea após anos da social-democracia dominando o ambiente político. Segundo, a liberdade não se tornou um princípio ou desejo central e os conservadores a

utilizam de modo seletivo baseado nos valores que eles acham importantes. Por fim, a moralidade tradicional é usada atualmente como discurso de ódio a tudo que se opõe ao conceito de branquitude, heterossexualidade e cristandade.

No capítulo 4 a autora apresenta os desdobramentos das discussões anteriores numa instituição democrática, a Suprema Corte. Ela mostra como a moralidade tradicional está contaminando a jurisprudência americana e como os réus estão usando a Primeira Emenda da Constituição americana reivindicando a liberdade de expressão. Brown utiliza dois casos como exemplo — um confeitiro que se negou a fazer um bolo para um casal de homossexuais e o outro de centros de aconselhamento sobre gravidez que se recusaram a publicar informações exigidas por uma lei estadual. O que podemos ver nos resultados das decisões, favoráveis aos acusados em ambos os casos, é um malabarismo argumentativo e uma contradição para garantir a liberdade de expressão e religiosa; visto que, no primeiro caso, a personalidade jurídica é o ponto crucial da discussão; e no segundo caso, é a personalidade física dos funcionários do centro que entram em questão.

O último capítulo dedica-se a entender o perfil majoritário de quem apoia os movimentos de extrema direita. A leitura da autora é pensando principalmente no identitarismo branco e masculino. Influenciada por Nietzsche, ela defende como o nihilismo se intensificou na nossa era devido à monetização pelo neoliberalismo de tudo ao redor do indivíduo (BROWN, 2019, p. 200). O nihilismo, na sua interpretação, não se trata de um esvaziamento de valores, mas de ações que ridicularizam estes. O ressentimento também é catalisado pelos que se sentem desamparados por valores produzidos pela democracia e também por políticas afirmativas. Ao confrontar esse novo mundo com um passado mítico, esses homens tendem a vociferar discursos

de ódio sem culpa e justificando-os como liberdade de expressão.

Outro ponto importante é como esses valores tradicionais são instrumentalizados de modo vazio apenas como uma imposição de superioridade. Esse caso fica claro quando se confronta a postura de Donald Trump em sua vida e todas as suas polêmicas envolvidas e a adoção por parte dos conservadores como o seu líder. O que acontece é a minimização da moralidade, principalmente por parte dos evangélicos, nesses casos devido ao presidente ecoar valores que são considerados superiores. Por fim, Brown especula duas possibilidades do que pode acontecer quando o ressentimento surge da perda da posição de privilégio. A primeira possibilidade é que o rancor e a raiva continuam o que são, ou seja, não se desenvolvem em novos valores. A segunda possibilidade é que valores são criados e são afirmados em direitos tradicionais que negariam a igualdade.

A cientista política Wendy Brown encerra seu livro sem arriscar uma projeção futura ou pelo menos trazer possíveis maneiras de enfrentar essa situação. Este posicionamento cauteloso da autora é justificável visto que ainda estamos diagnosticando esse momento que mistura tantos elementos divergentes. Contudo, o livro destaca duas atitudes que precisam ser reavaliadas por quem procura saídas para enfrentar essa onda antidemocrática. A primeira aparece ainda na introdução quando a autora aponta que forças de esquerda e contrárias à extrema direita apostam na autodestruição do movimento. Apesar de reconhecer que o movimento é novo e não há táticas para combatê-lo, esperar pelo seu desaparecimento não parece uma boa escolha visto que eles conseguem reinventar a sua narrativa constantemente.

A segunda atitude que deve ser evitada é, talvez, o resultado do livro. É comum a divisão do projeto econômico neoliberal da moral tradicional, como se ambas andassem separadas. Ou acreditar que as

pautas morais são cortinas de fumaça para implementação de projetos neoliberais. O livro explorou as raízes do neoliberalismo e conseguiu demonstrar com clareza que a moral tradicional já estava inserida no projeto inicial. Na verdade, o conservadorismo é parte complementar deste pacto e de extrema importância para manter o status quo dos grupos dominantes e nos conformar com as desigualdades. Logo, o neoliberalismo sempre atacou os valores democráticos. De modo geral, “Nas ruínas do neoliberalismo” é uma leitura essencial para entender a conjuntura atual.

Referências

BROWN, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente*. São Paulo: Politeia, 2019.

DARDOT, Pierre. LAVAL, Christian. Anatomia do novo neoliberalismo. *Revista IHU on-line*, São Leopoldo, 25 jul 2019. Disponível em: www.ihu.unisinos.br. Acesso em: 14 fev. 2021.

HARVEY, David. *O Neoliberalismo: História e Implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

PRZEWORSKI, Adam. *Crises da democracia*. Tradução: Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

Resumo:

Resenha de: BROWN, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente*. São Paulo: Politeia, 2019.

Palavras-chave: Neoliberalismo; democracia; moralidade.

Abstract:

Book review from: BROWN, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente*. São Paulo: Politeia, 2019.

Keywords: Neoliberalism; democracy; morality.

Recebido para publicação em 22/12/2020.

Aceito em 22/02/2021.